

# POLO DO JALAPÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PDITS



PRODUTO

**6**

VERSÃO FINAL  
DO PDITS

Volume II  
Documento Técnico

# POLO DO JALAPÃO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTÁVEL - PDITS



PRODUTO

6

VERSÃO FINAL  
DO PDITS

Volume II  
Documento Técnico

## **FICHA TÉCNICA**

### **REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**Michel Miguel Elias Temer Lulia**

Presidente Interino do Brasil

### **MINISTÉRIO DO TURISMO**

**Alberto Alves**

Ministro Interino do Turismo

### **SECRETARIA NACIONAL DE ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO**

**Neusvaldo Ferreira Lima**

Secretário

### **DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

**Rogério Antonio Cóser**

Diretor

### **COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO TURISMO**

**Eduardo Cláudio Madeira**

Coordenador-Geral de Planejamento Territorial do Turismo

**Miranice Lima Santos**

Chefe de Divisão

**Marina Neiva Dias**

Técnica de Nível Superior

**GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**Marcelo de Carvalho Miranda**

Governador do Estado do Tocantins

**Cláudia Martins Lelis**

Vice-governadora

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
TURISMO E CULTURA DO TOCANTINS**

**Alexandro Castro**

Secretário - SEDEN

**James Possapp**

Superintendente de Turismo da SEDEN

**Marcos Miranda**

Diretor de Planejamento e Projetos Estratégicos da SEDEN

**Ranilton Peres de Souza**

Gerente de Planejamento e Projetos Estratégicos da SEDEN

**Equipe Técnica**

**Graziela Cortez**

Socióloga

**Leila Suely Reis da Silva**

Turismóloga

**Gabriel da Luz**

Turismólogo

**Rosângela Amorim**

Apoio Administrativo

## **TECHNUM CONSULTORIA**

### **Izabel Borges**

Arquiteta/Urbanista

Coordenadora do Projeto

### **Equipe Técnica**

#### **Daisy Basso**

Pedagoga – Especialista em Gestão Municipal

#### **Denise Guarieiro**

Arquiteta e Urbanista

#### **Giselle Chalub**

Arquiteta e Urbanista

#### **Heleno Mesquita**

Programação e Monitoramento de Programas de Financiamento

#### **João Filipe Campello**

Engenheiro Civil – Gestão e Projetos de Infraestrutura

#### **Letícia Bortolon**

Arquiteta e Urbanista – Planejamento Urbano e Regional

#### **Luis Cascão**

Economista – Estudos e Análise de Viabilidade

#### **Nanci Miranda**

Turismóloga – Planejamento do Turismo

#### **Potira Meirelles Hermuche**

Geógrafa - Geoprocessamento – Gestão Ambiental

#### **Sílvia Borges de Lázari**

Arquiteta e Urbanista – Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística

#### **Vera Amorelli**

Advogada – Direito Administrativo Municipal, Urbano e Ambiental

#### **Vitor João Ramos Alves**

Especialista em Logística e em Processamento de Dados

## APRESENTAÇÃO

O presente documento refere-se ao Produto 6 do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS para o Polo Jalapão.

O PDITS em processo de elaboração constitui o instrumento base para o desenvolvimento turístico do Polo conforme políticas públicas estabelecidas pelo Estado do Tocantins e conta com o apoio do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL, com aporte financeiro do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF.

No âmbito do processo de elaboração deste PDITS, foram previstas seis etapas, conforme especificação a seguir:

### **1ª. ETAPA**

Elaboração do Plano de Trabalho e Formulação dos Objetivos do PDITS;

### **2ª. ETAPA**

Elaboração do Diagnóstico Estratégico da Área e das Atividades Turísticas;

### **3ª. ETAPA**

Validação da Seleção da Área Turística e Formulação de Estratégias de Desenvolvimento Turístico;

### **4ª. ETAPA**

Elaboração do Plano de Ação: Seleção de Procedimentos, Ações e Projetos e Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação;

### **5ª. ETAPA**

Elaboração da Versão Preliminar do PDITS;

### **6ª. ETAPA**

**Elaboração da Versão Final do PDITS.**

A atual fase de desenvolvimento diz respeito à Versão Final do PDITS. Sua elaboração se dá a pela consolidação dos Produtos anteriores, incorporando ajustes orientados pela SEDEN/TO e pelo Ministério do Turismo – Mtur, além de contribuições advindas dos processos participativos.

O Produto referente a essa etapa está organizado em três volumes. São eles:

Volume I - Resumo Executivo

**Volume II – Documento Técnico**

Volume III – Processo Participativo

Este documento trata do Volume II – Documento Técnico e consolida as informações relativas ao Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável.

## SUMÁRIO

Volume I – Resumo Executivo.....	
Volume II – Documento Técnico.....	
INTRODUÇÃO.....	<b>xiv</b>
1. MARCO REFERENCIAL E OBJETIVOS DO PDITS.....	1
1.1 O Estado do Tocantins e o Polo do Jalapão.....	2
1.2 A Política Federal e Estadual de Turismo e o Programa Prodetur Nacional .....	7
1.3 Objetivo Geral do PDITS .....	12
1.4 Objetivos Específicos.....	13
2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.....	14
2.1 Mercado Turístico .....	15
2.1.1 Análise da Demanda Turística Atual.....	15
2.1.2 Análise da Demanda Turística Potencial .....	39
2.1.3 Oferta Turística da Área do Polo do Jalapão .....	60
2.2 Análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados na área turística .....	118
2.3 Análise do quadro institucional da área turística.....	138
2.4 Análise dos aspectos socioambientais na área turística .....	159
2.5 Consolidação do Diagnóstico Estratégico.....	188
3. VALIDAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA E ESTRATÉGIAS.....	202
3.1. Validação da Área - Hierarquização dos atrativos turísticos .....	203
3.1.1 Importância dos Atrativos Turísticos.....	203
3.1.2 Acessibilidade e Conectividade.....	213
3.1.3 Nível de Uso Atual e Potencial da Área Turística .....	214
3.1.4 Aspectos físicos da área turística .....	216
3.1.5 Infraestrutura e Serviços básicos .....	217
3.1.6 Quadro Institucional e Aspectos Legais.....	220
3.1.7 Aspectos Ambientais.....	221
3.1.8 Síntese – Validação da Seleção da Área Turística e Priorização de Segmentos .....	223
4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO .....	224
4.1. Linhas Norteadoras Estratégicas de Desenvolvimento Turístico .....	225
4.2. Componentes e Estratégias de Desenvolvimento Turístico .....	226
4.3. Proposições e Considerações sobre as Estratégias de Desenvolvimento Turístico.....	229
5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	236
5.1. Visão geral e ações previstas.....	237
5.2. Dimensionamento do investimento total .....	250
5.3. Seleção e priorização das ações.....	254
5.4. Descrição das ações a serem realizadas nos 18 primeiros meses com recursos do Prodetur Nacional .....	258
5.5. Avaliação dos impactos potenciais da implementação do programa .....	269
6. FEEDBACK: MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	276
REFERÊNCIAS .....	<b>279</b>
Volume II – Anexos.....	
Volume III – Processo Participativo.....	

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Localização do Estado do Tocantins.....	2
Figura 2:	Estados limítrofes ao Estado do Tocantins .....	3
Figura 3:	Localização do Polo Jalapão.....	5
Figura 4:	Dunas do Jalapão .....	6
Figura 5:	Capim Dourado – Publicação na Revista Vougue .....	6
Figura 6:	Política Federal – Plano Nacional de Turismo e Prodetur Nacional.....	7
Figura 7:	Política Estadual – Estado do Tocantins .....	8
Figura 8:	Política Estadual – Estado do Tocantins .....	10
Figura 9:	Política Estadual – Estado do Tocantins – PPA 2016-2019.....	11
Figura 10:	Alguns dos Atrativos Turísticos do Polo .....	15
Figura 11:	Exemplo de Atividade do Segmento de Aventura - Polo do Jalapão .....	25
Figura 12:	Mapa dos Segmentos e Atrativos Turísticos dos Municípios do Polo.....	37
Figura 13:	Mapa dos Segmentos Turísticos dos Municípios do Polo.....	38
Figura 14:	Mapa de Atrativos – Polo do Jalapão.....	63
Figura 15:	Cachoeira do Formiga – Município de Mateiros .....	65
Figura 16:	Placa de indicação da passarela suspensa e imagem da passarela – Município de Mateiros.....	66
Figura 17:	Cachoeira da Velha – Município de Mateiros .....	67
Figura 18:	Dunas do Jalapão – Município de Mateiros .....	68
Figura 19:	Sinalizações – acesso à trilha, trilha e sinalizações para a subida para as Dunas do Jalapão – Município de Mateiros.....	69
Figura 20:	Fervedouro dos Buritis – Município de Mateiros .....	70
Figura 21:	Placa de Sinalização Fervedouro dos Buritis e Acesso ao Fervedouro – Município de Mateiros.....	70
Figura 22:	Fervedouro do Ceíça .....	71
Figura 23:	Trilha de acesso à prainha do Rio Novo.....	72
Figura 24:	Escadaria de acesso à Prainha do Rio Novo – Município de Mateiros.....	73
Figura 25:	Prainha do Rio Novo – Município de Mateiros.....	73
Figura 26:	Corredeiras do Rio Novo – Município de Mateiros.....	74
Figura 27:	Serra do Espírito Santo – Município de Mateiros .....	75
Figura 28:	Morro do Gorgulho – Município de Novo Acordo .....	77
Figura 29:	Sinalização e Quiosque Morro do Gorgulho – Município de Novo Acordo.....	77
Figura 30:	Praia dos Borges – Município de Novo Acordo .....	78
Figura 31:	Paisagem – Trecho Novo Acordo a São Félix .....	79
Figura 32:	Outros atrativos de Novo Acordo.....	80
Figura 33:	Cachoeira do Soninho – Município de Ponte Alta do Tocantins .....	80
Figura 34:	Cachoeira do Lajeado – Município de Ponte Alta do Tocantins.....	81
Figura 35:	Cânion Sussuapara – Município de Ponte Alta .....	82
Figura 36:	Morro da Pedra Furada – Município de Ponte Alta do Tocantins .....	83
Figura 37:	Acessos ao Morro da Pedra Furada – Município de Ponte Alta do Tocantins.....	83
Figura 38:	Praia do Tambori – Município de Ponte Alta do Tocantins .....	84

Figura 39:	Cachoeira das Araras – Município de São Félix do Tocantins.....	85
Figura 40:	Sinalização cachoeira da Jalapinha – Município de São Félix do Tocantins .....	86
Figura 41:	Fervedouro do Alecrim– Município de São Félix do Tocantins .....	87
Figura 42:	Fervedouro do Alecrim – Estacionamento e Trecho de Acesso – Município de São Félix do Tocantins.....	87
Figura 43:	Sinalizações Fervedouro do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins.....	88
Figura 44:	Praia do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins .....	89
Figura 45:	Sinalização - Praia do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins .....	89
Figura 46:	Morro da Catedral – Município de São Félix do Tocantins .....	90
Figura 47:	Estrutura de apoio Morro da Catedral – Catedral do Jalapão Ecolodge, Município de São Félix do Tocantins.....	91
Figura 48:	Rio Soninho – Município de São Félix .....	92
Figura 49:	Rio Soninho – Município de São Félix .....	93
Figura 50:	Comunidade Mumbuca – Município de Mateiros .....	95
Figura 51:	Comunidade Mumbuca – Município de Mateiros .....	96
Figura 52:	Exemplo de Instrumento Turístico a ser Estruturado no Polo .....	101
Figura 53:	Centro de Atendimento ao Turista do Município de Mateiros.....	116
Figura 54:	Centro de Atendimento ao Turista do Município de São Félix do Tocantins.....	117
Figura 55:	Centro de Atendimento ao Turista do Município de Ponte Alta.....	117
Figura 56:	Mapa Rede de Acesso ao Polo – Sistemas de Transporte .....	119
Figura 57:	Trechos Novo Acordo/São Félix e Mateiros/Ponte Alta do Tocantins.....	120
Figura 58:	Sinalizações Turísticas dos Atrativos do Polo .....	122
Figura 59:	Vista do Município de Novo Acordo .....	122
Figura 60:	Vias da Sede do Município de Mateiros .....	123
Figura 61:	Vias das Sedes dos Municípios de São Felix do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins .....	123
Figura 62:	Abastecimento de Água do Polo.....	126
Figura 63:	Esgotamento Sanitário do Polo.....	130
Figura 64:	Despejo de Esgoto no Rio Ponte Alta no Município de Ponte Alta e na Praia dos Borges no Município de Novo Acordo.....	130
Figura 65:	Limpeza Urbana do Polo.....	131
Figura 66:	Lixo a Céu Aberto.....	132
Figura 67:	Falta de Drenagem Pluvial em Atrativos do Município de Novo Acordo.....	133
Figura 68:	Erosão Rodovias do Polo do Jalapão .....	134
Figura 69:	Fornecimento de Energia Elétrica do Polo .....	135
Figura 70:	: Gestão Descentralizada do Turismo – Estrutura de Coordenação, conforme definido pela Política Nacional do Turismo 2013 – 2016, aplicada para o Estado do Tocantins.....	139
Figura 71:	Organograma do Órgão de Turismo do Estado do Tocantins.....	140
Figura 72:	Organograma do Órgão de Turismo do Município de Novo Acordo .....	146
Figura 73:	Organograma do Órgão de Turismo do Município de Mateiros .....	147
Figura 74:	Organograma do Órgão de Turismo do Município de Ponte Alta do Tocantins .....	147
Figura 75:	Organograma do Órgão de Turismo do Município de São Felix do Tocantins .....	148
Figura 76:	Precipitação média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da precipitação média e (b) Gráfico da precipitação média na estação meteorológica localizada em Palmas .....	160

Figura 77: Temperatura média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da temperatura média e (b) Gráfico da temperatura média na estação meteorológica localizada em Palmas.....	161
Figura 78: Umidade relativa do ar média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990).....	162
Figura 79: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins.....	163
Figura 80: Bacias Hidrográficas do Polo.....	164
Figura 81: Rede de drenagem do Polo.....	165
Figura 82: Exemplo de Drenagens no Polo.....	165
Figura 83: Nascentes.....	166
Figura 84: Cachoeiras.....	166
Figura 85: Depressão ocorrida no Polo.....	167
Figura 86: Chapada no Polo.....	167
Figura 87: : Mapa geomorfológico do Polo.....	168
Figura 88: Dunas de Areia.....	168
Figura 89: Inselbergues no Polo.....	169
Figura 90: Mesa e Tabuleiro no Polo.....	169
Figura 91: Feições Típicas de Regiões com Clima Subúmido Seco.....	170
Figura 92: Mapa Hipsométrico do Polo.....	170
Figura 93: Mapa declividade do Polo.....	171
Figura 94: Unidades de conservação e áreas protegidas localizadas no Polo.....	175
Figura 95: Pássaros Encontrados na Região.....	175
Figura 96: Imagem de satélite do Polo.....	176
Figura 97: Solos Preparados para Uso Agrícola.....	177
Figura 98: Região Central do Polo com Solo.....	177
Figura 99: Região Oeste do Polo com Vegetação Nativa Preservada.....	178
Figura 100: Cerrado Preservado.....	178
Figura 101: Usos do solo potenciais na região do Polo.....	179
Figura 102: Análise SWOT.....	196
Figura 103: Dunas do Jalapão – Município de Mateiros.....	210
Figura 104: Comunidade quilombola Mumbuca.....	211
Figura 105: Cachoeira da Velha – Município de Mateiros.....	211
Figura 106: Fervedouro do Alecrim e Prainha do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins.....	212
Figura 107: Atrativos do Polo do Jalapão.....	212
Figura 108: Aspectos físicos da área turística.....	216
Figura 109: Recursos turísticos existentes.....	217
Figura 110: Infraestrutura e Serviços Básicos – Polo do Jalapão, 2013.....	218
Figura 111: Áreas Ambientais – Polo do Jalapão, 2013.....	222
Figura 112: Mapa de Atrativos do Polo do Jalapão, aplicada a Matriz de Valoração dos Atrativos.....	230
Figura 113: Mapa Unidades de Conservação e Atrativos – Polo do Jalapão.....	232
Figura 114: Proposição de Ocupação Territorial – Polo do Jalapão.....	235

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:	Índices Gerais de Competitividade – Mateiros, Brasil e cidades Não Capitais: 2008-2014.....	4
Gráfico 2:	País de origem dos turistas no Polo do Jalapão em 2013.....	16
Gráfico 3:	Principais Emissores para o Estado do Tocantins.....	17
Gráfico 4:	Fluxo de turistas no Polo do Jalapão em 2013.....	19
Gráfico 5:	Preferência de turistas na contratação de deslocamentos no Polo do Jalapão em 2013.....	21
Gráfico 6:	Número de Atividades Praticadas.....	25
Gráfico 7:	Sexo dos turistas no Polo do Jalapão em 2013.....	27
Gráfico 8:	Faixa etária dos turistas no Polo do Jalapão em 2013.....	28
Gráfico 9:	Equipamentos de Serviços Turísticos.....	29
Gráfico 10:	Número de Turistas que Programam Antecipadamente suas Viagens.....	29
Gráfico 11:	Tempo de Permanência nos Destinos Programados.....	30
Gráfico 12:	Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino.....	30
Gráfico 13:	Outras Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino.....	31
Gráfico 14:	Motivação do Turista Internacional que Viaja para o Brasil.....	40
Gráfico 15:	Aspectos Levados em Consideração nas Viagens Realizadas pelos Turistas Internacionais.....	40
Gráfico 16:	Associação Feita pelos Turistas Conforme Hábitos de Consumo.....	42
Gráfico 17:	Evolução Índice Geral Competitividade – Mateiros, Não Capitais e Brasil (2008-2014).....	48
Gráfico 18:	Distribuição dos 65 destinos indutores considerando índices de Competitividade (2008-1204).....	49
Gráfico 19:	Evolução das Dimensões referentes ao estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores – grupo com valoração acima do índice geral – Mateiros (2008-2014).....	51
Gráfico 20:	Evolução das dimensões referentes ao estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores – grupo com valoração abaixo do índice geral – Mateiros (2008-2014).....	51
Gráfico 21:	Estabelecimentos registrados nas Associações relacionadas com o Turismo.....	104
Gráfico 22:	Facilidades e equipamentos oferecidos nas unidades habitacionais.....	105
Gráfico 23:	Estratégias de Marketing das Empresas pesquisadas.....	106
Gráfico 24:	Categorias dos equipamentos de gastronomia pesquisados.....	109
Gráfico 25:	Tipos dos imóveis que abrigam os estabelecimentos de gastronomia.....	110
Gráfico 26:	Comercialização dos empreendimentos gastronômicos.....	111
Gráfico 27:	Tipos de serviços oferecidos pelas Agências de Turismo.....	113
Gráfico 28:	Parcerias realizadas pelas Agências Turísticas do Polo do Jalapão.....	114
Gráfico 29:	Investimentos realizados nas Agências de Turismo do Polo Jalapão nos últimos cinco anos.....	114

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Objetivos Específicos.....	13
Quadro 2:	Atividades Realizadas nos Segmentos de Aventura e Ecoturismo.....	24
Quadro 3:	Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista.....	26
Quadro 4:	Portfólio Estratégico do Polo do Jalapão.....	35

Quadro 5:	Recursos Naturais e Atividades desenvolvidas por Segmentos .....	35
Quadro 6:	Evento do Polo do Jalapão.....	98
Quadro 7:	Distancias entre municípios e rodovias utilizadas.....	121
Quadro 8:	Número de Cargos e respectivos ocupantes da Adtur .....	140
Quadro 9:	Número de Cargos e respectivos ocupantes - SEDETUR.....	143
Quadro 10:	Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo .....	144
Quadro 11:	Número de Cargos e respectivos ocupantes – SEDEN .....	145
Quadro 12:	Macro programas e programas do Ministério do Turismo.....	152
Quadro 13:	Instrumentos Legais e de Gestão dos Municípios do Polo .....	155
Quadro 14:	Listagem dos Municípios do Polo que possuem o Plano Diretor Municipal .....	157
Quadro 15:	Incentivos Disponíveis para o Turismo no estado do Tocantins .....	159
Quadro 16:	Pontos fortes/Usos potenciais dos controles climáticos relacionados às atividades turísticas ..	162
Quadro 17:	Pontos fortes/Usos potenciais da rede hidrográfica relacionados às atividades turísticas. ....	167
Quadro 18:	Pontos fortes dos controles geomorfológicos relacionados às atividades turísticas.....	171
Quadro 19:	Pontos fortes/Usos potenciais da vegetação relacionados às atividades turísticas.....	179
Quadro 20:	Riscos ambientais em relação às atividades turísticas .....	180
Quadro 21:	Síntese dos Principais Conflitos, Impactos Negativos e as Ações para Minimização. ....	182
Quadro 22:	Capacidade institucional dos municípios para a gestão ambiental no Polo.....	185
Quadro 23:	Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças do Polo do Jalapão. ....	198
Quadro 24:	Crerios para Avaliação do Potencial de Atratividade .....	203
Quadro 25:	Matriz de hierarquização dos atrativos turísticos.....	205
Quadro 26:	Atrativos Turísticos do Polo do Jalapão Considerados para Hierarquização.....	205
Quadro 27:	Objetivos e Estratégias – Polo do Jalapão, 2013.....	227
Quadro 28:	Descrição das Ações do Componente 1 – Produto Turístico .....	237
Quadro 29:	Descrição das Ações do Componente 2 – Comercialização .....	241
Quadro 30:	Descrição das Ações do Componente 3 – Fortalecimento Institucional .....	242
Quadro 31:	Descrição das Ações do Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos .....	245
Quadro 32:	Descrição das Ações do Componente 5 – Gestão Ambiental.....	248
Quadro 33:	Metas de Desempenho – Fortalecimento Institucional.....	257
Quadro 34:	Impactos Potenciais da Implementação do Programa .....	270

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Fluxo de Turistas por Mês – Série Histórica .....	20
Tabela 2:	Série Histórica do Aeroporto de Palmas .....	20
Tabela 3:	Permanência Média de Turistas por Renda Mensal .....	22
Tabela 4:	Cenários para a projeção da demanda turística futura (5 anos) .....	23
Tabela 5:	Estimativa de crescimento do fluxo turístico.....	23
Tabela 6:	Gasto Médio Individual do Turista em 2007 e 2009 .....	32
Tabela 7:	Média de Preços Praticados pelos Equipamentos Turísticos do Polo .....	32
Tabela 8:	Preferências dos Turistas Atuais e Potenciais.....	45
Tabela 9:	Principais Motivos Levantados na Escolha dos Turistas Potencial .....	46
Tabela 10:	Duração das Viagens no Brasil.....	47

Tabela 11:	Balanco Geral dos Índices de Competitividade de Mateiros como Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Regional.....	53
Tabela 12:	Considerações do Estudo de Competitividade de Mateiros como Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Regional.....	54
Tabela 13:	Preços praticados – Roteiros turísticos em Bonito, Brotas e Jalapão. ....	58
Tabela 14:	Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios Integrantes do Polo.....	99
Tabela 15:	Estabelecimentos de Hospedagem (Aduar e Cadastur) do Polo .....	100
Tabela 16:	Unidades Habitacionais e Leitos do Polo .....	102
Tabela 17:	Estabelecimentos de Hospedagem (Sedetur e Cadastur) do Polo .....	102
Tabela 18:	Quantitativo de Estabelecimentos de Hospedagem do Polo em 2013 e em 2015 .....	103
Tabela 19:	Total de Equipamentos e Serviços de Alimentação Instalados nos Municípios do Polo .....	107
Tabela 20:	Estabelecimentos de Hospedagem (Aduar e Cadastur) do Polo .....	108
Tabela 21:	Estabelecimentos de Hospedagem (Aduar e Cadastur) do Polo .....	109
Tabela 22:	Formas de Abastecimento de Água em Domicílios Particulares Permanentes* .....	125
Tabela 23:	Qualidade da água do município de Novo Acordo – Janeiro a Maio de 2013.....	127
Tabela 24:	Qualidade da água do município de Ponte Alta do Tocantins – Janeiro a Maio de 2013.....	127
Tabela 25:	Qualidade da água do município de São Félix do Tocantins – Janeiro a Maio de 2013 .....	128
Tabela 26:	Tipo de Esgotamento Sanitário de Banheiros Exclusivos de Domicílios Particulares Permanentes em 2010.....	129
Tabela 27:	Destino do Lixo dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Resultados Preliminares do Censo Demográfico em 2010.....	131
Tabela 28:	Distribuição de Energia Elétrica em Domicílios Particulares Permanentes em 2010 .....	135
Tabela 29:	Equipamentos de Saúde dos Municípios Polo – levantamento 2013 e 2015.....	136
Tabela 30:	Equipamentos de Segurança dos Municípios Polo .....	137
Tabela 31:	Demonstrativo dos recursos arrecadados no Ministério de Turismo nos anos de 2011, 2012 e 2013.....	149
Tabela 32:	Hierarquização de Atrativos do Polo do Jalapão .....	207
Tabela 33:	Ranking dos Atrativos do Polo do Jalapão.....	209
Tabela 34:	Dimensionamento do Investimento Total – Ações com Recursos do Prodetur e de Outras Fontes.....	251
Tabela 35:	Investimentos do Prodetur .....	255
Tabela 36:	Investimentos Totais previstos no PDITS de acordo com a origem dos Recursos Financeiros Necessários.....	256
Tabela 37:	Investimentos do Prodetur - Primeiros 18 meses .....	259
Tabela 38:	Linhas de Base - Polo Jalapão.....	278

## LISTA DE SIGLAS

Abeta	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
Adtur	Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
ATN	Agência Tocantinense de Notícias
Cadastur	Sistema de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAT	Centro de Atendimento ao Turista
Energisa	Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ESEC	Estação Ecológica
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisa Econômica
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTur	Ministério do Turismo
Naturatins	Instituto Natureza do Tocantins
OMT	Organização Mundial do Turismo
PARNA	Parque Nacional
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PPA	Plano Plurianual
Odebrecht Ambiental/Saneatins	Companhia de Saneamento do Tocantins
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDEN	Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SNT	Sistema Nacional de Turismo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Tocantins
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Econômico-Ecológico

## INTRODUÇÃO

O PDITS realizado para o Polo do Jalapão tem como objetivo orientar o crescimento do turismo por meio do desenvolvimento sociocultural, ambiental, político-institucional e econômico dos municípios que o compõem. Mantém, portanto, os princípios de garantia da sustentabilidade trazidos pela busca da qualidade ambiental e da inserção da população local na cadeia produtiva do turismo.

Fundamenta-se na política estadual de desenvolvimento do turismo para o estado do Tocantins e orienta-se pelas diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo, coordenado pelo Governo Federal no âmbito do Ministério do Turismo – MTur.

Esse documento parte da realização do diagnóstico, apresentando a realidade atual dos municípios do Polo, para desenvolver a construção do futuro desejado, propiciado pelo desenvolvimento do turismo sustentável. Juntamente com as discussões participativas, foram realizadas as coletas de informações sobre o mercado turístico atual, os produtos e segmentos turísticos principais e complementares, a prospecção do crescimento do turismo, a infraestrutura e questões institucionais e socioambientais. Avalia-se, portanto, a situação da atividade turística no Polo e a estimativa da sua posição competitiva relativa no mercado turístico, frente a consumidores e competidores.

A partir da análise desses resultados são pontuados e concebidos os objetivos e as estratégias de desenvolvimento turístico para então definir as ações que irão nortear e permitir que o desenvolvimento do turismo no Polo ocorra de forma integrada e sustentável. As ações previstas são priorizadas e especificadas, destacando-se aquelas indicadas para o aporte de recursos financeiros do Prodetur. A metodologia adotada para a definição das ações baseou-se também na participação das comunidades locais, dos setores pertencentes à cadeia produtiva do turismo e das instituições governamentais do estado representadas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins SEDEN/TO.

O documento elaborado permitiu o planejamento integrado do Polo, contemplando os municípios que o compõe por meio das ações destinadas a cada um deles. Acrescenta-se que, para a concretização das ações previstas, pode-se buscar tanto o aporte de recursos financeiros do Prodetur, quanto de outras fontes.

Com a execução das ações estabelecidas no PDITS pretende-se iniciar a mudança de paradigma da atual realidade do Polo, fortalecendo as atividades turísticas e contribuindo para a melhoria da economia e da qualidade de vida da população local em bases sustentáveis.

## **1. MARCO REFERENCIAL E OBJETIVOS DO PDITS**

## 1.1 O Estado do Tocantins e o Polo do Jalapão

O estado do Tocantins, antes pertencente ao estado de Goiás, foi criado em 5 de outubro de 1988 no momento da promulgação da última Constituição brasileira. É a mais nova unidade federativa do Brasil, situando-se no sudoeste da região norte do País e ocupando uma área de 277.720,52 km<sup>2</sup>.

A população do estado do Tocantins é de quase 1,5 milhões de habitantes que estão distribuídos em 139 municípios, apresentando uma densidade demográfica média de 4,98 de habitantes por km<sup>2</sup>, de acordo com as estimativas do IBGE para 2014.

Figura 1: Localização do Estado do Tocantins



Fonte: Technum Consultoria

Tocantins limita-se ao norte com o Estado do Maranhão; a leste com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia; ao sul com o Estado de Goiás; e a oeste com os Estados de Mato Grosso e Pará.

O estado destaca-se pela logística de transportes, dispondo de sistemas interligados, ou com potencial de interligação, nas diferentes modalidades: rodoviária, hidroviária, ferroviária, e aeroviária.

Trata-se de um estado em consolidação, com muitas oportunidades de desenvolvimento e potencial de visibilidade no cenário nacional e mesmo internacional.

**Figura 2: Estados limítrofes ao Estado do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria

No Tocantins o clima predominante é o tropical, caracterizado por apresentar duas estações bem definidas, uma seca e uma chuvosa. A primeira produz temperatura com média anual de 26°C e a segunda de 32°C.

O estado faz parte dos principais potenciais hídricos do Brasil, apresentando importantes rios como o Araguaia, o Tocantins, o Sono, o das Balsas e o Paranã. No Rio Araguaia está situado a maior ilha fluvial do mundo, denominada Ilha do Bananal, com aproximadamente 20 mil Km<sup>2</sup> de extensão. Em seu interior, encontra-se o Parque Nacional do Araguaia, que ocupa cerca de um terço de sua extensão, sendo o restante destinado às terras indígenas.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, segundo a Secretaria de Planejamento, foi de R\$ 19,5 bilhões em 2012, o que representou um PIB per capita de R\$ 13.776,00 naquele ano. O setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual (64,4%), seguido pela indústria (19,2%) e agropecuária (16,3%). No Tocantins, o segmento de serviços concentra-se na capital, Palmas, e nas cidades localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília.

A agropecuária é a atividade responsável por 99% das exportações do estado. Tocantins é grande produtor agrícola, com destaque para o cultivo de arroz, mandioca, cana-de-açúcar, milho e, principalmente, soja. Ainda em relação ao setor primário, destaca-se a mineração, uma vez que o estado apresenta grandes quantidades de ouro e calcário.

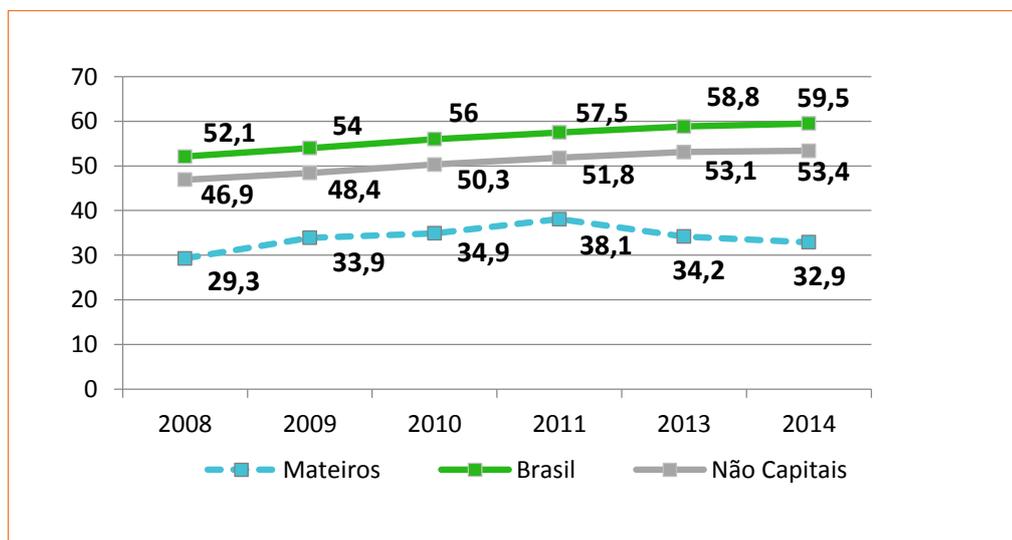
O setor industrial está centralizado nas cidades de Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Paraíso do Tocantins. Destacam-se as indústrias de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e alimentícia.

O estado do Tocantins conta com um meio ambiente diferenciado, onde se encontram áreas de preservação, unidades de conservação, e importantes bacias hidrográficas. É composto por importante acervo dos recursos naturais, santuários ecológicos e diversos atrativos, tais como cachoeiras, dunas, morros, veredas, fervedouros, *canyons*, praias fluviais, lagoas de águas cristalinas. Trata-se de um território onde o cerrado, o pantanal e a floresta amazônica encontram-se e formam um cenário ímpar com características que podem ser encontradas em poucos lugares do mundo. Acrescenta-se a esta riqueza natural os atrativos culturais proporcionados pela presença das cidades históricas, das etnias, do artesanato e das festas regionais.

O MTur juntamente com o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas vêm estudando desde 2008 a evolução da competitividade de 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Nesse contexto, o estado participa com dois municípios: Palmas e Mateiros. O estudo, a partir de metodologia específica, avalia aspectos relacionados à atividade turística tais como infraestrutura geral, qualidade de acesso, serviços, equipamentos, gestão turística e outros.

Em uma análise preliminar, ilustrada no gráfico a seguir, observa-se que os índices de Mateiros, município que compõe o Polo do Jalapão, encontram-se em um patamar inferior quando comparado aos índices encontrados nos demais municípios do Brasil, especificamente, em cidades não capitais conforme informações do gráfico. A mesma situação ocorre na comparação entre Mateiros e Palmas.

**Gráfico 1: Índices Gerais de Competitividade – Mateiros, Brasil e cidades Não Capitais: 2008-2014**

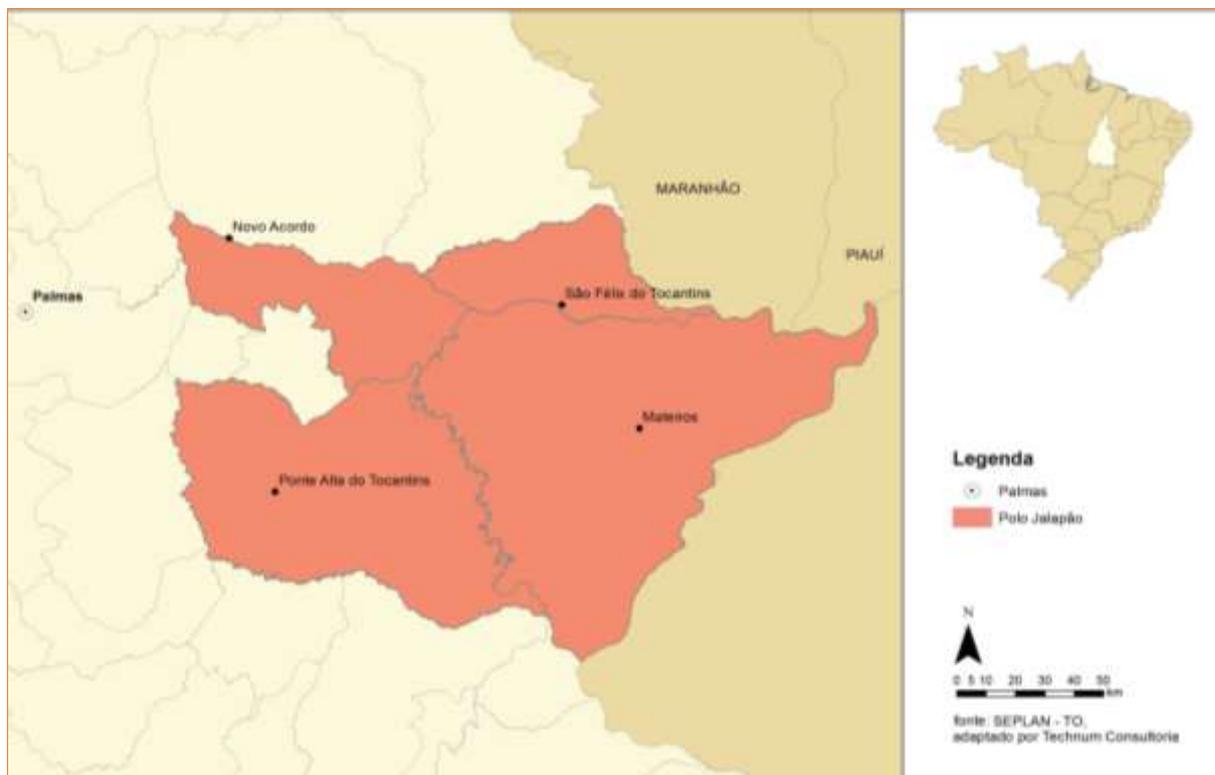


Fonte: FGV/MTur/SEBRAE 2014, Estudo de competitividade Mateiros Relatório Analítico 2014

Atendendo às diretrizes do Programa de Regionalização do Ministério do Turismo, o estado foi dividido em sete regiões turísticas: Vale dos Grandes Rios, Bico do Papagaio, Serras e Lago, Serras Gerais, Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão e Ilha do Bananal.

Além dessas regiões, define-se também a formação de Polos Turísticos, para os quais estão sendo, ou serão, elaborados os Planos de Desenvolvimento do Turismo Sustentável – PDITS. No total são sete Polos, a saber: Polo de Palmas, Polo do Jalapão, Polo Cantão, Polo das Serras Gerais, Polo Ilha do Bananal, Polo Bico do Papagaio e Polo Vale dos Grandes Rios. O mapa a seguir apresenta o Polo do Jalapão e seus quatro municípios: Novo Acordo, Mateiros, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins.

**Figura 3: Localização do Polo Jalapão**



Fonte: Technum Consultoria

O Polo do Jalapão situa-se na região leste do estado, limítrofe com os estados da Bahia, Piauí e Maranhão, e compreende os municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins. O município de Mateiros faz parte dos “65 Destinos Indutores”, do programa de “Roteirização Turística” do Ministério do Turismo uma vez que concentra a maior parte dos atrativos consagrados do Jalapão.

A seguir, apresenta-se uma síntese das principais características relativas as atividades turísticas do Polo do Jalapão. Esses pontos serão posteriormente detalhados ao longo dos capítulos.

### **Características principais do Polo do Jalapão**

O Polo apresenta como segmentos de turísticos principais o Ecoturismo e o Turismo de Aventura e tem como segmentos complementares o Turismo Cultural e o Turismo de Base Comunitária.

Destaca-se, nessa região, a riqueza de atrativos naturais como rios, cachoeiras, corredeiras, fervedouros, dunas, montanhas, formações rochosas singulares, matas e trilhas, além de recursos culturais como o capim dourado.

Como área de importância ambiental é importante ressaltar o Parque Estadual do Jalapão, a Área de Preservação Ambiental Estadual do Jalapão, a Estação Ecológica Serra Geral, a Área Preservação Ambiental Serra da Tabatinga e o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba. Os atrativos naturais representam uma imagem de destino turístico captada em nível internacional, embora alguns atrativos e recursos estejam ainda em diferentes estágios de estruturação.

**Figura 4: Dunas do Jalapão**



Dunas do Jalapão

Fonte: <http://www.portalonorte.com.br>, acesso em Maio de 2015.

A região é rica na fauna e flora. É possível destacar na fauna espécies como o pato-mergulhão (*Mergus octocetaceus*) e a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*), mas há muitas outras espécies (ameaçadas, raras, endêmicas e novas) que vem sendo identificadas na região.

No segmento cultural merece destaque as comunidades Mumbuca e Prata, formada por quilombolas. As comunidades são conhecidas pelo artesanato de capim dourado, utilizado para confecção de peças para decoração e bijuterias. As peças produzidas nos povoados são famosas tanto no Brasil, quanto no Exterior.

**Figura 5: Capim Dourado – Publicação na Revista Vogue**



Artesanato Capim Dourado

Fonte: <http://revista.casavogue.globo.com/>, acesso em Maio de 2015

Os atrativos turísticos existentes no Polo do Jalapão possuem alta potencialidade e diversidade, porém, ainda com infraestrutura incipiente e baixa qualidade nos serviços ofertados, o que se reflete nos gastos médios dos turistas. Ressaltam-se ainda os conflitos sociais em função das áreas de proteção, regularizações fundiárias, desmatamentos e queimadas.

## 1.2 A Política Federal e Estadual de Turismo e o Programa Prodetur Nacional

A elaboração do PDITS do Polo do Jalapão dá continuidade à estratégia estadual de captação de recursos para suporte à promoção e ao planejamento turístico representando esforços de apoio ao desenvolvimento regional e integrado do turismo.

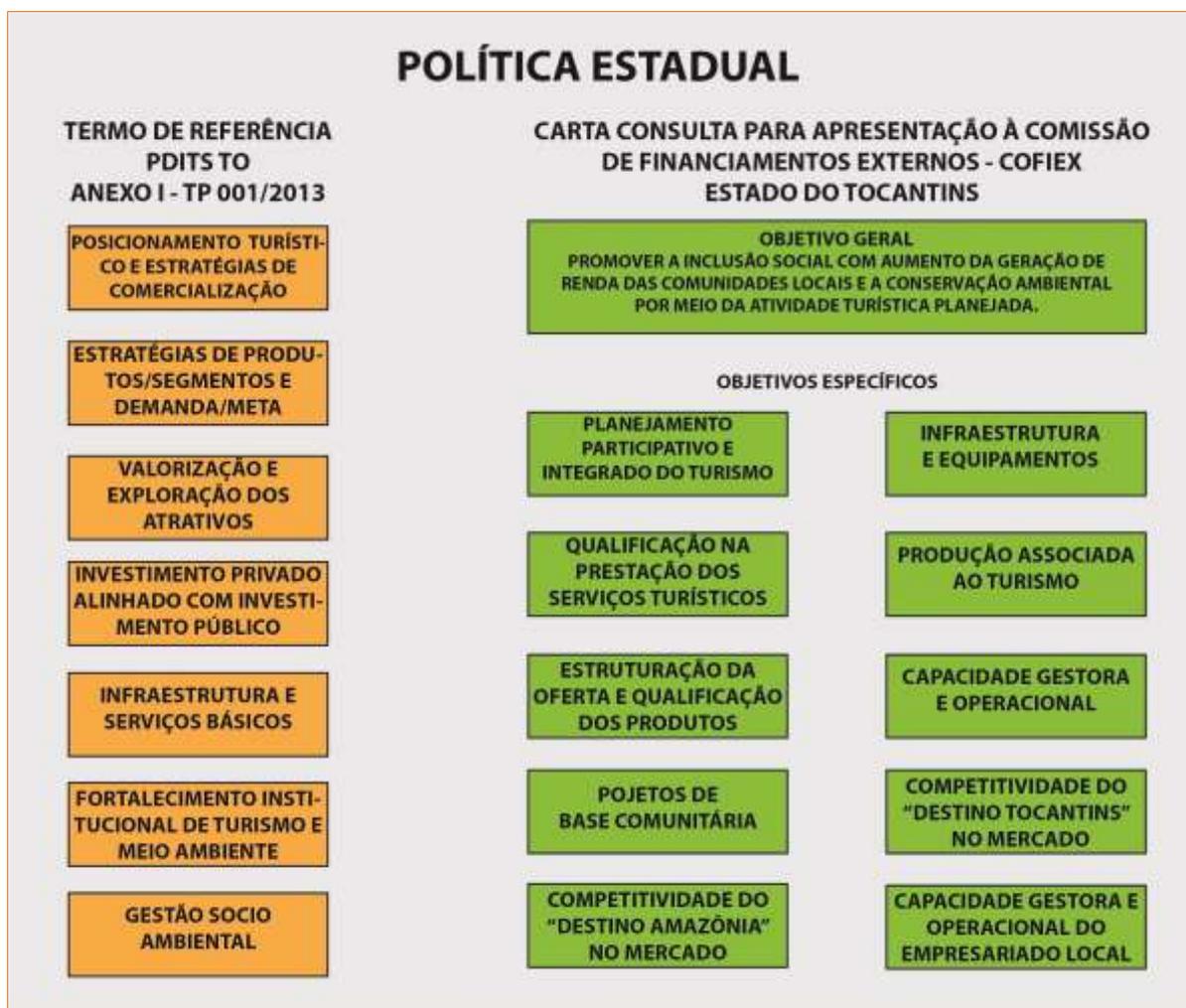
As principais referências do cenário atual das políticas públicas que norteiam o desenvolvimento dos PDITS são sintetizadas a seguir:

Figura 6: Política Federal – Plano Nacional de Turismo e Prodetur Nacional



Fonte: Plano Nacional de Turismo 2013-2016 e Regulamento Operacional do PRODETUR NACIONAL – ROP (2008)  
Adaptado: Technum Consultoria (2013).

Figura 7: Política Estadual – Estado do Tocantins



Fonte: Governo do Estado do Tocantins- Anexo I – TP 001/2013 e Carta Consulta para a apresentação à comissão de financiamentos externos – COFIEX (Tocantins). Adaptado: Technum Consultoria (2013).

Os quadros revelam que as políticas federais e estaduais encontram-se alinhadas em suas diretrizes, estruturas, estratégias e objetivos. O Plano Nacional do Turismo 2013-2016 – PNT, construído de acordo com as orientações do Governo Federal, tem como premissa promover, por meio da atividade turística, o desenvolvimento socioeconômico equilibrado e sustentável, bem como a inclusão social e a erradicação da pobreza. Neste contexto, suas diretrizes envolvem (i) a participação e diálogo com a sociedade; (ii) a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; (iii) o incentivo à inovação e ao conhecimento; e (iv) a regionalização como abordagem territorial e institucional. São esses os instrumentos que norteiam o desenvolvimento do turismo brasileiro (figura 6).

Aliado ao PNT, merece destaque o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, também de abrangência nacional, é estruturado de forma a promover o acesso às linhas de crédito e aos recursos financeiros. Para a elaboração de propostas e de formatação dos seus programas, os estados e municípios podem contar com o apoio do Ministério do Turismo. O programa tem como objetivo (i) estruturar os destinos e dar qualidade ao produto turístico brasileiro; (ii) aumentar a competitividade do produto turístico nacional; (iii) melhorar a qualidade de vida da população residente nos destinos turísticos; (iv) promover o desenvolvimento econômico e social local de forma sustentável; e (v) apoiar a recuperação

e adequar a infraestrutura dos equipamentos nos destinos turísticos. Seus investimentos são organizados nos seguintes componentes: estratégia de produto turístico; estratégia de comercialização; informação, distribuição e promoção; fortalecimento institucional; infraestrutura e serviços básicos; e gestão ambiental (figura 6).

Com efeito, as políticas federais para o turismo atuam de forma a promover o turismo, beneficiando a comunidade local, norteando o rumo da atividade turística e visando atingir os objetivos dos programas e dos projetos de forma integrada.

No âmbito estadual, as ações a serem desenvolvidas na elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, para os Polos do Cantão, do Jalapão e de Palmas, deverão estar apoiadas nos eixos estratégicos estipulados para o desenvolvimento do turismo (figura 7), quais sejam: (i) posicionamento turístico e estratégias de comercialização; (ii) as estratégias de produto/segmentos e demanda/meta; (iii) valorização e exploração dos atrativos; (iv) investimento privado alinhado com investimento público; (v) fortalecimento institucional de turismo e de meio ambiente; (vi) infraestrutura e serviços básicos; e (vii) gestão socioambiental. Dessa forma, os eixos estratégicos previstos ocupam um lugar decisivo no processo de concepção e implementação das ações para o turismo e constituem ferramenta estruturante da política de desenvolvimento sustentável. A análise comparativa das figuras 6 e 7 permite identificar que os eixos estratégicos alinharam-se aos componentes previstos pelo PRODETUR NACIONAL e às diretrizes impostas pelo PNT.

Completando o quadro de políticas estaduais tem-se a Carta Consulta para a apresentação à Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, elaborada pelo Estado do Tocantins, estruturada como forma de agilizar o acesso às linhas de crédito e aos recursos financeiros para o desenvolvimento do turismo. A justificativa para a solicitação do financiamento se baseia no turismo como atividade econômica capaz de promover a participação social, a erradicação da pobreza por meio da geração de emprego e renda e a preservação e conservação dos recursos naturais. As justificativas constantes na Carta Consulta estão interligadas às diretrizes do PNT.

Ainda sobre a Carta Consulta, pode-se afirmar que o objetivo geral e os objetivos específicos (figura 7) propostos estão estruturados e enquadrados nos componentes do PRODETUR NACIONAL e nos eixos estratégicos para a elaboração do PDITS dos três Polos.

Como complemento do marco referencial para a elaboração dos Planos de Turismo, destaca-se ainda o Mapa Estratégico do Estado do Tocantins, elaborado pela Secretaria de Planejamento do Tocantins – Seplan e publicado no Diário Oficial do Tocantins em dois de outubro de 2013. Ele define a inclusão social e o desenvolvimento sustentável como perspectivas e resultados do Estado e, como premissa para o crescimento econômico, apontando para o desenvolvimento do potencial turístico. O mesmo é apresentado a seguir.

Figura 8: Política Estadual – Estado do Tocantins



Fonte: Diário Oficial do Tocantins (ANO XXV - PALMAS, Quarta - Feira, 02 de Outubro de 2013 – Nº 3.973).

De acordo com informações obtidas junto a SEDEN - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (atual gestão do turismo no Estado), foi

publicado em 23 de dezembro de 2015 o novo Mapa Estratégico do Estado – PPA 2016-2019 que pode ser verificado na imagem a seguir.

Figura 9: Política Estadual – Estado do Tocantins – PPA 2016-2019



Fonte: publicação no DOE de nº 4. 527, Suplemento em 23 de dezembro de 2015, disponível em [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br), acesso em Março de 2016.

Verifica-se que o mapa datado de dezembro de 2015 amplia a **perspectiva dos resultados incorporando-os na visão de futuro**: melhorar a qualidade de vida, desconcentrar o desenvolvimento, elevar o valor agregado da produção e desenvolver cadeias produtivas.

A perspectiva de meios passa a ser tratada como **perspectiva dos condicionantes**. Essa nova perspectiva trata como visão de futuro: melhorar a qualidade e aumentar a cobertura na prestação de serviços; assegurar e integrar logística para inserções global e nacional; ampliar a capacidade de inovação; e estimular o empreendedorismo de vanguarda.

Sobre a perspectiva de base, agora considerada **perspectiva de governança**, destaca-se no mapa estratégico atual: adotar gestão estratégica; garantir o equilíbrio e qualidade fiscal; desenvolver competências e comprometimento dos servidores; promover parcerias; e desenvolver capital social.

Observa-se, portanto, que o cerne deste PDITS permanece alinhado à Política Estadual atual, já tendo incorporado os necessários ajustes apontados pelos atuais gestores. A partir dessas perspectivas, a elaboração do PDITS implica no alinhamento e articulação com as esferas federal, estadual e municipal. Além disso, é importante obter a visão integrada da realidade dos Polos turísticos pautada no mercado turístico (oferta e demanda), na gestão do turismo e na infraestrutura. No que se refere aos aspectos sociais, econômicos e ambientais, estes devem ter por base o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população.

### 1.3 Objetivo Geral do PDITS

A definição do objetivo geral e dos objetivos específicos do Polo foram alinhados com as políticas federais e estaduais e articulados de acordo com as características e vocações pertinentes ao Polo e com a sua relação com os segmentos turísticos principais propostos.

Observando-se a necessidade de consolidação do Polo enquanto Destino Turístico, o objetivo inicialmente traçado foi:

**Promover as atividades turísticas dos segmentos de Aventura e Ecoturismo de forma sustentável, ou seja, estruturadas e adequadas à sua vocação e à sua singularidade, de forma a garantir a preservação do meio ambiente e a inserção da população local.**

Nesse contexto, buscou-se identificar os segmentos principais e complementares do diagnóstico realizado para a área turística, determinados com base nos princípios da regionalização e a partir da estratégia estabelecida pelo Estado do Tocantins para o posicionamento turístico e estratégico de comercialização, apresentados a seguir:

POLO	SEGMENTOS PRINCIPAIS	SEGMENTOS SECUNDÁRIOS
Polo do Jalapão	Ecoturismo Turismo de Aventura	Turismo Cultural Turismo de Base Comunitária

As definições dos segmentos de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Cultural são aquelas estabelecidas pelo MTur, contempladas pelo Programa de Regionalização do Turismo e publicadas no ano de 2010. Esses conceitos estão disponíveis no site institucional do MTur da seguinte maneira:

- **Ecoturismo:** “*é um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações*” (Ecoturismo: Orientações Básicas - MTur, 2010, p. 17). Busca valorizar as questões ambientais, culturais, sociais e econômicas pressupondo o fator ambiental como o fundamento da experiência turística.
- **Turismo de Aventura:** “*compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo*” (Turismo de Aventura: Orientações Básicas - MTur, 2010, p.14). Representa, portanto, atividades relativas à superação de limites pessoais de forma recreativa. Incorpora práticas que evitem e/ou minimizem possíveis impactos negativos ao ambiente.
- **Turismo Cultural:** “*compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.*” (Turismo Cultural: Orientações Básicas - MTur, 2010, p.15). Consiste, portanto, no turismo que busca valorizar o patrimônio material e imaterial.

O **Turismo de Base Comunitária**, embora não tenha um caderno específico do Mtur que direcione e oriente quanto à sua definição, pode ser entendido como o turismo destinado a integrar o turista e a população dentro de sua comunidade.

No decorrer do trabalho, o objetivo geral foi ajustado em sua forma de expressão, sendo porém mantido o conteúdo principal daquele previsto inicialmente.

## Objetivo Geral – Polo do Jalapão

Empreender ações que acelerem o desenvolvimento dos segmentos de ecoturismo e de turismo de aventura e induzam à melhoria do produto, com qualificação dos empreendimentos atuais e captação de novos, entendendo que a conservação ambiental e a inserção da população local na cadeia produtiva do turismo são fatores primordiais para a sua sustentabilidade.

### 1.4 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos foram definidos em função do tempo (curto: 18 meses; médio: cinco anos; longo: dez anos), para o Polo. Vale ressaltar que os objetivos listados buscam identificar as necessidades e a estruturação de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, visando desenvolver o turismo no Polo.

Quadro 1: Objetivos Específicos

OBJETIVO	POLO DO JALAPÃO
disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade.	curto
aumentar a quantidade e a qualidade de equipamentos, serviços e infraestrutura turística ofertados no Polo.	médio
diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas.	curto
promover o desenvolvimento de novos atrativos turísticos.	curto
aumentar a atratividade do turismo.	médio
aumentar o número de visitantes do Polo.	longo
aumentar o gasto médio do turista na região.	longo
preservar a cultura local.	médio
promover a captação de investimentos articulados e convergentes para o desenvolvimento turístico do Polo.	médio
fortalecer e ampliar a comercialização integrada dos atrativos.	médio
promover a Integração dos Municípios do Polo no que se refere ao planejamento e ordenamento do turismo sustentável.	curto
fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente.	longo
utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga.	médio
melhoria da qualidade dos serviços turísticos.	médio
fortalecimento das segmentações turísticas.	médio
facilitar a acessibilidade e o deslocamento de pessoas e bens no Polo Turístico.	médio
melhorar e ampliar a oferta de serviços e da infraestrutura turística do Polo.	médio
ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura e de serviços básicos.	médio
promover condições para a sustentabilidade turística e ambiental do Polo.	médio
utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga.	médio

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

## **2. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO**

## 2.1 Mercado Turístico

### 2.1.1 Análise da Demanda Turística Atual

As informações, indicadores e estatísticas relacionados ao perfil da demanda turística atual no Polo basearam-se em estudos e pesquisas realizadas pela extinta Aadtur, hoje Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins - SEDETUR, órgão oficial de turismo do Estado, e pelo Mtur por meio dos cadernos de segmentação turística. Aliam-se a essa análise as pesquisas primárias realizadas em campo, no mês de outubro de 2013, de natureza quantitativa e qualitativa nos quatro municípios que compõem o Polo.

As condições impulsionadoras do desenvolvimento do turismo no Polo referem-se à singularidade e à diversidade de atrativos naturais formados pelas chapadas, serras, cerrado, dunas, cachoeiras, fervedouros, rios e praias. Esta riqueza natural vem fortalecendo o segmento do Ecoturismo e o Turismo de Aventura.

Figura 10: Alguns dos Atrativos Turísticos do Polo



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Vale enfatizar que não existem levantamentos ou pesquisas qualitativas e quantitativas, realizadas pelo estado, município, órgãos ou entidades afetas à área que disponibilizem informações sobre o perfil do turista que visita o Polo. Observam-se esforços do órgão responsável pela gestão do turismo no âmbito estadual em realizar pesquisas referentes ao assunto por meio do levantamento anual realizado em 2013 que, no entanto, obtiveram poucos resultados. Nota-se ainda, a ausência de instrumentos de levantamento sistemático ou mesmo de metodologias de levantamento e de análises que busquem a consolidação

desses resultados de forma a dimensionar com maior exatidão os segmentos de demanda e os fluxos turísticos nos municípios.

Apesar dessa escassez de informações referentes aos fluxos, perfis e pesquisas turísticas do Polo, buscou-se analisar o turista que visita o estado. Pode-se verificar que a demanda turística do Tocantins vem crescendo nos últimos anos. O aumento do fluxo de passageiros no Aeroporto de Palmas, objeto de análise no item 1.1.1, corresponde a um indicador desse comportamento. Evidentemente, o fluxo de passageiros no aeroporto não ocorre exclusivamente por conta do turismo. No entanto, ao se considerar que o aumento desse fluxo é superior ao crescimento proporcional da população do Estado pode-se atribuir ao turismo uma parcela de responsabilidade por esse resultado.

No que diz respeito à segmentação turística, buscou-se identificar o motivo que mais atrai o visitante que se destina ao Polo. Os levantamentos realizados ao longo do diagnóstico do Polo apontam para o crescimento das atividades relacionadas aos definidos segmentos principais, Ecoturismo e Turismo de Aventura.

Segundo manual de orientação do Mtur (2010), o Turismo de Aventura é o segmento que compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo não competitivo. Essas atividades movimentam economicamente o mercado turístico através de deslocamentos, estadias, alimentações, recreação e entretenimento, operação e agenciamento.

O Ecoturismo atualmente possui características estruturais e mercadológicas próprias, juntamente com o leque de oferta proporcionado pelo crescimento das atividades realizadas, conforme acrescenta o Manual.

A segmentação complementar do Polo consiste no Turismo Cultural e no Turismo de Base Comunitária. Para as definições destes segmentos foram utilizados o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010), específico para cada um conforme indicado no item 1.3.

### 2.1.1.1 Perfil Quantitativo dos Visitantes Atuais do Polo

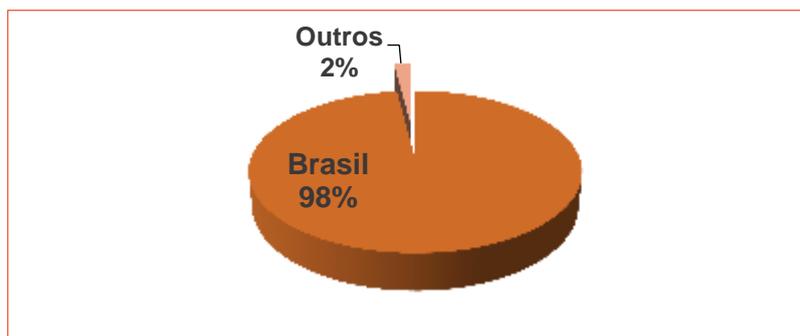
#### Pesquisas Estaduais – origem

De acordo com Análise do Fluxo e Perfil da Demanda Turística realizada pela Adtur no ano de 2013 para o Polo do Jalapão, o número de visitantes foi de 16.667 turistas.

Não há formalização desta pesquisa em um documento consolidado. Trata-se de levantamentos diretos realizados pela equipe da extinta Adtur, mas que permite o avanço no conhecimento da realidade atual do Polo.

Ainda segundo informações obtidas junto a Adtur em 2013, o fluxo nacional de turistas corresponde a 98% do fluxo total, restando apenas 2% para os demais países, conforme aponta o gráfico a seguir.

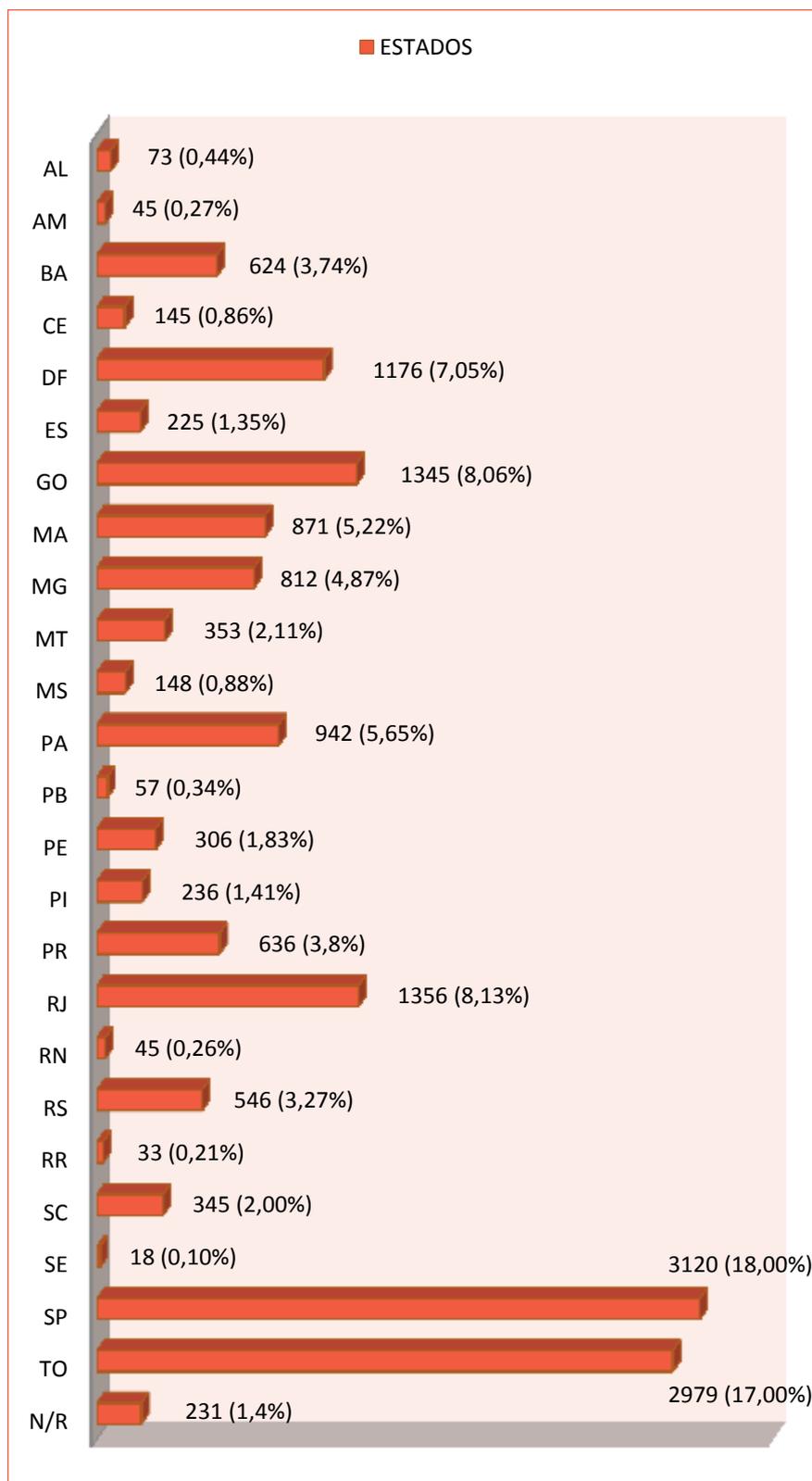
**Gráfico 2: País de origem dos turistas no Polo do Jalapão em 2013**



Fonte: Adtur, 2013.

Na composição do fluxo de hóspedes no Polo destacam-se, como principais emissores no mercado interno, os estados do Tocantins e de São Paulo, seguido por Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal conforme aponta o gráfico a seguir.

**Gráfico 3: Principais Emissores para o Estado do Tocantins**



Fonte: Adtur, 2013.

São Paulo configura-se como o maior emissor, com 3.120 do total de visitantes em 2013 (18% do total), seguido do Tocantins com 2.979 visitantes (17% do total de visitantes), Rio de Janeiro com 1.356 (8%), Goiás com 1.345 visitantes (8%) e Distrito Federal com 1.176 (7%).

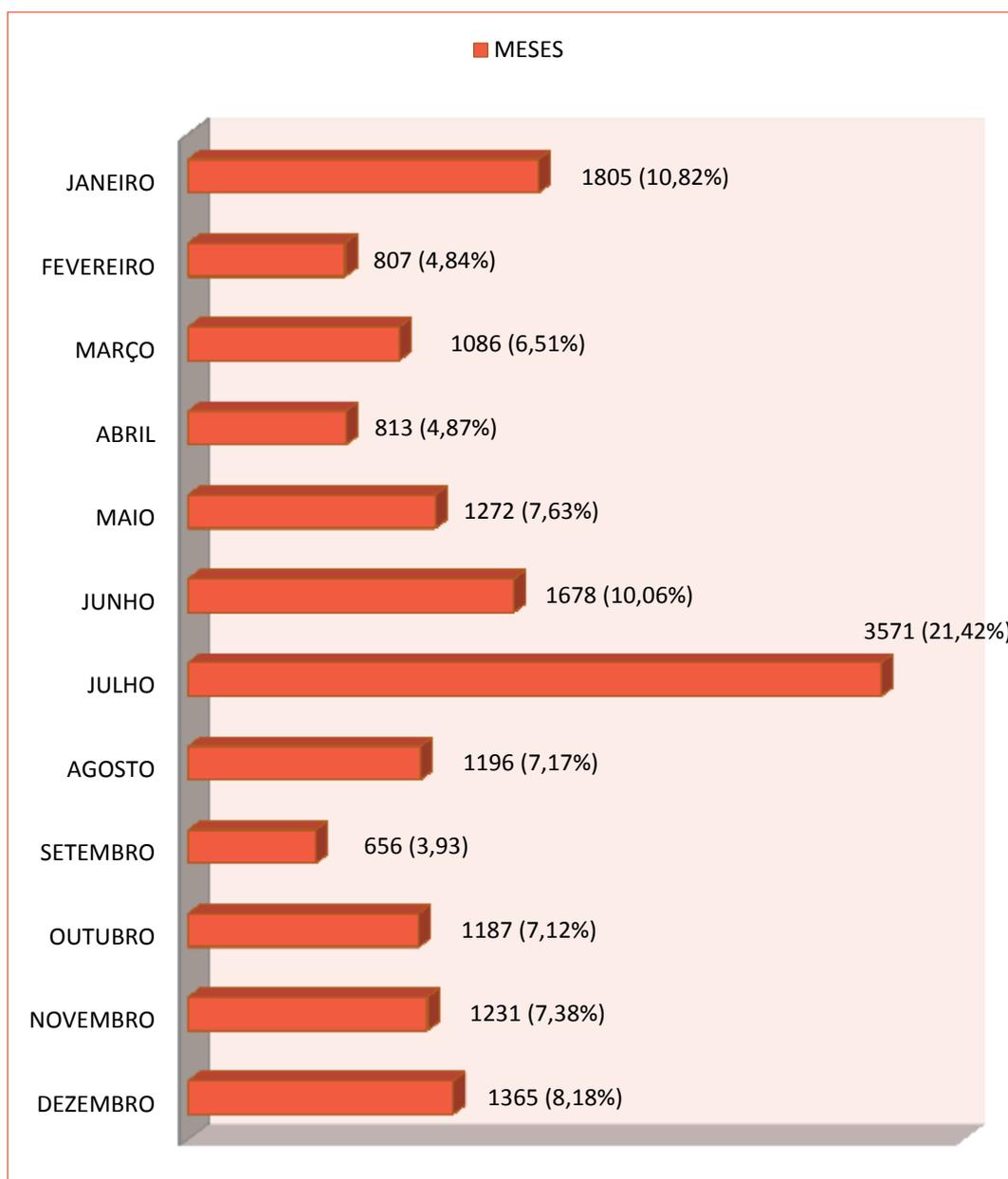
Na época de elaboração desse PDITS, a Rota da Iguana, uma das principais agências de turismo no Polo do Jalapão, confirmou a predominância do estado de São Paulo, seguido pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais que juntos somavam 80% dos turistas atendidos pela agência.

### **Pesquisas Estaduais – fluxos**

Segundo a pesquisa realizada pela Adtur (atual SEDEN), o período mais procurado pelos turistas no estado do Tocantins e, também, no Polo do Jalapão corresponde ao mês de julho devido ao período de estiagem e às férias escolares.

Em 2013, dos 16.667 turistas que visitaram o Polo, 3.571 estiveram lá no mês de julho, representando 21% do total de visitantes. De acordo com o gráfico a seguir os meses de janeiro, junho e dezembro recebem também um fluxo considerável de turistas.

**Gráfico 4: Fluxo de turistas no Polo do Jalapão em 2013**



Fonte: Adtur, 2013.

Os volumes de visitação turística indicam o efeito da sazonalidade. Esse fato compromete a cadeia turística, principalmente para os empreendimentos de menor porte, uma vez que os municípios muitas vezes se veem incapacitados de atender os turistas na alta temporada e ao mesmo tempo ficam com sua capacidade ociosa na baixa temporada, que compreende a maior parte do ano.

Dados oficiais disponibilizados pela Agência de Turismo Receptivo, Rota da Iguana, localizada no município de Palmas, tratam do fluxo de turistas nos anos 2011, 2012 e 2013 e apontam que o mês de maior procura pelos turistas corresponde a julho. Em 2011 foram 45 turistas, em 2012 somaram 35 visitantes e em 2013 o fluxo aumentou para 72 pessoas, conforme aponta a tabela seguinte. É importante enfatizar que as demais operadoras de Turismo que oferecem pacotes para o Polo do Jalapão não possuem ou não disponibilizaram tais informações para complementação.

**Tabela 1: Fluxo de Turistas por Mês – Série Histórica**

MÊS	ESTATÍSTICAS 2011		ESTATÍSTICAS 2012		ESTATÍSTICAS 2013	
	PACOTES	TURISTAS	PACOTES	TURISTAS	PACOTES	TURISTAS
janeiro	8	15	13	35	8	26
fevereiro	11	28	17	26	17	43
março	9	24	14	38	9	45
abril	9	20	13	41	9	26
maio	5	9	6	24	14	32
junho	4	16	5	18	18	34
julho	13	45	15	35	29	72
agosto	8	23	9	26	11	41
setembro	9	24	9	23	7	23
outubro	5	28	6	18	5	25
novembro	10	27	7	21	2	8
dezembro	6	13	5	12	<b>13*</b>	<b>39*</b>
<b>Total Geral</b>	<b>97</b>	<b>272</b>	<b>119</b>	<b>317</b>	<b>142</b>	<b>414</b>

Fonte: Rota da Iguana, 2013.

\* Números previstos para o mês de dezembro de 2013.

A tabela permite identificar que nos meses de fevereiro, março, maio, junho, agosto, setembro e outubro de 2013 o fluxo aumentou consideravelmente em relação aos anos anteriores. É possível observar, ainda, que houve um aumento significativo do total geral de turistas no Polo, passando de 272 para 414, o que representa um acréscimo de 52% de 2011 para 2013. A Rota da Iguana estima ainda que o número total de visitantes no Polo do Jalapão chega a aproximadamente 5.000 turistas ao ano.

### Movimentação aeroportuária - fluxos

O fluxo turístico pode ser dimensionado, também, pelo Aeroporto de Palmas Brigadeiro Lysias Rodrigues. Como mencionado ao início do item 2.1.1, ainda que o fluxo de passageiros no aeroporto não esteja relacionado exclusivamente ao turismo, pode-se inferir que, tendo em vista que o aumento desse fluxo supera o crescimento proporcional dos habitantes do Estado, o setor turístico é responsável por uma parcela desse resultado.

A tabela a seguir aponta a quantidade de aeronaves e de passageiros no aeroporto desde o ano de 2008. Os dados indicam aumento tanto de aeronaves, quanto de passageiros resultando na alteração de posição do estado no ranking referente à movimentação de passageiros nos aeroportos do Brasil. A posição ocupada pelo aeroporto de Palmas em 2009 passou de 42° para 35° em 2012, o que aponta uma maior movimentação de passageiros e turistas no aeroporto. Importa acrescentar que a primeira posição é ocupada pelo Aeroporto de Guarulhos, de acordo com os dados obtidos junto ao site institucional da Infraero.

**Tabela 2: Série Histórica do Aeroporto de Palmas**

ANO	AERONAVES	PASSAGEIROS	RANKING
2008	12.104	<b>259.362</b>	--
2009	11.603	<b>298.484</b>	<b>42º</b>

ANO	AERONAVES	PASSAGEIROS	RANKING
2010	17.161	389.217	--
2011	15.948	503.408	37º
2012	14.334	579.395	35º
2013	-	563.488	-

Fonte: Sítio da Infraero, <http://www.infraero.gov.br/> 2013.

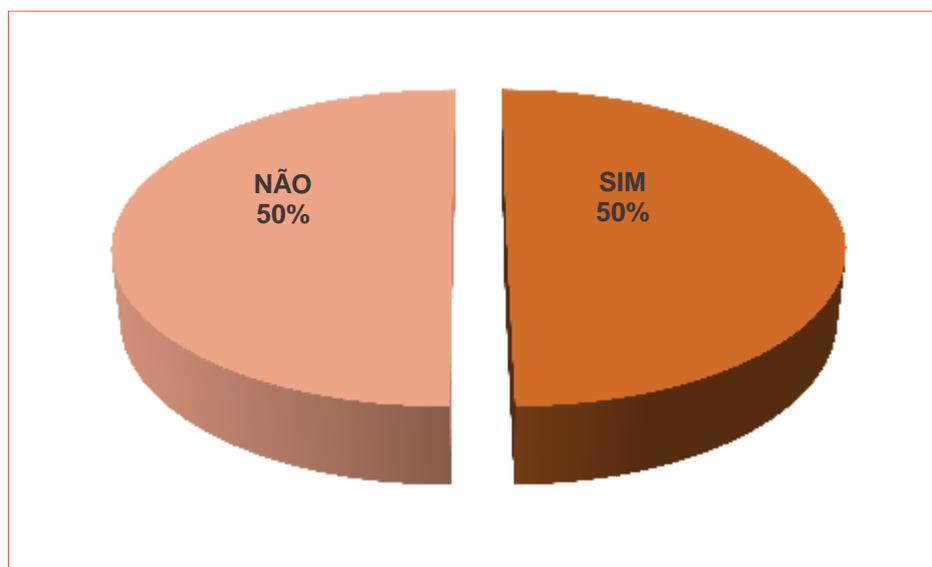
Nota-se que a partir de 2010 a capacidade de passageiros/ano excedeu o limite suportado pelo aeroporto que é de 370 mil passageiros/ano. Em 2010 esse limite extrapolou em 5%, enquanto que em 2011 o excedente foi de 36% de passageiros/ano e em 2012 de 56% em relação ao ano de 2010. De acordo com o site da Infraero foram concluídas somente obras para o Terminal de Logística de Cargas (Teca) do Aeroporto de Palmas e, segundo as informações da Adtur, não há previsão de obras para a ampliação do terminal de passageiros do mesmo.

### Acessibilidade rodoviária – possibilidade de fluxos

O acesso ao Polo do Jalapão é realizado, principalmente, a partir de Palmas por rodovias asfaltadas. No entanto, a condição de pavimentação não é constante na área interna do Polo. O acesso aos municípios de Mateiros e São Felix do Tocantins encontra-se em condições precárias de tráfego e de sinalização o que causa, além dos atolamentos de veículos, outros acidentes.

A pesquisa Perfil da Demanda Turística - 2013 da Adtur revela que ao perguntar aos turistas sobre o deslocamento no Polo, 50% disseram que contratam agência de turismo, conforme ilustra o gráfico a seguir. Este fato pode ser explicado devido às precárias condições do sistema viário, notadamente em Mateiros, São Félix e próximo aos atrativos.

**Gráfico 5: Preferência de turistas na contratação de deslocamentos no Polo do Jalapão em 2013**



Fonte: Adtur, 2013.

### Tempo de permanência

Como inexitem dados ou informações sistematizadas de órgãos ou instituições ligadas ao governo para tratar da série histórica do fluxo de turistas, não foi possível encontrar informações sobre a taxa de ocupação hoteleira, a permanência dos turistas e os gastos

turísticos. Portanto, no intuito de traçar esse perfil, foram utilizados os seguintes estudos: o levantamento realizado pela Adtur e IEL para a temporada de praia (2013); o Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) e o documento que trata da Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil realizado pelo MTur em parceria com a FIPE.

A pesquisa aponta que 50% dos turistas que visitam o estado ficam menos de 5 dias, sendo a permanência média de dois a três dias para 27,70% dos turistas, quatro ou cinco dias para 17,70% e de um dia para 5,2% dos visitantes. Do total dos visitantes, 26% permanecem de seis a dez dias, 10% ficam entre 11 a 15 dias e outros quase 10% entre 16 a 30 dias. Apenas 3,6% permanece mais de um mês.

A tabela a seguir detalha o tempo de permanência média de acordo com a renda mensal familiar.

**Tabela 3: Permanência Média de Turistas por Renda Mensal**

ITENS	CLASSE DE RENDA MENSAL FAMILIAR			
	DE 0 A 4 SM	DE 4 A 15 SM	ACIMA DE 15 SM	TOTAL
<b>Permanência Média (dias)</b>	<b>Principal Viagem (%)</b>			<b>(%)</b>
1	7,0	3,6	2,1	<b>5,2</b>
2 ou 3	29,6	26,7	21,2	<b>27,7</b>
4 ou 5	16,2	18,9	20,9	<b>17,7</b>
6 ou 7	12,1	17,6	20,8	<b>15,0</b>
8 a 10	9,9	12,5	14,4	<b>11,3</b>
11 a 15	10,0	9,6	11,3	<b>10,0</b>
16 a 30	10,6	8,6	7,5	<b>9,5</b>
31 ou mais	4,7	2,5	1,7	<b>3,6</b>

Fonte: Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil, realizada no ano de 2010/2011 pelo MTur e pela FIPE.

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) aponta que a permanência do turista de Negócios e Eventos é de seis noites, enquanto que o Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil (2020) realizado pelo MTur (2011) cita que os turistas internacionais apresentam permanência média de oito dias nos destinos do Brasil.

### **Demanda Futura**

A análise da demanda futura tem por base os seguintes subsídios:

- fluxo turístico do Polo do Jalapão obtido a partir das informações fornecidas pela Adtur de 215.950 turistas no ano de 2013;
- taxa média geométrica de crescimento projetada para o crescimento do turismo brasileiro (5,5% - disponibilizada pelo WTTC - *World Travel and Tourism Council*/Conselho Mundial de Viagens e Turismo, 2007.).

Levando-se em consideração a situação atual do Polo, foram utilizados três cenários para a projeção: um otimista que assume o crescimento da atividade econômica igual à média brasileira (5,5%); um moderado (4,0%); e um pessimista (2,0%), bastante inferior à taxa média projetada para o crescimento do turismo no Brasil. Os cenários e as respectivas taxas de crescimento estão apresentados nas tabelas seguintes.

Entende-se que dependendo das estratégias e ações implementadas pode-se chegar a uma demanda futura significativamente superior aos valores indicados, principalmente, tendo em vista o volume total de visitantes atuais do Polo.

Tecnicamente, porém, adotam-se os valores de segurança referentes ao cenário brasileiro, disponibilizados pelo *WTTC*.

**Tabela 4: Cenários para a projeção da demanda turística futura (5 anos)**

CENÁRIO	INDICADOR	2014 - 2018
Otimista	fluxo turístico	5,5%
Moderado	fluxo turístico	4,0%
Pessimista	fluxo turístico	2,0%

Fonte: Technum Consultoria SS.

A partir desses dados foi elaborada a projeção do fluxo de turistas que visitam o Polo do Jalapão tendo como base o fluxo turístico de 2013 que corresponde a 16.667 turistas.

**Tabela 5: Estimativa de crescimento do fluxo turístico**

ANO	PESSIMISTA	MODERADO	OTIMISTA
2013	16.667	16.667	16.667
2014	17.000	17.333	17.583
2015	17.340	18.027	18.550
2016	17.687	18.748	19.571
2017	18.040	19.498	20.647
2018	18.401	20.277	21.783

Fonte: Technum Consultoria SS.

### 2.1.1.2 Perfil Qualitativo dos Visitantes do Polo

A análise e caracterização do perfil qualitativo do turista permitem identificar o público que visita o Polo, bem como aquele que pode ser fidelizado. A partir desse conhecimento, é possível orientar a iniciativa pública e privada na elaboração e execução de ações voltadas para esse público-alvo no intuito de incrementar o fluxo turístico no Polo, desde que observados os condicionantes de sustentabilidade dessas ações.

A escassez de dados sistematizados pelo Estado, no que se refere ao perfil qualitativo do turista atual do Polo do Jalapão, revela uma fragilidade no monitoramento e gestão do turismo na área. Nesse sentido, foram utilizadas as pesquisas realizadas pelo Ministério do Turismo.

A segmentação turística volta-se para o princípio de que os mercados turísticos são compostos por consumidores com interesses diversos, mas passíveis de serem agrupados de acordo com certas características homogêneas no que diz respeito a gostos e preferências. Essa base conceitual da segmentação turística adotada pelo MTur, no Manual de Orientações Básicas do MTur (2010), relaciona-se às características da localidade turística e à motivação da viagem. Para Polo do Jalapão, utilizou-se o perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista no Brasil.

O Ministério do Turismo, juntamente com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura - Abeta, realizou uma pesquisa em 2009 com 949 pessoas que viajaram dentro do Brasil nos últimos 12 meses (homens e mulheres), com idade entre 18 e 59 anos e residentes nas capitais dos maiores Polos emissores do país: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

As atividades que o Turismo de Aventura e o Ecoturismo proporcionam aos turistas podem ser verificadas por meio das informações constantes no quadro a seguir. Importa

acrescentar que este quadro refere-se às atitudes e preferências do turista em relação aos atrativos mais valorizados e visitados dentro do segmento.

**Quadro 2: Atividades Realizadas nos Segmentos de Aventura e Ecoturismo**

Manual de orientações do MTur	Realizadas no Polo Jalapão	
	Existentes	Potenciais
<b>TURISMO DE AVENTURA ATIVIDADES NA TERRA</b>		
Arvorismo	-	-
Bungee jump	-	-
Cachoeirismo	Cachoeirismo	Cachoeirismo
Canionismo	-	Canionismo
Caminhada	-	Caminhada
Caminhada (sem pernoite)	-	Caminhada
Caminhada de longo curso	-	-
Cavalgadas	-	Cavalgadas
Cicloturismo	Cicloturismo	Cicloturismo
Espeleoturismo	-	-
Espeleoturismo vertical	-	-
Escalada	-	Escalada
Montanhismo	Montanhismo	Montanhismo
Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues	Turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues
Tirolesa	Tirolesa	Tirolesa
<b>ATIVIDADES NA ÁGUA</b>		
Bóia-cross	Bóia-cross	Bóia-cross
Canoagem	-	Canoagem
Duck	-	Duck
Flutuação / <i>snorkeling</i>	-	Flutuação
Kitesurf	-	-
Mergulho autônomo turístico	-	-
Rafting	Rafting	Rafting
Windsurfe	-	-
<b>ATIVIDADES NO AR</b>		
Balonismo	-	Balonismo
Paraquedismo	-	Paraquedismo
Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)	-	Voo Livre (Asa Delta ou Parapente)
<b>ECOTURISMO</b>		
Observação de fauna	Observação de fauna	Observação de fauna
Observação de flora	Observação de flora	Observação de flora
Observação de formações geológicas	-	-
Visitas a cavernas (Espeleoturismo)	-	-
Observação astronômica	-	-
Mergulho livre	-	-
Caminhadas	-	Caminhadas
Trilhas interpretativas	-	Trilhas interpretativas
Safáris fotográficos	-	

Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010 e Orientações SEDEN, 2016.

As atividades existentes ou potenciais, relacionadas a cada um dos atrativos do Polo, são indicadas no item 2.1.3.1 - que trata da **Descrição e Avaliação dos Atrativos**. As fotos a seguir ilustram o *rafting* no Polo do Jalapão.

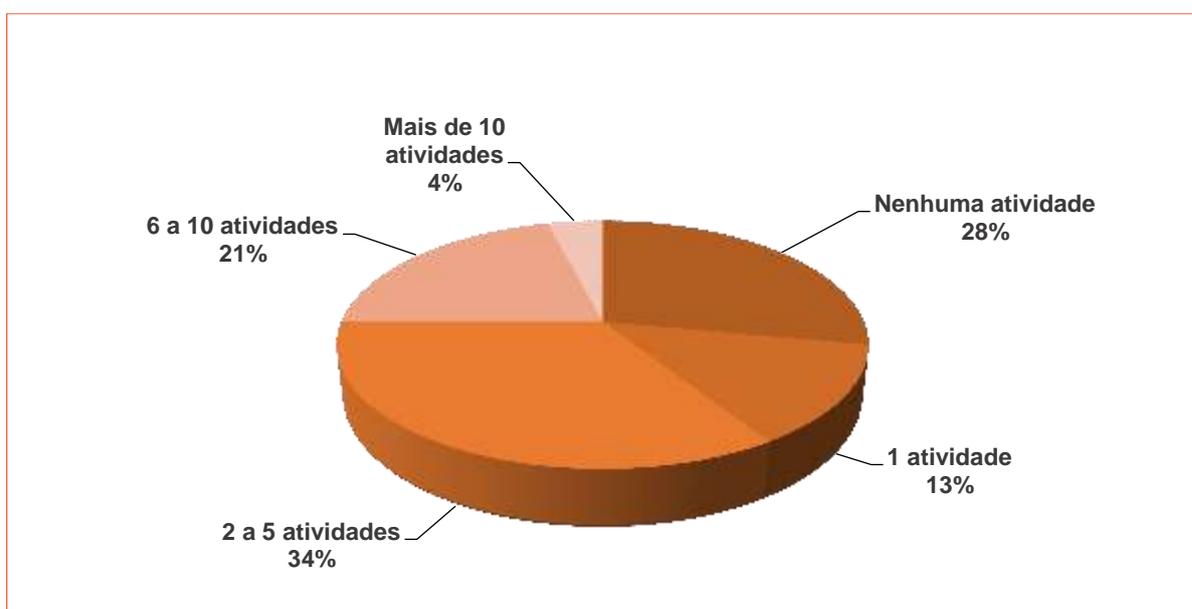
**Figura 11: Exemplo de Atividade do Segmento de Aventura - Polo do Jalapão**



Fonte: Novaventura Companhia de Rafting, 2013.

A Pesquisa citada no Manual de Orientações Básicas do MTur (2010), realizada pela ABETA em 2009, permite a classificação dos grupos de turistas conforme a quantidade de atividades de aventura e de ecoturismo realizadas nos 12 meses anteriores à aplicação da Pesquisa. Em síntese, 41% dos turistas não realizaram atividades ou realizaram apenas uma atividade, 34% realizaram de duas a cinco atividades, 21% realizaram de seis a dez atividades e 4% realizaram mais de dez atividades.

**Gráfico 6: Número de Atividades Praticadas**



Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010.

A consideração, apresentada pelo MTur no referido Manual, é de que os turistas que praticaram mais de 10 atividades são amantes das viagens voltadas à integração com a natureza. Aqueles que praticaram de uma a 10 atividades, são os turistas que viajam para interagir com a natureza ou por outros motivos, mas que estão dispostos a praticar atividades de aventura ou ecoturismo. Pondera-se, no entanto, que dentro desse grupo há ainda aqueles que praticam apenas a sua atividade preferida, contudo, podem praticar outras atividades dependendo dos estímulos, e aqueles que não praticaram nenhuma atividade por motivos de limitação independente de vontade própria.

Os dados da pesquisa retratam que os turistas de aventura e ecoturismo têm como principais motivações para a escolha deste segmento:

- a. a fuga do dia a dia, da correria, do trabalho, do estresse e da violência;
- b. a busca pelo descanso;
- c. o resgate da vida e do prazer;
- d. o retorno às origens; e
- e. as vivências e experiências memoráveis.

O perfil dos turistas de Aventura e do Ecoturismo, conforme definido pelo Mtur, é sintetizado no quadro 3 a seguir.

**Quadro 3: Perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista**

TURISTA DE AVENTURA E ECOTURISTA	
Idade	18 a 29 anos
Sexo	Masculino
Estado Civil	Solteiro
Escolaridade	Superior Incompleto
Classe Social	Grupo B

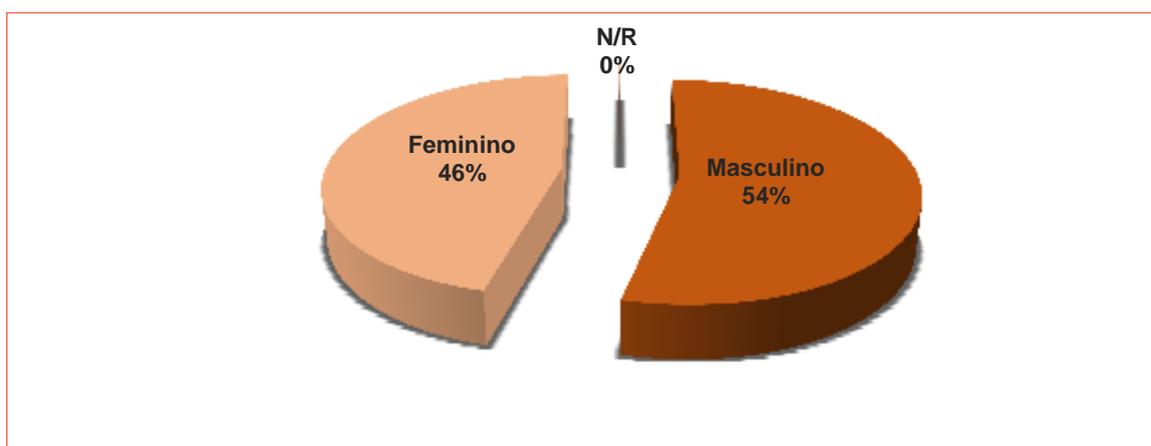
Fonte: Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010.

Informações complementares, trazidas pelo manual do MTur, indicam que os turistas do segmento de Aventura e de Ecoturismo possuem o hábito de viajar em grupos; de planejarem sua viagem; de demonstrarem respeito pelo ambiente natural e social; e exigirem qualidade, segurança, acessibilidade e informação.

É importante enfatizar que a análise do perfil qualitativo, bem como de outros itens pertinentes ao diagnóstico do Polo, não são conclusivas. Esse fato se dá tanto pela carência de dados disponíveis e sistematizados, quanto pela incipiência de estudos referentes ao tema no Polo. Assim, por vezes, optou-se por apresentar os resultados parciais ou análises gerais quando não foi possível o aprofundamento do assunto.

A pesquisa realizada pela Adtur em 2013 revela que 54% dos turistas que visitam o Polo do Jalapão são do sexo masculino e 46% do sexo feminino, conforme aponta o gráfico a seguir. Os resultados dessa pesquisa estão em acordo com aqueles mostrados na pesquisa contida no Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010, no quadro anterior (quadro 3) que cita a preferência masculina no turismo de Aventura e Ecoturismo.

**Gráfico 7: Sexo dos turistas no Polo do Jalapão em 2013**

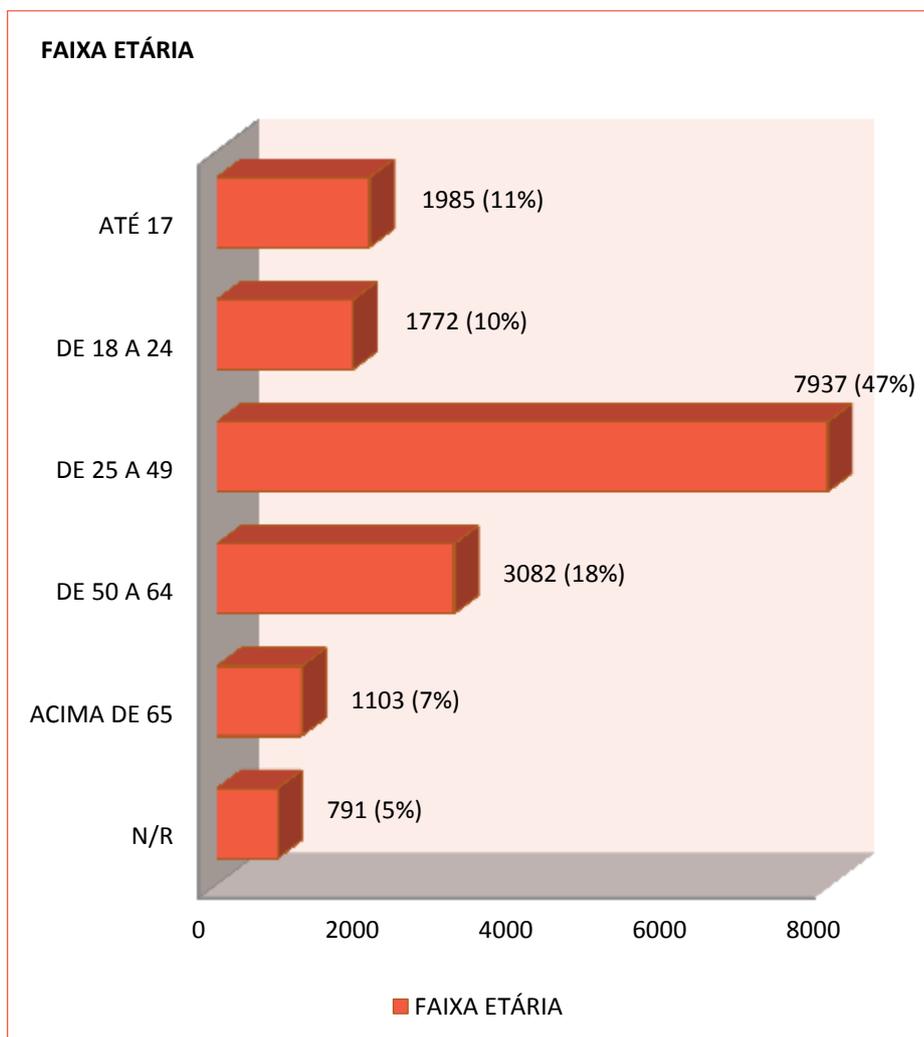


Fonte: Adtur, 2013.

A faixa etária de 47% do total de visitantes no Polo (7.937 turistas) é de 24 a 49 anos, de acordo com a pesquisa realizada pela Adtur em 2013 e conforme demonstra o gráfico a seguir. Consta ainda das informações ilustradas no referido gráfico que os turistas de 50 a 64 anos encontram-se em segundo lugar na busca pelo destino, representando 18% do total de visitantes em 2013. Em terceiro lugar (11%) encontra-se o turista com até 17 anos, seguido pelo turista de 18 a 24 anos (10%).

Ressalta-se, no entanto, que esses dados indicam um perfil diverso daquele exposto no quadro 3, no qual consta que o perfil do turista de aventura e ecoturismo é representado pela faixa etária de 18 a 29 anos. Essa diferenciação deve-se, provavelmente, às características dos produtos e atrativos oferecidos pelo Polo do Jalapão, que implicam em uma faixa de renda superior à média de outros destinos do mesmo segmento. Por outro lado, esse perfil de turista do Polo representa um nicho de mercado diferenciado, com grande potencial de exploração.

**Gráfico 8: Faixa etária dos turistas no Polo do Jalapão em 2013**

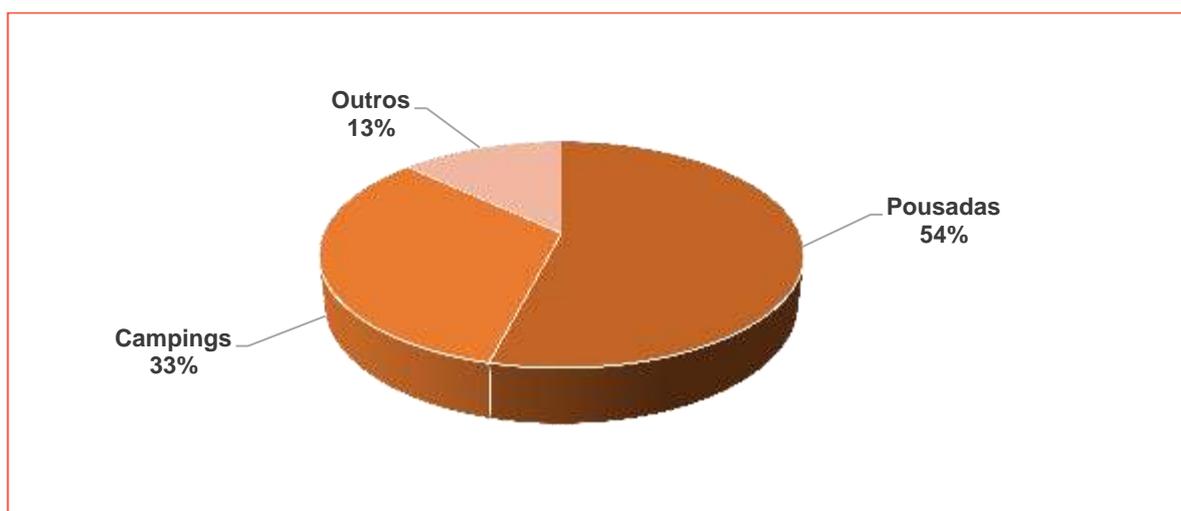


Fonte: Adtur, 2013.

Segundo informações das Secretarias Municipais do Polo, fornecidas em outubro de 2013, os turistas vão ao Jalapão com família e em companhia de amigos. Não há um período definido de maior procura ao destino. No entanto, nos meses de junho e julho a visitação aos atrativos do Estado é maior devido, principalmente, às férias escolares e ao período de estiagem, conforme apontam as pesquisas realizadas pela Adtur e as informações colhidas nas reuniões realizadas nos municípios em outubro de 2013.

No que diz respeito à preferência de equipamentos e serviços turísticos, a pesquisa da Adtur (2013) cita que os turistas preferem as pousadas ou campings. O gráfico 9 a seguir aponta que 54% dos turistas se hospedam em pousadas, enquanto que 33% deles ficam nos campings.

**Gráfico 9: Equipamentos de Serviços Turísticos**



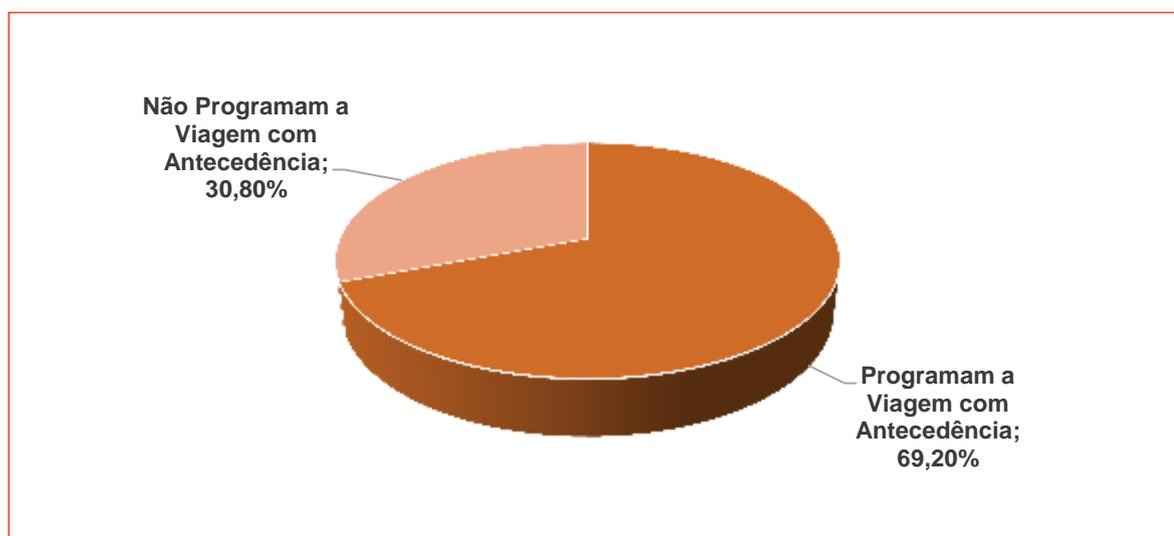
Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

A pesquisa realizada pela Agência de Turismo Rota da Iguana em 2013 revela a faixa etária e classe social dos turistas que visitam o Polo do Jalapão. No que diz respeito à idade, 38% dos turistas possuem entre 18 e 29 anos, seguido por 27% na faixa dos 40-49 anos, 20% de 50-59 anos e 15% de 30-39 anos. A classe social predominante refere-se à classe B (55%), classe A (30%) e classe C (10%).

### **2.1.1.3 Comportamento e Hábitos de Informação e Compra da Viagem**

Tendo como referência a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro, realizada pelo MTur em 2009, verifica-se que 69% dos turistas brasileiros programam com antecedência a viagem, conforme o gráfico a seguir.

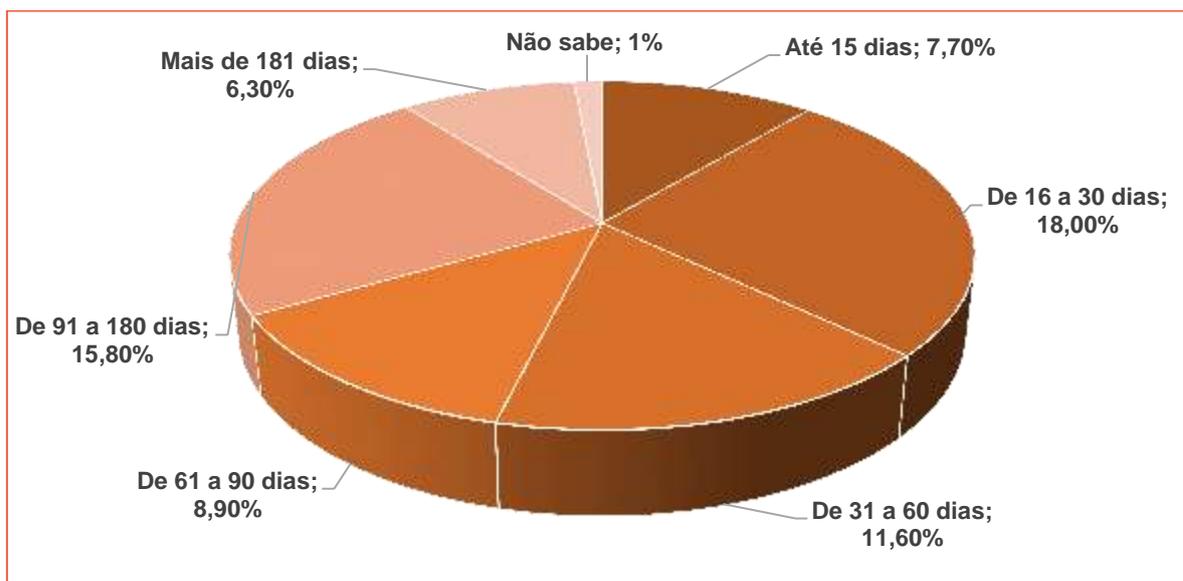
**Gráfico 10: Número de Turistas que Programam Antecipadamente suas Viagens**



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

Dos turistas que planejam a viagem, 18% realizam com 16 a 30 dias de antecedência, seguidos pelos 15,8% que organizam a viagem entre 91 a 180 dias.

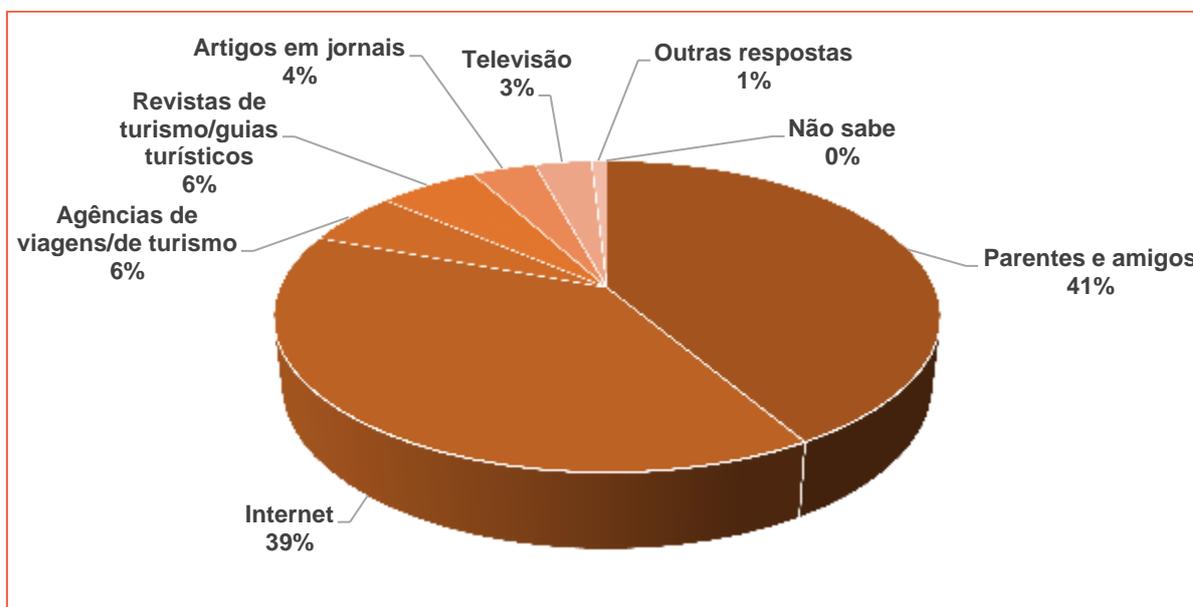
**Gráfico 11: Tempo de Permanência nos Destinos Programados**



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

A mesma pesquisa identifica as fontes de informação utilizadas pelos turistas para a escolha do destino. O gráfico a seguir revela que 41,5% dos turistas escolhem o destino tendo como base as experiências vividas por parentes ou amigos. Em segundo lugar, 39% dos turistas escolhem o destino por meio da realização de pesquisas na internet. Outras formas para a escolha do destino são as comercializações realizadas pelas agências de viagens, as matérias contidas nas revistas de turismo ou a opinião de guias de turismo e, em menor escala, os artigos de jornais ou veiculação na televisão.

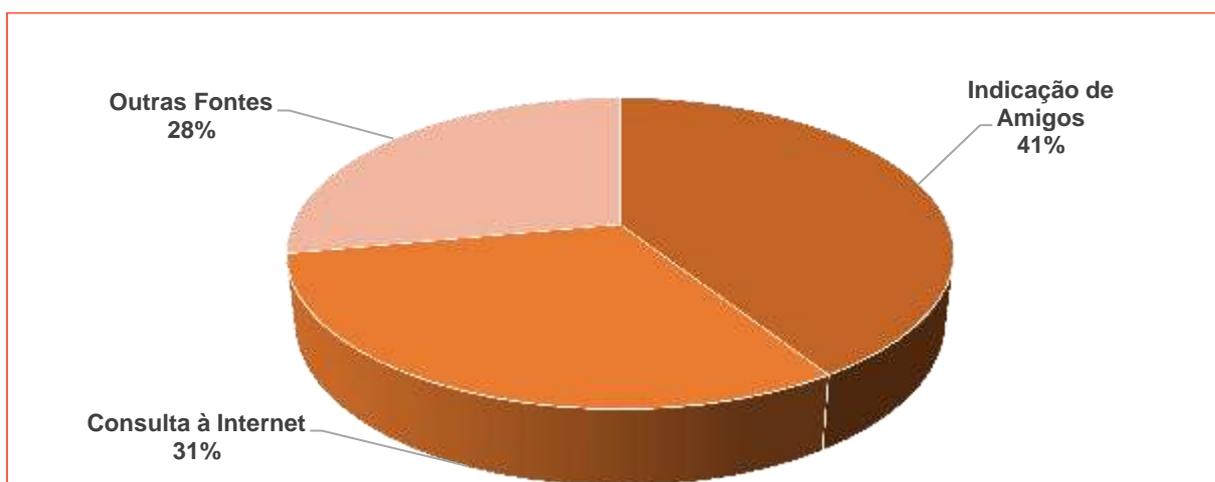
**Gráfico 12: Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino**



Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2009.

A pesquisa realizada pela Adtur em 2013, aponta que o turista procura o Polo do Jalapão por meio da indicação de amigos (41%), seguida de consultas à internet (31%), conforme o gráfico 13 que se segue. Convém ressaltar que estes dados encontram-se alinhados com a pesquisa do MTur.

**Gráfico 13: Outras Fontes de Informação Utilizadas pelos Turistas para a Escolha do Destino**



Fonte: Pesquisa Adtur, 2013.

De acordo com o levantamento da Adtur (2013) os visitantes do Polo do Jalapão afirmaram que ficaram satisfeitos, 94% deles frisaram que suas expectativas foram atendidas ou superadas e 71% disseram que pretendem retornar.

Cabe analisar os destinos competidores contra os quais se compara o Polo nos segmentos de turismo de Aventura e Ecoturismo. No entanto, há uma deficiência de estudos ou pesquisas que tratam da competitividade entre destinos desses segmentos supracitados. O item 1.2.6 que trata desse assunto mostra uma pesquisa realizada pela Revista Veja que traça o mapa de aventura no Brasil. Nessa pesquisa são considerados destinos concorrentes do Polo: Chapada Diamantina, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Bonito, dentre outros.

Complementando a análise de competitividade do destino, a visita realizada em campo revela que a infraestrutura básica e turística, a baixa disponibilidade e variedade de equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, agências de viagens e locadoras de veículos) e o número limitado de guias de turismo representa um dos principais gargalos do destino, podendo restringir o desenvolvimento da atividade turística no Polo, reduzido sua capacidade competitiva. As questões levantadas são discutidas de forma ampla nos item 2.0, 1.3 e 3.0.

#### **2.1.1.4 Estrutura do Gasto Turístico**

Para a análise do gasto turístico, foi utilizada a Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro dos anos de 2007 e de 2009 disponibilizada pelo MTur uma vez que não há dados sistematizados para os municípios do Polo a respeito dos gastos do turista.

A tabela a seguir aponta a composição do gasto médio individual do turista por viagem em 2007 e em 2009.

**Tabela 6: Gasto Médio Individual do Turista em 2007 e 2009**

DESCRIÇÃO	GASTO R\$ (2007)	GASTO R\$ (2009)
Hospedagem/ Transporte	1.241,46	1.098,42
Alimentação	449,61	390,31
Passeios Turísticos	304,86	264,03
Presentes	338,70	251,24
Deslocamentos Locais	249,94	236,99
Gasto Total	2.505,29	2.279,05

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro 2007 e 2009.

A tabela aponta que a hospedagem/transporte é o principal gasto do turista durante a viagem, abrangendo 49% total, seguido pela alimentação (17%), passeios turísticos (12%), presentes (11%) e deslocamentos locais com (11%).

A pesquisa realizada em campo, no ano de 2013, permitiu dimensionar os preços praticados pelo transporte, guias de turismo/motorista, hospedagem, alimentação, artesanato e acesso aos atrativos, conforme demonstra a tabela a seguir.

**Tabela 7: Média de Preços Praticados pelos Equipamentos Turísticos do Polo**

DESCRIÇÃO	GASTO - R\$
Aluguel de veículo com tração 4x4, considerando 4 pessoas.	500,00 (diária)
Guia de turismo/ Motorista, considerando 4 pessoas.	150,00 (diária)
Hospedagem	60,00 a 80,00 (diária) – 70,00 (preço médio por pessoa)
Alimentação	25,00 a 30,00 (por pessoa) – 27,50 (preço médio por pessoa)
Artesanato	5,00 a 150,00
Acesso aos atrativos	10,00

Fonte: Elaborado por Technum Consultoria - Levantamento realizado em campo pela consultoria em outubro, 2013.

Constatou-se que o gasto médio do turista no Polo, por dia, é de aproximadamente R\$ 300,00, considerando duas refeições diárias. Não foram computados no gasto médio custos com combustível e artesanato.

A utilização do veículo 4x4 e do guia de turismo/motorista não é obrigatória, porém é recomendável por se tratar de estradas em leito natural, em más condições de conservação e sem sinalizações indicativa e turística. O acesso de veículos de passeio ao Polo é bastante prejudicado devido às precárias condições das estradas de acesso ao município de Mateiros e do trecho Mateiros/Ponte Alta do Tocantins, o que acaba por limitar o fluxo de visitantes no local e selecionar turistas com melhores condições financeiras que possuem ou alugam veículos traçados.

A Korubo, uma das principais operadoras do Polo do Jalapão, comercializa pacotes de sete dias que variam de R\$ 1.980,00 a R\$ 3.380,00 dependendo da época do ano, conforme pesquisa feita no sítio da operadora. No pacote está incluso a hospedagem, deslocamentos, alimentação e acesso aos atrativos. Em média o preço praticado por dia é de R\$ 280,00 a R\$ 480,00 para o turista, de acordo com essa operadora (Korubo).

### **2.1.1.5 Qualidade da Oferta Atual e Determinação da Imagem Percebida da Área Turística**

A satisfação do turista quanto ao destino escolhido resulta da imagem construída, de suas experiências. Essa satisfação pode se expressar por meio de sentimentos, objetivos alcançados, benefícios, desejos satisfeitos, sonhos realizados, dentre outros. Por outro lado, a satisfação pode se expressar também a partir da avaliação dos equipamentos, dos serviços turísticos oferecidos, da infraestrutura básica e dos serviços públicos disponíveis na área visitada (Manual de Orientações Básicas do MTur, 2010).

Não há pesquisas específicas a respeito da satisfação do turista no Polo, dificultando uma análise mais profunda neste sentido. No entanto, a pesquisa em campo, realizada em outubro de 2013, permitiu avaliar o Polo.

A receptividade e hospitalidade nos municípios do Polo foram avaliadas com um ponto positivo, de acordo com relatos obtidos nas reuniões realizadas nos municípios em outubro de 2013. No entanto, essa é a visão dos atores locais e não dos turistas propriamente ditos. Considera-se de extrema importância a pesquisa da imagem percebida pelo turista para que se possa atuar nos possíveis pontos de deficiência.

Verifica-se que há uma propaganda excessiva do Jalapão realizada pelas agências de turismo e revistas por meio de promoções espontâneas. Porém, apesar da grande publicidade, os municípios não possuem planejamento turístico adequado, o que pode gerar uma decepção e uma insatisfação no turista. Filmes como Xingu e programas de TV como o Survivor divulgaram a imagem do Polo, no entanto, ainda resta esforço para consolidar essa imagem como um destino turístico e aumentar o fluxo de turistas.

A comercialização da imagem turística do destino, e a integração entre ações devem resultar na utilização mais racional dos recursos disponíveis e favorecer a atratividade dos produtos oferecidos, buscando, inclusive, auxílio financeiros das empresas privadas para a realização dos projetos de promoção do Polo.

Alguns aspectos devem ser melhorados para garantir a satisfação plena dos turistas. Questões como infraestrutura das cidades e dos atrativos, melhoria dos equipamentos nos atrativos, limpeza urbana, sinalização turística e fontes de informação a respeito das áreas de visitação (acessos e capacidade de carga com limites de uso) e outros impactos podem comprometer a qualidade da experiência na região.

Uma reclamação apontada, nas reuniões realizadas nas Prefeituras municipais em outubro de 2013, refere-se à baixa diversificação do cardápio oferecido nos restaurantes, limitado em feijão, arroz, farinha, carne e um tipo de legume ou raiz (abóbora ou mandioca).

### **2.1.1.6 Portfólio Estratégico de Produtos Turísticos/ Segmentos Atuais de Demanda**

O portfólio estratégico refere-se aos segmentos e produtos turísticos principais e complementares do Polo e sua avaliação frente à possibilidade de desenvolver novos produtos para oferta-los à demanda atual. Nesse sentido, a análise do presente item busca apontar os segmentos principais e complementares, bem como os produtos potenciais para o incremento e desenvolvimento turístico no Polo. Importa acrescentar que para uma descrição mais detalhada sobre os produtos oferecidos pode-se ter como base o item 2.1.3 desse mesmo documento.

O portfólio estratégico formatado para o Polo está embasado nas informações verbais colhidas nas reuniões realizadas em outubro de 2013 com os representantes das Prefeituras, associações locais e da Adtur. Esse portfólio fundamenta-se no interesse do turista pelos produtos e pelos segmentos turísticos disponíveis e na potencialidade identificada pela vocação turística dos municípios do Polo.

O Polo tem como segmentos principais o Ecoturismo e o Turismo de Aventura. O Turismo de Aventura (*off road* ou *fora de estrada*), teve início por conta das condições singulares das estradas da região, de acordo com informações coletadas no Polo e com a Adtur. Essas estradas de leito natural apresentam condições apropriadas para a prática do *off road*, fora-de-estrada.

Outros eventos que ocorrem no Jalapão são: Cerrado Extremo, Expedição Cicloturística, Expedições Inclusivas e o Rally dos Sertões. O Rally dos Sertões é realizado no mês de agosto, esse evento gera uma grande movimentação de motos, carros e caminhões na região. Porém, a atividade apresenta impactos negativos citados nas reuniões realizadas em outubro de 2013: a degradação das estradas, o barulho, o lixo e principalmente o fato do evento não trazer grande renda para a cidade, uma vez que a grande parte dos itens de consumo é trazida de fora. Nesse sentido, constata-se a necessidade de delimitar uma rota específica para o desenvolvimento desse turismo, a fim de apaziguar os impactos negativos mencionados.

Existem outras atividades voltadas para o Ecoturismo e para o Turismo de Aventura no Polo do Jalapão como cachoeirismo, caminhada, turismo fora-de-estrada (*off road*), tirolesa, *rafting*, cicloturismo, *paraglider*, asa delta e *rally* aéreo, além do *Brasil Wild Extreme* e do *Survivor* que aconteceram na região no ano de 2009 e tiveram grande visibilidade, inclusive internacional. Apesar da oferta de produtos ser extensa, a estruturação de roteiros é prejudicada pela precariedade dos acessos aos atrativos. O contato com os ecoturistas é positivo porque incentiva às comunidades a adotarem posturas proativas em relação ao meio ambiente, no que trata do uso e da conservação dos recursos naturais.

O produto turístico do Polo volta-se para as belezas naturais como as dunas, serras, cachoeiras, fervedouros e rios. Estes produtos apresentam grande potencial, por sua beleza e pela diversidade dos recursos naturais. Entretanto, a infraestrutura é precária ao longo dos percursos e há pouca oferta de serviços e de equipamentos para os turistas, o que diminui a possibilidade de maior permanência do turista nos municípios envolvidos. O item seguinte busca descrever os atrativos de forma sucinta, tratando de seus problemas e potencialidades e buscando, quando necessário, ações e medidas para a mitigação dos impactos levantados.

Apesar da infraestrutura precária e, a partir dos dados colhidos na visita realizada em campo em outubro de 2013, pode-se pressupor que os turistas possuem interesse em conhecer mais sobre o Jalapão. Este interesse estende-se desde o mapeamento dos atrativos, até a história das comunidades quilombolas e da cultura regional. Face ao exposto, é evidente a importância da criação de atrativos culturais como museus, casa da cultura, dentre outros que permitam a divulgação da cultura e da natureza da região, além de representarem instrumentos de conscientização e educação dos turistas podendo repercutir como atividades complementares para o Polo.

Complementando os produtos potenciais para o Polo, pretende-se desenvolver o Turismo de Base Comunitária que tem como premissa a inclusão social na cadeia produtiva do turismo por meio da valorização da identidade cultural. As atividades deste segmento voltam-se para a geração de trabalho e renda; promoção de melhorias nos produtos e serviços (criação de hospedarias e restaurantes e serviços de apoio); e aproveitamento das potencialidades culturais e ambientais existentes no Polo.

De acordo com informações fornecidas pela SEDEN (2016), existem roteiros formatados para a realização do Turismo de Base Comunitária nas comunidades quilombolas Prata e Mumbuca.

A partir das considerações e informações anteriores, o quadro a seguir, sintetiza o portfólio estratégico do turismo no Polo.

**Quadro 4: Portfólio Estratégico do Polo do Jalapão**

SEGMENTO PRINCIPAL
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo de Aventura</li> <li>• Ecoturismo</li> </ul>
SEGMENTOS COMPLEMENTARES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Turismo Cultural</li> <li>• Turismo de Base Comunitária</li> </ul>
RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cachoeiras</li> <li>• Fervedouros</li> <li>• Rios</li> <li>• Dunas</li> <li>• Serras</li> <li>• Paisagem natural</li> <li>• Rodovias</li> <li>• Trilhas e <i>off road</i></li> <li>• Comunidades quilombolas</li> <li>• Capim Dourado</li> </ul>
PRODUTOS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pacotes de 3 a 7 dias incluindo traslado, hospedagem, alimentação e acesso aos atrativos*.</li> </ul>

Obs.: Os pacotes são comercializados pelas agências ou transportadoras de turismo, partindo de Palmas, principalmente no âmbito nacional. A visita aos atrativos é determinada pelo tempo de permanência no destino, sem maior flexibilidade de alteração dos trajetos pré-estabelecidos e atrativos visitados.

Fonte: Technum Consultoria, 2013.

Com base nas reuniões realizadas com a Sedetur no mês de Maio de 2015 foram listados, no quadro a seguir, os principais recursos naturais disponíveis por segmento, bem como as atividades ofertadas no Polo do Jalapão.

**Quadro 5: Recursos Naturais e Atividades desenvolvidas por Segmentos**

SEGMENTOS	RECURSOS NATURAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recursos naturais: cachoeiras, fervedouros, cânions, dunas, mirante, trilhas, rios; capim dourado, fauna, flora e paisagens naturais.</li> <li>• atividades: banhos, caminhadas, contemplação, safari fotográfico, observação de fauna e flora, convivências/imersão com comunidades quilombolas, acompanhamento da colheita do capim dourado, visitação das veredas do capim dourado, <i>birdwatch</i>, flutuação.</li> </ul>
Turismo de Aventura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recursos naturais: rios (Sono, Novo, Prata, Formiga, Carrapato), serras, cachoeiras, estradas (Off road) e trilhas.</li> <li>• atividades: paraplayer, <i>rafting</i>, bóia-cross, canoagem, cicloturismo, trekking, balonismo, rally aéreo; off road, rally de moto e carros traçados.</li> </ul>

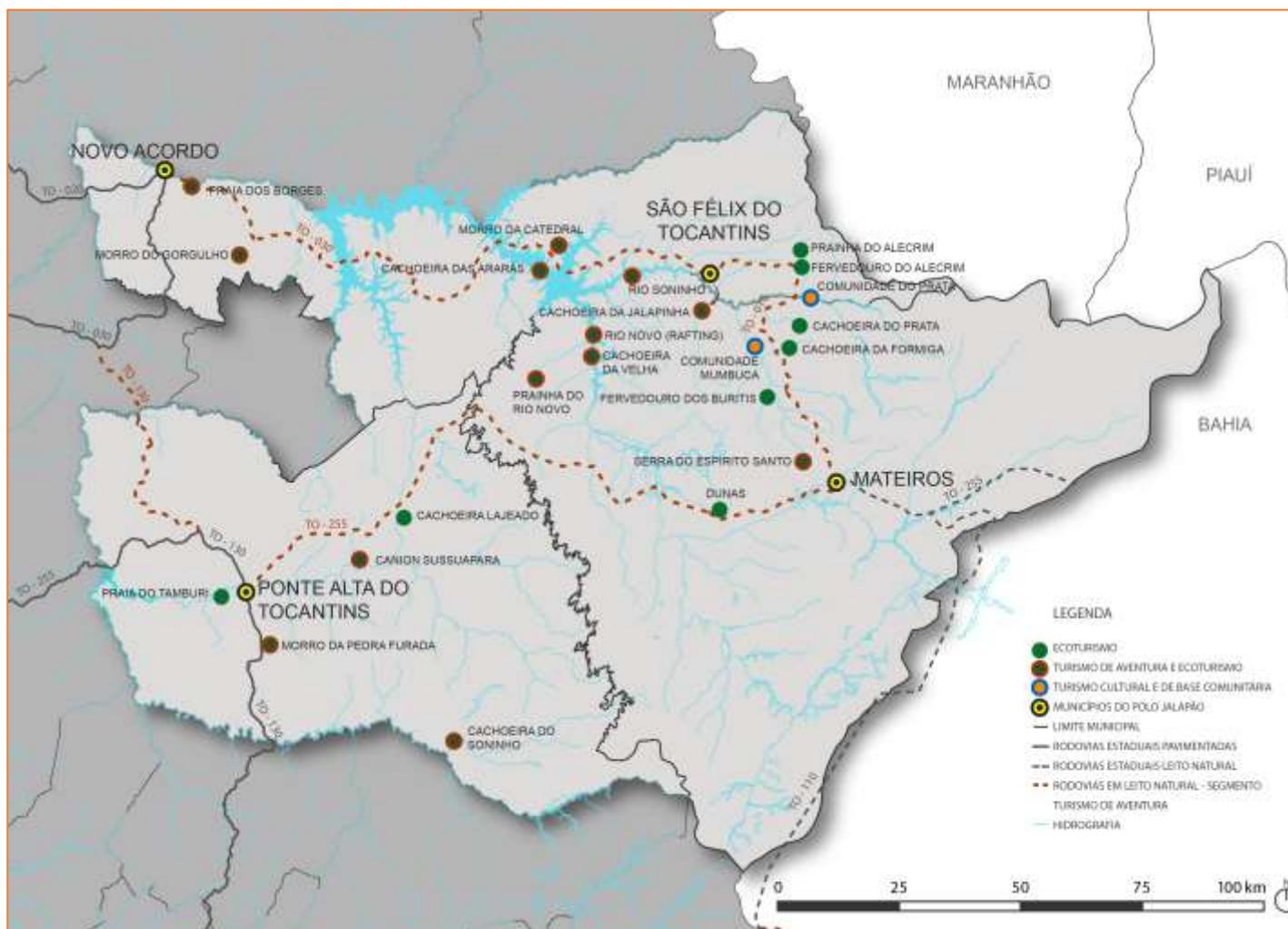
SEGMENTOS	RECURSOS NATURAIS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
Turismo Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• recursos culturais: comunidades quilombolas, viola do Buriti, festas religiosas, cantigas, contos de causos, lendas e histórias; artesanato, culinária, rabeça e museu.</li> <li>• atividades: roda de viola, roda de sanfona, acompanhamento (confeção/visita vereda/ colheita – capim dourado), participação em folias e visitação de monumentos.</li> </ul>
Turismo de Base Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vivências comunitárias dentro do circuito de ecoturismo e do circuito de aventura nas comunidades do Polo.</li> </ul>

Fonte: Sedetur, 2015.

Atualmente os recursos e atividades elencados no quadro anterior são comercializados de forma integrada em pacotes oferecidos pelas agências e transportadoras de turismo. Além dos produtos existentes, outros potenciais são elencados no item 4 deste Documento e tratam-se das estratégias de desenvolvimento turístico.

Os mapas seguintes ilustram e localizam os segmentos turísticos nos municípios do Polo. O primeiro mapa aponta os segmentos/atrativos conforme localização territorial e o segundo sintetizando os segmentos em cada município. Nota-se que a maioria expressiva dos atrativos possui abrangência nacional, regional e local. Os atrativos que tem a visibilidade mais restrita, mais voltados ao público local e regional, são a Praia dos Borges e o Morro do Gorgulho no município de Novo Acordo e a Praia do Tamburi no município de Ponte Alta do Tocantins.

Figura 12: Mapa dos Segmentos e Atrativos Turísticos dos Municípios do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no site [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); adaptado pela Technum Consultoria, 2016.

Figura 13: Mapa dos Segmentos Turísticos dos Municípios do Polo



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

## **2.1.2 Análise da Demanda Turística Potencial**

### **2.1.2.1 Quantitativo e Perfil dos Segmentos Potenciais**

Como diversas vezes tratado neste documento, às informações atuais referentes à atividade turística do Polo não permitem a elaboração de projeções aprimoradas sobre a demanda turística potencial. Contudo é possível traçar algumas perspectivas, levando-se em consideração os produtos oferecidos, alguns valores indicativos da demanda atual e os estudos voltados ao desenvolvimento do turismo no País e no Estado.

#### **Ecoturismo**

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2009), ao tratar sobre o segmento de Ecoturismo, cita que no Brasil o ecoturismo surge no contexto do movimento ambientalista, momento em que os debates acerca da necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis alcançam a atividade turística.

O Ecoturismo possui entre seus princípios a conservação do meio ambiente aliada ao envolvimento das comunidades locais. Essas atividades são desenvolvidas sob os fundamentos da sustentabilidade com base em referências teóricas, práticas e legais.

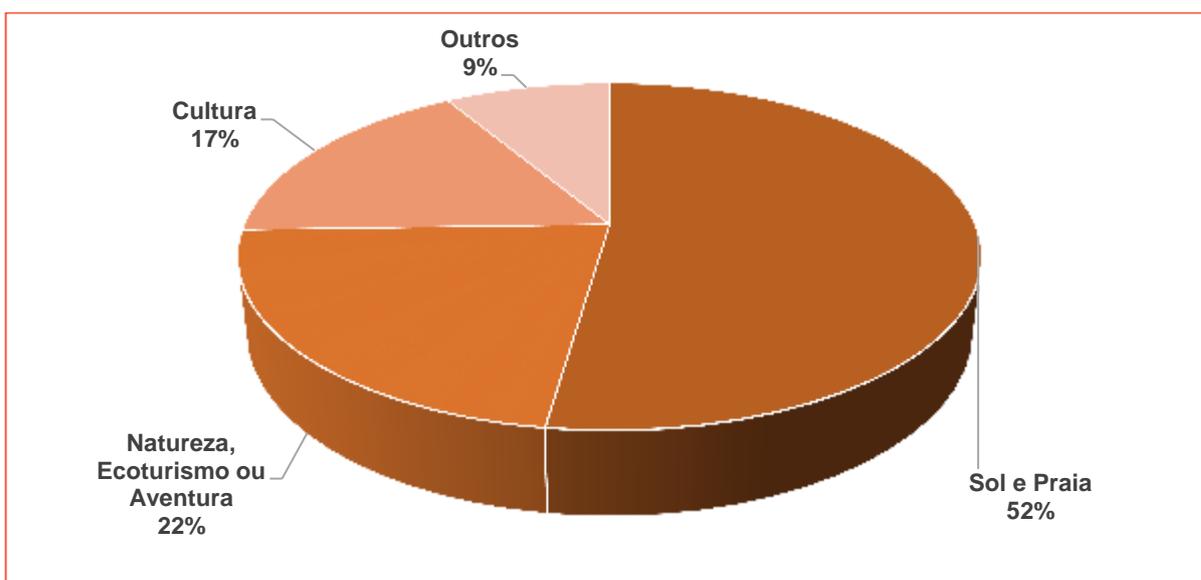
Os ecoturistas visitam as localidades para interagir com os ambientes naturais a partir das informações anteriormente obtidas. A qualidade da informação e atividades experimentadas pelo ecoturista nas áreas naturais permite ampliar sua satisfação e as possibilidades de divulgação e retorno no destino de Ecoturismo. Este tipo de consumidor, de modo geral, importa-se com a qualidade dos serviços e equipamentos, com a singularidade e autenticidade da experiência e com o estado de conservação do ambiente.

O segmento de Ecoturismo é um mercado competitivo e deve oferecer produtos compatíveis com as exigências do ecoturista. Sabe-se que uma parcela destes turistas possui elevada consciência ambiental e buscam experiências únicas que conservem os recursos ambientais, históricos e culturais e que envolvam a comunidade, contribuindo, assim, para ampliar as expectativas de desenvolvimento sustentável nas atividades relacionadas às diversas localidades e regiões.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT, citado no Manual de Orientações Básicas do MTur (2009), o Ecoturismo corresponde ao segmento turístico que mais cresce no mundo, entre 15 e 25% ao ano. Essa segmento corresponde à motivação de cerca de 10% dos turistas e fatura anualmente cerca de US\$ 260 bilhões no mundo.

Em relação ao turista internacional que viaja ao Brasil, o Estudo da Demanda Turística Internacional 2004-2008, realizado pelo MTur e FIPE, aponta que a motivação do turista no Brasil refere-se à busca pelo Turismo de Sol e Praia (52,30%), seguido por Natureza, Ecoturismo ou Aventura com 22,20%, conforme aponta o gráfico 14 a seguir.

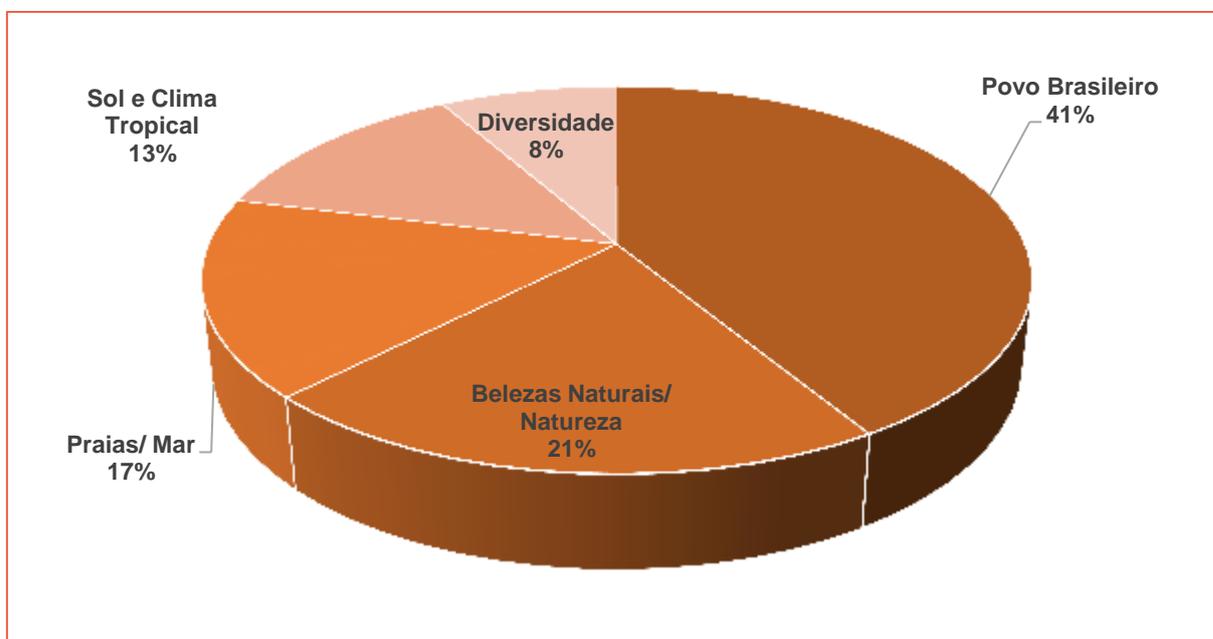
**Gráfico 14: Motivação do Turista Internacional que Viaja para o Brasil**



Fonte: MTur e FIPE, 2004-2008.

O Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil até 2020 (Embratur, 2009) – enfatiza a pesquisa citada anteriormente e aponta que 43% dos turistas internacionais possuem como motivação de viagem ao Brasil o lazer. A partir dessa motivação principal, os principais aspectos motivadores da visita foram as belezas naturais (23%), bem como o povo e a cultura popular (45%), conforme aponta o gráfico a seguir.

**Gráfico 15: Aspectos Levados em Consideração nas Viagens Realizadas pelos Turistas Internacionais**



Fonte: Plano Aquarela – Marketing Turístico Internacional do Brasil até 2020.

Quanto à imagem dos turistas estrangeiros sobre o Brasil, o Plano Aquarela 2020 aponta que a natureza e o povo brasileiro representam os aspectos determinantes da imagem positiva do país. Dos turistas entrevistados, 37% associaram a propaganda do Brasil a uma imagem positiva e 38% associaram a sentimentos como vontade de conhecer. A internet foi fonte principal para a busca de informações sobre o país antes de realizar a viagem (63%).

No Brasil, o Perfil do Ecoturista e também do Turista de Aventura, apresentado pelo Manual de Orientações Básicas do MTur (2009), apontam que as atividades voltadas para estes segmentos buscam: (i) fugir do dia a dia, seja ele urbano ou não, da correria, do trabalho, do estresse e da violência, em busca de descanso, por meio do ócio ou da prática de atividades inusitadas; (ii) resgatar a vida, o prazer, voltar às origens.

Segundo o Manual (2009), as pessoas que desenvolvem atividades de Ecoturismo, em sua maioria, possuem como características: (i) sexo masculino; (ii) idade entre 18 e 29 anos; (iii) solteiros; (iv) escolaridade: ensino médio completo e ensino superior incompleto; (v) hábito de viajar em grupos; (vi) planeja pessoalmente a sua viagem e demonstra respeito pelo ambiente natural e social; (vii) exige qualidade, segurança, acessibilidade e informação. Uma parcela majoritária dos turistas – 68% - está aberta à realização de atividades na natureza, seja a sua viagem motivada pelo Ecoturismo ou por outros segmentos turísticos.

Dentre as atividades mais praticadas levantadas no Manual (2009), a caminhada aparece com 31% de preferência pelos turistas e a observação de vida selvagem com 22%. Dos entrevistados que não tinham feito algumas das atividades pesquisadas, ao serem perguntados que atividade gostariam de realizar 70% destacaram o mergulho, 61% a observação da vida selvagem, 57% caminhadas e 51% o espeleoturismo – prática esportiva e recreativa de visitação de cavernas.

Dentre os ecoturistas, o carro é o meio mais utilizado nas viagens (61%), seguido do avião e do ônibus, empatados com 16%. Dos entrevistados 91% afirmaram viajar durante as férias, sendo que 72% preferem os finais de semana prolongados e 40% os finais de semana normais.

O Ecoturismo possui potencial de desenvolvimento nos quatro municípios do Polo Jalapão, devido à diversidade natural existente na região. Entende-se, portanto, que a consolidação dessa segmentação ainda requer definição de estratégias e de produtos específicos.

## **Turismo de Aventura**

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2009), ao tratar sobre o segmento do Turismo de Aventura, cita que a busca por novos produtos turísticos está ocasionando mudanças no planejamento, gestão e promoção do turismo, diversificando ofertas e trazendo novos destinos aos turistas.

Atualmente, o contato com a natureza, segundo o Manual (2009), é uma das maiores buscas dos turistas. Neste contexto, destaca-se o Turismo de Aventura. O Ministério do Turismo nomeia este segmento como prioritário para investimentos relacionados à sua organização e estruturação como produto.

Esse segmento nasce com pequenos grupos de pessoas de diferentes classes e idades que começam a desenvolver atividades juntos a natureza em lugares específicos. Surgem então, na década de 90, equipamentos para a realização destas atividades como caiaques, cordas, capacetes, dentre outros. Mais tarde, em 1999, é organizada a primeira feira voltada para este segmento, trazendo maior conhecimento sobre as atividades relacionadas à aventura.

Após a realização do primeiro Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (2001) do município de Caeté – MG, que tinha como fundamentação principal o turismo de aventura, foi elaborado, pelo Ministério do Turismo (2003), um diagnóstico que buscava melhor entender essa prática turística, possibilitando sua normatização e regulamentação.

Nas atividades de aventura, verifica-se uma relação muito próxima com a paisagem natural, uma vez que são realizadas ao ar livre.

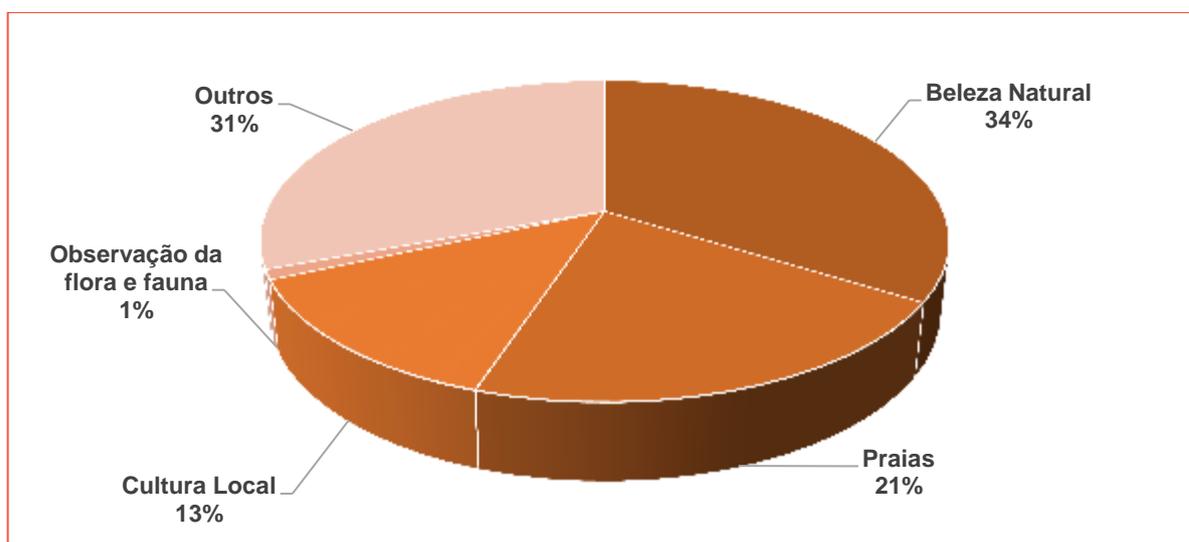
Como já mencionado neste documento na análise do segmento de Ecoturismo, registra-se que o Estudo da Demanda Turística Internacional 2004-2008, realizado pelo MTur e Fipe,

aponta que 52,30% buscam o Turismo de Sol e Praia e 16,90% o Turismo Cultural. E, dentre os entrevistados do último ano, 22,20% tem na Natureza, no Ecoturismo ou na Aventura a principal motivação de suas viagens.

No Brasil, o perfil do Turista de Aventura é o mesmo daquele apresentado para o Ecoturista, conforme o Manual de Orientações Básicas do MTur (2009). Dessa forma, as características do perfil dos turistas são as mesmas já citadas anteriormente, bem como as expectativas que esses buscam nas atividades desses dois segmentos, Ecoturismo e Turismo de Aventura.

A Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, realizada pelo MTur (2009), aponta que 37% dos turistas entrevistados associaram o turismo a diversão, a entretenimento, a belezas naturais e a lugares bonitos. As belezas naturais foram apontadas por 33,9% dos turistas brasileiros como a motivação da escolha do destino turístico, conforme o gráfico a seguir.

**Gráfico 16: Associação Feita pelos Turistas Conforme Hábitos de Consumo**



Fonte: MTur e FIPE, 2004-2008.

O Turismo de Aventura no Brasil cresceu e ganhou visibilidade no mercado internacional. Em 2009 o país foi eleito como o melhor destino para aventureiros e esportistas radicais pela revista *National Geographic Adventure*. A revista aponta Fernando de Noronha como um dos destinos de destaque. Jalapão também aparece entre um dos destinos procurados pelos aventureiros e esportista.

Sendo o Ecoturismo e o Turismo de Aventura considerados os segmentos de maior vocação do Polo e com maiores potenciais de desenvolvimento e tendo em vista a diversificação dos recursos naturais disponíveis, constata-se a necessidade de investimentos tanto no receptivo, quanto na infraestrutura turística. A implantação de um sistema integrado de informação ao turista colocado à sua disposição ainda na fase de escolha do destino, bem como a estruturação de roteiros e diversificação de produtos são ações importantes para o crescimento potencial destes segmentos.

As condições atuais dos atrativos relacionados a esse segmento necessitam de ações que busquem segurança aos visitantes, bem como a melhoria na infraestrutura. Ressalta-se, no entanto, que esses fatores não impedem a sua comercialização na forma de roteiros.

### **Turismo Cultural**

O Manual do MTur (2010) aponta que a cultura corresponde a todas as formas de expressão do homem: o sentir, o agir, o pensar, o fazer, bem como as relações entre os

seres humanos e destes com o meio ambiente. Nesse sentido, é evidente o latente patrimônio cultural diversificado e plural existente no Brasil.

Do ponto de vista do turismo esta pluralidade representa a oportunidade de formatação de novos produtos turísticos que podem aumentar o fluxo de visitantes na região.

O Turismo Cultural, entendido como as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valoriza e promove os bens materiais e imateriais da cultura. O segmento engloba outras classificações, tais como: o Turismo Cívico; o Turismo Religioso; o Turismo Místico e Esotérico; o Turismo Étnico; o Turismo Cinematográfico; o Turismo Arqueológico; o Turismo Gastronômico; e o Ecoturismo.

A Pesquisa de Hábitos e Consumos do Turista Brasileiro – 2009 do MTur, revela que 12% dos turistas que realizaram pelo menos uma viagem no último ano e 10,9% dos turistas que pretendem realizar uma viagem nos próximos dois anos têm como primeira opção o destino para cidades históricas. Na média ponderada das primeiras opções sobre os locais de viagem, esse número é ainda maior, representando 18,4% dos turistas atuais e 17,1% dos turistas potenciais.

Conhecer os desejos, interesses e necessidades dos clientes potenciais representa uma ferramenta de estratégia competitiva para produtos e serviços turísticos. Não existem pesquisas específicas com séries históricas sobre o turista cultural que possibilitem identificar com precisão as principais tendências sobre os hábitos de viagem e preferências do turista nesse segmento.

Diante dessas considerações e a partir das características da demanda e da oferta turística no Polo, destacam-se as comunidades quilombolas e o artesanato em capim dourado. O turismo cultural no Polo encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento. Nesse contexto, não há informação suficiente para nortear uma adequada quantificação ou caracterização da demanda potencial relacionada diretamente aos aspectos culturais.

Dado ao exposto, é necessário, para as diversas segmentações do Polo, a implantação de um sistema de informações, alimentado por dados da realidade atual e do estágio de desenvolvimento dos vários componentes. O sistema propiciaria o fornecimento de informação ao turista, apontando os produtos do Polo, ainda na fase de escolha do destino. Paralelamente, seriam estruturados roteiros complementares e diversificados, possibilitando o crescimento do turismo.

### **2.1.2.2 Identificação de Elementos Críticos que Influem no Processo de Tomada de Decisões de Compra da Viagem dos Segmentos Potenciais**

O desenvolvimento e a consolidação do turismo no Polo devem levar em conta os elementos críticos que influenciam os turistas potenciais na decisão de compra da viagem. Esses fatores são fundamentais também no momento da formatação do produto turístico, no planejamento do processo de promoção, na divulgação da área turística, e na estruturação dos atrativos e dos seus acessos.

Na pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, realizada pelo MTur (2009), 13,6% dos turistas potenciais apontaram que a oferta de pacote com menores custos traria maior incentivo para escolha do destino Brasil. Em seguida foram elencados a redução dos preços das passagens aéreas (6,6%), a divulgação dos pontos turísticos do Brasil (3,9%) e a redução dos preços de hospedagem (3,8%) como fatores a serem considerados para a escolha do turismo no Brasil.

Ao serem questionados se viajariam por conta própria ou utilizando pacotes turísticos, 61,9% da demanda potencial afirmou que viajaria por conta própria. Como meio de

transporte preferencial, foram citados os ônibus e vans (40,2%), seguidos dos carros (35,5%) e dos aviões (24,1%).

Dentre os clientes potenciais, apenas 0,4% afirmaram querer viajar para o estado do Tocantins. A realidade local e a potencialidade de seus atributos evidenciam a necessidade de estratégias de estruturação dos produtos ofertados e potenciais, bem como a comercialização e a divulgação do destino. Ações relacionadas ao fortalecimento da Imagem do Polo e à promoção de campanhas institucionais podem também ser importantes instrumentos para aumento de sua visibilidade.

Ainda que a pesquisa não traga informações específicas para o Polo do Jalapão, sua contribuição é relevante no momento em que auxilia na identificação do turista potencial, mesmo que em escala nacional. Vale ressaltar também que a pesquisa afirma a preferência pelas belezas naturais, praias e cultura local como os principais fatores motivacionais para a escolha de um destino turístico. Dessa forma, esse resultado contribui de forma significativa para o Polo do Jalapão, uma vez que a região possui uma oferta diversificada de atrativos.

A pesquisa realizada em campo, em outubro de 2013, permitiu verificar alguns fatores críticos que podem interferir no processo de decisão e escolha do destino, são eles: a dificuldade de deslocamento nas vias de acesso aos municípios e aos atrativos; a inexistência de sinalizações indicativa e turística; a distância entre os atrativos e municípios do Polo; a precariedade da infraestrutura turística, e a ausência de divulgação e formatação dos produtos.

As vias de acesso ao Polo são, em sua maioria, em leito natural formado por camadas de areia o que facilita atolamentos nos períodos de seca e de chuva, dessa forma, é recomendável o uso de veículos tracionados. Este fato limita o acesso de veículos de passeio, tornando-se necessário o aluguel ou a contratação de um motorista caso o turista não possua um veículo apropriado para o trajeto. Contudo, a dificuldade de acesso ao Polo é um característica que permite a preservação deste santuário natural.

Aliado à baixa qualidade da pavimentação, tem-se a sinalização precária e praticamente inexistente tanto para a indicação dos municípios, quanto para o acesso adequado e seguro aos atrativos. As distâncias entre os atrativos são longas, demanda-se tempo para chegar aos destinos e, durante o percurso, não há infraestrutura de banheiros ou restaurantes. Para o almoço, por exemplo, é preciso realizar o pré-agendamento nos espaços destinados a este serviço, indicando a quantidade de pessoas e o horário estimado. Dessa forma é imprescindível que os usuários saibam dessa necessidade e tenham acesso a informações como telefones e endereços.

A divulgação e formatação de produtos no Polo ainda são precárias. Não há mapas ou folderes disponíveis aos turistas que desejam obter maiores informações a respeito dos atrativos e dos acessos aos destinos.

Frente ao exposto, a consolidação e a ampliação do turismo no Polo do Jalapão devem considerar os elementos críticos que influenciam na decisão de compra da viagem pelos turistas potenciais. Esta análise é fundamental para formatação do produto turístico no que diz respeito ao planejamento do processo promocional, à divulgação da área turística e à estruturação dos atrativos.

O Polo ainda necessita ser reconhecido e suficiente difundido por esforços integrados das diferentes instâncias do poder público, das entidades não governamentais e dos agentes privados. Ações como à elaboração e execução do Plano de marketing são importantes uma vez que garante maior visibilidade do Polo tanto para o mercado interno, quanto para o mercado externo.

### 2.1.2.3 Nível de Expectativas dos Diferentes Segmentos Potenciais

A escolha do destino turístico pelos diferentes grupos de consumidores retratam as necessidades, desejos e satisfações de cada grupo. Na grande maioria dos casos, o desejo de descanso e a aquisição de novas experiências são características comuns aos turistas. Para os habitantes locais, a expectativa gerada em torno do turismo refere-se à melhoria da qualidade de vida e ao aumento da renda.

O Manual de Orientações Básicas do MTur (2010) descreve que o Ecoturista e o Turista de Aventura buscam no destino experiências únicas e meios para manter os recursos ambientais e socioculturais preservados, além de considerarem que estes segmentos são alternativas para fugir da rotina e do estresse do dia a dia.

Como efeito, na pesquisa de Hábitos de Consumo do Turista Brasileiro (2009), os entrevistados atuais e potenciais associam as seguintes expectativas ao turismo: descanso/tranquilidade; diversão; entretenimento; e beleza natural/ lugares bonitos. A tabela a seguir identifica essas preferências.

**Tabela 8: Preferências dos Turistas Atuais e Potenciais**

ASSOCIA TURISMO COM ...	CLIENTE ATUAL	CLIENTE POTENCIAL
Descanso/tranquilidade	42,8 %	41,3 %
Diversão/entretenimento	25,7 %	23,6 %
Beleza natural/lugares bonitos	8,3 %	7,4 %
Cultura	8,4 %	9,5 %
Felicidade	2,4 %	2,7 %
Aprendizado/conhecimento	3,2 %	5,1 %
Novas experiências	2,8 %	2,7 %
Novas amizades	1,8 %	1,4 %
Associações a lugares	3,5 %	3,9 %
Outras respostas	1,1 %	2,4 %

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 - 2009.

No que diz respeito às viagens realizadas, a pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro aponta que 95,1% delas foram classificadas como positivas, 61,7% foram ótimas e 33,4% foram boas. Isso demonstra que as expectativas dos clientes foram atingidas durante a viagem.

As informações contidas na tabela a seguir indicam que a motivação do turista potencial refere-se à busca pela beleza natural (37,9%), seguida pela praia (24,4%). Ao somar estes resultados tem-se que 62,3% dos turistas potenciais buscam atividades que o Polo do Jalapão possui - tanto no segmento do Ecoturismo, quanto no segmento de Sol e Praia.

**Tabela 9: Principais Motivos Levantados na Escolha dos Turistas Potencial**

MOTIVO DA ESCOLHA	PORCENTAGEM
Beleza natural	37,9 %
Praia	24,4 %
Cultura local/população	13,6 %
Perfil do local	6,6 %
Rever familiares/ amigos	4,0 %
Festa popular	3,8 %
Gastronomia	3,1 %
História/artes/museus	2,9 %
Observação da fauna/flora	0,9 %
Lazer em geral	0,6 %
Outras respostas	2,3 %

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 – 2009.

Estes resultados demonstram que o Polo, dado às suas características, possui aspectos relevantes e satisfatórios para a realização das viagens, ofertando: o descanso nos fervedouros, rios e cachoeiras; a beleza natural do pôr do sol nas dunas e nos morros; e a diversão e o entretenimento no rafting, na tirolesa e rapel e até mesmo no percurso entre os atrativos.

Ressalta-se, no entanto, que o fato do Polo possuir elementos positivos para a atração do turista a partir de sua motivação para viagem, não é suficiente para garantir uma experiência turística satisfatória. O nível de expectativas dos turistas, apesar de motivados pelos elementos existentes no Polo, pode não ser atendido pela oferta disponível. Torna-se assim, imprescindível, que a imagem promovida do Polo seja condizente ao seu estágio de desenvolvimento real.

Nesse contexto, o potencial do Polo necessita de investimentos significativos em infraestrutura, em serviços públicos, em equipamentos, em serviços turísticos, em promoção e marketing, em recursos de informação e de gestão setorial, etc. Nos itens seguintes são discutidas, em seus pormenores, as questões relacionadas à infraestrutura turística, para que posteriormente sejam indicadas as ações de desenvolvimento turístico tendo em vista a mitigação de impactos causados pela atividade turística e a melhoria dos atrativos.

#### **2.1.2.4 Hábitos de Informação e Compra dos Diferentes Segmentos Potenciais**

Dados já mencionados anteriormente mostram que a maioria dos turistas utilizam a internet ou informações de terceiros para pesquisar a respeito dos destinos de interesse. São poucas as pessoas que procuram as agências de viagens, revistas ou guias. Além disso, mostrou-se que a maioria das pessoas (68,8% dos entrevistados) programam a viagem com, pelo menos, 15 dias de antecedência.

Em relação à compra da viagem, 16,3% dos clientes potenciais a realizam com até 7 dias de antecedência, 12,2% com 8 a 15 dias de antecedência, 28,9% com 16 a 30 dias, 10,9% com 31 a 60 dias, 7,7% com 61 a 90 dias e 16,5% com mais de 91 dias de antecedência. O pagamento da viagem é realizado à vista por 63,9% dos turistas potenciais. Contudo, a parcela dos turistas que adquirem pacotes turísticos é baixa, 79,1% dos turistas viajam por conta própria.

A quantidade de viagens em território brasileiro ao longo do ano é realizada apenas uma vez para 44,2% dos turistas potenciais, seguido por duas vezes por 21,7% deles, 9,3% três viagens, 2,5% quatro viagens, 2,6% cinco viagens e 1,9% de 6 a 10 viagens.

A viagem possui duração de até uma semana em 52,9% dos casos. Deste percentual 40,7% tem duração de 4 a 7 dias e 12,2% tem duração de 1 a 3 dias. A média de viagens é de 10 dias, conforme a tabela a seguir.

**Tabela 10: Duração das Viagens no Brasil**

DURAÇÃO DAS VIAGENS NO BRASIL	CLIENTE ATUAL	CLIENTE POTENCIAL
Até uma semana	54,6 %	52,9 %
De 1 a 3 dias	10,2 %	12,2 %
De 4 a 7 dias	44,4 %	40,7 %
De uma a duas semanas	34,1%	31,6 %
De 8 a 10 dias	16,6 %	13,8 %
De 11 a 15 dias	17,5 %	17,8 %
De duas a quatro semanas	10,0 %	12,0 %
De 16 a 21 dias	5,0 %	5,6 %
De 22 a 30 dias	5,0 %	6,4 %
Mais de um mês	-	0,5 %
NS/NR	1,3 %	3,1 %
Média 2009 (dias)	9,58	10,17
Média 2007 (dias)	9,42	10,52

Fonte: MTur, Pesquisa de Hábitos de Consumo do Turismo Brasileiro, 2007 - 2009.

### 2.1.2.5 Conhecimento e Interesse da Demanda Potencial

O Polo do Jalapão apresenta um grande potencial turístico. Essa região , possui um amplo conjunto de riquezas naturais formadas por praias, fervedouros, dunas, rios, morros, matas e cachoeiras. E também uma forte riqueza cultural manifestada pelos quilombolas presentes na região e pela confecção de artesanato característico com capim dourado.

As atividades ofertadas, aliadas à singularidade das características locais e sua interface com a natureza, refletem-se na potencialidade do Polo, principalmente para os produtos dos segmentos do Turismo de Aventura e Ecoturismo. A Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – Abeta, atuante no Brasil desde 2004, calcula que os produtos relacionados a esses segmentos estão crescendo significativamente.

Dados da Pesquisa sobre o perfil do Turista de Aventura e do Ecoturista brasileiro, realizada pela Abeta em parceria com o Ministério do Turismo (disponível em [www.abeta.tur.br](http://www.abeta.tur.br), acesso em novembro de 2013), revelam que 54% das pessoas que costumam viajar têm como interesse principal o contato e observação com a natureza, além da prática de atividades no ambiente natural.

O aumento da oferta, aliado ao crescimento da demanda turística nacional e internacional, fez com que o Governo Federal considerasse o Turismo de Aventura e o Ecoturismo segmentos prioritários para investimentos em organização.

A consolidação enquanto destino turístico requer, no entanto, ações sistematizadas voltadas ao fortalecimento institucional, à geração e à disseminação de informações, à qualificação de pessoas e empresas, ao incentivo e à certificação de profissionais e empresas da cadeia

produtiva do setor, bem como à estruturação de produtos e oferta complementar de atrativos e atividades diversas. A partir dessas ações será garantida a condição de competitividade do Polo Jalapão em relação a outros destinos que ofertam produtos similares.

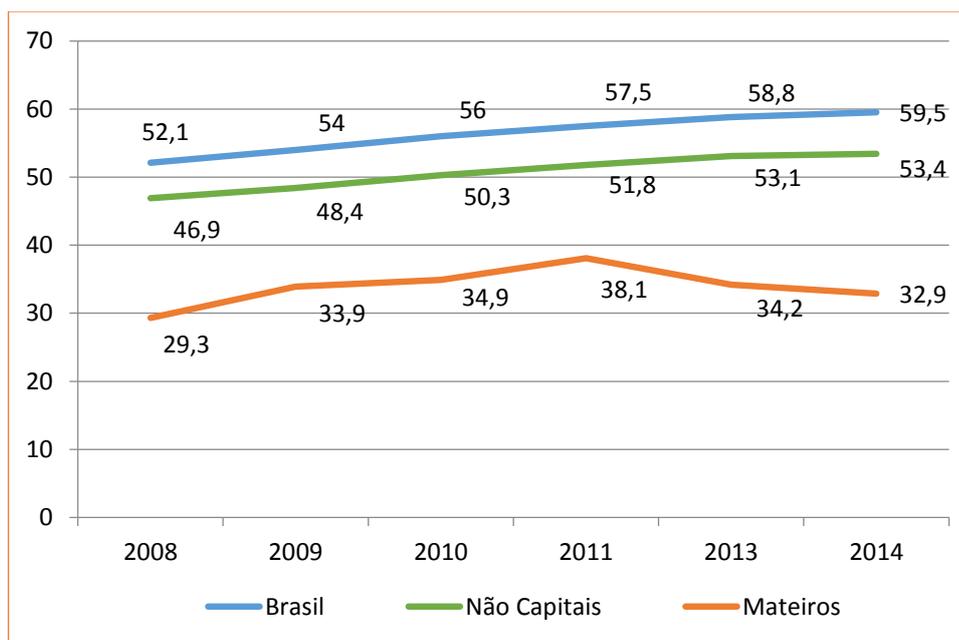
### 2.1.2.6 Identificação dos Destinos Competidores

Notadamente, a condição de Mateiros ser um dos 65 destinos indutores do Desenvolvimento Turístico Regional no Brasil (MTur, 2011) permite a análise de sua competitividade a partir de metodologia clara e aplicada desde 2008.

Esse fato contribui para a visibilidade e atração de turistas para região, dinamizando a economia e melhorando a qualidade de vida da população. O Estudo de Competitividade, presente no mesmo documento, aponta que, em 2014, das 13 dimensões avaliadas, a que obteve melhor desempenho foi a dos atrativos turísticos com pontuação de 60,8, conforme aponta a tabela 11, ao final deste subitem. Esta pontuação indica que existem condições adequadas para a atividade turística.

No entanto, o mesmo documento cita que os serviços e os equipamentos turísticos evidenciam níveis inadequados de dimensão para a competitividade do destino. A evolução do índice geral de Mateiros, de 2008 a 2014, bem como as médias no Brasil e nas cidades não capitais, para efeito comparativo e melhor análise da situação de Mateiros, pode ser verificada no gráfico 17, a seguir.

**Gráfico 17: Evolução Índice Geral Competitividade – Mateiros, Não Capitais e Brasil (2008-2014)**



Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

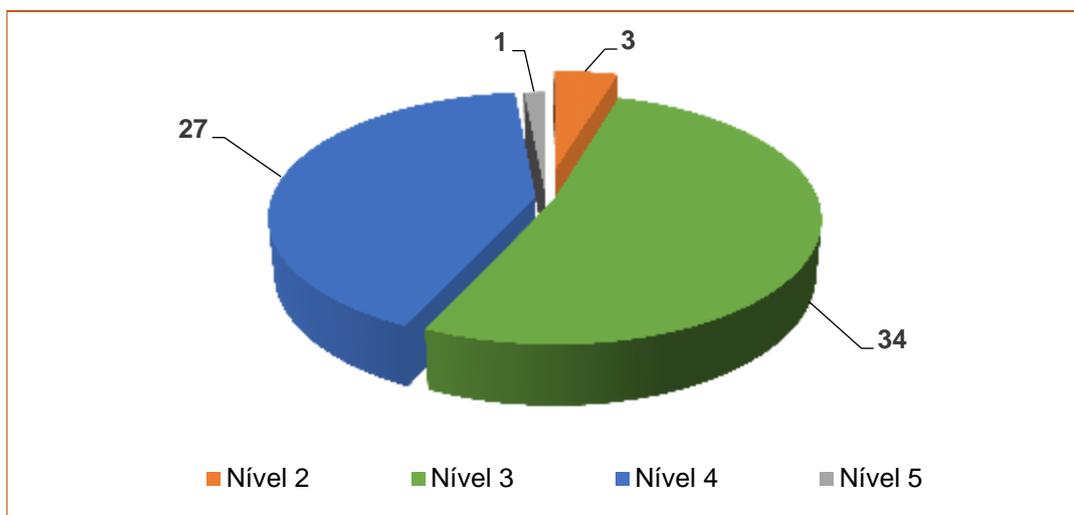
A análise dos dados permite concluir que o município vem apresentando, a partir de 2008, uma melhora significativa na avaliação dos indicadores de competitividade. Porém, ainda que mantendo ritmo semelhante de crescimento até 2011, os valores atribuídos à Mateiros apresentam certa queda a partir dessa data, chegando em 2014 com uma diferença maior do que a verificada em anos anteriores quando comparados às médias das Não Capitais e do Brasil.

Para fins de análise o Estudo de Competitividade classificou os destinos em níveis, conforme o índice obtido na escala de 1 a 100, sendo:

- Nível 5: entre 81 e 100 pontos;
- Nível 4: entre 61 e 80 pontos;
- Nível 3: entre 41 e 60 pontos;
- Nível 2: entre 21 e 40 pontos; e
- Nível 1: entre 0 e 20 pontos.

Segundo os resultados obtidos por meio do Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (2014), elaborado para Mateiros, esse município encontra-se no nível 2. Ressalta-se que apenas 3 destinos encontram-se no mesmo nível de Mateiros, enquanto a maioria concentra-se no nível 3.

**Gráfico 18: Distribuição dos 65 destinos indutores considerando índices de Competitividade (2008-1204)**



Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

Em termos absolutos, a valoração do índice geral em 2014 encontra-se bastante abaixo da média do Brasil e das Cidades não Capitais. No geral, Mateiros obteve 32,9, enquanto a média das cidades não capitais ficou em 53,4 e a média no Brasil foi de 59,5.

Vale considerar, porém, que o Jalapão é um destino relativamente novo, em formação, e com nicho específico de mercado. É oportuno, portanto, analisar cuidadosamente as dimensões consideradas, tanto em relação à sua evolução, quanto de forma comparativa à situação do Brasil e das Não Capitais.

Em uma análise da evolução dos índices de Mateiros obtidos em cada dimensão, para o período 2008 a 2014, observa-se que o maior crescimento percentual ocorreu da dimensão relativa à economia local, passando de 14 (2008) para 46,3 (2014), correspondendo a um aumento de 230% no período. Mesmo assim, o valor absoluto em 2014 é inferior à média das cidades não capitais em 15% dos pontos, estando 27% abaixo do valor médio para o Brasil. Ressalta-se que a dimensão da economia local alcançou em 2011 o pico máximo de 56,7, quando superou as cidades não capitais em 3 pontos da média.

A segunda dimensão que merece destaque no crescimento percentual, no período 2008-2014, foi marketing e promoção do destino, com evolução de 115%. Passou de 13,4 pontos (2008) para 28,9 (2014). Comparando com a situação das Não Capitais e do Brasil, verifica-se que Mateiros está em uma situação inferior, com respectivamente 37% e 40%. Essa dimensão atingiu o pico de avaliação em 2011 (47,1), com valor de quase 5 pontos (10,8%) acima da média das não capitais (42,5), e sendo ligeiramente superior (3,3%) à média

brasileira, que foi de 45,6. Nesse ano, o valor apresentado foi a única dimensão superior à média do Brasil e das Não Capitais.

A Capacidade Empresarial, apesar de apresentar uma melhora significativa no período 2008-2014 (100%), destaca-se pela fragilidade, partindo de um valor absoluto de 6,0 em 2008 e chegando a 12,0 em 2014. Valores expressivamente inferiores aos apresentados para o Brasil (58,4) e para as Não Capitais (45,7). Nessa dimensão, Mateiros encontra-se no penúltimo patamar de todas as dimensões avaliadas pelo Estudo de Competitividade realizado pelo MTur/FGV, com 81% abaixo da média brasileira e 73% abaixo da média para as cidades Não Capitais.

Em seguida estão os aspectos sociais (41,28%) e o acesso (30,19%) que apresentaram uma melhora em 2014 em relação à situação vivenciada em 2008. Na análise da valoração em números absolutos dessas dimensões, verifica-se que os aspectos sociais apresentam um indicador de pouca expressividade (39,7), em situação inferior à do Brasil e de Não Capitais, respectivamente -33% e -30%. No acesso, a situação é ainda mais crítica com valor absoluto de 27,6, enquanto o valor indicado para o Brasil é de 62,2 e para Não Capitais 52,4. Frente aos dados, a situação em Mateiros encontra-se 56% abaixo da média brasileira sendo também inferior em 47% daquela verificada para as cidades Não Capitais.

O grupo seguinte, formado pelas dimensões que tiveram uma valoração melhor em 2014 em comparação à de 2008, ainda que pequena, é formado pela infraestrutura geral (13,7%), atrativos turísticos (7,4%) e aspectos ambientais (1,6%). Na infraestrutura o valor absoluto em 2014 de Mateiros (33,2) encontra-se inferior à média das Não Capitais (35%) e à média brasileira (40%). Desse Grupo, a situação de destaque é a dos atrativos turísticos, uma vez que a valoração em números absolutos é boa (60,8), sendo a que mais se aproxima à média do Brasil (63,4) e das Não Capitais (63,4). A dimensão dos atrativos turísticos ainda teve sua melhor valoração em 2013 (64,4) quando ficou acima da média do Brasil (63,2) e das Não Capitais (63,4).

O grupo que apresenta retrocesso na situação avaliada em 2014, frente àquela vivenciada em 2008, é composto pelos aspectos culturais, políticas públicas, cooperação regional, serviços, equipamentos turísticos e monitoramento. Todas essas dimensões apresentam situação crítica, pois, além de sofrerem regressão na avaliação, tem valores absolutos baixos quando comparadas as médias das Não Capitais e do Brasil.

Os aspectos culturais, por exemplo, apesar de serem a dimensão deste grupo que sofreu menor regressão na avaliação obtida em 2014, quando comparada à de 2008, obtiveram uma avaliação de 32,3 pontos, ficando 48% abaixo da média brasileira (62,0) e 45% abaixo das Não Capitais (55,6).

Em Políticas Públicas, Mateiros (29,9) ficou 49% abaixo da média do Brasil (58,1) e 45% abaixo das Não Capitais (53,9).

Em relação à cooperação regional, o valor absoluto alcançado por Mateiros em 2014 (21,8) encontra-se em uma situação inferior, 56% abaixo, quando comparada àquela vivenciada pelas não capitais (49,3,4) e à média no Brasil (48,3). Ressalta-se que a situação de Mateiros nessa dimensão foi bem melhor em 2011, com valor absoluto (50,8) próximo à situação vivenciada pelas não capitais (51,4) e superior à média no Brasil (49,9).

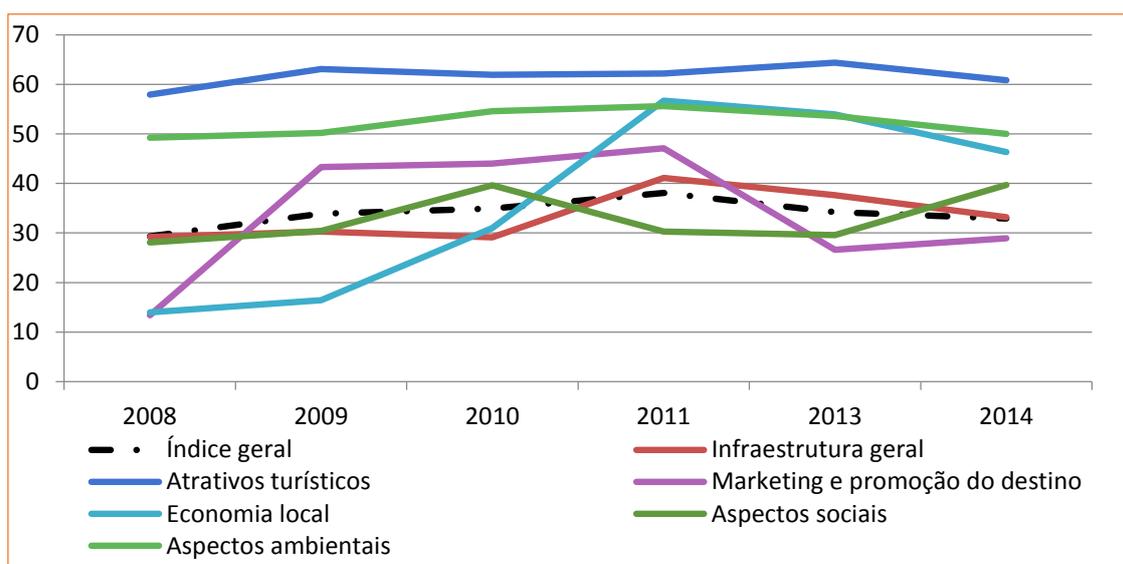
Na análise da dimensão serviços e equipamentos turísticos, observa-se que, em 2014, Mateiros recebeu uma das valorações mais baixas (22,4), enquanto a do Brasil foi de 58,7 e a das Não Capitais de 49,6. Esses números indicam que situação de Mateiros é inferior em 62% em relação ao Brasil e 55% quando comparado às cidades não capitais.

O monitoramento em Mateiros tem o menor valor absoluto (8,6) de todas as dimensões, enquanto a média brasileira é de 36,2 e das Não Capitais é de 30,7. Esses valores indicam que a situação do monitoramento em Mateiros é a pior também quando comparada em

termos percentuais, encontrando-se 76% abaixo da média brasileira e 72% abaixo da situação encontrada nas cidades não capitais.

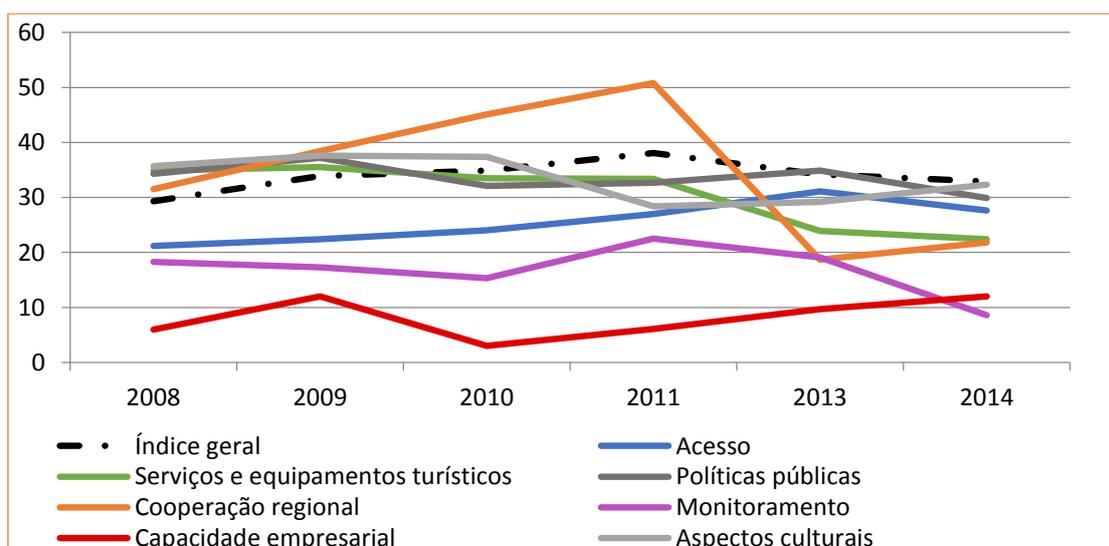
Em síntese o que se observa é uma inconstância no valor das dimensões ao longo do tempo, representada por melhoras em alguns anos e quedas em outros. São poucas as dimensões que apresentam uma situação de equilíbrio ou continuidade da direção de evolução, seja de melhoria ou de regressão. Os gráficos 19 e 20 ilustram essa situação. O primeiro gráfico apresenta as dimensões de Mateiros que estão acima dos valores do seu índice geral. No segundo estão agrupadas as dimensões que se encontram com valorações inferiores ao índice geral.

**Gráfico 19: Evolução das Dimensões referentes ao estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores – grupo com valoração acima do índice geral – Mateiros (2008-2014)**



Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

**Gráfico 20: Evolução das dimensões referentes ao estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores – grupo com valoração abaixo do índice geral – Mateiros (2008-2014)**



Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

O balanço geral dos índices de competitividade de Mateiros, como destino indutor do desenvolvimento turístico regional, indica oportunidades de desenvolvimento das atividades turísticas com foco, principalmente, na melhoria da capacidade empresarial, no monitoramento, na cooperação regional, nos serviços e equipamentos turísticos, no acesso, e nas políticas públicas.

Ressalta-se ainda que, frente à natureza e singularidade dos atrativos, deve-se ter atenção especial com os aspectos ambientais. Apesar da pontuação dessa dimensão apresentar relativo equilíbrio no período, há uma tendência de queda desde 2011. Além disso constata-se uma situação de inferioridade de 20% a 25% quando comparado aos demais destinos indutores do Brasil. Ressalta-se também que a competitividade do Polo, enquanto destino turístico, está diretamente relacionada à qualidade de seus atributos ambientais e às condições de sua preservação.

As tabelas a seguir, apresentam respectivamente: o Balanço Geral dos Índices de Competitividade de Mateiros como destino indutor de desenvolvimento turístico regional; e as principais considerações apresentadas no Estudo de Competitividade realizado pela FGV/ MTur/ Sebrae.

**Tabela 11: Balanço Geral dos Índices de Competitividade de Mateiros como Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Regional**

DIMENSÕES	BRASIL						NÃO CAPITAIS						MATEIROS					
	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2013	2014	2008	2009	2010	2011	2013	2014
Índice geral	52,1	54	56	57,5	58,8	59,5	46,9	48,4	50,3	51,8	53,1	53,4	29,3	33,9	34,9	38,1	34,2	32,9
Infraestrutura geral	63,8	64,6	65,8	68,4	68,6	68,2	58,1	58,9	59,8	63,2	63,8	62,5	29,2	30,3	29,1	41,1	37,6	33,2
Acesso	55,6	58,1	60,5	61,8	62,6	62,2	47,5	49,7	52,3	53,1	53,8	52,4	21,2	22,4	24	27	31,1	27,6
Serviços e equip. turísticos	44,8	46,8	50,8	52	56,8	58,7	36,3	37,9	41,9	43,4	48,1	49,6	34,9	35,5	33,5	33,4	23,9	22,4
Atrativos turísticos	58,2	59,5	60,5	62	63,2	63,4	59,3	60,2	61,3	62,5	63,4	62,8	57,9	63,1	61,9	62,2	64,4	60,8
Marketing e promoção do destino	38,2	41,1	42,7	45,6	46,8	48,4	32,4	36,5	39,8	42,5	44,4	45,7	13,4	43,3	44	47,1	26,6	28,9
Políticas públicas	50,8	53,7	55,2	56,1	57,6	58,1	47,3	50,2	50,7	52,4	54,4	53,9	34,3	37,2	32,1	32,7	34,9	29,9
Cooperação regional	44,1	48,1	51,1	49,9	44,6	48,3	45	48,8	53,1	51,4	44,9	49,3	31,5	38,4	45,1	50,8	18,7	21,8
Monitoramento	35,4	34,5	35,3	36,7	37,4	36,2	30,6	29,4	30	31,2	31,9	30,7	18,3	17,3	15,3	22,5	19,1	8,6
Economia local	56,6	57,1	59,5	60,8	63,6	63,6	50,9	49,6	51,5	53,7	55,2	54,8	14	16,4	31	56,7	53,9	46,3
Capacidade empresarial	51,3	55,7	57	59,3	61,2	61,9	36,6	39,8	38,6	41	43,5	44,8	6	12	3	6,1	9,7	12
Aspectos sociais	57,2	57,4	58,4	59,1	59,5	59,7	53,5	53,4	54,2	55,2	56,7	56,8	28,1	30,4	39,6	30,3	29,6	39,7
Aspectos ambientais	58,9	61,8	65,6	67,2	67,7	67,3	55,5	58,1	61,5	63,3	63,6	62,4	49,2	50,2	54,6	55,6	53,6	50
Aspectos culturais	54,6	54,6	55,9	57,5	58,2	62	49,8	48,7	50	51,2	52,4	55,6	35,7	37,6	37,4	28,4	29,2	32,3

Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

**Tabela 12: Considerações do Estudo de Competitividade de Mateiros como Destino Indutor do Desenvolvimento Turístico Regional**

DIMENSÃO	VARIÁVEIS CONSIDERADAS	COMPARATIVO (%)		NÍVEL	CONSIDERAÇÕES
		NÃO CAPITAIS	BRASIL		
Infraestrutura geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>• capacidade de atendimento médico para o turista no destino;</li> <li>• fornecimento de energia;</li> <li>• serviço de proteção ao turista; e</li> <li>• estrutura urbana nas áreas turísticas.</li> </ul>	51,32	46,88	2	único destino indutor que se encontra no nível 2; maior parte dos destinos indutores está no nível 4
Acesso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• acesso aéreo;</li> <li>• acesso rodoviário;</li> <li>• acesso aquaviário;</li> <li>• acesso ferroviário;</li> <li>• sistema de transporte no destino; e</li> <li>• proximidade de grandes centros emissivos de turistas</li> </ul>	-55,63	47,33	2	sete destinos indutores encontram-se no nível 2; 21 no nível 3 e 29 no nível 4
Serviços e equipamentos turísticos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• sinalizações turística;</li> <li>• Centro de Atendimento ao Turista - CAT;</li> <li>• espaços para eventos;</li> <li>• capacidade dos meios de hospedagem;</li> <li>• capacidade do turismo receptivo;</li> <li>• estrutura de qualificação para o turismo; e</li> <li>• capacidade dos restaurantes.</li> </ul>	61,84	54,84	2	sete destinos indutores encontram-se no nível 2; 26 no nível 3 e 28 no nível 4

DIMENSÃO	VARIÁVEIS CONSIDERADAS	COMPARATIVO (%)		NÍVEL	CONSIDERAÇÕES
		NÃO CAPITAIS	BRASIL		
Atrativos turísticos,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• atrativos naturais;</li> <li>• atrativos culturais;</li> <li>• eventos programados; e</li> <li>• realizações técnicas, científicas ou artísticas.</li> </ul>	4,10	3,18	3	índice abaixo do considerado no ano anterior (4); 33 destinos se encontram no mesmo nível 3
Marketing e promoção do destino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• plano de marketing;</li> <li>• participação em feiras e eventos;</li> <li>• promoção do destino; e</li> <li>• estratégias de promoção digital.</li> </ul>	-40,29	-36,76	2	21 destinos indutores encontram-se no nível 2; maior parte está no nível 3
Políticas públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estrutura municipal para apoio ao turismo;</li> <li>• grau de cooperação com o governo estadual;</li> <li>• grau de cooperação com o governo federal;</li> <li>• planejamento para a cidade e para a atividade turística; e</li> <li>• grau de cooperação público-privada.</li> </ul>	-48,54	-44,53	2	8 destinos indutores encontram-se no nível 2; 26 no nível 3 e 28 no nível 4
Cooperação regional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• governança;</li> <li>• projetos de cooperação regional;</li> <li>• planejamento turístico regional;</li> <li>• roteirização; e</li> <li>• promoção e apoio à comercialização de forma integrada.</li> </ul>	-54,87	-55,78	2	19 destinos indutores encontram-se no nível 2; maior parte no nível 4

DIMENSÃO	VARIÁVEIS CONSIDERADAS	COMPARATIVO (%)		NÍVEL	CONSIDERAÇÕES
		NÃO CAPITAIS	BRASIL		
Monitoramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pesquisa de demanda;</li> <li>• pesquisa de oferta;</li> <li>• sistema de estatísticas do turismo;</li> <li>• medição dos impactos da atividade turística; e</li> <li>• setor específico de estudos e pesquisas.</li> </ul>	-76,24	-71,99	1	abaixo do considerado no ano anterior, mantendo nível 1; 22 destinos (maioria) encontram-se no mesmo nível
Economia local	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aspectos da economia local;</li> <li>• infraestrutura de comunicação;</li> <li>• infraestrutura e facilidades para negócios; e</li> <li>• empreendimentos ou eventos alavancadores.</li> </ul>	-27,20	-15,51	3	abaixo do considerado no ano anterior, mantendo nível 3; 22 destinos no mesmo nível; maioria no nível 4
Capacidade empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>• capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local;</li> <li>• presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo;</li> <li>• concorrência e barreiras de entrada; e</li> <li>• geração de negócios e empreendedorismo.</li> </ul>	-80,61	-73,21	1	abaixo do considerado no ano anterior, mantendo nível 1; 4 destinos no mesmo nível; maioria no nível 5

DIMENSÃO	VARIÁVEIS CONSIDERADAS	COMPARATIVO (%)		NÍVEL	CONSIDERAÇÕES
		NÃO CAPITAIS	BRASIL		
Aspectos sociais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• acesso à educação;</li> <li>• empregos gerados pelo turismo;</li> <li>• política de enfrentamento e prevenção à exploração de crianças e adolescentes;</li> <li>• uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; e</li> <li>• cidadania, sensibilização e participação na atividade turística</li> </ul>	33,50	30,11	2	acima do considerado no ano anterior, mantendo nível 2; 5 destinos no mesmo nível; maioria no nível 4
Aspectos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• estrutura e legislação municipal de meio ambiente;</li> <li>• atividades em curso potencialmente poluidoras;</li> <li>• rede pública de distribuição de água;</li> <li>• rede pública de coleta e tratamento de esgoto;</li> <li>• coleta e destinação pública de resíduos; e</li> <li>• unidades de conservação no território municipal.</li> </ul>	25,71	19,87	3	abaixo do considerado no ano anterior, mantendo nível 3; 15 destinos no mesmo nível; maioria no nível 4
Aspectos culturais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• produção cultural associada ao turismo;</li> <li>• patrimônio histórico e cultural; e</li> <li>• estrutura municipal para apoio à cultura.</li> </ul>	47,90	41,91	2	acima do considerado no ano anterior, mantendo nível 2; 5 destinos no mesmo nível; maioria no nível 4

Fonte: MTur, Índice de Competitividade do Turismo Nacional Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, Mateiros 2014.

O Brasil é uma referência mundial na prática do Turismo de Aventura, no qual destaca-se atividades como a caminhada, o balonismo, o *rafting* e o mergulho, conforme aponta a Revista Veja em sua publicação disponível no sítio [www.veja.abril.com.br/complementos-materias/turismo-aventura/info.shtml](http://www.veja.abril.com.br/complementos-materias/turismo-aventura/info.shtml) (acesso em novembro de 2013). O mapa de Turismo de Aventura no Brasil, também apresentado pela Revista, aponta 23 destinos competidores do Turismo de Aventura. São eles: Araruna (PB), Bonito (MS), Brotas (SP), Chapada Diamantina (BA), Chapada dos Guimarães (MT), Chapada dos Veadeiros (GO), Delmiro Gouveia (AL), Domingo Martins (ES), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Foz do Iguaçu (PR), Jalapão (TO), Lençóis Maranhenses (MA), Manaus (MA), Monte Roraima (RR), Natal (RN), Porto Velho (RO), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Santarém (PA), Serra da Capivara (PI), Serras do Cipó (MG) e Serras Gaúchas (RS). É válido salientar que o Turismo de Aventura caracteriza-se por apresentar uma oferta competitiva de destinos diversos e fortes no Brasil, onde a maioria possui um receptivo preparado para atender ao turista com atrativos bem estruturados e com boa oferta de serviços.

Para a análise do preço praticado no Polo em relação a preço praticado nos destinos competidores, foram selecionados os seguintes roteiros: Bonito (MS), Brotas (SP) e Chapada dos Veadeiros (GO). Importa acrescentar que esses destinos foram citados pela Adtur, órgão responsável pelo turismo estadual, na época de elaboração deste Diagnóstico, como alguns dos principais competidores do Polo.

Para comparação, foram analisados deslocamentos a partir de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro. A tabela a seguir indica o destino, o roteiro selecionado e o valor total do roteiro turístico para duas pessoas em uma estada de sete dias no destino. Vale ressaltar que os valores com origem em Brasília datam de 2014, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro refletem a situação de maio de 2015.

**Tabela 13: Preços praticados – Roteiros turísticos nos destinos: Bonito, Brotas, Chapada dos Veadeiros e Jalapão.**

DESTINO	ROTEIRO SELECIONADO	COMPOSIÇÃO DOS GASTOS (R\$)*		
		Brasília*	Rio de Janeiro**	São Paulo**
Bonito	Trecho aéreo origem – Campo Grande - origem Traslado Campo Grande – Bonito (205 Km). Diária de 7 dias em Hotel com café da manhã e em apartamento duplo. O pacote inclui duas atividades no destino: Flutuação no Rio Sucuri e visita à Gruta São Miguel para duas pessoas.	4.348,28	R\$ 5.800,00	R\$ 6.325,00
Brotas	Trecho aéreo origem – São Paulo - origem Traslado São Paulo – Brotas (154 Km) Diária de 07 dias em Hotel Fazenda com café da manhã e em apartamento duplo para 02 adultos. O pacote inclui duas atividades no destino: Rafting no Rio Jacaré e aventura no Quadríciclo para duas pessoas.	4.715,00	R\$ 3.200,00	R\$ 880,00 (não necessita passagem aérea)

DESTINO	ROTEIRO SELECIONADO	COMPOSIÇÃO DOS GASTOS (R\$)*		
		Brasília*	Rio de Janeiro**	São Paulo**
Chapada dos Veadeiros	Traslado Brasília – Alto Paraíso – Brasília (223 Km). Diárias de 7 dias, pousadas simples, em apartamentos duplos ou triplos tipo standard, com café da manhã, nas pousadas: Veadeiros, Portal da Chapada, Recanto da Grande Paz, Camelot e Casa Rosa.	1.725,00 (não necessita passagem aérea)	R\$ 7.450,00	R\$ 8.380,00
Jalapão	Trecho aéreo origem – Palmas - origem Traslado Palmas – Acampamento da Korubo (154 Km). 2 pernoites em Hotel de Palmas com café da manhã; 4 pernoites no Safari Camp com café da manhã, almoço, jantar, lanches de trilha, sucos e água filtrada/tratada própria da região. O pacote inclui canoagem, visita às cachoeiras, dunas e fervedouros.	4.860,00	R\$ 9.780,00	R\$ 11.200,00

\*Valor pesquisado para o período de 01/07/2014 a 07/07/2014, considerado período de alta temporada nos destinos.

\*\*Valor pesquisado para o período de 24/07/2015 a 31/07/2015, considerado período de alta temporada nos destinos.

Fonte: Agência de Viagens CVC e Agência Korubo.

Partindo de Brasília, verifica-se que o preço praticado para a Chapada dos Veadeiros é mais barato que nos outros dois destinos. No entanto, na Chapada dos Veadeiros o valor da passagem aérea não é contabilizado, uma vez que no percurso Brasília – Alto Paraíso essa modalidade não está disponível.

Para o destino de Bonito o pacote inclui apenas duas atividades turísticas, sendo que a região apresenta outros atrativos consolidados com preços que variam de R\$ 12,00 (doze reais) a R\$ 800,00 (oitocentos reais) de acordo com informações obtidas pela Associação dos Atrativos Turísticos de Bonito e Região (site: [www.atrativosbonito.com.br/preços](http://www.atrativosbonito.com.br/preços), acessado em junho de 2014). Vale acrescentar que Bonito é considerado um destino consolidado por apresentar infraestrutura adequada nos atrativos e equipamentos aos turistas, bem como sistema de voucher que busca estruturar o atrativo oferecendo ao turista maior qualidade em sua experiência turística. A Chapada dos Veadeiros, apesar não possuir um sistema de voucher, apresenta atrativos dotados de infraestrutura para o atendimento ao turista.

No destino Brotas (SP) o pacote inclui o trecho aéreo (ida e volta) partindo de Brasília, diária de 07 dias em Hotel Fazenda com café da manhã, em apartamento duplo para 02 adultos. O pacote inclui duas atividades no destino: *Rafting* no Rio Jacaré e aventura no Quadríciclo para duas pessoas.

Em relação a todas as origens, verifica-se, pelas informações contidas na tabela anterior, que o preço praticado no Polo do Jalapão ainda é superior em relação aos outros destinos. No entanto, a infraestrutura turística do Polo do Jalapão não corresponde ao valor pago pelo turista. Sua infraestrutura é precária ao se comparar como a infraestrutura de Bonito, Brotas e Chapada dos Veadeiros.

O Polo do Jalapão ainda necessita de maiores investimentos em infraestrutura turística para melhor atender ao mercado consumidor e gerar um potencial de troca com estes destinos, propiciando a elaboração e aplicação de estratégias competitivas junto a estes mercados, oferecendo produtos qualificados e consolidados. Além disso, dada às condições do Polo para o Ecoturismo e para o Turismo de Aventura é necessário fortalecer essa atividade por meio da qualificação e capacitação de condutores, empresários e profissionais, além de desenvolver e promover a capacidade de resposta a emergências e acidentes, bem como propiciar segurança para a operação das atividades relacionadas a estes segmentos.

Nas oficinas realizadas em campo, junto com os atores locais, no mês de Maio de 2015, foi informado que existe uma expectativa na formatação de futuros roteiros tendo em vista trazer maior visibilidade para o Polo e integrá-lo com outros destinos. Ainda de acordo com as reuniões, foi exposto que existe um projeto sendo desenvolvido pelo SEBRAE Nacional para a formatação dos roteiros integrados Chapada das Mesas/Jalapão e Chapada dos Veadeiros/Jalapão. Além disso, futuras conexões estão sendo estudadas, como: Chapada da Diamantina/Jalapão e Serra da Capivara/Jalapão

### **2.1.3 Oferta Turística da Área do Polo do Jalapão**

A oferta turística corresponde a um conjunto formado por atrativos turísticos sejam eles naturais, culturais, tecnológicos, científicos e de eventos programados bem como, serviços e equipamentos, dentre os quais, de hospedagem, de alimentação, de recreação, de lazer, de caráter artístico, cultural e social. Esses recursos devem ter a capacidade de captar e manter visitantes em determinada localidade receptora turística por um período determinado de tempo (Projeto inventário da oferta turística, MTur, 2008).

A oferta turística do Polo do Jalapão é predominantemente formada por atrativos naturais, salvo o interesse dos turistas pelas comunidades quilombolas que traz como segmento complementar o turismo cultural. Tanto os atrativos naturais, quanto os culturais necessitam de maior atenção uma vez que os naturais estão localizados, em sua maioria, em áreas ambientalmente frágeis e a pressão de uso pelos turistas é muitas vezes superior à capacidade de suporte. Estudos de capacidade de carga e de planos que busquem monitorar os impactos da visitação são essenciais. No que diz respeito aos atrativos culturais, deve-se ter maior cuidado ao se desenvolver o turismo nas comunidades quilombolas de forma que essas não percam seus valores históricos e sua identidade própria.

Por se tratar de atrativos voltados ao turismo de Aventura e ao Ecoturismo é necessário desenvolver ações continuadas que busquem estruturar roteiros de aventura, regulamentar a atividade, bem como realizá-la de forma segura.

Além disso, visita realizada em campo, em outubro de 2013, permitiu constatar que o Polo ainda não dispõe de estrutura qualificada para o receptivo de visitantes, bem como de roteiros estruturados para as atividades de Ecoturismo e Turismo de Aventura. Nesse sentido, propostas e incentivos voltados para a estruturação e revitalização de equipamentos, implantação de infraestrutura nos atrativos e adoção de selos verdes constituem meios de trazer qualidade aos produtos ofertados.

De acordo com as entrevistas realizadas com a operadora de turismo Rota da Iguana, uma das principais operadoras que comercializava o turismo na região (em 2013), constata-se uma crescente valorização do turista quando se trata da experiência obtida com os atrativos naturais e culturais. No entanto, observa-se ainda grande concentração de atrativos em áreas particulares, cujos proprietários não possuem condições ou desejos de realizar os ajustes necessários à visitação de forma adequada. Esta questão juntamente com as dificuldades de acesso, distância, ausência de estradas ou trilhas adequadas, dificultam o desenvolvimento do turismo na região e a qualidade da oferta do produto turístico. Ainda

como gargalo, pode-se constatar, por meio da visita realizada em campo, a ausência de integração entre os municípios para a formatação de roteiros com o objetivo de otimizar a exploração do potencial do Polo. Essa situação poderia propiciar a satisfação do turista que teria a oportunidade, por exemplo, de eleger os roteiros com antecedência e programar a sua viagem.

No município de Mateiros, considerado o principal destino indutor do Polo, está previsto a construção de um centro de eventos multiuso com capacidade para 1.000 pessoas. Essa ação busca trazer para o Polo um número maior de turistas, principalmente nos períodos de baixa temporada. O espaço poderá ser utilizado também no período de alta temporada, com eventos específicos, formatados e estruturados de forma integrada às diferentes atividades ofertadas pelo Polo.

A seguir são apresentadas as informações sobre os atrativos turísticos dos municípios que compõem o Polo.

### **2.1.3.1 Descrição e Avaliação dos Atrativos Turísticos mais Relevantes**

#### **• Atrativos Naturais**

A abundância e beleza dos atrativos naturais em meio ao cerrado, caatinga e deserto são as principais características que fazem do Jalapão uma região singular. São várias opções de diversão e banhos, dentre eles: rios, cachoeiras, corredeiras e fervedouros. Além disso, o Polo tem como atrativos as dunas, montanhas, formações rochosas singulares, matas e trilhas para a realização de atividades voltadas aos segmentos de Ecoturismo e turismo de Aventura.

A área possui também uma diversidade de fauna e flora. Cita-se como espécies-bandeira, definição apresentada no sítio do Projeto Tamar (<http://www.tamar.org.br/>), o pato-mergulhão (*Mergus octocetaceus*) e a arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*).

Ressalta-se, no entanto, que os atrativos naturais do Polo são também caracterizados sob a ótica da fragilidade ambiental. Sabe-se que o turismo de Aventura e o Ecoturismo são modalidades turísticas que causam impacto no meio ambiente, por isso, faz-se necessário adoção de ações saneadoras, mitigadoras e de proteção ambiental, para que esta atividade se desenvolva sem prejuízos à natureza.

Sendo assim, observa-se a necessidade da elaboração de programas e estudos voltados ao desenvolvimento sustentável do turismo, visando amenizar os impactos ao meio ambiente. A gestão ambiental na região ainda é bastante precária uma vez que não existem dados turísticos consistentes para que se faça um planejamento eficiente. Além disso, a população e os turistas não estão devidamente sensibilizados para as atividades que ali ocorrem.

A visita realizada em campo também permitiu a constatação de uma diferenciação de fluxo entre atrativos, alguns com grande ocupação atingindo um volume considerável de turistas capaz de impactar o meio ambiente, enquanto outros são pouco procurados, denotando uma divulgação não uniforme entre os atrativos. Esse fato pode ser constatado por meio da venda de pacotes pelas operadoras turísticas. De acordo com informações obtidas nas operadoras e nas Secretarias Municipais de Turismo em 2013, as Dunas do Jalapão, Cachoeira da Formiga e os Fervedouros são os atrativos mais procurados pelos turistas. Esses problemas poderiam ser sanados por meio da elaboração de planos que busquem controlar o acesso aos atrativos e por meio de estratégias de comercialização e marketing que promovam o controle e melhoria nos resultados anuais de movimentação turística para a região.

Um ponto favorável para o incremento do turismo no Polo refere-se à condição climática do Jalapão, caracterizado por apresentar duas estações bem definidas, favorecendo a criação

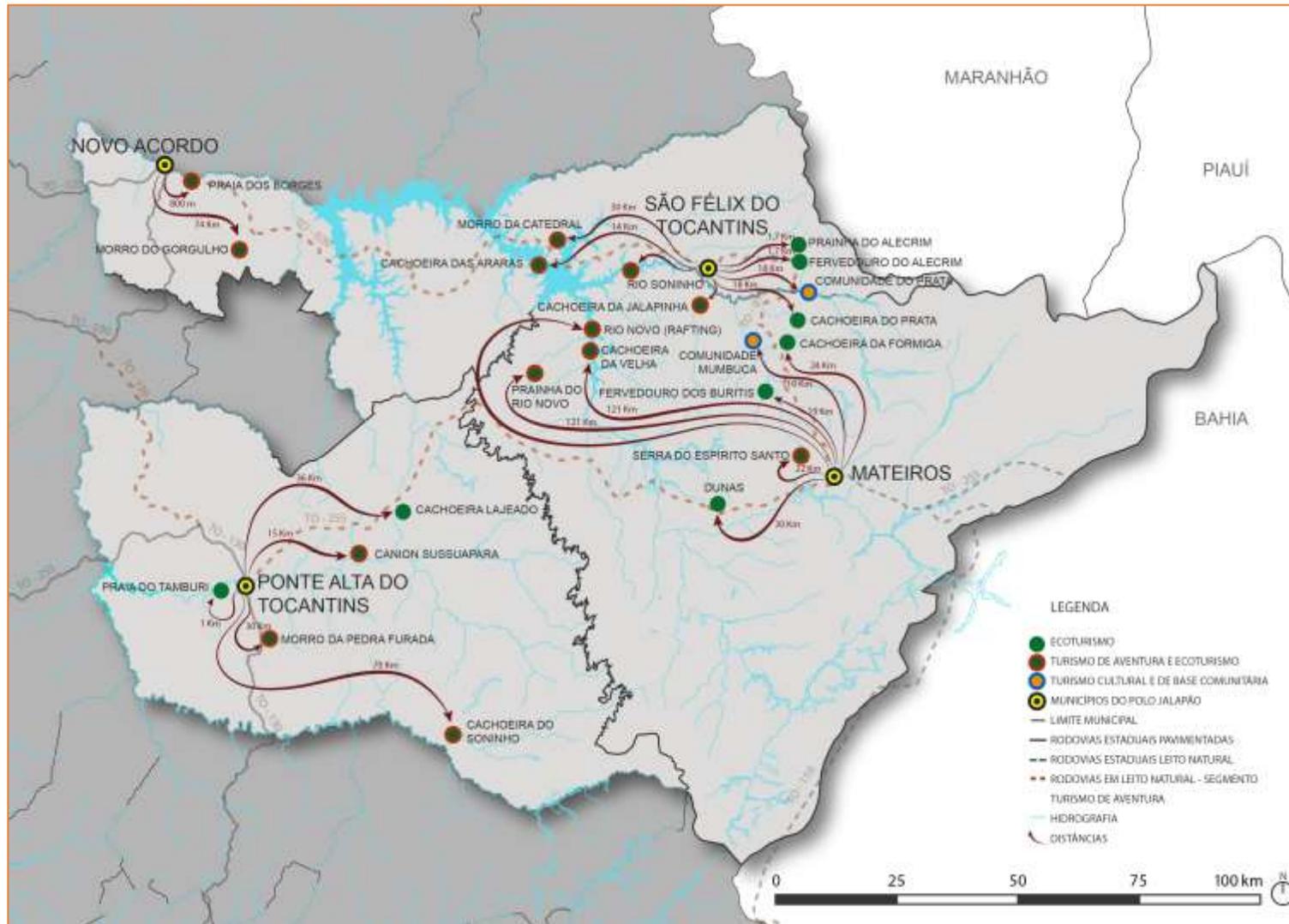
de roteiros integrados durante o ano todo. Apesar dessa constância climática facilitar a logística do turismo, o período de chuva dificulta os acessos aos atrativos devido ao risco de atolamentos nas rodovias em leito natural e o período de seca propicia as queimadas nas áreas naturais. O Naturatins está implementando uma técnica de Manejo Integrado do Fogo – MIF que consiste no combate por meio de um mapeamento na região onde áreas mais propícias ao fogo sejam queimadas em períodos considerados mais amenos, com o devido controle.

No que se refere à infraestrutura de apoio e equipamentos turísticos, pode-se afirmar que são poucos os atrativos que possuem um tratamento adequado aos visitantes. Além disso, o Polo não possui roteiros estruturados para as atividades existentes, bem como uma visão integrada e intercomplementar dos segmentos e produtos turísticos. O Ecoturismo e turismo de Aventura são produtos potenciais que podem ser estruturados e comercializados de forma integrada por meio da roteirização turística.

A criação de roteiros integrados auxilia o processo de identificação, elaboração e consolidação de novos roteiros turísticos, indicando a necessidade de investimentos em projetos já existentes, seja para promover melhorias na estrutura atual, seja para trazer qualificação dos serviços turísticos oferecidos. A roteirização de atrativos contribui para o aumento do número de turistas e do seu prazo médio de permanência nos destinos.

Os atrativos turísticos naturais relevantes do Polo do Jalapão foram organizados e descritos por município para facilitar a compreensão. Em cada atrativo, foram discutidos aspectos como: as sinalizações informativa e interpretativa; a infraestrutura de apoio aos turistas; os recursos humanos; o nível de segurança; os valores cobrados; e a gestão requerida. No mapa abaixo destaca-se os principais atrativos do Polo.

Figura 14: Mapa de Atrativos – Polo do Jalapão



Fonte: Technum Consultoria, 2013.

## A.) Atrativos Naturais – Mateiros

### • Parque Estadual do Jalapão - PEJ

O PEJ foi criado em janeiro de 2001 com o objetivo de proteger o ecossistema frágil da região. Abrange uma área de aproximadamente 150 mil hectares e é o maior Parque Estadual do Tocantins.

Na área do parque observa-se a predominância da vegetação de cerrado, além de apresentar formações campestres, florestais, matas ciliares e de galeria. O relevo é caracterizado pela formação de chapadões e planaltos que abriga diversas nascentes de água. O solo é arenoso fazendo com que a região seja frágil aos impactos humanos. Possui uma hidrografia abundante no qual se destaca o Rio Novo, utilizado para atividades esportivas como o *rafting*.

Alguns atrativos estão localizados dentro do parque como a Cachoeira da Velha, as Dunas, a Cachoeira da Formiga e a Serra do Espírito Santo. O parque é um importante patrimônio ecológico e biológico, pois além de proteger ecossistemas diversificados, abriga espécies ameaçadas de extinção como a arara azul, a onça-pintada, o lobo-guará, o tamanduá-bandeira e o pato-mergulhão.

As atividades que são ou que podem ser realizadas no PEJ são: cachoeirismo, bóia-cross, canoagem, *duck* (atividade realizada com caiaque inflável), canionismo, caminhada, montanhismo, turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues, *rafting*, cicloturismo, dentre outras.

No que diz respeito à infraestrutura, verifica-se que a acessibilidade é comprometida devido às vias não pavimentadas e a falta de sinalizações indicativas e turísticas adequadas. Está prevista a elaboração do projeto para implantação de infraestrutura de atendimento ao turista, como o centro de visitantes, o centro de conservação da biosfera do cerrado, banheiros, área de lazer, trilhas ecológicas e espaços para pequenos eventos. Essa ação busca captar turistas para o Polo, bem como aumentar a permanência desses.

A visita realizada em campo constatou a necessidade da elaboração de estudos relacionados à capacidade de suporte dos atrativos, bem como a elaboração do manual de visitação pública do Parque, uma vez que essas medidas garantem o desenvolvimento do turismo na área de forma sustentável.

### • Cachoeira do Formiga

A cachoeira está localizada em Mateiros, a 24 km do centro da cidade, em propriedade particular e dentro dos limites do Parque Estadual do Jalapão - PEJ. O acesso é realizado por uma estrada de terra em condições precárias, 6 km a partir da TO-110. O atrativo consiste em uma pequena queda d'água com poço de aproximadamente oito metros de diâmetro, cercado por uma vegetação composta de árvores altas, samambaias e palmeiras nativas. A água é cristalina em tons verde azulados na qual é possível banhar-se e observar o fundo do poço, com areias calcárias.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas na cachoeira, merecem destaque: o cachoeirismo e a caminhada.

**Figura 15: Cachoeira do Formiga – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As sinalizações turística e indicativa são deficientes, tanto para a indicação dos acessos ao atrativo, quanto para a informação sobre o atrativo. Observa-se que a vegetação junto às estradas de acesso próximas ao atrativo encontra-se degradada devido à abertura de vias paralelas pelo cerrado para evitar os atoleiros. A evolução dos processos de erosão é perceptível, dada a grande fragilidade do terreno arenoso e da declividade que se acentua junto ao córrego.

O atrativo possui uma infraestrutura precária, como por exemplo os sanitários em fossa negra em inadequadas condições de uso. Existe uma área destinada para a prática de *camping*, porém não há um controle de capacidade máxima de sua utilização. Em período de feriados, os proprietários afirmam receber até 140 barracas de *camping*, mas o local não oferece condições de infraestrutura adequadas para este volume de pessoas. Em relação às condições potenciais, há de se considerar a necessidade da implantação de infraestrutura para mitigar eventuais impactos no meio ambiente e a necessidade de controlar o acesso dos turistas de forma a manter a qualidade na oferta do atrativo.

Em 2006 foi realizado um estudo de capacidade de carga que apresenta dados levantados em campo nos meses de fevereiro, julho e setembro. O estudo teve como resultado que a visita ao atrativo deve receber no máximo oito grupos com 21 visitantes cada ao longo do dia.

O preço praticado em 2013 era de R\$ 10,00 por pessoa e a diária para acampamento era de R\$ 20,00. De acordo com informações obtidas pela Sedetur em 2015 o preço praticado sofreu alterações e o valor cobrado para o acesso é de R\$ 20,00 por pessoa e de R\$ 30,00 para o acampamento (diária).

Por se tratar de um atrativo gerido pela iniciativa privada, há de se considerar a necessidade futura de qualificação profissional para o atendimento ao turismo. A visita ao atrativo não é acompanhada ou monitorada por guias.

O atendimento aos visitantes é realizado pelo serviço de transporte ou agência de turismo contratados pelos turistas. No entanto, essa contratação é facultativa, uma vez que os turistas podem acessar o atrativo por meios próprios. Essa situação torna-se um problema na medida em que o acompanhamento é essencial para a qualidade do passeio e intervém diretamente no atendimento ao turista. Não há salva-vidas ou profissional treinado para garantir a segurança ou prevenir acidentes no local.

Considerando que o atrativo apresenta elevado fluxo de turistas durante o ano, nota-se a necessidade de ações voltadas à segurança preventiva ao turista e à capacitação de condutores ambientais na prestação de primeiros socorros, caso se faça necessário.

- **Cachoeira da Velha**

A cachoeira da Velha está localizada em Mateiros, a 121 km da sede urbana do município. O acesso é realizado a partir da Fazenda Triago. A fazenda consiste em um importante ponto de apoio estratégico para os turistas descansarem e utilizarem os banheiros, quando preciso, uma vez que esses serviços não estão disponíveis junto ao atrativo. Observa-se, assim, a oportunidade de dotá-la de melhor infraestrutura receptiva, notadamente na utilização do espaço para o fornecimento de lanches ou de almoço aos visitantes bem como comercialização de produtos artesanais e outros.

Partindo da fazenda somam-se mais nove quilômetros de estrada de terra. Alguns trechos apresenta areia fina, sendo recomendada a utilização de carro tracionado. A entrada para a cachoeira é realizada por meio de uma passarela de madeira com mirantes para a contemplação da paisagem. No acesso à passarela, há uma placa de sinalização indicativa. A estrutura da passarela necessita de manutenção uma vez que o piso em madeira encontra-se desgastado.

As imagens a seguir ilustram essa situação.

**Figura 16: Placa de indicação da passarela suspensa e imagem da passarela – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Das atividades que são ou que podem ser realizadas na Cachoeira da Velha, merecem destaque: bóia-cross, canoagem, *duck*, atividade realizada com caiaque inflável, paraquedismo, voo livre (asa delta ou parapente), cachoeirismo, canionismo, caminhada, turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues, *rafting*, cicloturismo, paraglider, asa delta, *rally* aéreo.

Não há infraestrutura de banheiros e quiosques no local. A gestão do atrativo é realizada pela administração pública e o ingresso é gratuito.

A Cachoeira da Velha é uma das maiores cachoeiras do Jalapão, possui 100 metros de uma margem a outra e uma altura de aproximadamente 25 metros. A cachoeira impressiona pelo volume de água e pelo formato em ferradura dupla que ocupa toda a largura do Rio Novo. Não é permitido tomar banho perto da queda d'água, todavia, a 150 metros da entrada há uma trilha que leva a uma praia de rio de águas tranquilas e com extenso banco de areia.

**Figura 17: Cachoeira da Velha – Município de Mateiros**



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Mateiros e Technum Consultoria SS, 2013.

O atrativo possui sinalizações indicativa, informativa e turística, com placas padronizadas pelo Parque Estadual do Jalapão, porém fora das normas internacionais. Não há restrições para visitação ou identificação de capacidade de carga no atrativo. Identifica-se, como um problema decorrente da visitação, a descaracterização da paisagem nos arredores em função da compactação do solo e a consequente erosão ocorrida devido à frequência elevada de veículos na via de acesso. Assim, com o crescimento da visitação, há de se pensar em alternativas para o fluxo de visitantes com vistas à preservação do meio ambiente.

O passeio é realizado sem o acompanhamento de guias ou de condutores ambientais. Ressalta-se a necessidade da presença desses profissionais para que as informações a respeito do atrativo, bem como a conscientização a respeito da preservação do produto sejam realizadas de forma adequada. Não há orientação para que o passeio seja feito de forma segura pelo turista e o atrativo apresenta problemas de acesso devido à falta de conservação da passarela, o que compromete a segurança no trajeto e conforto do visitante.

A gestão da Cachoeira da Velha é realizada pela Adtur (atual SEDEN). O receptivo do local está situado na Fazenda Triago no qual há apenas um funcionário residente que possui a função de controlar o fluxo turístico e fiscalizar o atrativo como um todo. Considerando que o atrativo apresenta elevado fluxo de turistas durante a alta temporada, a gestão requerida deve buscar a ampliação do número de funcionários e a capacitação dos mesmos como forma de garantir maior qualidade no produto ofertado.

- **Dunas do Jalapão**

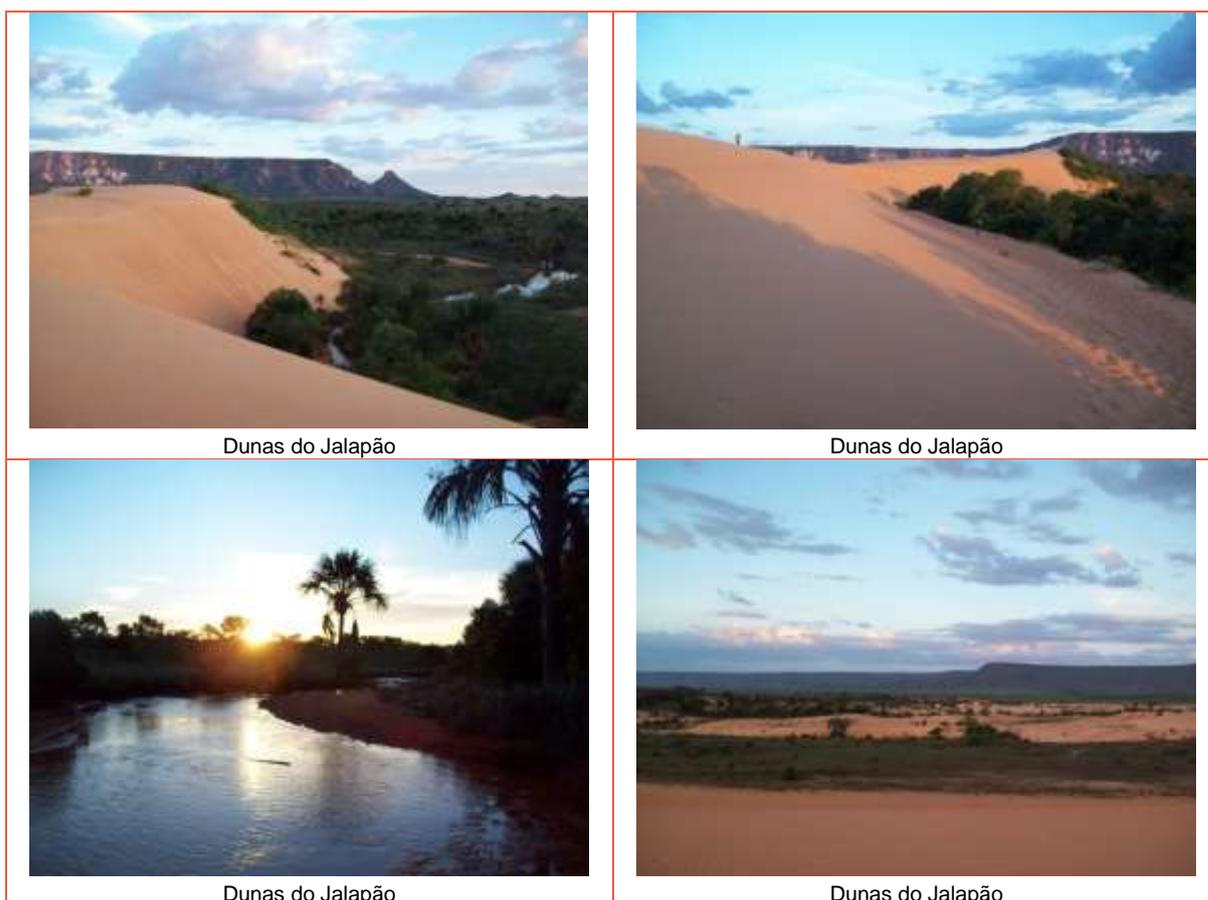
As Dunas do Jalapão localiza-se no município de Mateiros no Parque estadual do Jalapão, aproximadamente a 30 km da sede municipal. Para o acesso recomenda-se o uso de veículo tração dianteira uma vez que o percurso possui trechos arenosos que facilitam os atolamentos.

O atrativo possui a formação de dunas em areais finas e avermelhadas que atingem aproximadamente 40 metros de altura. A paisagem é também composta de uma lagoa

rodeada de brejos, buritis e riacho, situada no caminho que dá acesso, em meio à vegetação de cerrado. A preferência pelas subidas ocorre no fim do dia, quando a temperatura cai e a areia começa a esfriar. Do topo é possível ter uma visão panorâmica da região como as veredas típicas de cerrado e a Serra do Espírito do Santo que, juntamente com o pôr do sol, transforma o atrativo em um cenário singular propício à contemplação.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas nas Dunas, merecem destaque a caminhada.

**Figura 18: Dunas do Jalapão – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Trata-se de atrativo bastante divulgado, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A trilha até as Dunas dura aproximadamente 30 minutos a pé do estacionamento até o topo e não há taxa de cobrança para o acesso. Na entrada há uma placa informativa que trata das regras para a visitação. O percurso é realizado a pé em trilha de areia, delimitada apenas pela vegetação existente, conforme ilustração a seguir. Para a subida nas Dunas há outra placa informando a necessidade de subida pela lateral para minimizar a movimentação de areia e dirimir os impactos negativos na visitação ao atrativo (figura 19).

**Figura 19: Sinalizações – acesso à trilha, trilha e sinalizações para a subida para as Dunas do Jalapão – Município de Mateiros**



Sinalização trilha de acesso às Dunas

Trilha de acesso às Dunas

Sinalização subida às Dunas

Subida às Dunas

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Não há restrição do número de visitantes por dia, mesmo com a existência de estudo de capacidade de carga para o atrativo. A contagem do número de visitantes é disponibilizada por um funcionário do Naturatins, mas não há caráter restritivo. O funcionário não possui qualificação voltada para o atendimento ao turista. A fragilidade do atrativo é reforçada pelo aumento do fluxo de turistas nos períodos de alta temporada que pode modificar a estrutura das dunas por causa do impacto do andar das pessoas.

Outro aspecto relevante diz respeito à via de acesso às dunas onde os carros, para evitar os atolamentos, criam novos trajetos, causando a degradação na área natural. Dada às circunstâncias, o posicionamento potencial aponta para a necessidade de mitigar os impactos ambientais ocasionados pelo fluxo turístico, como ampliar o controle e acesso dos visitantes.

O atrativo possui uma edificação de apoio ao turista com infraestrutura de banheiro e área de descanso. Existem sinalizações informativa e indicativa, porém fora dos padrões internacionais.

A gestão do atrativo é de responsabilidade do Naturatins - Instituto Natureza do Tocantins. O Naturatins é o órgão estadual de meio ambiente e atua na gestão do uso público das Unidades de Conservação, conforme Termo de Cooperação firmado pelo órgão juntamente com a Adtur (atual SEDEN).

A visita ao atrativo não é acompanhada ou monitorada por guias de turismo, salvo quando as agências de turismo são contratadas e o motorista exerce a função de condutor ambiental. É necessária a realização de capacitações profissionais que busquem identificar

e prevenir vulnerabilidades do atrativo, além de evitar ocorrências de desastres e realizar a prestação de primeiros socorros.

- **Fervedouro dos Buritis**

O Fervedouro dos Buritis está localizado em Mateiros, a 19 km da sede do município, em área particular. Consiste em uma área de alagado com nascente de águas borbulhantes e claras, cercado de vegetação de cerrado com plantio de bananeiras. O poço de mergulho possui aproximadamente três metros de diâmetro e é por onde afloram águas em meio às areais finas. Gases submersos emergem das águas e impedem as pessoas de afundarem. Esse fenômeno é chamado de ressurgência da água.

Das atividades que são ou que podem ser realizadas no fervedouro pode-se citar o lazer, banho e a caminhada.

**Figura 20: Fervedouro dos Buritis – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As sinalizações turística e indicativa de acesso ao fervedouro são precárias e não estão adequadas aos padrões internacionais. Na via principal, há uma placa indicando a distância de sete quilômetros em estrada de areia até o fervedouro, conforme ilustra a figura seguinte. Recomenda-se a utilização de veículo tracionado dada à facilidade de atolamento. Ao chegar à área onde se localiza o fervedouro, é cobrada uma taxa de R\$ 10,00 para o banho. A partir daí, o acesso é realizado a pé por uma mata fechada em uma trilha de aproximadamente 300 metros delimitada por troncos de madeira cortados. (figura 21).

**Figura 21: Placa de Sinalização Fervedouro dos Buritis e Acesso ao Fervedouro – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Não há infraestrutura de apoio para os turistas e oferta de serviços básicos aos visitantes. Observa-se também a ausência de placa de indicação de capacidade de carga para a utilização do fervedouro de forma sustentável pelos turistas. Principalmente por tratar-se de uma nascente, registra-se, portanto, a necessidade de elaboração de um plano operacional e de ordenamento do fluxo turístico, bem como o planejamento do espaço dotando-o de infraestrutura. Além disso, verifica-se a necessidade de implantação de melhorias no acesso para os turistas.

Vale ressaltar que o atrativo possui também potencial de utilização pelos turistas para a contemplação da fauna e flora e para a realização de trilhas ecológicas.

O nível de segurança para o acesso ao fervedouro é satisfatório, não apresenta registros de incidentes. Contudo, deve-se pensar em ações de segurança preventiva ao turista e capacitação de condutores ambientais na prestação de primeiros socorros, caso se faça necessário.

- **Fervedouro do Ceiça**

O Fervedouro do Ceiça está localizado a 25 km de Mateiros e encontra-se em propriedade particular, dentro do Parque Estadual do Jalapão.

A infraestrutura de apoio para os turistas e oferta de serviços básicos aos visitantes é precária. Observa-se a existência de placa de indicação de capacidade de carga para a utilização do fervedouro. A capacidade de carga é de seis pessoas por vez. E, quando está cheio, o tempo máximo de banho é de 20 minutos.

Das atividades que são ou que podem ser realizadas no fervedouro pode-se citar o lazer, o banho e a caminhada. Registra-se a necessidade de elaboração de um plano operacional e de ordenamento do fluxo turístico, bem como o planejamento do espaço dotando-o de infraestrutura, notadamente pelo fato de tratar-se de uma nascente.

O nível de segurança para o acesso ao fervedouro é satisfatório não apresentando registros de incidentes. Por se tratar de um atrativo localizado próximo a sede urbana, deve-se pensar em ações de segurança preventiva ao turista e capacitação de condutores ambientais na prestação de primeiros socorros, caso se faça necessário.

O valor do acesso é de R\$ 20,00 por pessoa, de acordo com informações obtidas em 2015 pela Sedetur.

**Figura 22: Fervedouro do Ceiça**



Sinalização Fervedouro dos Buritis

Fonte: Secretaria Municipal de Turismo de Mateiros, 2015.

De acordo com os levantamentos realizados pela Sedetur e pelas Secretarias Municipais de turismo em 2015, existem outros fervedouros destinados ao banho com as mesmas

características descritas acima. São eles: Fervedouro da Korubo (28 km da sede), Fervedouro da Mumbuca (36 km da sede), Fervedouro do Soninho, Fervedouro do Rio Sono (21 km da sede), Fervedouro do Buritizinho (30 km da sede), Fervedouro Recanto do Salto (22 km da sede). Vale ressaltar que os fervedouros citados possuem as mesmas características dos fervedouros citados anteriormente e que esses não foram contemplados na validação presente no item 3.0 uma vez que foram levantados em data posterior.

- **Rio Novo**

No Rio Novo, pode-se realizar atividades do segmento de aventura como o *rafting*, do segmento de ecoturismo, dada à riqueza natural presente, e também do segmento de sol e praia na Prainha do Rio Novo.

A Prainha do Rio Novo localiza-se próxima à Cachoeira da Velha. O acesso é realizado por meio de uma trilha a partir da Cachoeira da Velha. A caminhada nessa trilha dura aproximadamente 40 minutos e há sinalização durante o percurso, conforme registram as imagens seguintes. Apesar da delimitação da trilha, foi observada a necessidade de melhor estruturação do percurso com a adoção de pontos de parada para contemplação e descanso, bem como de lixeiras e limpeza do local.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no Rio Novo, merecem destaque: bóia-cross, canoagem, *duck*, atividade realizada com caiaque inflável, balonismo, paraquedismo, voo livre (asa delta ou parapente), cachoeirismo, caminhada, *rafting*, dentre outras.

**Figura 23: Trilha de acesso à prainha do Rio Novo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O acesso à Prainha pode também ser realizado por uma estrada em leito natural, sendo recomendado o uso de veículo tração. O percurso, do estacionamento até a área destinada ao banho no Rio Novo, é realizado a pé por meio de uma escadaria que possui pontos estratégicos para descanso e contemplação, conforme demonstram as imagens a seguir. Os degraus em madeira necessitam de manutenção uma vez que possuem partes rachadas e quebradas.

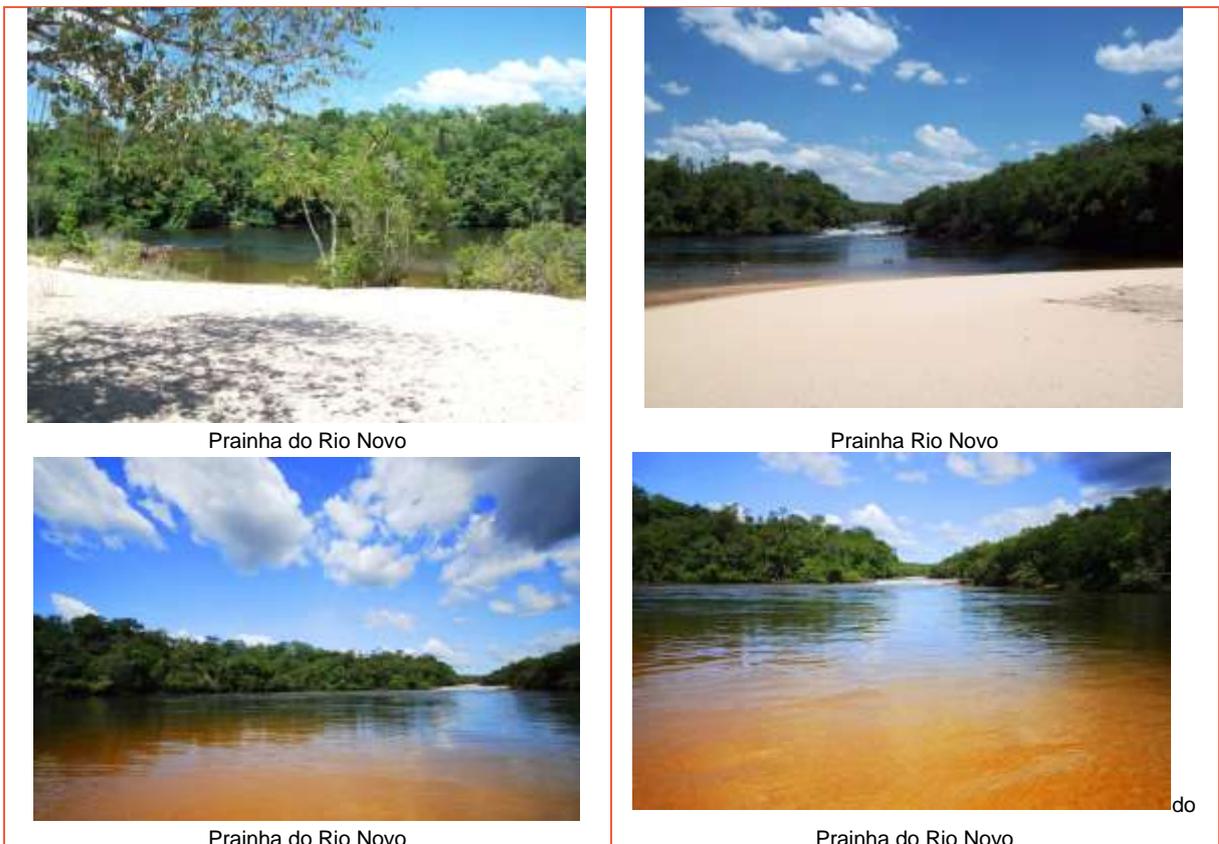
**Figura 24: Escadaria de acesso à Prainha do Rio Novo – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

A praia possui águas transparentes, é cercada por matas ciliares e tem aproximadamente 10 metros de comprimento e três metros de largura, com características ilustradas na figura a seguir. A gestão do atrativo é de responsabilidade do órgão estadual de turismo (atualmente, a SEDEN). A infraestrutura local é precária, apresentando banheiros mal conservados. Não há infraestrutura de apoio aos visitantes e turistas, como quiosques e lanchonetes.

**Figura 25: Prainha do Rio Novo – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e SEDTUR, 2015

A Prainha do Rio Novo apresenta potencial para observação da fauna e flora, além de atividades de lazer e banho. Não há condutor ambiental para o acompanhamento dos turistas e para a prevenção de acidentes. Portanto, torna-se necessária a alocação de funcionários com capacitação para esse fim no intuito de proporcionar segurança ao turista.

Em determinados trechos do Rio Novo pode-se praticar atividades como o *rafting*. O *rafting* consiste em uma modalidade de esporte em equipe praticado em corredeiras de rios utilizando equipamentos como botes infláveis, coletes e capacetes. As corredeiras são classificadas em níveis, que apontam o grau de dificuldade e vão do I ao VI.

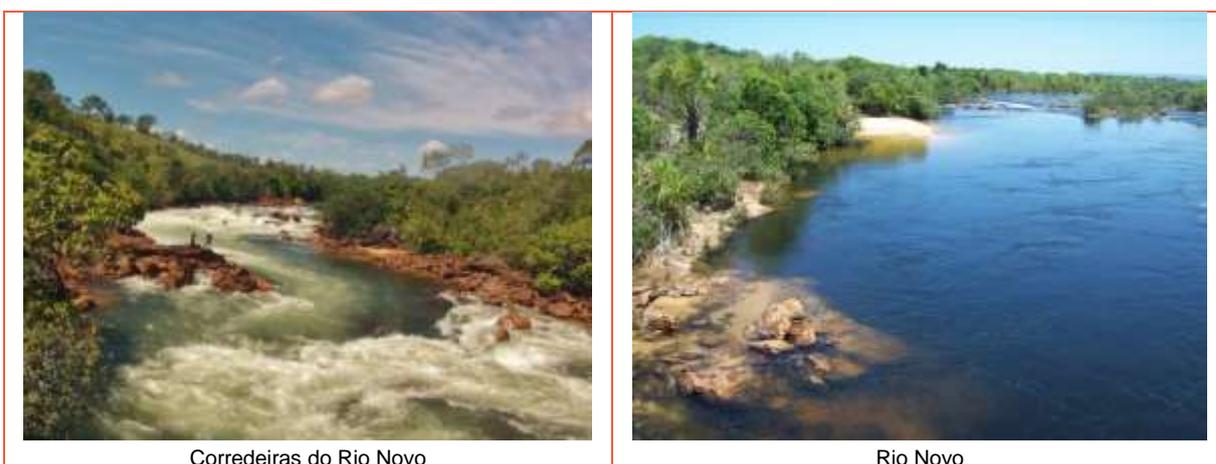
As classes de I a III são as indicadas para iniciantes, pois proporcionam aventura, mas o grau de dificuldade é menor. São corredeiras fáceis, com ondas mais lisas e estáveis. As classes IV e V tem um grau de dificuldade maior e são indicadas para profissionais, uma vez que as corredeiras são mais fortes com águas turbulentas que exigem mais atenção dos participantes e manobras mais precisas. A classe VI é indicada somente para profissionais devido o grau de dificuldade.

As corredeiras do Rio Novo vão desde o nível II ao nível IV. Durante o percurso é possível observar o cenário de matas ciliares repletas de árvores e buritis, onde vivem tucanos, araras-azuis e seriemas, entre outras aves.

A operadora Novaventura comercializa o *rafting* no Rio Novo e no Rio Sono. No Rio Novo são vendidos quatro pacotes que variam de acordo com a quantidade de pessoas e os tipos de percursos. A descida pelo rio Novo compreende um misto de esporte e de observação da fauna e da flora da região.

O *rafting* tem início na Fazenda Progresso localizada em Mateiros e termina próximo à cachoeira da Velha. A descida é intercalada por trechos tranquilos e por trechos mais fortes. No início, as águas são bem calmas, mas, depois, surgem pedras e curvas que tornam a descida mais rápida. Ressalta-se que o caminho é enriquecido por paisagens peculiares como cachoeiras e vegetação nativa onde o acesso é realizado somente pelos praticantes dessa atividade. As imagens a seguir ilustram as corredeiras do rio Novo.

**Figura 26: Corredeiras do Rio Novo – Município de Mateiros**





Corredeiras do Rio Novo



Rafting Rio Novo (Fundos Cachoeira da Velha)

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e Novaventura, companhia de Rafting (<http://www.novaventura.com.br>).

O valor cobrado varia entre R\$ 125,00 a 500,00 por pessoa, conforme quantidade de indivíduos no grupo, nível da corredeira e tempo do passeio, de acordo com informações da empresa Novaventura (<http://www.novaventura.com.br>). O grupo mínimo é formado por seis pessoas e o máximo por dez pessoas. No valor, está incluso o bote e os equipamentos de segurança. Não há obrigatoriedade de contratação de um guia da região, mas é necessário um instrutor de *rafting*. Antes de entrar na água, é preciso percorrer uma trilha com baixo nível de dificuldade. Apesar da obrigatoriedade do uso de colete salva-vidas e capacete, o esporte não oferece riscos e o trajeto é tranquilo.

Existem outras empresas que comercializam o *rafting* no Rio Novo, no entanto, não foi possível estabelecer contato com as mesmas para obter informações referentes a preços praticados e circuitos oferecidos.

- **Serra do Espírito do Santo**

A Serra do Espírito Santo é um paredão de 22 quilômetros de comprimento de rochas de formações areníticas que há mais de 65 milhões de anos vêm sendo moldadas pela ação do vento. A figura a seguir ilustra a Serra do Espírito Santo. O processo de erosão da Serra, ocasionado pelas chuvas e ventos, deu também origem às Dunas do Jalapão que se formam aos seus pés.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque: a caminhada, a escalada, o montanhismo e o turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues.

**Figura 27: Serra do Espírito Santo – Município de Mateiros**



Serra do Espírito Santo



Serra do Espírito Santo

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Localizada no município de Mateiros, a 25 km da sede municipal, o atrativo é utilizado para a prática de *trekking*. A caminhada inclui uma subida íngreme de 600 metros e mais 3 km em terreno plano até o mirante.

A subida e a caminhada duram aproximadamente uma hora. Ao chegar ao mirante é possível ter uma vista panorâmica do Parque Estadual do Jalapão e da formação das Dunas. No percurso é possível observar falésias de arenito de 150 milhões de anos.

O nível de segurança do atrativo é precário, apresenta problemas de acesso devido à falta de manutenção da trilha e são poucos os condutores ambientais preparados para o acompanhamento dos turistas. Para a viabilização do potencial do atrativo, é necessário a implementação de um programa ou sistema de gestão em segurança, tal como o certificado de Programa Aventura Segura, gerido pela ABETA.

O atrativo é de responsabilidade do Governo do Estado do Tocantins, Naturatins dentro do Parque Estadual do Jalapão. Existem placas de sinalizações indicativa e estrutura de apoio ao turista como bancos para pontos de descanso. As sinalizações encontram-se fora dos padrões internacionais. Recomenda-se o uso de veículo tração dianteira devido aos riscos de atolamentos. Necessita-se, portanto, de uma melhor estruturação para garantir uma experiência turística de melhor qualidade.

As condições potenciais apontam para a oportunidade de elaboração de um plano operacional e de ordenamento do fluxo turístico tendo em vista o incremento do turismo no atrativo. Além dos atrativos mencionados, destaca-se, de acordo com informações levantadas pela Sedetur em 2015, outros atrativos potenciais para o desenvolvimento do turismo em Mateiros : Encontro das Águas (Comunidade Mumbuca), Morro Sereno, Pedra da Baliza (encontro de 03 Estados), Fervedouro do Salto, Fervedouro do Pequizeiro, Camping do Vicente, Praia das Cariocas, Praia dos Crentes, Rio Galhão e Rio Preto.

## **B.) Atrativos Naturais – Novo Acordo**

### **• Morro do Gorgulho**

O morro do Gorgulho localiza-se em Novo Acordo, a 74 km da sede municipal, em propriedade particular. O atrativo consiste em um conjunto de formações rochosas com formato esculpido pelas ações dos ventos e das águas, conforme ilustra a figura 28. O acesso ao morro é realizado por meio de uma trilha sem qualquer delimitação ou sinalizações. O percurso de subida ao morro propriamente dito é de natureza íngreme, com várias trilhas opcionais, sendo necessário o uso de equipamentos de segurança e o acompanhamento de guias locais. Do alto do morro é possível observar a paisagem do cerrado e contemplar o pôr-do-sol.

A vegetação do entorno é típica de cerrado e os buracos das rochas são utilizados como moradia pelos papagaios da região. Como ocorre em outros atrativos, a paisagem se altera conforme a época do ano, como exemplificado nas fotos a seguir.

**Figura 28: Morro do Gorgulho – Município de Novo Acordo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e Adtur, 2013.

O valor cobrado para a trilha é de R\$ 5,00 por pessoa, de acordo com informações obtidas em 2013. As sinalizações turística e indicativa são inexistentes. Em frente à entrada do Morro do Gorgulho há um quiosque que vende lanches e bebidas, conforme ilustram as imagens seguintes. Pode-se almoçar no estabelecimento mediante agendamento prévio.

**Figura 29: Sinalização e Quiosque Morro do Gorgulho – Município de Novo Acordo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no Morro do Gorgulho, merecem destaque a escalada, montanhismo e o turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues, a contemplação da paisagem, além da exploração de atividades como o *treking*, cicloturismo e camping. No entanto, a dificuldade de acesso e a falta de estruturação para o turismo acabam por tornar o atrativo pouco explorado.

O nível de segurança são insatisfatório o que requer uma maior estruturação do atrativo e uma especialização por parte dos condutores ambientais. O percurso apresenta trechos com pedras escorregadias, tornando-o propício à acidentes. Para a viabilização do potencial desse atrativo é necessário implementação de um programa ou sistema de gestão em segurança, tal como o certificado pelo Programa Aventura Segura da ABETA.

- **Praia dos Borges**

A praia dos Borges está localizada a 800 metros do centro de Novo Acordo. Seu acesso é realizado por via pavimentada e em boas condições de tráfego. É uma praia de rio permanente que, na época de julho, período de seca, alarga sua faixa de areia e possibilita o lazer da população e dos visitantes. As imagens a seguir ilustram a Praia dos Borges.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas na Praia dos Borges, merecem destaque: ciclismo, bóia-cross, cachoeirismo, caminhada, tirolesa, dentre outros.

Ressalta-se que a paisagem altera-se conforme a época do ano. A seguir são apresentadas as fotos registradas na visita a campo, em outubro de 2013, e as imagens cedidas pela Sedetur, utilizadas inclusive como divulgação do atrativo.

**Figura 30: Praia dos Borges – Município de Novo Acordo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e SEDETUR, 2015.

A infraestrutura e sinalizações limitam-se ao período de alta temporada. Nessa época, são colocadas faixas de tecido indicando acessos e orientando os turistas, há a instalação de barracas de praia, e o funcionamento da tirolesa. A praia conta com infraestrutura de dois restaurantes que oferecem refeições, lanches e bebidas, um deles só é aberto em alta temporada.

Como pode se perceber, a infraestrutura turística do atrativo é precária e depende do fluxo de turistas para um funcionamento eficaz. O potencial dessa praia, portanto, não é totalmente aproveitado pelo município. O local poderia permanecer estruturado o ano inteiro considerando que a cidade recebe grupos que estão no trajeto do roteiro Jalapão.

Durante a visita em campo realizada em outubro de 2013, foi identificado lixo espalhado na praia e descaso com a paisagem. Em relação às condições potenciais, existe a necessidade de melhorar a infraestrutura de apoio aos turistas, bem como realizar o controle de acesso de turistas para mitigar eventuais impactos ambientais.

A gestão do atrativo é de responsabilidade da Prefeitura Municipal e, quanto ao nível de segurança, pode-se considerá-la satisfatória uma vez que não há registros de incidentes no

local. Necessita-se, entretanto, de capacitação profissional voltada para o turismo e também para a prestação de primeiros socorros, caso haja necessidade.

O município de Novo Acordo possui ainda como atrativo em potencial o balneário central, que recebe infraestrutura na alta temporada para o receptivo dos turistas. Próximo ao centro da cidade há também poços e cachoeiras com potencial para desenvolvimento, porém, atualmente não há infraestrutura adequada e não há comercialização turística.

O trecho, em estrada de terra, que liga Novo Acordo à São Félix possui uma paisagem marcante e conservada, propícia à contemplação. Nesse sentido, ações voltadas à construção de mirantes são de grande valia uma vez que, além de proporcionar um cenário exuberante, traz para os turistas mais uma opção de visitação.

**Figura 31: Paisagem – Trecho Novo Acordo a São Félix**



Paisagem trecho Novo Acordo a São Félix

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Outros atrativos levantados pelos gestores dos municípios que compõem o Polo em 2015 foram: Morro do Homem, Cachoeira do Antigo Aeroporto, Cachoeira da Prainha, Rampa (Rio Sono), Praia da Itelvina, Encontro do Rio do Sono com o Rio Soninho (Matinha), Cachoeiras Escondidas I, Cachoeiras Escondidas II e Águas Térmicas.

Entende-se que a região, por suas características ambientais, possui uma grande quantidade de atrativos potenciais para a exploração turística, restando a necessidade de realização de um amplo inventário das potencialidades e necessidades de cada um para a exploração turística.

O volume de recursos naturais e sua exploração planejada e organizada pode permitir a distribuição dos turistas de forma mais equilibrada, ampliando significativamente a capacidade de suporte do Polo.

**Figura 32: Outros atrativos de Novo Acordo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

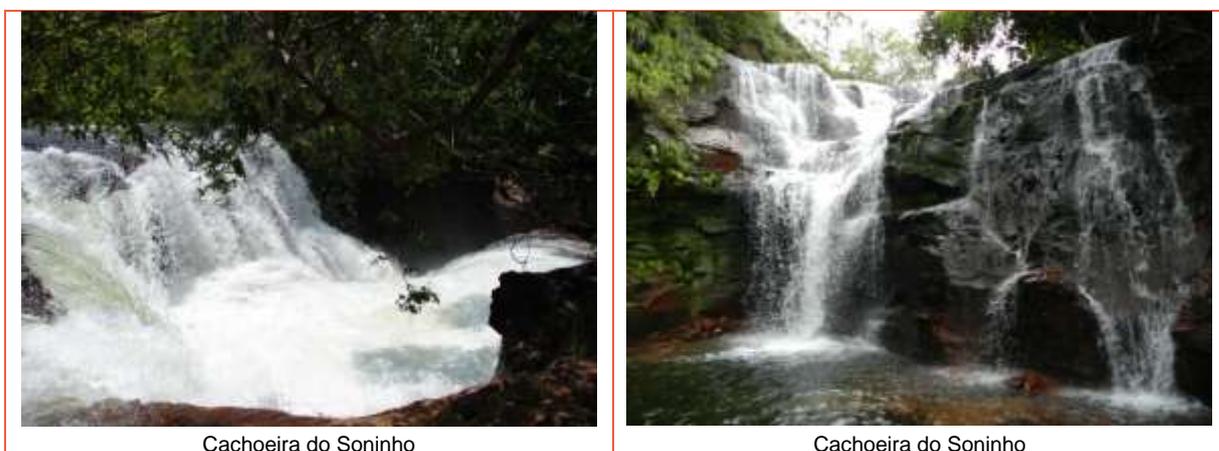
### **C.) Atrativos Naturais – Ponte Alta do Tocantins**

- **Cachoeira do Soninho**

Localizada em área particular, com administração do tipo familiar, a cachoeira do Soninho possui uma queda de água cerca de 7 metros de altura, com vegetação típica do cerrado ao redor e águas cristalinas propícias para o banho, conforme demonstra a figura 33.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque o banho, o cachoeirismo, o rapel e as caminhadas.

**Figura 33: Cachoeira do Soninho – Município de Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Edgar Alves em [www.paronamio.com](http://www.paronamio.com) e [www.foradacidade.com](http://www.foradacidade.com)

O acesso é realizado pela TO-130, em direção a Pindorama (TO), cerca de 70 km da sede municipal de Ponte Alta do Tocantins. Em determinados trechos é sugerido o uso de veículo com tração. Nesse percurso, não há sinalização turística ou indicativa. Do estacionamento até a cachoeira, percorre-se uma trilha de aproximadamente 800 metros. Nessa trilha, recomenda-se o acompanhamento de guia local uma vez que não há sinalizações, porém os guias nem sempre estão disponíveis na área. Os grandes desníveis apresentados no local apresentam riscos de acidentes.

O acesso à cachoeira é gratuito, porém é pouco visitado. Não tá também guias para recepcionar e orientar os turistas. A infraestrutura de apoio é inexistente, necessitando, portanto, de melhor estruturação a fim de garantir qualidade na oferta do atrativo.

- **Cachoeira do Lajeado**

Localizada em propriedade particular, a cachoeira do Lajeado dista 36 km da sede municipal. É necessário percorrer aproximadamente dois quilômetros de estrada de terra até chegar ao destino. Exige-se o uso de veículos com tração e de guia local para a chegada até a cachoeira.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque o banho, o cachoeirismo e a caminhada.

O atrativo caracteriza-se por possuir uma queda de aproximadamente 10 metros de água transparente. O rio apresenta uma escada de pedras escorregadia antes de chegar à queda e posteriormente na piscina natural.

**Figura 34: Cachoeira do Lajeado – Município de Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Thiago Sá em <http://focoturistico.blogspot.com.br/> e Lúcia de Belo Horizonte em <http://estradasecaminhos.blogspot.com.br/>

As sinalizações turística e indicativa de acesso ao atrativo são inexistentes e não há sinalização interpretativa no atrativo. A condição atual da cachoeira é precária, sem disponibilidade de infraestrutura de apoio como estacionamento de veículos, sanitários ou lanchonete. A condição potencial aponta para a oportunidade de estruturação do atrativo para a visita dos turistas.

Por se tratar de um atrativo localizado em área privada, há de se considerar a necessidade de incentivos para qualificação profissional para o atendimento ao turista. O acesso à cachoeira não possui qualquer controle e é gratuito. Não há estudos de capacidade de carga ou planos de manejo.

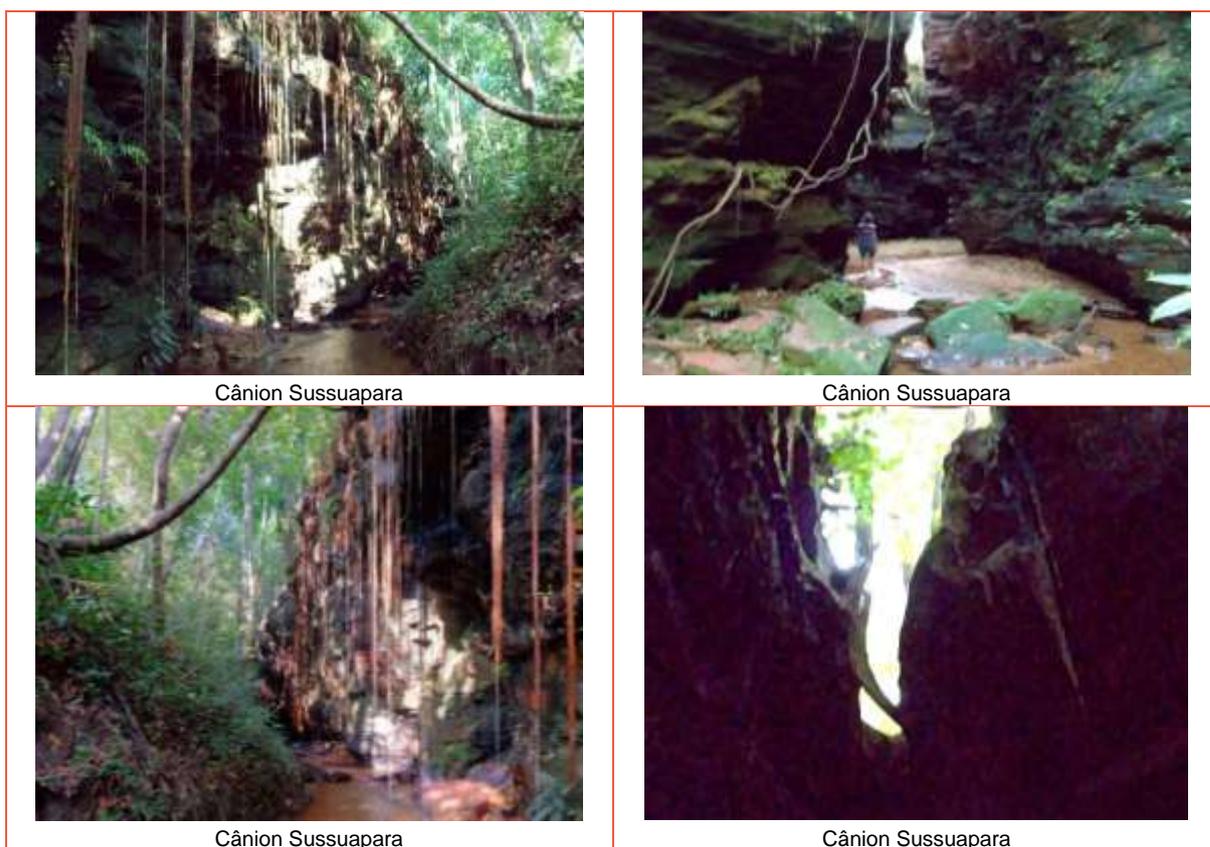
A visita ao atrativo não é acompanhada ou monitorada por guias de turismo, salvo quando as agências de turismo são contratadas e o motorista exerce a função de condutor ambiental. A segurança do atrativo é comprometida uma vez que a área apresenta pedras escorregadias e trilhas fechadas.

- **Cânion Sussuapara**

Localizado a 15 km do município de Ponte Alta, com 11 metros de altura aproximadamente, o cânion Sussuapara possui rara beleza, onde a água desce por uma fenda entre as paredes de pedras compostas por samambaias, musgos, bromélias e vegetação típica.

A formação caracteriza-se por um cânion de aproximadamente dois metros de largura, com um riacho e paisagem marcada pelo cerrado, conforme ilustram as imagens seguintes.

Figura 35: Cânion Sussuapara – Município de Ponte Alta



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque: canionismo, caminhada, espeleoturismo, escalada, montanhismo, dentre outros.

O acesso é realizado pela TO-255 que possui leito natural e trechos propícios a atolamentos, sendo assim, recomendado o uso de veículo tracionado. A partir daí, percorre-se a pé uma trilha de aproximadamente 50 metros em meio a uma mata fechada que não possui sinalização e delimitação, apresentando riscos de acidentes. O acesso é gratuito.

As sinalizações turística e indicativa são inexistentes e não há infraestrutura de apoio aos turistas, nem física, nem de pessoal. O atrativo não possui qualquer tipo de gestão, seja familiar ou municipal. O passeio é realizado sem o acompanhamento de guias ou de condutores ambientais que são necessários devido à falta de segurança existente para o acesso.

A região apresenta potencial para observação e contemplação da fauna. As condições potenciais do atrativo poderiam ser melhores exploradas ao se adotar sinalizações informativas nas trilhas indicando a variedade de espécies ali existentes, bem como sinalizações de segurança que indiquem os cuidados a serem tomados para a preservação e conservação do meio ambiente e a segurança do turista.

Além disso, há de se levar em conta a necessidade de implantar infraestrutura de apoio ao turista buscando oferecer maior qualidade no atrativo. Ressalta-se, também, a necessidade de elaboração de estudos de capacidade de carga e de planos de manejo no intuito de mitigar possíveis impactos ambientais ocasionados pelo aumento do fluxo de visitantes e também de controlar o acesso de turistas ao atrativo.

- **Morro Pedra Furada**

Localizado em área particular, o Morro da Pedra Furada encontra-se a 30 km da sede municipal de Ponte Alta do Tocantins. Consiste em uma rocha de arenito esculpida pela erosão eólica onde se forma uma abertura. A vegetação do entorno é típica de cerrado e os buracos das rochas são utilizados como moradia pelos papagaios da região. As figuras seguintes ilustram o atrativo.

**Figura 36: Morro da Pedra Furada – Município de Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque: a contemplação, a caminhada, o montanhismo, dentre outros.

O acesso ao atrativo é realizado por estrada de areia passível de atolamentos. Sugere-se, portanto, o uso de veículo tração. A partir da área destinada aos estacionamentos, o percurso é realizado a pé até o morro e possui aproximadamente 150 metros. As figuras seguintes ilustram a estrada e a trilha de acesso ao atrativo, respectivamente.

**Figura 37: Acessos ao Morro da Pedra Furada – Município de Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O atrativo situa-se em área particular Não há presença de pessoal responsável, nem para fiscalização, nem para segurança.

As sinalizações turística e indicativa são inexistentes e não há infraestrutura de apoio aos turistas. O atrativo possui potencial para observação e contemplação da fauna. As condições potenciais do atrativo poderiam ser melhor exploradas ao se adotar sinalizações informativas na trilha, bem como sinalizações de segurança que indiquem os cuidados a

serem tomados para a preservação e conservação do meio ambiente. Não há qualquer indicação de capacidade de carga para a visitação e o acesso é gratuito. Por se tratar de uma área ambientalmente frágil, deve-se pensar no controle de visitação a fim de garantir o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

- **Praia do Tamburi**

Localizada em Ponte Alta do Tocantins, em zona urbana, o atrativo consiste em uma praia fluvial do Rio Ponte Alta propícia ao banho e às atividades de lazer. É considerada o principal atrativo da cidade.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merece destaque o banho.

**Figura 38: Praia do Tamburi – Município de Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e Secretaria Municipal de Turismo, 2015.

Por estar localizada em área urbana, as sinalizações indicativas e turísticas do atrativo são adequadas, porém, estão fora dos padrões internacionais. A administração da área é do próprio município e, como é área pública, não é cobrada entrada. A segurança do local é feita pelo próprio contingente do município e por estar no centro da cidade é considerada satisfatória. No período de alta temporada quando ocorrem eventos específicos no local, a segurança é reforçada.

O espaço possui estrutura fixa de quadra poliesportiva e áreas destinadas a camping. Nos campings, os banheiros estão em estado precário de conservação, com acúmulo de lixo, necessitando de ações de melhoria.

Nos períodos de alta temporada, são instalados palcos e tendas, além de banheiros químicos e estrutura de barracas para a população e para os turistas. O potencial dessa praia depende do fluxo de turistas para um funcionamento eficaz. Na visita em campo

realizada em outubro de 2013, identificou-se que as águas pluviais são jogadas na praia do Tamburi. Em relação às condições potenciais, há a necessidade de melhorar a infraestrutura do atrativo garantindo uma melhor experiência turística.

Outros atrativos levantados pela Sedetur juntamente com a Secretaria Municipal de Turismo em 2015 foram: a Praia do Araçá e a Cachoeira da Fumaça. Importa acrescentar que a Cachoeira da Fumaça encontra-se em área de preservação sendo proibida a visita ao local.

#### D.) Atrativos Naturais – São Félix do Tocantins

- **Cachoeira das Araras**

Localizada em propriedade particular (Fazenda Estrela) no município de São Félix do Tocantins, a cachoeira das Araras possui um volume de água médio e uma queda de aproximadamente 4 metros, conforme ilustram as figuras. A cachoeira faz conexão com o córrego das Araras que deságua no Rio Soninho. A queda ocasiona a formação de uma piscina natural de água calma e transparente possibilitando a utilização por adultos e crianças. Não há corredeiras nessa parte do Rio Soninho, e a Fazenda Estrela, local onde se encontra a cachoeira, é o ponto de acesso para a realização de *rafting* nessa parte do rio.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque o banho e o lazer, o boia *cross*, além do cachoeirismo e da caminhada.

O acesso é considerado fácil e encontra-se em bom estado de conservação. A distância da sede municipal até a fazenda é de aproximadamente 14 km. Da entrada da propriedade até a sede da Fazenda Estrela percorre-se mais 6 Km. A cachoeira está a 500 metros desse ponto e o acesso é realizado a pé.

**Figura 39: Cachoeira das Araras – Município de São Félix do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Existem sinalizações indicativa e turística no local, porém, fora dos padrões internacionais. A infraestrutura é adequada para a recepção dos turistas com banheiros e local para almoço ou lanche, quando agendados.

A gestão do local é feita pelo proprietário e sua família e o atrativo pertence ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC. O MONACC, de acordo com o Decreto Nº 034/2012, de 02 de Julho de 2012, está localizado em áreas de São Félix do Tocantins e sua criação tem como objetivo principal a “promoção e regulamentação do potencial ecoturístico e paisagístico do Rio Soninho e a garantia de preservação e recuperação da paisagem e dos remanescentes naturais inseridos em suas áreas.” (Decreto Nº 034/2012, de 02 de Julho de 2012).

De acordo com informações obtidas em 2013 o valor de entrada para a visita na Cachoeira é de R\$5,00 por pessoa, anteriormente o pagamento era feito por contribuição

voluntária. Um ponto que vem se fortalecendo é o almoço, feito sob encomenda e com o custo de R\$ 25,00 por pessoa.

Por se tratar de um atrativo gerido pela iniciativa privada, há de se considerar a necessidade futura de qualificação profissional para o atendimento ao turismo. A visita ao atrativo não é acompanhada ou monitorada por guias de turismo. O atendimento aos visitantes é realizado pelo serviço de transporte ou agência de turismo contratada pelos turistas. No entanto, essa contratação é facultativa uma vez que os turistas podem acessar o atrativo por meios próprios.

Essa situação torna-se um gargalo na medida em que o acompanhamento é essencial para a qualidade do passeio e interfere diretamente na qualidade do atendimento ao turista. Não há, no local, salva-vidas ou profissionais treinados para garantir a segurança e prevenir acidentes.

- **Cachoeira da Jalapinha**

Localizada em área particular, no município de São Félix do Tocantins, a 8 km da sede municipal, a Cachoeira da Jalapinha possui uma queda d'água de 2,5 metros e uma extensão aproximada de 25 metros pelo Rio Sono. O atrativo pertence ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC.

Merecem destaques o volume e a transparência da água, motivos que poderiam atrair um número considerável de turista, porém, essa cachoeira não possui grande fluxo. Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, incluem-se banho, lazer, contemplação, *rafting* cachoeirismo e caminhada. A potencialidade de utilização indica a oportunidade de implantação de infraestrutura de apoio aos turistas, uma vez que é inexistente. O atrativo também necessita da elaboração de estudos de capacidade de carga a fim de evitar os impactos ambientais que venham trazidos pelo aumento do fluxo turístico.

O acesso ao atrativo não é definido e as sinalizações turística e indicativa existentes na rodovia encontram-se fora dos padrões internacionais, conforme registra a figura a seguir. Na cachoeira não há sinalização informativa, mas, é pertinente a sua implantação no intuito de transferir conhecimentos referentes à flora e à fauna locais, bem como sensibilizar o visitante quanto à limpeza e conservação do meio ambiente. Não há cobrança de taxa para a entrada na cachoeira.

**Figura 40: Sinalização cachoeira da Jalapinha – Município de São Félix do Tocantins**



Sinalização Cachoeira da Jalapinha

Cachoeira da Jalapinha

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 –Sedetur, 2015.

Por se tratar de um atrativo gerido pela iniciativa privada, há de se considerar a necessidade futura de qualificação profissional para o atendimento ao turismo como forma de garantir maior qualidade no produto ofertado. A visita ao atrativo não é acompanhada ou monitorada por guias de turismo. Essa situação torna-se um problema na medida em que o

acompanhamento é essencial para a qualidade do passeio e interfere diretamente na qualidade do atendimento ao turista.

- **Fervedouro do Alecrim**

O fervedouro do Alecrim localiza-se no município de São Félix do Tocantins, a 1,7 km de distância da sede municipal. O acesso ao fervedouro é por meio de estrada não pavimentada. O atrativo pertence ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC.

Trata-se de uma nascente com águas cristalinas que forma um poço de aproximadamente sete metros de diâmetro destinado ao mergulho. As águas afloram em meio à areia extremamente fina e, a força desta ressurgência, impedem que as pessoas afundem nas águas. As imagens a seguir ilustram o atrativo. Das atividades que são ou que podem ser realizadas no fervedouro pode-se citar o lazer, o banho e a caminhada.

**Figura 41: Fervedouro do Alecrim– Município de São Félix do Tocantins**



Fervedouro do Alecrim

Fervedouro do Alecrim

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Da área destinada ao estacionamento dos veículos até o fervedouro, percorre-se uma trilha de aproximadamente 500 metros delimitada por bananeiras e trechos com tábuas de madeira em estado precário de conservação. As imagens seguintes mostram aspectos da área destinada ao estacionamento e do trecho de acesso ao fervedouro.

**Figura 42: Fervedouro do Alecrim – Estacionamento e Trecho de Acesso – Município de São Félix do Tocantins**



Estacionamento de acesso à Praia do Alecrim

Trecho de Acesso ao Fervedouro do Alecrim

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

É cobrada uma taxa de R\$ 5,00 para o acesso ao fervedouro, de acordo com informações obtidas em 2013. Conforme informações da Secretaria Municipal de Turismo o valor para o

acesso ao fervedouro em 2015 subiu para R\$ 10,00. O atrativo possui sinalizações turística e indicativa, porém fora dos padrões internacionais, conforme exemplo apresentado na figura a seguir. A placa indica a capacidade de carga de seis pessoas e orienta os turistas a não se alimentarem no local, não tirar areia do fervedouro, não usar produtos químicos e não manter som alto, além disso, estipula o tempo máximo de permanência de 15 minutos e busca sensibilizar o turista quanto ao recolhimento do lixo trazido. No entanto, de acordo com as informações obtidas na Secretaria Municipal do Turismo, esses limites não são obedecidos no período de alta temporada o que gera impactos ambientais negativos para o atrativo.

**Figura 43: Sinalizações Fervedouro do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O atrativo possui potencial para o banho, observação da fauna e flora e realização de trilhas ecológicas. No entanto, não há banheiros ou quiosque para o atendimento ao turista. Considerando o aumento do fluxo de turistas existe a necessidade de estruturação do atrativo dotando-o com equipamentos de apoio e também a elaboração de estudos de capacidade de carga, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Por pertencer ao MONACC o atrativo possui plano de manejo. Além disso, mesmo tratando-se de um atrativo gerido pela iniciativa privada, há de se considerar os benefícios advindos da qualificação profissional para o atendimento ao turista como forma de garantir maior qualidade no produto ofertado.

- **Praia do Alecrim**

Localizada em área particular e em Unidade de Conservação, a Praia do Alecrim está a 500 metros do Fervedouro do Alecrim e a 1,7 Km da sede municipal de São Félix do Tocantins. Essa Praia atrai turistas que buscam tranquilidade e contato com a natureza, tendo destaque por ter sido cenário do filme Xingu, filmado em julho de 2010. O atrativo consiste em uma praia com águas cristalinas e vegetação de cerrado ao redor, ilustradas a seguir.

**Figura 44: Praia do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins**



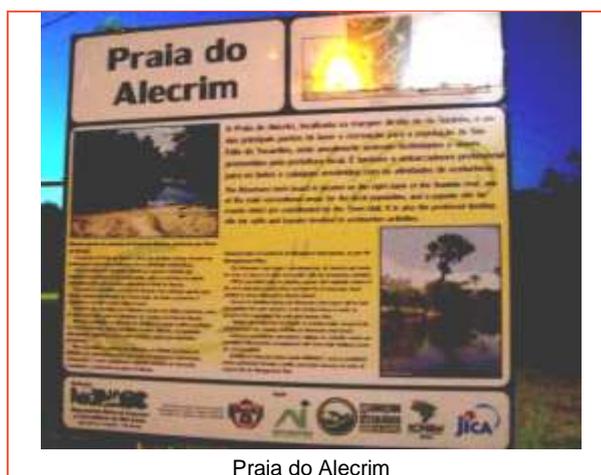
Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Das atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo cita-se a contemplação, o banho e a caminhada.

Consiste em um atrativo destinado ao lazer e recreação para turistas e população local, onde anualmente ocorrem festividades e shows promovidos pela Prefeitura local. Essa região é utilizada também como ponto para embarcação de botes e de caiaques envolvidos com as atividades de ecoturismo e como local de embarque para a Cachoeira da Jalapinha, localizada no mesmo município.

O acesso à praia não é cobrado. As sinalizações turística e indicativa existem, porém, encontram-se fora dos padrões internacionais, conforme demonstra a imagem. A sinalização presente indica as normas gerais para o usufruto da praia do Alecrim, bem como os acessos, a utilização do atrativo para eventos culturais, recreacionais, educacionais, dentre outros. No período de alta temporada são comercializados alimentos e bebidas. Nos demais períodos não há demanda para a comercialização, não havendo, assim, oferta desse serviços .

**Figura 45: Sinalização - Praia do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O atrativo possui potencial para lazer, banho, observação da flora e fauna e realização de atividades culturais. No entanto, a infraestrutura turística de apoio para a prática dessas atividades potenciais é precária. Não há banheiros ou quiosque para atender ao turista. Existe uma área destinada aos campings, mas encontra-se em estado inadequado para o atendimento dessas demandas. Nos períodos de alta temporada, são instalados banheiros químicos e palcos para a realização de eventos recreativos e culturais.

Considerando o aumento do fluxo de turistas, o posicionamento potencial aponta para a oportunidade de estruturação do atrativo dotando-o com equipamentos de apoio e elaboração de planos de manejo e de capacidade de carga, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Além disso, mesmo se tratando de um atrativo gerido pela iniciativa privada, há de se considerar a pertinência da qualificação profissional para o atendimento ao turista como forma de garantir maior qualidade no produto ofertado.

O atrativo pertence ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC. Está prevista a criação do Parque Ecológico do Alecrim que consiste em uma estrutura de lazer e de apoio ao turismo ecológico dentro do MONACC. Essa medida possui o objetivo de regulamentar o potencial ecoturístico e paisagístico da região e de contribuir com a preservação e recuperação da paisagem e dos remanescentes naturais. Ainda em São Félix do Tocantins, visando o incremento do turismo na região, prevê-se a revitalização das praças públicas e construção do portal de entrada do município.

A Praia do Alecrim é também ponto de partida para a prática de *rafting*. A descida pelas corredeiras no Rio do Sono compreende um misto de esporte e de observação da fauna e da flora local. A descida finaliza na Cachoeira das Araras, também localizada em São Félix.

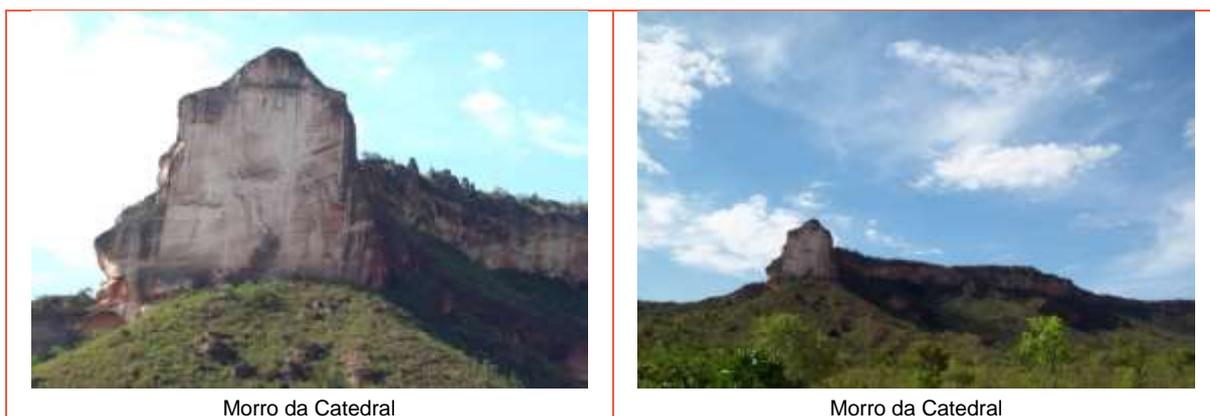
- **Morro da Catedral**

O Moro da Catedral localiza-se no município de São Félix do Tocantins à, aproximadamente, 30 km da sede municipal. Para chegar ao atrativo percorre-se uma trilha de 2 Km a pé. Considerado cartão postal do município devido ao seu diferencial e beleza cênica, o atrativo corresponde a uma formação rochosa que remete ao formato arquitetônico de uma catedral.

Dentre as atividades que são ou que podem ser realizadas no atrativo, merecem destaque: ciclismo, balonismo, paraquedismo, voo livre (asa delta ou parapente), caminhada, cavalgada, escalada, montanhismo, turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues, cicloturismo, *paraglider*, asa delta, *rally* aéreo, dentre outros.

O entorno possui vegetação típica de cerrado, conforme registros nas imagens seguintes.

**Figura 46: Morro da Catedral – Município de São Félix do Tocantins**



Morro da Catedral

Morro da Catedral

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Para o acesso recomenda-se o uso de veículo tracionado uma vez que a rodovia possui leito natural onde se formam bancos de areias propícias ao atolamento. Não há sinalizações turística ou indicativa de acordo com os padrões internacionais. De acordo com informações obtidas pela Sedetur em 2015, próximo ao atrativo existem equipamentos de apoio ao turista como: acomodações (quartos e áreas para camping), quiosques, buritibanas, redário, trilha de *bike*, canoagem e flutuação. As hospedagens possuem valores variados de R\$ 40,00 a R\$ 150,00 por pessoa e para o acesso ao atrativo é cobrada uma taxa de R\$ 10,00.

**Figura 47: Estrutura de apoio Morro da Catedral – Catedral do Jalapão Ecolodge, Município de São Félix do Tocantins.**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013 e SEDETUR, 2015.

O potencial do atrativo refere-se às atividades de contemplação da natureza e de turismo científico, além do desenvolvimento de atividades como trilhas de *bike*, canoagem, flutuação (*snorkeling*), caminhada.

A gestão requerida deve obedecer à legislação ambiental brasileira uma vez que se trata de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN. Importa acrescentar que em RPPN é permitido somente pesquisa científica, educação ambiental e visitação turística.

- **Rio Soninho**

Com aproximadamente 90 km, o Rio Soninho tem suas nascentes localizadas em áreas próximas ao Parque Estadual do Jalapão na cidade de São Félix do Tocantins. O atrativo pertence ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC.

O trecho do rio que se localiza a partir da cidade de São Félix do Tocantins é relativamente estreito, com largura entre 26 a 105m no decorrer do percurso. Os trechos possuem formações de relevo acentuado, com depressões que formam corredeiras intercaladas por remansos. A estrutura do sedimento contém compostos húmicos que ocasionam a baixa visibilidade do fundo, dando-lhe uma tonalidade escura em alguns trechos.

Suas margens possuem vegetação bem preservada com característica predominante de cerrado e mata ciliar.

**Figura 48: Rio Soninho – Município de São Félix**



Fonte: [http://felipe\\_bonfantibloguol.com.br](http://felipe_bonfantibloguol.com.br) e SEDETUR, 2015.

O acesso ao rio é gratuito e não há qualquer controle no fluxo de visitantes. O atrativo possui potencial para o banho, lazer, *rafting* e contemplação da fauna e da flora. As corredeiras são dos níveis II e III e, por isso, possui um grau de dificuldade menor sendo bastante utilizada pelos iniciantes na prática do *rafting*. Na descida é possível observar a fauna e flora da região. O *rafting* se inicia próximo a Cachoeira da Jalapinha e termina na Fazenda Estrela.

No percurso há trechos calmos e rápidos. O valor cobrado, por pessoa, de acordo com informações da SEDETUR (2015) é de R\$ 200,00. O trecho do rio, onde é praticado o *rafting*, fica dentro do Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono-MONACC, primeira unidade de conservação municipal de proteção integral do Estado do Tocantins.

Considerando a comercialização e o aumento do fluxo de turistas no rio Soninho, a gestão requerida deve ser voltada para integração da iniciativa privada com ações do governo municipal. O *rafting* é realizado com o acompanhamento de condutores. Deve-se, também, pensar na elaboração de plano de manejo, estudos de capacidade de carga para estruturar o atrativo tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Importa acrescentar que a parte do atrativo que se encontra inserida na área do Parque Estadual do Jalapão possui plano de manejo.

O município de São Félix do Tocantins possui duas praças destinadas ao encontro da população e que representam um ponto de referência na cidade, podendo inclusive se tornar local para que os turistas tenham maior contato com a população local e também espaço para obter referências e informações a respeito de atrativos do Polo. No entanto, as praças necessitam de revitalização e aquisição de mobiliário, tornando o espaço qualificado e agradável aos visitantes, turistas e população.

Outros atrativos levantados pela Sedetur juntamente com a Secretaria Municipal de Turismo em 2015, podem ser verificados a seguir. Importa acrescentar que esses atrativos não foram valorados por terem sido levantados em data posterior à avaliação, disponível no item 3 desse documento:

- Fervedouro Bela Vista: localizado a aproximadamente 3 km da sede municipal, o fervedouro possui um poço de 15 metros de diâmetro destinado ao lazer e banho. O valor da entrada, de acordo com informações da SEDETUR (2015) é de R\$ 10,00 por pessoa e a capacidade de carga é de 8 pessoas por vez. O atrativo possui sinalizações turística e indicativa, porém fora dos padrões internacionais. O

posicionamento potencial aponta para a necessidade de melhorar as estruturas de apoio e elaboração do plano de manejo e estudo de capacidade de carga, tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Por se tratar de um atrativo gerido pela iniciativa privada há de se considerar a necessidade de qualificação profissional para o atendimento ao turista como forma de garantir melhor qualidade no produto ofertado.

- **Cachoeira do Prata:** localiza-se em área particular, a 30 km da sede municipal. A cachoeira possui uma queda d'água de aproximadamente cinco metros de altura e extensão de quinze metros pelo rio Prata. O atrativo fica localizado dentro do Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba, UC Federal. A região tem grande potencial de contemplação, não sendo permitido banho no local, pois a água é muito veloz e com muitas pedras pontiagudas. Acima da cachoeira existe um ponto de banho que é utilizado pelos turistas. Não possui infraestrutura de apoio ao turista e necessita de elaboração de estudos de capacidade de carga a fim de evitar os impactos ambientais que venham trazidos pelo aumento do fluxo turístico. O acesso ao atrativo é sinalizado, porém fora dos padrões internacionais. Na cachoeira não há sinalização informativa, sendo necessária sua implantação no intuito de transferir conhecimentos referentes à flora e a fauna local, bem como sensibilizar o visitante quanto a limpeza e conservação do meio ambiente. Não há cobrança de taxa para entrada na cachoeira.
- **Encontro dos Rios (Sono e Novo):** localizado em área particular, a 36 km da sede municipal, o acesso é realizado pela TO-030. O atrativo está localizado dentro do MONACC. O local possui grande beleza cênica. Ao se encontrarem os dois rios formam um delta com largura de aproximadamente 105 metros. O acesso ao local é gratuito e sinalizado, porém fora dos padrões internacionais. Não possui infraestrutura de apoio ao turista.
- **Praia do Arapoá:** localizada em área particular, a 43 km da sede municipal. O acesso é feito através da TO-030 sentido Novo Acordo, sendo 4 km de estrada vicinal em estado precário e não possui sinalização turística. A dificuldade de acesso a esse local o torna pouco visitado. Não há sinalização informativa e não é cobrada taxa de entrada. O atrativo consiste em uma praia com águas cristalinas e vegetação de cerrado ao redor. A visita não é acompanhada nem monitorada, não há infraestrutura de apoio ao turista.

As imagens a seguir ilustram os atrativos citados.

**Figura 49: Rio Soninho – Município de São Félix**



Fervedouro Bela Vista

Cachoeira do Prata



Fonte: SEDETUR, 2015.

- **Atrativos Culturais**

Dentre os atrativos culturais, merecem destaque as Comunidades Mumbuca e Prata, bem como a Festa da Colheita do Capim Dourado.

#### **Comunidade Mumbuca**

A comunidade Mumbuca localiza-se em Mateiros, no Parque Estadual do Jalapão, a 10 km da rodovia TO-110 (trecho Mateiros/São Félix do Tocantins). A comunidade é formada por 165 moradores em sua maioria descendentes de escravos que saíram da Bahia no ano de 1909.

O acesso à área onde estão assentados é precário e é realizado por meio de estrada de terra com alguns trechos de areia, sendo recomendada a utilização de veículo com tração. A localidade possui sinalização indicativa na estrada.

Na comunidade, a exemplo de outras remanescentes de Quilombos, homens e mulheres dividem funções bem definidas. Os homens plantam para o consumo da família, enquanto as mulheres colhem a produção, preparam farinha, e atuam como artesãs. O Capim Dourado é o artesanato típico da região, feito com a planta sempre-viva (*Syngonanthus nitens*) tecida para a formação dos mais diversos objetos: bolsas, bandejas, colares, brincos, caixas, entre outros. Este artesanato tornou-se a identidade da Comunidade Mumbuca, sendo divulgado inclusive no exterior.

A responsável pelo ensino da arte de trabalhar com o capim dourado foi a Dona Miúda, matriarca do povoado de Mumbuca. As artes provém de técnica utilizada pelos índios que habitavam a região, tendo sido inicialmente repassada à avó de Dona Miúda e depois à sua mãe.

No ano 2000 foi criada a Associação Capim Dourado por um grupo de artesãs do Povoado. O objetivo da associação é manejar o capim dourado de forma sustentável, além de organizar e estimular a comercialização do artesanato, principal fonte de renda das comunidades residentes no interior do Parque Estadual do Jalapão. Com o Projeto Certificação do Artesanato do Povoado do Mumbuca, a associação pretende atestar a qualidade e a origem dos produtos do capim dourado, além de fortalecer as técnicas produtivas visando a melhor inserção do produto no mercado. A associação pretende, ainda, transformar a área em que vivem as comunidades, hoje Parque Estadual, em Reserva de Desenvolvimento Sustentável, visando manter a identidade cultural tradicional e promover a preservação do Cerrado no entorno do Parque.

A colheita do capim dourado é feita no período de setembro a novembro, sendo regulamentada pela portaria nº 362/07 do Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins. A

Festa da Colheita do Capim Dourado, com duração de dois dias e aberta ao público externo, ocorre em setembro. A programação inclui almoço, exposições, rodas de viola, apresentação de shows, brincadeiras de roda, vivências, oficinas, palestras e mesa-redonda.

Outra forte característica cultural é representada pelo coral das meninas da comunidade. Hoje caracterizado como um grupo folclórico, o coral é formado por meninas que desde pequenas recebem os ensinamentos e treinos das anciãs com canções de seus antepassados.

Constituem ainda atração para os turistas, além da culinária, artesanato e história da comunidade, a forma do assentamento das casas e espaços comunitários. Semelhante às demais comunidades de remanescentes de Quilombolas, as casas são construídas em adobe sem reboco, cobertas por palha, e distribuídas em espaços sem a presença de ruas claramente demarcadas. No centro há uma praça onde está a sede da associação do Capim Dourado, sendo também utilizada como espaço de comercialização dos produtos artesanais.

**Figura 50: Comunidade Mumbuca – Município de Mateiros**





Artesanato com Capim Dourado de Mumbuca

Artesanato com Capim Dourado de Mumbuca

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

### Povoado do Prata

O Povoado do Prata, também constituído por remanescentes de Quilombolas, está localizado a 18 km de São Félix do Tocantins. Situado em propriedade particular e contando com pouca disponibilidade de infraestrutura, o povoado mantém conservados os seus aspectos culturais, com destaque para o artesanato feito com o capim dourado.

A Associação de Artesanato, fundada em 2004, organiza a produção e exporta bolsas, chapéus, caixas e potes, além de outras peças.

Ressalta-se, no entanto, a necessidade de implementação de um programa voltado para a qualificação do artesanato nas comunidades de forma a agregar valor à produção e facilitar sua comercialização. Além disso, a atividade poderia ser mais explorada do ponto de vista turístico por meio de desenvolvimento de oficinas ou promoção de visitas para observação da prática dos artesãos, com envolvimento direto do turista a fim de proporcionar vivências únicas por meio de experiências de aprendizagem.

**Figura 51: Comunidade Mumbuca – Município de Mateiros**



Comunidade do Prata

Comunidade do Prata



Casa do Artesão, Comunidade do Prata

Artesanato com Capim Dourado da Comunidade do Prata

Fonte: SEDETUR, 2015.

Dado o exposto, é importante ressaltar que as comunidades quilombolas têm formas próprias e distintas de organização social e cultural que devem ser preservadas. Tendo em vista a preservação dessas comunidades no território do Polo, ressalta-se a questão da vulnerabilidade sociocultural. Assim, o desenvolvimento do turismo deve respeitar essa diversidade cultural dos quilombolas e monitorar os possíveis impactos de modo a garantir a preservação de seus traços culturais.

O turismo de base comunitária constitui um meio de desenvolver o turismo na região com a participação da comunidade. Essa modalidade de turismo permite ordenar a comunidade, instalar equipamentos e infraestrutura para os turistas, valorizar a cultura e o ambiente, estabelecer meios de valorização da atividade e dos produtos ofertados ao turista, regulamentar a atividade, diversificar a economia local e desenvolver produtos, dentre outros benefícios. De acordo com informações obtidas pela Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais (2015) foram criados dois roteiros de turismo de base comunitária sendo um na comunidade Prata e um na comunidade do Mumbuca.

Além do turismo de base comunitária, tem-se também a proposta de desenvolver o turismo criativo como uma forma de oferecer aos turistas experiências voltadas a aprendizagem e ao desenvolvimento do potencial criativo através da confecção de produtos com capim dourado além de oficinas de gastronomia. Essa situação permitiria a interação do turista com a comunidade. No entanto, para concretizar esse potencial como atrativo ou produto turístico significativo e sustentável, deve-se desenvolver projetos voltados à identificação e qualificação da produção associada ao turismo, melhorando a qualidade dos produtos artesanais e desenvolvendo produtos gastronômicos passíveis de serem comercializados. Esses projetos aumentam, ao mesmo tempo, a renda da população local e a notoriedade das comunidades e do Polo como um todo.

## Eventos

O Polo apresenta alguns eventos que atraem turistas regionais para os municípios, sendo os principais relacionados no quadro seguinte. Observa-se que não há um calendário de eventos integrado com a visita aos atrativos do Polo. Salienta-se ainda que as atividades turísticas não estão adequadamente integradas enquanto processo de comercialização. Os eventos culturais que podem ter significância para o turismo consistem muito mais em uma ação institucional voltada à população local do que ações estruturadas e com a participação do trade turístico. Nesse sentido, há que se promover esforços de fortalecimento desses eventos, com distribuição temporal em um calendário para todo o Polo, além de ações vinculadas à sua comercialização de forma a aumentar a sua atratividade.

**Quadro 6: Evento do Polo do Jalapão**

EVENTOS SIGNIFICATIVOS	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Município de Novo Acordo</b><ul style="list-style-type: none"><li>– Festejo de Noka (Festejo de Todos os Santos);</li><li>– Festejo de Teresona;</li><li>– Festa de Aniversário da Cidade de Novo Acordo – 14 de novembro;</li><li>– Rally do Jalapão - ocorre em Julho;</li><li>– Rally do Batom;</li><li>– Temporada de Praia;</li><li>– Carnaval.</li></ul></li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Município de Mateiros</b><ul style="list-style-type: none"><li>– Festa de Aniversário da Cidade de Mateiros – 20 de fevereiro;</li><li>– Festa da Colheita do Capim Dourado – 19 e 20 de setembro;</li><li>– Festa do Divino Espírito Santo - realizado 50 dias após a PÁSCOA;</li><li>– Festival do Artesanato - realizado 50 dias após a Páscoa ;</li><li>– Festejinho da Nossa Senhora Aparecida - 12 de outubro;</li><li>– Festejo de N<sup>ª</sup>. Senhora do Bom Parto (Padroeira da Fazenda Nova) - 01 a 08 de set.</li></ul></li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Município de Ponte Alta</b><ul style="list-style-type: none"><li>– Aniversário da Cidade de Ponte Alta com Cavalgada – 15 de novembro;</li><li>– Rally Aquático no Rio Ponte Alta – realizado no mês de julho;</li><li>– Festejos de Bom Jesus de Ponte Alta – realizado em 28 de Julho a 6 de Agosto;</li><li>– Festejo do Gato (distrito do gato);</li><li>– Festejo do Distrito do Paraná;</li><li>– Festejo da Lagoa Azul;</li><li>– Festejo do Extrema;</li><li>– Carnaval.</li></ul></li></ul>	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Município de São Félix do Tocantins</b><ul style="list-style-type: none"><li>– Aniversário da Cidade de São Félix do Tocantins – 20 de fevereiro;</li><li>– Festa das Mães - são 03 dias de evento e no mesmo evento tem cavalgada e rodeio;</li><li>– Festejo do Santo Antonio - Comunidade do Prata - 01 a 13 de junho;</li><li>– Festa da Rapadura - 1<sup>a</sup> semana de julho;</li><li>– Temporada de Praia - Praia do Alecrim - 2<sup>a</sup> Semana de julho até primeira quinzena de agosto;</li><li>– Festejo de Nossa Senhora da Conceição - Padroeira - de 29 novembro a 08 de dezembro;</li><li>– Carnaval.</li></ul></li></ul>	

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Dentre os eventos de aventura destaca-se o Rally dos Sertões, evento de grande visibilidade, que aumenta o fluxo de turistas no Polo. Trata-se de uma competição envolvendo várias categorias de veículos, tais como carros, caminhões, motos, veículos traçados e quadriciclos, com equipes originárias de várias regiões do Brasil. A caravana que se forma para acompanhamento do evento movimenta os mais diversos setores da economia das cidades por onde passa.

De acordo com o site institucional do Rally dos Sertões ([www.serto.es.com](http://www.serto.es.com), acesso em Abril de 2014), em suas diversas edições, o Rally já passou no Estado do Tocantins por Colinas do Tocantins, Dianópolis, Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Natividade, Novo Acordo, Palmas, Paranã, Ponte Alta do Tocantins, Porto Nacional e São Félix do Jalapão.

O Núcleo de Estudos Estratégicos e Avaliação Ambiental em Turismo Sustentável da UFT (Neatus) realizou, no ano de 2007, em parceria com a extinta Aduar, um levantamento dos impactos ambientais trazidos pela passagem do Rally no Jalapão. O estudo avaliou que o Rally atravessa importantes Unidades de Conservação (APA Jalapão e o Parque Nacional das Nascentes do Parnaíba), causando impactos negativos como formação de erosões,

danificação da vegetação, poluição de mananciais, duplicação de vias originando valetas, derramamento de óleo, abandono de pedaços das peças dos veículos e de lixo nas estradas. As fontes da pesquisa podem ser verificadas no site institucional da Universidade Federal do Tocantins – UFT (disponível em [www.noticias.uft.edu.br](http://www.noticias.uft.edu.br), acesso em Abril de 2015).

Diante dos fatos, deve-se pensar em ações eficazes que busquem a realização da atividade sem causar impactos ao meio ambiente. Outros eventos de maior reconhecimento que ocorreram no Polo foram o *Brasil Wild Extreme – Corrida da Sustentabilidade* (2009) e o *Survivor* (2009), exibido pela emissora *Discovery Channel*.

### 2.1.3.2 Avaliação dos Equipamentos e Serviços Turísticos Existentes

A atual oferta de equipamentos e serviços turísticos no Polo é formada pelos diferentes meios de hospedagem, equipamentos de apoio, serviços de alimentação, agências receptoras de turismo, os centros de atendimento ao turista e os prestadores de serviço de transporte e de locação de veículos.

A tabela a seguir, apresenta o quantitativo dos estabelecimentos existentes por município. Para o levantamento dos equipamentos de hospedagem, de alimentação, das agências de viagens e das transportadoras turísticas foi utilizada a pesquisa realizada em campo, pela equipe da Consultoria, no mês de Outubro de 2013.

**Tabela 14: Total de Equipamentos e Serviços Turísticos Instalados nos Municípios Integrantes do Polo**

MUNICÍPIO	HOSPEDAGEM	ALIMENTAÇÃO	AGÊNCIAS DE VIAGEM	TRANSPORTADORAS TURÍSTICAS
Mateiros	11	9	5	-
Novo Acordo	4	7	-	-
Ponte Alta do Tocantins	5	5	1	-
São Félix do Tocantins	1	4	2	-
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>25</b>	<b>8</b>	<b>-</b>

Fonte: Technum Consultoria\*, segundo informações coletadas em campo, em outubro de 2013.

O que se observa, conforme dados da tabela apresentada, é que no Polo do Jalapão existe uma reduzida oferta de transportadoras de turismo. E, de forma geral, o Polo dispõe de pouca oferta de equipamentos e serviços turísticos. Mateiros é o município onde há maior oferta de hotéis, restaurantes e agências de turismo. No entanto, o município não está preparado para receber um fluxo turístico de maior expressividade.

No que diz respeito à alimentação, a oferta é restrita e precária. Na maioria dos estabelecimentos de alimentação é necessário realizar o agendamento prévio indicando a quantidade de pessoas que irá almoçar ou jantar. Constata-se também pouca oferta de agências de viagens e operadoras de veículos para a comercialização dos destinos e para o transporte de turistas.

- **Hospedagem**

A oferta dos serviços de hospedagem é precária, apesar do Polo do Jalapão ser considerado um forte destino turístico. Os hotéis e pousadas possuem acomodações simples.

A tabela a seguir aponta a quantidade de hospedagem por município, conforme o levantamento realizado em campo e também de acordo com os registros realizados no Cadastur.

**Tabela 15: Estabelecimentos de Hospedagem (Aduar e Cadastur) do Polo**

MUNICÍPIO	POUSADAS/ HOTÉIS	CAMPINGS	CADASTUR
Mateiros	7	4	3
Novo Acordo	1	3	-
Ponte Alta do Tocantins	5	-	2
São Félix do Tocantins	1	-	1
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

Fonte: Aduar e Technum Consultoria\*, 2013.

O Cadastur é o sistema nacional de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, executado pelo Ministério do Turismo e busca promover, ordenar, formalizar e legalizar os prestadores de serviços turísticos no Brasil por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor. As empresas prestadoras de serviços turísticos cadastradas no Cadastur estão aptas a participarem de eventos de promoção e comercialização, além de comporem o banco de informações dos Centros de Informações Turísticas.

De acordo com o levantamento, o município de Mateiros possui três pousadas registradas no Cadastur, são elas: Pousada Santa Helena, Pousada Panela de Ferro e Pousada Vereda Tropical. Confronta com essa informação, a pesquisa realizada em campo no mês de outubro de 2013 que constatou a existência de sete pousadas em Mateiros, são elas: Santa Helena, Panela de Ferro, Buritis, Vereda Tropical, União Tavares, Cardoso e do Povoado (Mumbuca).

O município de Mateiros também possui quatro áreas de camping: Beira da Mata, também conhecido como Fei Véi; Cachoeira do Formiga; Camping do Vicente; e Safari *Camping* Korubo. Os campings Fei Véi, Cachoeira do Formiga e do Vicente possuem infraestrutura precária para a recepção dos turistas. O Safari Camping Korubo, gerido por empresa estruturada em São Paulo que comercializa pacotes para o Polo do Jalapão, é bem equipado para a recepção dos turistas dispendo de tendas com banheiro (sanitário e pia), sala de banhos e refeições.

O município de Novo Acordo tem como meio de hospedagem a Fazenda Ecológica Formosa, conhecida como Morro do Holandês. Consiste em uma propriedade rural particular de 400 alqueires que recebe principalmente turistas estrangeiros. Atualmente o estabelecimento possui cinco unidades habitacionais, mas está ampliando seu número para 11 unidades habitacionais a fim de aumentar sua capacidade para 30 pessoas. É possível contratar serviço de refeição quando combinado antecipadamente. A fazenda possui, em suas terras, cachoeiras e rios para passeio de bote. A Pousada do Morro do Holandês, localizada a 30 metros de altura, é ilustrada nas fotos a seguir.

**Figura 52: Exemplo de Instrumento Turístico a ser Estruturado no Polo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Novo Acordo dispõe de áreas destinadas a camping, bastante utilizadas no período de alta temporada. Destacam-se: a Praia dos Borges que recebe 500 pessoas/ dia, dentre os frequentadores que acampam ou não, e tem capacidade para 30 barracas; o acampamento Matinha que possui capacidade para 40 barracas de camping; e a praia da Itelvina onde, devido o acesso somente por água, há dificuldade para a instalação de barracas. Mesmo assim, a praia da Itelvina recebe, aproximadamente, 10 barracas de camping no período de alta temporada. A Prefeitura Municipal disponibiliza banheiros químicos na Praia dos Borges para os turistas.

Em Ponte Alta do Tocantins são duas pousadas cadastradas no Cadastur: Águas do Jalapão e Pousada e Restaurante Planalto. Essa última funciona, também, como restaurante. A pesquisa realizada em campo no mês de outubro de 2013 constatou a existência de cinco pousadas. São elas: Vereda das Águas, Águas do Jalapão, Pousada Planalto, Hotel e Restaurante Coelho e Pousada Beira Rio.

São Félix do Tocantins possui apenas a Pousada Capim Dourado registrada no Cadastur e é a única pousada levantada na pesquisa realizada em campo no mês de outubro de 2013.

Diante exposto, é possível concluir que a oferta de equipamentos de hospedagem no Polo é pequena, além de existir serviços que permanecem informais como mostram as divergências apontadas entre o site do Cadastur e o levantamento realizado em campo. A tabela a seguir aponta o número de unidades habitacionais e de leitos dos equipamentos de hospedagem presentes nos municípios do Polo de acordo com levantamentos realizados em campo.

**Tabela 16: Unidades Habitacionais e Leitos do Polo**

MUNICÍPIO	UNIDADES HABITACIONAIS	LEITOS	CAMPINGS
Mateiros	86	142	70
Novo Acordo	11	30	80
Ponte Alta do Tocantins	49	116	-
São Félix do Tocantins	9	25	-
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>313</b>	<b>150</b>

\* A taxa média de permanência teve como base a média aritmética dos hotéis que responderam a pesquisa qualitativa realizada em 2013/2014. Os dados sistematizados da pesquisa citada serão disponibilizados no Produto Final deste PDITS. Fonte: Technum Consultoria\*, segundo informações coletadas em campo, em outubro de 2013.

Os municípios de Mateiros, Ponte Alta e Novo Acordo apresentam maior oferta de acomodações por possuírem áreas destinadas a camping. No entanto, essas áreas são inadequadas e geradoras, muitas vezes, de significativos impactos ambientais. É recomendado, portanto, a elaboração e execução de programas de qualificação, adequação e normatização das instalações e atividades realizadas nos acampamentos com o objetivo de estabelecer princípios reguladores para esses impactos ambientais.

De acordo com informações obtidas nas reuniões promovidas pela Sedetur, em abril de 2015, existe também uma oferta de leitos nas residências das comunidades dos municípios como uma forma de complementar a renda daqueles que a oferecem. No entanto, não há pesquisa que disponibilize informações relacionadas a essa oferta.

Verifica-se também baixo volume de informação na internet ou em outros meios de divulgação que tratam da oferta de hospedagens no Polo do Jalapão. E uma vez que o turista se encontra no destino, as pousadas também não possuem material informativo sobre os atrativos do Polo.

A Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais de Turismo do Polo realizaram, em março de 2015, um levantamento quantitativo dos equipamentos de hospedagem, conforme apresentado na tabela a seguir. Essas informações permitem acompanhar a evolução da situação levantada em 2013, no entanto não retratam o universo onde foi aplicada a pesquisa qualitativa exposta neste documento, uma vez que refletem situação posterior à data das pesquisas.

**Tabela 17: Estabelecimentos de Hospedagem (Sedetur e Cadastur) do Polo**

MUNICÍPIO	POUSADAS/HOTÉIS	CAMPINGS	CADASTUR	LEVANTAMENTO 2015
Mateiros	10	08	06	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pousadas: Santa Helena; Buritys, Panela de Ferro; Vereda Tropical; Galhão; da Tonha; Cardoso; União Tavares; Quatro Irmãos; e Progresso.</li> <li>• Campings: Beira da Mata; Korubo; Vicente; Burityzinho; Rio Sono; Cachoeira do Formiga; do Ceixa; e Recanto do Salto.</li> </ul>
Novo Acordo	05	03	01	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pousadas: Imbaúba; Araras.</li> <li>• Hotéis: Morro do Holandês; Dourados: e Vitória (panificadora e hotel).</li> </ul>
Ponte Alta do Tocantins	06	-	03	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pousadas: Planalto; Águas do Jalapão; Vereda das Águas; Portal do Jalapão; Beira Rio; e Ponte Alta.</li> </ul>

MUNICÍPIO	POUSADAS/ HOTÉIS	CAMPINGS	CADASTUR	LEVANTAMENTO 2015
São Félix do Tocantins	04*	02	02	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pousadas: Jalapão; Capim Dourado; do Paulinho; e Jalapão Ecolodge.</li> <li>• Campings: Bela Vista; e Jalapão Ecolodge (camping pousada).</li> </ul> Hospedagem Alternativa: Associação de Artesãos da Comunidade Prata.
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	

\* Não foi contabilizada a hospedagem alternativa em São Félix.

Fonte: Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo. Adaptado por Technum Consultoria, 2015.

Comparando os dados levantados em 2013 e em 2015, observa-se um crescimento considerável no total de hospedagens de pousadas/hotéis e de campings, com aumento de pouco mais de 70% na quantidade de equipamentos do tipo pousadas e hotéis e cerca de 85% na oferta de campings, conforme informações consolidadas na tabela a seguir.

**Tabela 18: Quantitativo de Estabelecimentos de Hospedagem do Polo em 2013 e em 2015**

MUNICÍPIO	POUSADAS/ HOTÉIS 2013	POUSADAS/ HOTÉIS 2015	CAMPINGS 2013	CAMPINGS 2015
Mateiros	7	9	4	8
Novo Acordo	1	5	3	3
Ponte Alta do Tocantins	5	6	-	-
São Félix do Tocantins	1	4	-	2
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>24</b>	<b>7</b>	<b>13</b>

Fonte: Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo e Technum Consultoria, 2013 e 2015.

A partir da análise das informações da tabela anterior é possível observar que, em dois anos, o número de hotéis/pousadas aumentou em mais de 100% nos municípios de Novo Acordo e São Félix, enquanto que em Mateiros e Ponte Alta o crescimento máximo atingiu 30%. Ao analisar o crescimento do quantitativo de hotéis/pousadas há de se considerar duas variáveis, a saber: (i) o fato de que o Polo está tendo maior visibilidade para o mercado consumidor e turistas e (ii) maior sensibilidade do empreendedorismo para o desenvolvimento do turismo no que tange a oferta de equipamentos hoteleiros.

Inexistem dados sistematizados sobre o quantitativo de hóspedes, taxa de ocupação, permanência média, fluxo de hóspedes e o índice de pernoites nos hotéis e pousadas pesquisados. Observa-se assim a necessidade de se instituir um sistema de informações turísticas acessível aos diferentes atores públicos e privados, incluindo os empreendedores locais. A partir das informações levantadas serão obtidos os subsídios necessários ao planejamento, à gestão do turismo, ao atendimento ao turista, e na tomada de decisão referente ao marketing do Polo, notadamente no âmbito da comercialização e divulgação do destino.

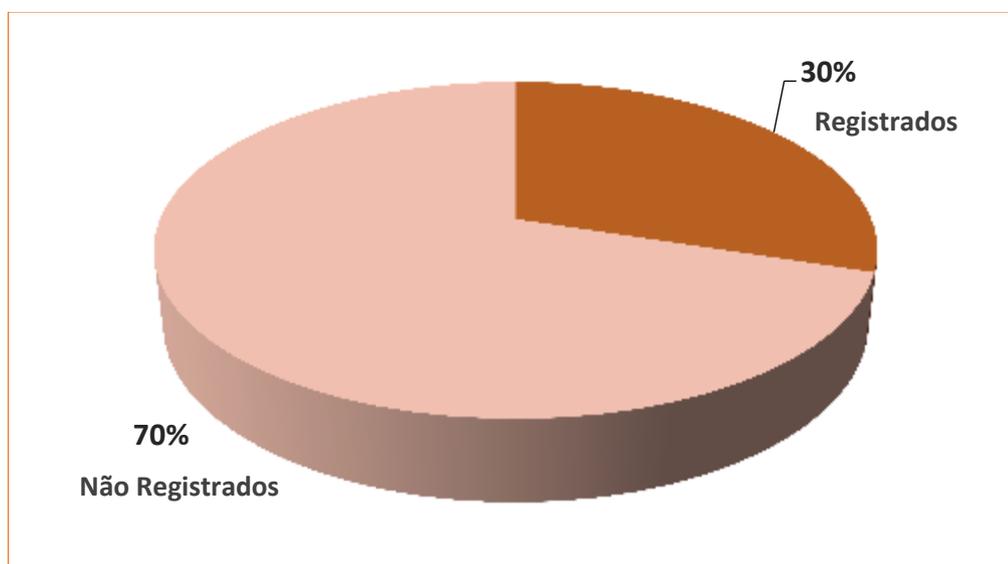
A pesquisa qualitativa envolveu treze estabelecimentos de um total de vinte e foi realizada no ano de 2013. Ressalta-se que em alguns estabelecimentos não foi possível estabelecer contato, não quiseram ou não souberam responder às perguntas. Outros disseram estar descrentes em relação a esse processo de perguntas e pesquisas tendo em vista a inexistência de alocação de investimentos que busquem o desenvolvimento do turismo ou a

melhoria da oferta turística. Os estabelecimentos que não responderam foram: Pousada Santa Helena, Pousada Panela de Ferro, Camping Fei Vêi e Cachoeira do Formiga em Mateiros e os campings em Novo Acordo (Acampamento Praia dos Borges, Acampamento Matinha e Acampamento Praia da Itelvina). Vale enfatizar que alguns dados desses estabelecimentos foram localizados no sistema Cadastur e por isso foram utilizados para compor as tabelas apresentadas (Tabelas 14 a 18). No entanto, para a pesquisa qualitativa optou-se por realizar a análise dos estabelecimentos que responderam todas as perguntas. As perguntas elaboradas podem ser verificadas no final desse documento, já a pesquisa completa será disponibilizada no Produto Final.

Do total de estabelecimentos presentes nos quatro municípios do Polo que se interessaram em participar da entrevista onze são pousadas e dois são campings.

Apenas 30% dos estabelecimentos entrevistados possuem registro no Cadastur. Não há estabelecimentos do Polo do Jalapão associados à ABIH ou a outro órgão relacionado ao turismo.

**Gráfico 21: Estabelecimentos registrados nas Associações relacionadas com o Turismo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

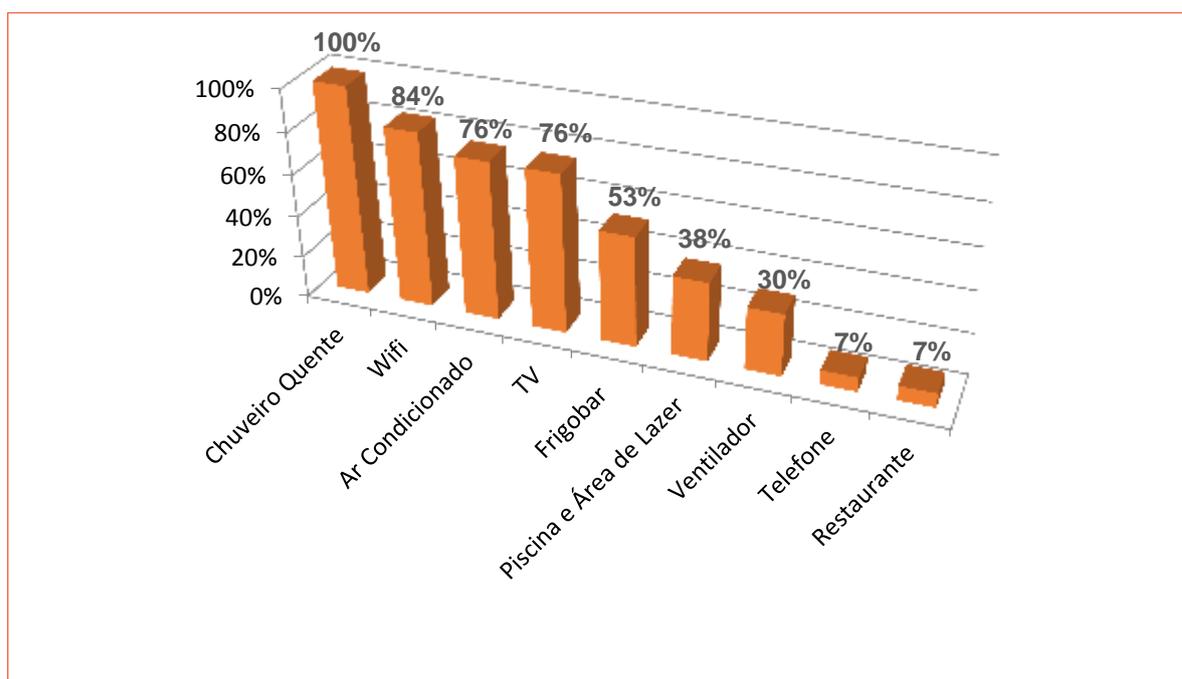
Quanto ao tempo de funcionamento, a maioria dos estabelecimentos possui mais de 5 anos (90%). Os outros 10% referem-se aos estabelecimentos que possuem mais de 10 anos de funcionamento.

Com relação ao tipo de imóvel, 100% dos entrevistados responderam ocupar imóvel próprio e a administração é familiar.

O valor médio da diária praticada é de R\$ 90,00 (noventa reais), sendo a cobrança menor e a maior R\$ 20,00 (vinte reais) e R\$ 180,00, respectivamente. Esse valor inclui diárias em hotéis, pousadas e campings, sendo que o valor de R\$ 20,00 refere-se ao camping.

Quanto às facilidades e equipamentos oferecidos nas unidades habitacionais, os mais citados foram: chuveiro quente (100%), Wifi (84%), Ar condicionado (76%), TV (76%), frigobar (53%), piscina e área de lazer (38%) e ventilador (30%). Outros equipamentos citados foram telefone (7%) e restaurante (7%).

**Gráfico 22: Facilidades e equipamentos oferecidos nas unidades habitacionais**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

A forma de pagamento mais aceita é o dinheiro (100%) e, em segundo lugar o cheque (46%). O pagamento com cartão de crédito ou débito é aceito em apenas um dos estabelecimentos. Todos os estabelecimentos reclamam que o serviço das operadoras de cartão de crédito funcionam com intermitência no Polo.

O tempo médio de permanência dos hóspedes é de dois dias, na alta temporada é de quatro a sete dias e na baixa temporada de até três dias. Os períodos de alta temporada considerados pelos estabelecimentos correspondem aos meses de julho a setembro. No entanto, 70% dos estabelecimentos afirmaram receber um fluxo considerável de hóspedes nos meses de dezembro e janeiro também. Além disso, afirmaram que nos feriados há também um fluxo turístico regional. Na alta temporada não são contratados mais funcionários. Alguns estabelecimentos informaram contratar diaristas quando se faz necessário.

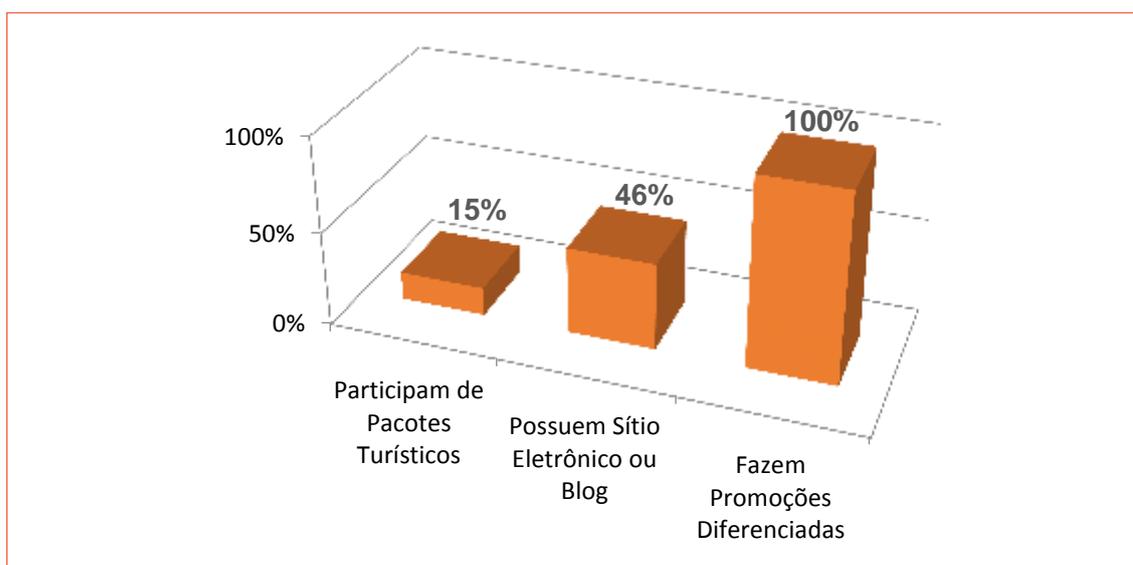
Quanto à categoria dos empreendimentos 100% são de categoria econômica, somando 155 Unidades Habitacionais e 421 leitos.

Em relação à oferta de UHs adaptadas aos Portadores de Necessidades Especiais, a pesquisa contabiliza dois estabelecimentos que afirmam possuir pelo menos uma UH adaptada. A relação entre o total de UHs ofertadas no Polo e o total de UHs adaptadas é de 15%. Observa-se, no entanto, que as adaptações existentes estão fora dos padrões e contam somente com rampas.

A porcentagem dos estabelecimentos que atuam de forma integrada com o trade é de 38% e essa integração ocorre somente com as agências de viagem. Não foram relatados nas pesquisas quaisquer conflitos oriundos dos demais agentes do trade turístico.

No que diz respeito às estratégias de marketing, apenas 15% dos entrevistados disseram participar de pacotes turísticos, 46% possuem site ou blog para a divulgação do estabelecimento, no entanto, somente um dos estabelecimentos possuem site no qual é possível realizar a reserva de quartos online. Todos os estabelecimentos entrevistados afirmaram não participar de promoções diferenciadas como tarifas baixas ou pacotes especiais nos feriados.

**Gráfico 23: Estratégias de Marketing das Empresas pesquisadas**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Em relação aos investimentos realizados nos últimos cinco anos, os mais citados foram: reformas gerais e troca de mobiliário e de outros equipamentos. Quanto aos investimentos previstos para os próximos anos, os mais citados foram reformas e melhoria nos apartamentos.

Somente 23% dos estabelecimentos de hospedagem responderam sobre o faturamento médio mensal, gerando uma média de R\$1.000,00 por mês. Questionados sobre os recursos humanos, a informação obtida é que os meios de hospedagem pesquisados, empregam uma média de 1 (uma) pessoa.

No que diz respeito à oferta de programa de capacitação a colaboradores, apenas 30% dos estabelecimentos responderam que sim. Os cursos são disponibilizados pelo SEBRAE ou SENAC e correspondem ao curso de atendimento hoteleiro e de camareira. No entanto, os estabelecimentos afirmaram que esses cursos não ocorrem com frequência. Percebe-se, no geral, que não existe a preocupação de se capacitar a mão-de-obra empregada nos estabelecimentos hoteleiros e, no entanto, essa falta de qualificação é um dos principais problemas identificados em todo o setor turístico do Polo.

É importante destacar o relato, pelos atores locais, da existência de uma demanda reprimida de investidores, inclusive locais, com expectativas e alta disposição para realização de novos investimentos em turismo no Polo. Portanto, novas oportunidades de investimento devem ser geradas com o objetivo de atender ao mercado de investidores e impulsionar a atividade turística em todos os municípios.

- **Equipamentos e Serviços de Alimentação**

Os serviços de alimentação, assim como os meios de hospedagem, são essenciais como componentes da oferta do turismo, não só para suprir necessidades básicas do turista, mas também como elemento atrativo relacionado à cultura local, traduzido pela culinária típica da região. No Polo do Jalapão verifica-se pouca oferta destes serviços representando um gargalo para o aumento da demanda turística na área.

Embora não esteja disponível um referencial estatístico atualizado dos serviços de alimentação, através da inventariação ou cadastramento no programa do MTur/Cadastur, infere-se que a oferta apresenta ainda grande oportunidade de expansão.

Registra-se também uma alimentação pouco diversificada, caracterizada por uma comida simples composta, basicamente, por feijão, arroz, farinha, carne e um tipo de legume (mandioca ou abóbora). A maioria dos estabelecimentos de alimentação estão localizados nas residências dos proprietários e é necessário agendamento prévio para as refeições, uma vez que a quantidade de comida está ligada à quantidade de pessoas.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo dos restaurantes registrados no Cadastur e levantados em campo. As informações revelam uma diferença considerável entre os estabelecimentos cadastrados no Cadastur e àqueles existentes nos municípios do Polo. Registra-se uma pequena quantidade registrada em relação à realidade de cada município.

**Tabela 19: Total de Equipamentos e Serviços de Alimentação Instalados nos Municípios do Polo**

MUNICÍPIO	ESTABELECEMENTOS CADASTUR	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO
Mateiros	1	9
Novo Acordo	-	7
Ponte Alta do Tocantins	-	5
São Félix do Tocantins	-	4
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>25</b>

Fonte: Adtur e Technum Consultoria\*, 2013.

Mateiros possui apenas um estabelecimento registrado no Cadastur, o Restaurante Beira da Mata. No entanto, a pesquisa realizada em campo registrou nove restaurantes em Mateiros, são eles: Restaurante Beira da Mata, Lanchonete e Sorveteria Oásis, Restaurante Rancho 21, Restaurante da Vila Fogão e Lenha (Mumbuca), Restaurante da Dona Rosa, Lanchonete e Pizzaria Carioca, Restaurante Duas Irmãs, Pastelaria Tavares e Sorveteria Oásis.

Nos outros Municípios que compõem o Polo não há estabelecimentos de alimentação registrados no Cadastur. A seguir, são listados os restaurantes existentes em Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins conforme o levantamento realizado em campo:

- **Novo Acordo:** Bem Bolado, Ranchão Caipira, Restaurante Comida Caseira, Restaurante Orla, Bar Ferreira, Dona Teresa e Bar da Pedra.
- **Ponte Alta do Tocantins:** Sorveteria Pizzaria R&R, Portal do Jalapão, Bar do Zé de Lázaro, Bar e Restaurante Beira Rio e Bar do Belêco.
- **São Félix do Tocantins:** Ray Bar Lanchonete e Restaurante, Bar do Manelpinha, Restaurante Cerrado e Pizzaria Brasil.

A Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais de Turismo do Polo realizaram, em março de 2015, um novo levantamento quantitativo dos equipamentos de alimentação apresentado na tabela a seguir. Essas atualizações servem para comparar a evolução dos equipamentos em relação à disponibilidade em 2013 e em 2015. As novas informações datadas de 2015, no entanto, não estão relacionadas à pesquisa qualitativa uma vez que o levantamento foi realizado em data posterior às pesquisas.

**Tabela 20: Estabelecimentos de Hospedagem (Aduar e Cadastur) do Polo**

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	ESTABELECIMENTOS CADASTUR	LEVANTAMENTO 2015
Mateiros	17	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurantes: da Tonha (Mumbuca); Panela de Ferro; e 4 Irmãos.</li> <li>• Atrativos Naturais com oferta de A&amp;B: Fervedouro do Buritizinho; Fervedouro do Rio Sono; Recanto do Salto; Fazenda Progresso; Camping do Vicente e Fervedouro do CEIÇA.</li> <li>• Panificadora: Pão de Mel.</li> <li>• Lanchonete: Bom Sabor.</li> </ul>
Novo Acordo	18	1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurantes: Avenida, Serve Bem, K Delícia e Beira Rio.</li> <li>• Panificadora: Vitória.</li> <li>• Pizzarias: Predileta e Degustar.</li> <li>• Lanchonetes: a Praça é Nossa; Total; e ; Café do Ponto.</li> <li>• Espetinho: do Vilcinho.</li> </ul>
Ponte Alta do Tocantins	11	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurantes: Sabor Brasileiro; Portal do Jalapão; e da Dona Rosa.</li> <li>• Lanchonete, Sorveteria e/ou Pizzarias: Lanchonete e Pizzaria Biby Lanches, Lanchonete da Mara, Sorveteria Pizzaria R&amp;R e Pizzaria Jottas.</li> <li>• Bares: Bar e Restaurante Beira Rio e Bar do Belêco.</li> <li>• O município possui 02 panificadoras.</li> </ul>
São Félix do Tocantins	11	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Restaurantes: da Pousada Capim Dourado; da Pousada do Paulinho; Cerrado; e Ray Bar Lanchonete e Restaurante.</li> <li>• Atrativos turísticos Naturais que oferecem A&amp;B: Catedral Ecolodge, Fazenda Estrela e Sabor do Quilombo (Povoado Prata);</li> <li>• Panificadora: Oasis.</li> <li>• Pizzaria: Brasil.</li> <li>• Bar: do Manelpinha.</li> <li>• Espetinhos: Xavier; e Pit Lanches.</li> </ul>
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>2</b>	

Fonte: Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo. Adaptado por Technum Consultoria, 2015.

A tabela a seguir aponta a quantidade de equipamentos e de serviços de alimentação levantados em 2013 e em 2015.

**Tabela 21: Estabelecimentos de Hospedagem (Adtur e Cadastur) do Polo**

MUNICÍPIO	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (2013)	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (2015)
Mateiros	9	17
Novo Acordo	7	18
Ponte Alta do Tocantins	5	11
São Félix do Tocantins	4	11
<b>Total</b>	<b>25</b>	<b>57</b>

Fonte: Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo e Technum Consultoria, 2013 e 2015.

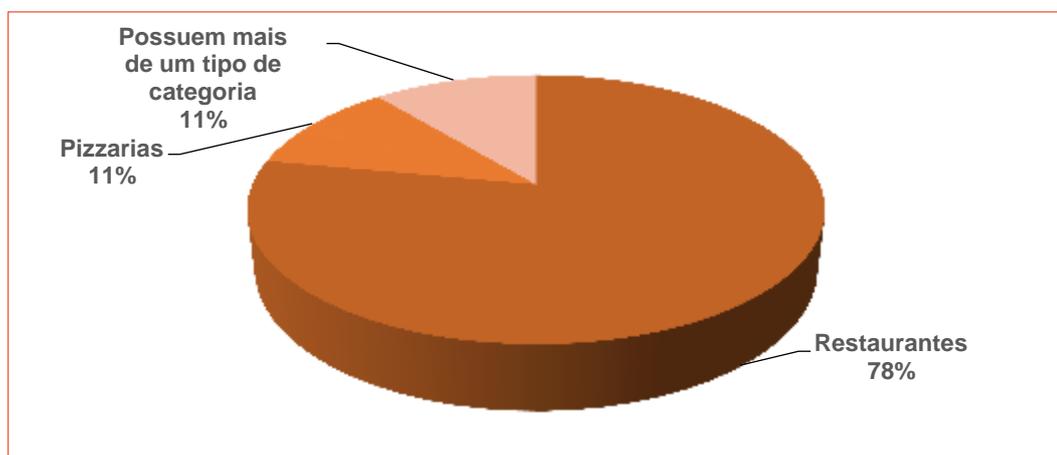
De acordo com as informações da tabela anterior, é possível observar que, em dois anos, o número de estabelecimentos e serviços de alimentação aumentou consideravelmente em todos os municípios do Polo. No entanto, verifica-se ainda a necessidade de estruturação desses equipamentos no que diz respeito à diversificação dos cardápios, qualificação profissional da mão de obra e dos proprietários, criação e adoção de selos de qualidade, dentre outros.

A análise qualitativa dos serviços e equipamentos de alimentação foi realizada em 2013 e abrange as respostas de nove empreendimentos localizados nos municípios do Polo. Considerando que o Polo dispõe de vinte e cinco serviços e equipamentos dessa natureza, o número de estabelecimentos para os quais se obteve respostas equivale a 36% do total. Ressalta-se que foram feitas tentativas de levantamentos junto a praticamente todos os estabelecimentos, porém, em alguns, não foi possível estabelecer contato, os atendentes não quiseram ou não souberam responder às perguntas até o encerramento da pesquisa. Os restaurantes que participaram das entrevistas foram: Restaurante da Vila Fogão e Lenha (Mumbuca), Lanchonete e Pizzaria Carioca, Restaurante Duas Irmãs e Pastelaria Tavares em Mateiros; Restaurante Dona Teresa e Bar da Pedra em Novo Acordo; Portal do Jalapão e Bar do Belêco em Ponte Alta do Tocantins; Pizzaria Brasil em São Félix do Tocantins.

As perguntas aplicadas são apresentadas no fim desse documento, já a pesquisa completa será repassada à SEDEN junto à entrega do Produto Final.

Dos estabelecimentos pesquisados, 78% disseram funcionar como restaurante, 11% como pizzaria e 11% como pastelaria. Ressalta-se que três estabelecimentos responderam ser de mais de um tipo acrescentando também pousada, pizzaria ou bar às suas atividades.

**Gráfico 24: Categorias dos equipamentos de gastronomia pesquisados**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

No que diz respeito à categoria, 66% respondeu trabalhar com cozinha regional, 22% com pizzas e lanches, 11% com churrascaria e 11% com pastelaria.

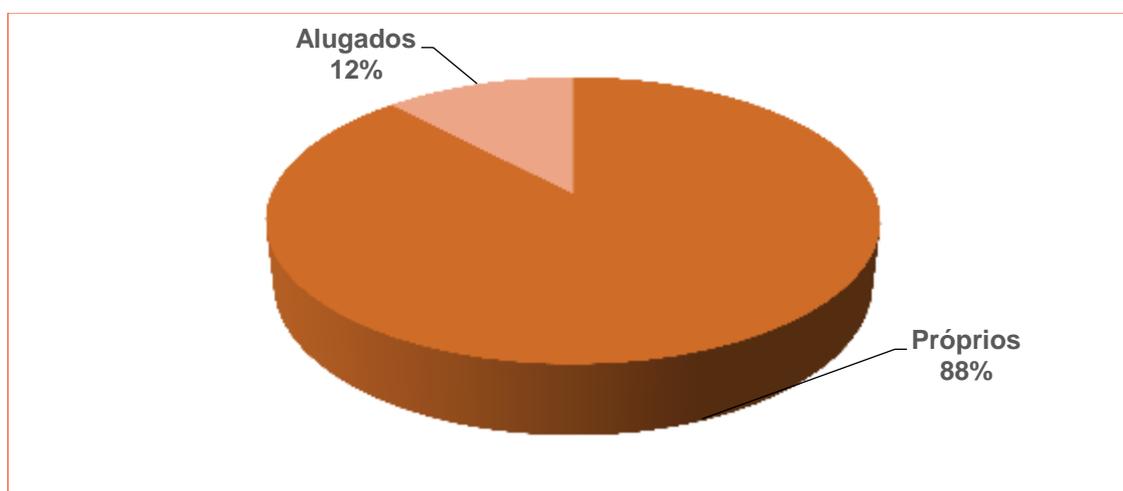
Quanto ao tipo de serviço oferecido, 66% trabalha com serviço *à la carte*, 22% trabalha com buffet com valor fixo por pessoa e 11% trabalha com refeição à quilo. Observa-se que somente um estabelecimento oferece mais de um serviço.

Com relação à quantidade de pessoas por dia, 66% dos estabelecimentos afirmaram receber mais de 40 pessoas por dia em alta temporada ou feriados prolongados. Ressalta-se que dois restaurantes não responderam essa pergunta.

Quanto a adaptação e facilidades disponíveis para Portadores de Necessidades Especiais os restaurantes entrevistados disseram não possuir estrutura. Apenas 22% dos estabelecimentos consideraram dispor apenas rampas de acesso e banheiros grandes para os portadores de necessidade especiais.

Os imóveis que abrigam os estabelecimentos de gastronomia são, em sua maioria, próprios (88%).

**Gráfico 25: Tipos dos imóveis que abrigam os estabelecimentos de gastronomia**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Quanto ao tempo de funcionamento do estabelecimento, 67% tem até 5 anos de funcionamento e 45% funcionam por um período que vai de 5 a 10 anos. Dos estabelecimentos pesquisados, todos disseram não possuir sistemas de certificação.

Com relação à forma de pagamento, todos aceitam dinheiro e, desses apenas 22% aceitam cheque. O pagamento com cartão de crédito ou débito não é aceito nos estabelecimentos devido à intermitência das operadoras de cartão de crédito no Polo.

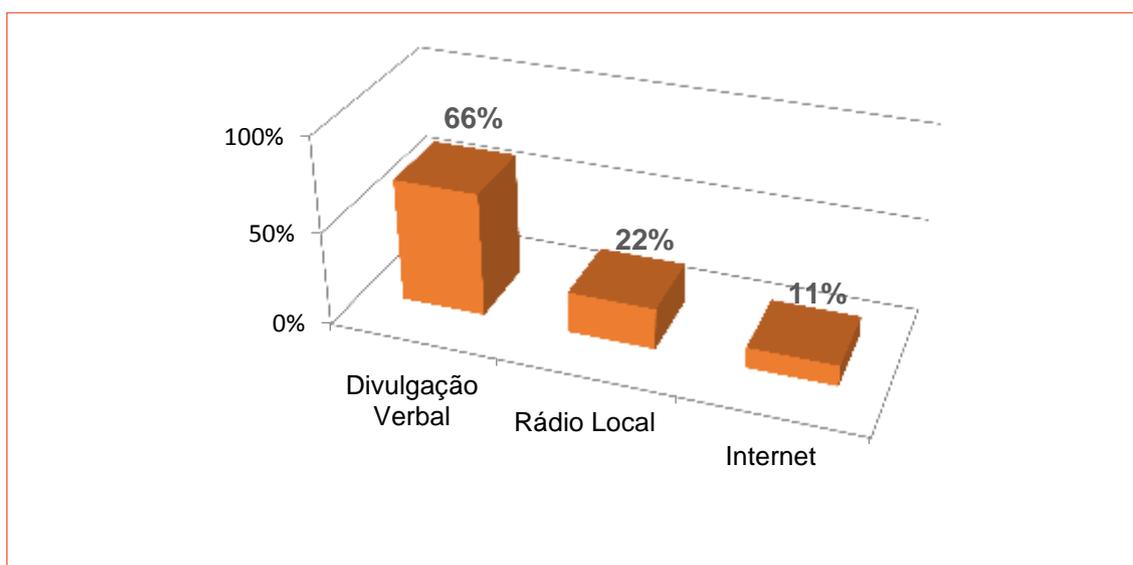
Quanto ao nível de preços praticados, as informações coletadas indicam que o preço médio é de R\$ 12,00, variando de R\$ 9,00 a R\$ 25,00.

Os períodos de alta temporada considerados pelos estabelecimentos correspondem aos meses de julho a setembro. No entanto, 44% dos estabelecimentos afirmaram receber um fluxo considerável de hóspedes nos feriados também.

Os estabelecimentos possuem em média de dois empregados fixos e em 66% dos casos a administração é realizada pela própria família (parentes e filhos). No período de alta temporada 11% dos estabelecimentos informaram contratar funcionários extras.

No que diz respeito à comercialização do empreendimento, a divulgação verbal é utilizada por 66% dos estabelecimentos, seguido pela divulgação na rádio local com 22% e por internet com 11%.

**Gráfico 26: Comercialização dos empreendimentos gastronômicos**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Dos equipamentos de gastronomia pesquisados, 55% não possuem parceria com o trade turístico do Estado e 88% não oferecem pacotes promocionais.

No que diz respeito aos investimentos realizados nos últimos cinco anos, somente 22% dos estabelecimentos fizeram reformas em geral. Em relação aos investimentos futuros, os mais citados foram reformas e ampliações no estabelecimento (45%) e aquisição de equipamentos (33%).

Os estabelecimentos não quiseram/souberam responder a respeito do faturamento médio mensal ou do valor dos investimentos que pretendem realizar em um prazo de cinco anos.

Quanto ao incentivo à culinária 11% dos estabelecimentos disseram participar de festivais gastronômicos. No entanto, todos os estabelecimentos entrevistados afirmaram que não há incentivos locais para o crescimento ou a visibilidade dos restaurantes.

O resultado das informações advindas da pesquisa indica a necessidade de: investir em cursos de qualificação da gestão dos empreendimentos e de capacitação dos funcionários como, por exemplo, os cursos oferecidos por instituições como ABRASEL e SENAC; incentivar a afiliação dos empreendimentos gastronômicos na ABRASEL (Associação Brasileira de Bares e Restaurantes) e no Cadastur; investir na melhoria da qualidade dos serviços prestados, buscando trazer para o empreendimento certificações e selos de qualidade; e ampliar a capacidade dos empreendimentos com novas instalações, principalmente se considerada as projeções futuras do crescimento do turismo.

- **Equipamentos e Serviços de Agenciamento e de Transportadora Turística**

Os serviços de agenciamento turístico são prestados por estabelecimentos comerciais, organizados com o objetivo de ofertar, vender ou intermediar a venda e a reserva de transporte, hospedagem, alimentação e eventos turísticos. Tais serviços podem assumir a forma de excursões, pacotes ou ser prestados individualmente.

De acordo com os dados do Cadastur, pesquisado em 2013, existem seis agências que trabalham com turismo receptivo no Polo, sendo uma em Ponte Alta do Tocantins (Pousada Planalto), uma em São Félix do Tocantins (Catedral Jalapão) e as outras quatro em Mateiros (Quatro Elementos Expedições, Korubo Expedições, Rota da Iguana e Jalapão Adventure). Convém ressaltar que, ainda que as agências registrem endereços nos municípios, os endereços físicos se encontram fora deles. O escritório da Korubo Expedições, por exemplo,

está localizado em São Paulo (SP). As agências Quatro Elementos Expedições, Rota da Iguana e Jalapão Adventure se encontram localizadas em Palmas (TO). Importa acrescentar que a presente pesquisa foi realizada no ano de 2013 e, de acordo com informações obtidas junto a SEDEN, a Rota da Iguana não opera mais, desde 2014.

A pesquisa levantada em campo revelou que, além das seis agências de turismo citadas anteriormente, encontra-se no Polo mais duas agências que não possuem cadastro no Cadastur. São elas: NorteTur (Mateiros) e Nova Ventura (São Félix do Tocantins), somando, portanto, oito estabelecimentos de agenciamento.

Do ponto de vista da promoção e divulgação, importa acrescentar que as agências de turismo estão bem localizadas nas ferramentas de busca da Internet e é possível acessar pacotes e ofertas para finais de semana e feriados com relativa facilidade.

As agências, além de oferecerem pacotes para o destino, fornecem também guias e motoristas. Contudo, nos dados do Cadastur, não há registro de oferta de transporte turístico no Polo. A contratação de guias e motoristas pelos turistas, no momento da compra do pacote pela agência, faz -se necessário devido, principalmente, à dificuldade de acesso aos atrativos, seja pelas vias em leito natural que exigem um veículo tracionado, sejam pelas sinalizações turística e indicativa inadequadas, ou mesmo pela dificuldade de se alimentar na região.

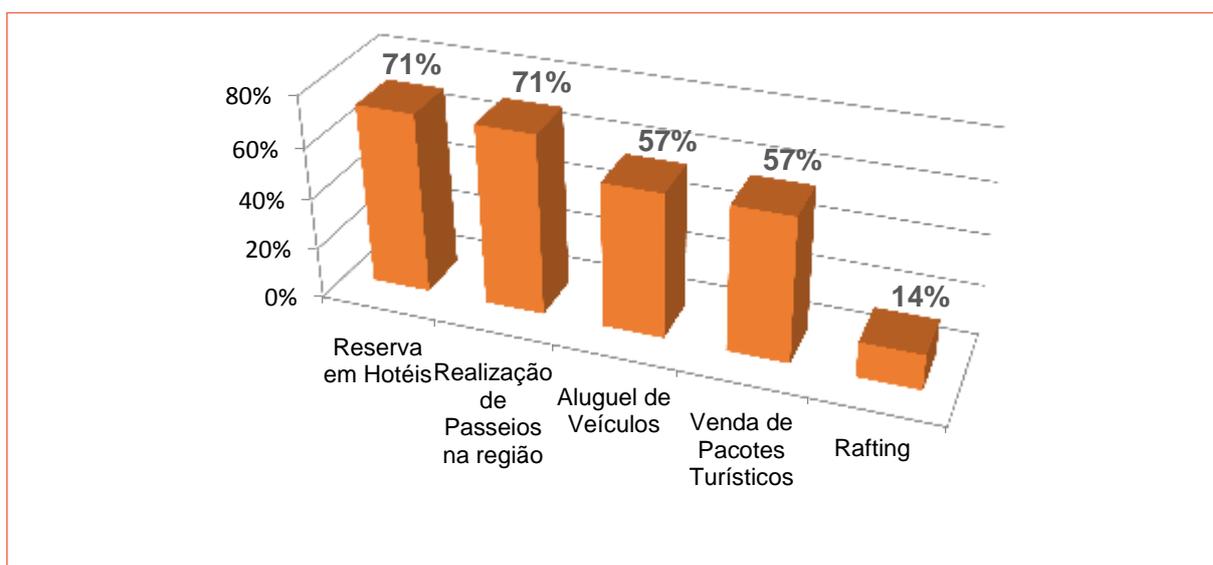
A pesquisa realizada em campo revelou que os municípios dispõem de guias e condutores ambientais, porém observa-se uma descontinuidade na realização de cursos para capacitação profissional e uma não adequação dos mesmos à realidade local.

A análise qualitativa dos serviços de agenciamento envolveu respostas de sete empreendimentos de um total de oito, são eles: Pousada Planalto em Ponte Alta do Tocantins; Catedral Jalapão em São Félix do Tocantins; Korubo Expedições, NorteTur, Rota da Iguana e Jalapão Adventure em Mateiros. Somente a Quatro Elementos Expedições não respondeu às perguntas. As perguntas podem ser verificadas no fim do desse documento, enquanto que a pesquisa completa será disponibilizada no Produto Final.

Dos estabelecimentos pesquisados 71% declararam serem operadores turísticos, 42% agências de viagem e turismo e 28% agências de viagem. Importa acrescentar que a maioria das agências entrevistadas responderam ser operadores turísticos e, ao mesmo tempo agência de viagem e turismo ou agência de viagem. Todas as agências entrevistadas atuam no turismo receptivo.

Quanto aos serviços oferecidos, os que obtiveram mais respostas foram: reserva em hotéis (71%), realização de passeios na região (71%), aluguel de veículos (57%), venda de pacotes turísticos (57%) e *rafting* (14%).

**Gráfico 27: Tipos de serviços oferecidos pelas Agências de Turismo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Dos serviços e equipamentos pesquisados 85% possuem registro no Cadastur, sendo que alguns possuem também registros na Abeta (28%) e Abav (14%).

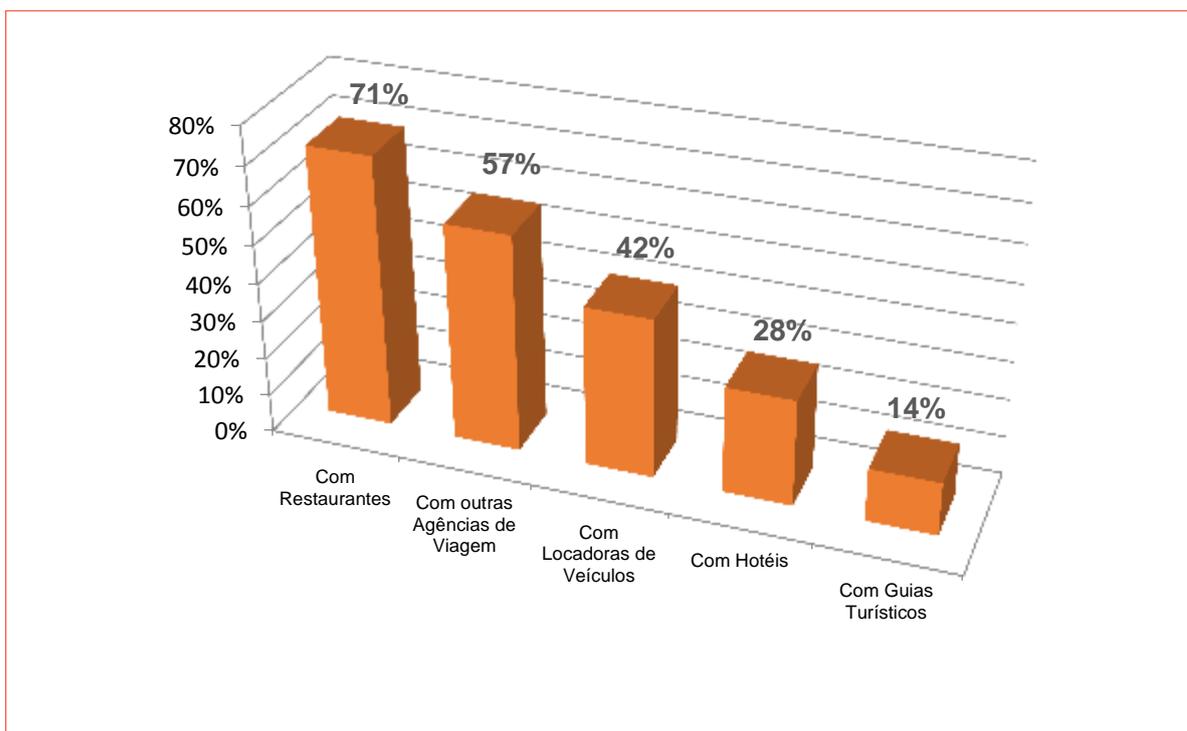
Dos entrevistados 57% estão em funcionamento há mais de cinco anos e 85% funcionam em imóvel alugado.

Dos que responderam, 14 % disseram possuir algum sistema de certificação, dentre eles o SGS (SGS - Sistema de Gestão de Segurança) – ISO 28000.

Quanto às formas de pagamento a mais citada em relação à aceitação foi o dinheiro (100%). Outras formas de pagamento são cartão de crédito (71%), cheque (42%) e pagamento por faturamento (28%). Não foram relatados, nas pesquisas, conflitos com operadoras de cartões de crédito. Também não foram relatados conflitos com trade turístico.

A maioria das agências afirma possuir parcerias no trade turístico (90%). Das que possuem, as parcerias mais citadas foram com restaurantes (71%), agências de viagens (57%), locadoras de veículos (42%), hotéis (28%) e guias de turismo (14%).

**Gráfico 28: Parcerias realizadas pelas Agências Turísticas do Polo do Jalapão**

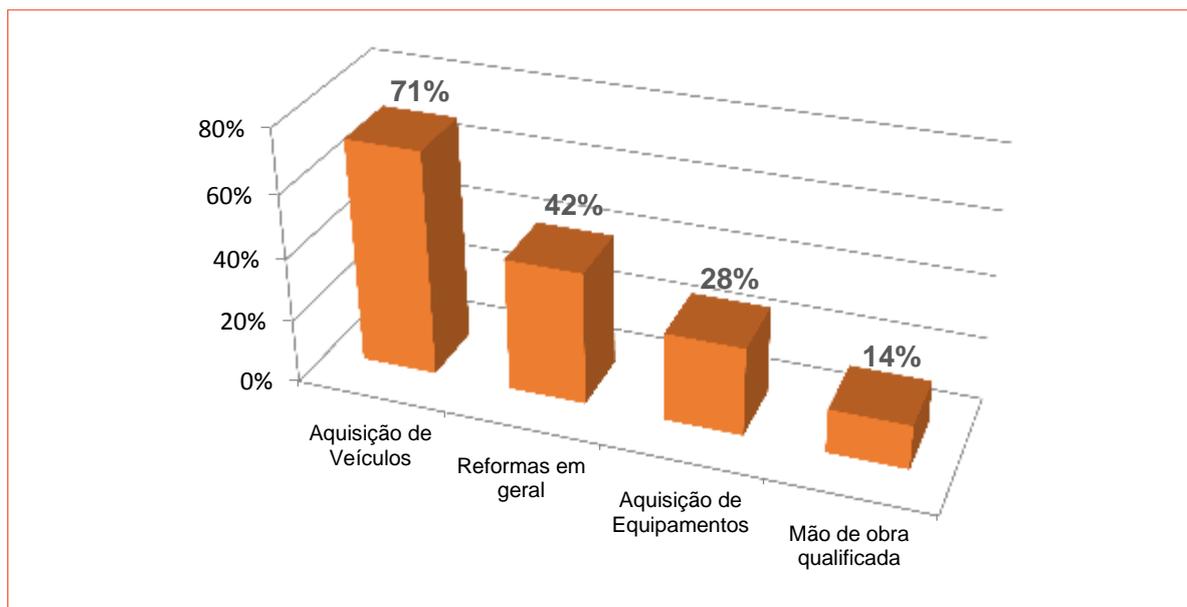


Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

No que diz respeito à divulgação do empreendimento, todas utilizam o próprio site para esse fim. Nos sites são utilizadas como formas de promoção pacotes especiais e pacotes por temporada pelas agências entrevistadas.

Com relação aos investimentos realizados nas agências nos últimos cinco anos os mais citados foram: aquisição de veículos (71%), reformas em geral (42%), aquisição de equipamentos (28%) e investimentos em mão de obra qualificada (14%).

**Gráfico 29: Investimentos realizados nas Agências de Turismo do Polo Jalapão nos últimos cinco anos**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Somente 42% das agências entrevistadas responderam sobre os faturamentos anuais. O faturamento médio mensal das agências que responderam varia entre R\$ 18.000,00 a R\$ 80.000,00 por agência.

A média de empregados fixos dos estabelecimentos de agenciamento é de três pessoas, com uma variação de duas a dez pessoas. As qualificações dos funcionários citadas foram: Sebrae (turismo, marketing e vendas – 42%), Condutor ambiental (14%), Senac (14%) e curso superior (turismólogo – 14%).

Apenas 14% das agências responderam trabalhar com empregados temporários, uma média de dois temporários por empresa, principalmente, no período de alta temporada. Quanto à necessidade de contratação de funcionários que possuem outros idiomas, 71% das agências afirmaram contratar somente quando necessário.

O levantamento realizado no ano de 2015 pela Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais de Turismo revelou a existência de 06 agências que trabalham com turismo receptivo no Polo, sendo em Mateiros a Jalapão Eco Tour, Jalapão Extremo, Kaliandra, Ourike e 40º no Cerrado. Em Ponte Alta foi destacada a Beleco Turismo que atua com o receptivo no município. Importa ressaltar que a quantidade de agências continua a mesma em relação a pesquisa em campo realizada em 2013.

- **Centros de Atendimento ao Turista**

No tocante ao serviço de informação ao turista, os três municípios da região disponibilizam Centros de Atendimento ao Turista (CATs): Mateiros, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins, conforme apontam as figuras 53,54 e 55.

O diagnóstico revela a necessidade de um Centro de Atendimento ao Turista no município de Novo Acordo. Este serviço é indispensável ao turista uma vez que recebe e orienta o visitante quanto à ocorrência de eventos, disponibilidade de atrativos e de equipamentos da área turística. Nesse contexto, ele deve estar localizado em uma área de fácil acesso onde há grande fluxo de turistas .

As visitas realizadas em campo, em outubro de 2013, revelaram que os CAT não possuem material informativo atual para o turista a respeito dos atrativos e passeios existentes nos municípios e no Polo.

Em Mateiros destaca-se o Centro de Exposições e Informações Turísticas - CEIT como espaço multiuso, uma vez que funcionando tanto para exposições, quanto para informação turística. Existe também o Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jalapão, utilizado para exposição de artesanato.

As fotos seguintes ilustram o CAT localizado em Mateiros.

**Figura 53: Centro de Atendimento ao Turista do Município de Mateiros**



Acesso à Praça que possui o Centro de Exposição e Informação Turística – CEIT e o Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jalapão no município de Mateiros

Centro de Exposição e Informação Turística CEIT no município de Mateiros

Fachada do Centro de Exposição e Informação Turística CEIT no município de Mateiros

Interior do Centro de Exposição e Informação Turística CEIT no município de Mateiros

Fachada do Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jalapão no município de Mateiros

Interior do Centro de Educação Ambiental do Parque Estadual do Jalapão no município de Mateiros

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As fotos seguintes ilustram o CAT localizado em São Félix.

**Figura 54: Centro de Atendimento ao Turista do Município de São Félix do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As fotos seguintes ilustram o CAT localizado em Ponte Alta.

**Figura 55: Centro de Atendimento ao Turista do Município de Ponte Alta**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013

## **2.2 Análise da infraestrutura básica e dos serviços gerais encontrados na área turística**

O desenvolvimento do turismo no Polo requer a existência de uma infraestrutura capaz de atender à população residente, turistas e visitantes. Dentro dessa análise, cabe verificar a capacidade atual da infraestrutura instalada e as necessidades futuras advindas pelo incremento do turismo.

A seguir, apresenta-se uma análise específica de cada um dos componentes de infraestrutura e serviços básicos necessários para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável no Polo.

### **2.2.1 Rede de Acesso ao Polo – Sistemas de Transportes**

O acesso aos destinos do Polo do Jalapão dá-se, prioritariamente, por rodovias estaduais. Embora os rios existentes sejam utilizados para as atividades de lazer, não há acesso hidroviário para o Polo. De forma geral, as estradas são precárias, com trechos em leito natural e passíveis de atolamento. Há também deficiência de sinalizações viária indicativa e turística.

Para acesso adequado aos atrativos, faz-se necessário realizar a pavimentação das vias, desde que se tenha como base a realização de estudos de impacto ambiental. O objetivo deve ser criar um serviço de transporte que atenda a região.

Existem pistas de pouso nos municípios, mas não há voos regulares para os destinos da região. O principal aeroporto que atende ao Polo, considerado o portão de entrada, é o de Palmas, distando aproximadamente entre 100 e 200 km dos municípios. Dessa forma, a ampliação e melhoria do sistema de acesso ao Polo são fundamentais para o desenvolvimento do turismo.

O potencial turístico pode ser maximizado por meio da oferta de novos acessos aos destinos e aos atrativos da região, aumentando, conseqüentemente, o fluxo de turistas. Porém, necessita-se analisar esse acréscimo para que não haja desvalorização do produto, uma vez que os atrativos são, em sua maioria, de Turismo de Aventura e de Ecoturismo e, em alguns casos, justifica os acessos difíceis.

O mapa a seguir apresenta as rodovias estaduais, as pistas de pouso e hidrografia do Polo.

Figura 56: Mapa Rede de Acesso ao Polo – Sistemas de Transporte



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no site [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

- **Sistema Rodoviário de Transportes**

A malha viária do Polo possui, aproximadamente, 600 km de rodovias estaduais, menos da metade (cerca de 250 km) estão pavimentadas.

O acesso ao Polo do Jalapão, partindo de Palmas, pode ser realizado por Novo Acordo ou pelo município de Ponte Alta do Tocantins. As distâncias entre os municípios apontadas a seguir tiveram como referência o Mapa Rodoviário do Tocantins (2009), disponibilizado pela extinta Adtur no momento da realização do levantamento em campo que ocorreu em 2013.

O percurso Palmas/Novo Acordo possui 99 km de extensão e é realizado pela TO-020. Neste trecho a via é pavimentada e encontra-se em bom estado de conservação com sinalizações adequadas. O mesmo percurso também pode ser realizado pela TO-030, que possui aproximadamente 108 km de extensão e interliga o município com Santa Tereza do Tocantins e Taquaruçu. A TO-030 possui pavimentação, porém com alguns buracos na pista e as sinalizações são precárias.

O percurso Ponte Alta do Tocantins/Palmas é realizado pela TO-255, rodovia pavimentada, sinalizada e em boas condições de tráfego. A distância é de aproximadamente 136 km de extensão.

A partir de Novo Acordo os acessos aos trechos Novo Acordo/São Félix do Tocantins (113 km pela TO-030), São Félix do Tocantins/Mateiros (51 km pela TO-110) e Mateiros/Ponte Alta do Tocantins (125 km pela TO-255) são precários sendo realizados por estradas de terras arenosas e irregulares, conforme ilustram as figuras a seguir.

**Figura 57: Trechos Novo Acordo/São Félix e Mateiros/Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Na época de estiagem, que ocorre no período de maio a setembro, verifica-se a formação de bancos de areia ao longo das estradas o que facilita o atolamento de veículos. No período das chuvas, o solo arenoso dá lugar às corredeiras com pontos de erosão que, também, provocam atolamentos e prejudica o acesso aos municípios e aos atrativos.

O Polo encontra-se em uma região que poderia possuir fácil acesso, dada a proximidade com a Capital. No entanto, o tempo de viagem é comprometido devido às condições das rodovias tanto no período de estiagem, quanto no período de chuva. Os atrativos potenciais e os atrativos consolidados do Polo, na maioria das vezes, estão localizados em pontos remotos e distantes das sedes municipais, demandando tempo

para o acesso e dificultando a criação de roteiros integrados. O potencial turístico pode ser melhorado caso sejam estabelecidos acessos adequados aos destinos e atrativos da região, atendendo ao aumento do fluxo de turistas. Deve-se, no entanto, ter maior atenção para que não haja desvalorização e degradação do produto, já que a maioria dos atrativos por ser vinculada ao Turismo de Aventura e do Ecoturismo pode se beneficiar com a dificuldade de acesso.

O quadro a seguir aponta as distâncias, as rodovias trafegadas em cada trecho, conforme informações obtidas do Mapa Rodoviário do Tocantins e informações provenientes de reunião realizada em 2015 onde participaram a Sedetur, as Secretarias Municipais de Turismo e os atores locais. Como se observa no quadro a seguir há divergências quanto às distâncias entre os municípios do Polo. Portanto, optou-se por apresentar as informações das duas fontes, oficial e não oficial, ressaltando-se a necessidade de ações que busquem disponibilizar dados oficiais aceitos pelo *trade* turístico.

**Quadro 7: Distancias entre municípios e rodovias utilizadas**

TRECHO	DISTÂNCIA (KM)		RODOVIA
	DER/ TO <sup>(1)</sup>	ATORES LOCAIS <sup>(2)</sup>	
Palmas/Novo Acordo	99	105	TO-020
Novo Acordo/São Félix do Tocantins	113	155	TO-030
São Félix do Tocantins/Mateiros	51	80	TO-110
Mateiros/Ponte Alta do Tocantins	125	164	TO-255
Ponte Alta do Tocantins/ Novo Acordo	97	-	TO 130 e TO-030
Ponte Alta do Tocantins/ Novo Acordo(via Porto Nacional)	-	196	TO 255
Ponte Alta do Tocantins/Palmas	135	136	TO 255

Fonte: (1) Mapa Rodoviário do Tocantins, 2009. Elaboração: Technum Consultoria SS, 2013.

(2) Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo e atores envolvidos com o turismo no Polo do Jalapão, 2015.

As sinalizações indicativa e turística tanto nas sedes municipais, quanto nos atrativos são poucas, e, quando existem, estão fora dos padrões internacionais. Esta situação dificulta o acesso seguro dos turistas aos atrativos. Neste contexto, devido à precária sinalização turística e às más condições das rodovias recomenda-se o uso de veículo tração e a contratação de guia de turismo.

**Figura 58: Sinalizações Turísticas dos Atrativos do Polo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

No município do Novo Acordo as vias locais são pavimentadas, com alguns trechos ainda em chão batido conforme a foto a seguir (figura 59). Ressalta-se que o acesso ao principal atrativo da cidade, a Praia dos Borges, é realizado por asfalto, porém não há sinalização turística.

**Figura 59: Vista do Município de Novo Acordo**



Fonte: Prefeitura de Novo Acordo, 2013.

Na sede do município de Mateiros predominam vias de leito natural, com algumas áreas em bloquete, necessitando, portanto, de ações voltadas à melhoria das vias para facilitar o percurso dos visitantes, turistas e da população.

**Figura 60: Vias da Sede do Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Em Ponte Alta do Tocantins as vias internas são predominantemente asfaltadas. Em São Félix do Tocantins há a necessidade de intervenções para ampliar a acessibilidade, notadamente com melhoria nas vias internas e das vias que dão acesso aos atrativos. As fotos a seguir apresentam ilustrações das vias desses municípios.

**Figura 61: Vias das Sedes dos Municípios de São Félix do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Como atualmente o deslocamento no Polo é realizado, prioritariamente, por veículo tracionado devido aos riscos de atolamento, conclui-se que as rodovias cumprem precariamente o seu papel de ligação com os municípios e atrativos. As vias de acesso requerem melhorias quanto à pavimentação e quanto às sinalizações, assim como investimento para a organização de estacionamentos que atendam adequadamente aos visitantes sem impactar o meio ambiente.

Dentro do Planejamento Estratégico do Governo do Estado estão previstas ações para a pavimentação das rodovias do Polo do Jalapão. Pelo fato dos atrativos estarem localizados em áreas ambientalmente frágeis, a construção da estrada deverá obedecer a técnicas específicas de conservação ambiental.

Além de beneficiar o turista, a melhoria da pavimentação destas rodovias facilitará o acesso dos moradores à saúde, educação, infraestrutura disponíveis em outras regiões dentre outros benefícios, trazendo maior desenvolvimento aos municípios.

No que diz respeito ao transporte público, somente Ponte Alta do Tocantins possui terminal rodoviário, com oferta de serviço entre Ponte Alta do Tocantins e Palmas. Os municípios contam com transporte intermunicipal, mas necessita de ampliação da frota e aumento da oferta de horários. O sistema de transporte urbano é praticamente inexistente.

Neste sentido, há a necessidade de planejamento e reestruturação do sistema de transporte rodoviário, adequando horários e legalizando o uso deste modal para o turismo.

- **Sistema Hidroviário**

O sistema hidroviário do Polo é utilizado basicamente para o lazer como a utilização da água para o banho ou prática de esportes. Observa-se um grande potencial dessa malha hidroviária para a exploração turística devido seu sistema significativo de cursos navegáveis.

No município de São Félix do Tocantins é importante prever investimentos voltados para a construção de travessia de corpos hídricos tendo em vista a necessidade de travessia da população e dos turistas em pontos estratégicos.

- **Sistema Aeroportuário**

No estado do Tocantins existem três aeroportos, são eles: aeroporto de Palmas, de Araguaína e de Porto Nacional, sendo que o de Porto Nacional está em funcionamento somente o aeroclube. Nos quatro municípios do Polo há pistas de pouso não pavimentadas de, aproximadamente, um quilômetro de comprimento. Estas pistas são utilizadas por fazendeiros, políticos ou em caso de urgência para o transporte de pacientes à hospitais mais estruturados. Portanto, o acesso de turistas ao Polo é realizado praticamente pelo modal rodoviário.

## **2.2.2 Sistema de Abastecimento de Água**

O abastecimento de água no Tocantins é de responsabilidade da Companhia de Saneamento do Tocantins – Odebrecht Ambiental/Saneatins, empresa que opera nos municípios do Estado, inclusive na capital, Palmas.

Os principais mananciais utilizados para o abastecimento público são os rios Tocantins, Araguaia, Javaés, Formoso, Palma e Sono. De acordo com o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, elaborado pela Superintendência de Recursos Hídricos (Brasília, 2010) os mananciais são de pequeno porte, sem garantia hídrica e, em função da proximidade das áreas urbanas estão sujeitos à poluição.

Quanto ao tipo de sistema, a maioria das sedes urbanas do Estado, utilizam sistemas isolados, ou seja, um sistema de abastecimento que atende somente uma sede municipal.

As formas de abastecimento de água, nos municípios do Polo, para os domicílios particulares permanentes, conforme informações do IBGE - Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010, podem ser verificadas por meio dos dados constantes na tabela a seguir.

**Tabela 22: Formas de Abastecimento de Água em Domicílios Particulares Permanentes\***

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO		POÇO OU NASCENTE NA PROPRIEDADE/ALDEIA		POÇO NASCENTE FORA DA PROPRIEDADE/ALDEIA		OUTROS		TOTAL GERAL
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	
Novo Acordo	848	80,15	144	13,61	59	5,58	7	0,66	1.058
Mateiros	358	75,37	107	22,53	9	1,89	1	0,21	475
Ponte Alta do Tocantins	1.272	62,72	543	26,78	59	2,91	154	7,59	2.028
São Félix do Tocantins	249	72,17	35	10,14	44	12,75	17	4,93	345
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>2.727</b>	<b>69,82</b>	<b>829</b>	<b>21,22</b>	<b>171</b>	<b>4,38</b>	<b>179</b>	<b>4,58</b>	<b>3.906</b>

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria SS, 2013.

\*Domicílio Particular Permanente: domicílio construído para servir exclusivamente à habitação.

Os dados de abastecimento de água no conjunto dos municípios do Polo apontam que, aproximadamente, 70% dos domicílios são abastecidos por rede geral de distribuição. Ao serem analisados em separado, nota-se que este índice cai para 62% em Ponte Alta do Tocantins, evidenciando uma precariedade na distribuição.

O abastecimento de água no Polo é ilustrado em um mapa síntese com divisão do nível de atendimento dos domicílios, por rede geral de distribuição, em quatro faixas, a saber: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100%, conforme apresentado a seguir.

**Figura 62: Abastecimento de Água do Polo**



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no site [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

Encontram-se em um mesmo patamar os municípios de Novo Acordo e Mateiros, com índices de 80,15% e 75,37%, respectivamente. O município de São Félix do Tocantins não está muito distante dos demais municípios com índice de atendimento de 72,17%. O município de Ponte Alta do Tocantins é o que necessita de maiores investimentos nessa área.

A distribuição domiciliar de água realizada por meio de poço ou nascente atende, aproximadamente, 20% dos domicílios do Polo. Essa é a forma de abastecimento mais encontrada nos povoados e comunidades quilombolas, localizadas nos municípios de São Félix do Tocantins e Mateiros.

Atendendo o que prevê o Decreto n. 5.440/05, da Presidência da República, a Saneatins disponibiliza em seu site institucional [www.odebrechtambiental.com/tocantins](http://www.odebrechtambiental.com/tocantins) o relatório mensal de qualidade de água. Nesse material são divulgados os resultados das análises bacteriológicas e físico-químicas da água distribuída.

As tabelas a seguir apontam a qualidade da água nos municípios do Polo do Jalapão no período de janeiro a maio de 2013. Importa acrescentar que não há disponibilizado no site os dados da qualidade da água para Mateiros.

Os termos apontados na tabela são assim definidos:

- análises realizadas: número de amostras de água coletadas e analisadas no sistema de abastecimento público pela companhia de saneamento;
- análises em conformidade: número de amostras de água coletadas e analisadas no sistema de abastecimento público pela companhia de saneamento que estão em conformidade;
- turbidez: refere-se ao grau de transparência da água;
- cor: característica que mede o grau de coloração da água;
- cloro livre: indica a quantidade de cloro presente na rede de distribuição, adicionado no processo de desinfecção da água;

- flúor: adicionado à água para prevenção de cárie dentária;
- coliformes totais: indicam presença de bactérias na água e não necessariamente representam problemas para a saúde. Sistemas onde são realizadas 40 ou mais análises por mês e que devem apresentar ausência de contaminação em 95% das amostras analisadas. Sistemas onde são analisadas menos de 40 amostras por mês, apenas uma amostra poderá apresentar contaminação.

**Tabela 23: Qualidade da água do município de Novo Acordo – Janeiro a Maio de 2013**

NOVO ACORDO						
MÊS/ANO	PARÂMETROS	TURBIDEZ	COR	CLORO LIVRE	FLÚOR	COLIFORMES TOTAIS
Janeiro/13	Nº de análises realizadas	10	10	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	10	10	0	10
Fevereiro/13	Nº de análises realizadas	10	10	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	10	10	0	10
Março/13	Nº de análises realizadas	10	10	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	10	10	0	10
Abril/13	Nº de análises realizadas	10	10	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	10	10	0	10
Maio/13	Nº de análises realizadas	10	10	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	10	10	0	10

Fonte: <http://www.fozsaneatins.com.br>, acesso em março de 2014.

**Tabela 24: Qualidade da água do município de Ponte Alta do Tocantins – Janeiro a Maio de 2013**

PONTE ALTA DO TOCANTINS						
MÊS/ANO	PARÂMETROS	TURBIDEZ	COR	CLORO LIVRE	FLÚOR	COLIFORMES TOTAIS
Janeiro/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Fevereiro/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Março/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Abril/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Maio/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10

Fonte: <http://www.fozsaneatins.com.br>, acesso em março de 2014.

**Tabela 25: Qualidade da água do município de São Félix do Tocantins – Janeiro a Maio de 2013**

SÃO FÉLIX						
MÊS/ANO	PARÂMETROS	TURBIDEZ	COR	CLORO LIVRE	FLÚOR	COLIFORMES TOTAIS
Janeiro/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Fevereiro/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Março/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Abril/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10
Maio/13	Nº de análises realizadas	10	5	10	0	10
	Nº de análises em conformidade*	10	5	10	0	10

Fonte: <http://www.fozsaneatins.com.br>, acesso em março de 2014.

Da análise das tabelas convém ressaltar que, de forma geral, os municípios do Polo apresentam boa qualidade de água para consumo humano e não possuem qualquer registro de alterações na turbidez, cor, cloro livre, flúor ou coliformes fecais.

As informações obtidas nas visitas realizadas em campo revelam que os municípios do Polo não possuem estações de reutilização de água e também não foram registradas ocorrências de racionamento de água.

De maneira geral, no que se refere ao abastecimento de água, pode-se constatar que há a necessidade de investimentos no que diz respeito à ampliação e reforço de água nos povoados do Polo, objetivando a universalização do sistema, bem como o atendimento e a saúde da população residente e dos turistas. Além disso, nas reuniões realizadas com os atores locais em 2015, foi registrado que os municípios de Mateiros e Ponte Alta do Tocantins sofrem falta de água no período de alta temporada. Dessa forma, é importante planejar melhorias no sistema considerando o cenário atual e os cenários futuros de desenvolvimento do turismo. Além disso, deve ser incentivada a prática de reaproveitamento das águas, a partir de técnicas e soluções inovadoras, tanto do ponto de adequação ao perfil turístico assumido pelo destino (ecoturismo) quanto pelos possíveis benefícios econômicos que esses sistemas podem proporcionar.

### 2.2.3 Sistema de Esgotamento Sanitário

A gestão e operação do sistema de esgotamento sanitário, no que diz respeito à coleta, ao tratamento e ao destino do esgoto no estado do Tocantins são de responsabilidade da Companhia de Saneamento do Tocantins - Odebrecht ambiental/Saneatins.

O tipo de esgotamento sanitário para os banheiros dos domicílios particulares permanentes nos municípios do Polo, de acordo com o Censo 2010, está especificado na tabela a seguir.

**Tabela 26: Tipo de Esgotamento Sanitário de Banheiros Exclusivos de Domicílios Particulares Permanentes em 2010**

MUNICÍPIOS	REDE GERAL DE ESGOTO/ PLUVIAL */ FOSSA SÉPTICA**		OUTROS***		TOTAL GERAL
	N <sup>o</sup> .	%	N <sup>o</sup> .	%	
Novo Acordo	352	37,69	582	62,31	934
Mateiros	65	17,29	311	82,71	376
Ponte Alta do Tocantins	61	4,03	1.454	95,97	1.515
São Félix do Tocantins	233	96,68	8	3,32	241
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>711</b>	<b>23,19</b>	<b>2.355</b>	<b>76,81</b>	<b>3.066</b>

\*Rede geral de esgoto ou pluvial refere-se à canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, ligada a um sistema de coleta que os conduza a um desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não disponha de estação de tratamento.

\*\*A fossa séptica refere-se a canalização do banheiro ou sanitário ligada a uma fossa séptica onde a matéria é esgotada para uma fossa próxima e passa por um processo de tratamento ou decantação, sendo ou não a parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município.

\*\*\*Outro: refere-se banheiro ou sanitário ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.), diretamente a uma vala a céu aberto, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadra em quaisquer dos tipos descritos anteriormente.

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria, 2013.

Os dados da tabela apontam que apenas 23% dos domicílios do Polo possuem rede de esgoto. Os outros 76% dos domicílios despejam seus esgotos em fossas rudimentares. Esses detritos escoam diretamente em valas a céu aberto ou são descartados no rio, poluindo os recursos hídricos e proliferando doenças que atingem, principalmente, as comunidades com menor poder aquisitivo.

Quando analisados em separado, verifica-se que o município de São Félix do Tocantins possui, aproximadamente, 97% dos domicílios particulares permanentes atendidos ou pela rede geral de esgoto e de águas pluviais ou por fossa séptica.

Os municípios de Novo Acordo, de Mateiros e, principalmente, de Ponte Alta do Tocantins apresentam uma situação crítica no tratamento do esgotamento sanitário.

Ilustrando o esgotamento sanitário no Polo o mapa a seguir sintetiza as informações referentes aos domicílios servidos por rede geral de distribuição em quatro faixas de atendimento: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100.

**Figura 63: Esgotamento Sanitário do Polo**



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

Nos povoados destaca-se uma precariedade maior do que nas áreas urbanas das sedes municipais, tanto com relação à captação quanto na disposição e no tratamento do esgoto. As figuras a seguir ilustram esgotos despejados a céu aberto em rios.

**Figura 64: Despejo de Esgoto no Rio Ponte Alta no Município de Ponte Alta e na Praia dos Borges no Município de Novo Acordo**



Município de Ponte Alta

Município de Novo Acordo

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Nas reuniões junto aos atores locais, realizadas em 2015, foi registrada a informação fornecida pelo município de Ponte Alta do Tocantins de que o seu Plano de Saneamento Básico encontrava-se em fase de finalização.

Vale acrescentar que a coleta e o tratamento adequados do esgoto são medidas de garantia da qualidade de vida da população, pois, traz uma notável redução de custos no sistema de saúde e também contribui para a preservação do meio ambiente.

## 2.2.4 Limpeza Urbana

O sistema de limpeza urbana nos municípios do Polo compreende, além da limpeza e manutenção de áreas públicas, a coleta de resíduos sólidos. De maneira geral, esses serviços atendem à população urbana dos municípios. A administração pública municipal é responsável pelo gerenciamento e execução desses serviços por meios próprios ou terceirizados.

A tabela a seguir trás informações sobre a coleta de lixo nos municípios do Polo.

**Tabela 27: Destino do Lixo dos Domicílios Particulares Permanentes Segundo Resultados Preliminares do Censo Demográfico em 2010**

MUNICIPIOS	COLETADO DIRETAMENTE POR SERVIÇO DE LIMPEZA*		COLETADO EM CAÇAMBA DE SERVIÇO DE LIMPEZA**		TOTAL DE LIXO COLETADO (COLETADO DIRETAMENTE + COLETADO EM CAÇAMBA)		OUTROS***		TOTAL GERAL
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Novo Acordo	793	74,81	0	0,00	793	74,81	267	25,19	1.060
Mateiros	345	62,05	0	0,00	345	62,05	211	37,95	556
Ponte Alta do Tocantins	1.183	58,33	22	1,08	1.205	59,42	823	40,58	2.028
São Félix do Tocantins	205	59,42	2	0,58	207	60,00	138	40,00	345
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>2.526</b>	<b>63,32</b>	<b>24</b>	<b>0,60</b>	<b>2.550</b>	<b>63,93</b>	<b>1.439</b>	<b>36,07</b>	<b>3.989</b>

\* Lixo coletado diretamente por serviço de limpeza - serviço de empresa pública ou privada.

\*\*Lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza - lixo do domicílio depositado em caçamba, tanque ou depósito, fora do domicílio, para depois ser coletado por serviço de empresa pública ou privada.

\*\*\* Outros - lixo do domicílio é queimado ou enterrado no terreno ou propriedade onde se localiza o domicílio ou jogado em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar.

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria – 2013.

Os dados apresentados indicam a ocorrência, em grande volume, de lixo descartado em áreas impróprias como terrenos baldios e rios. Essa situação contribui para a contaminação de recursos hídricos, a proliferação de doenças e a presença de animais. Além disso, a paisagem perde o valor cênico o que interfere na atividade turística.

Para ilustrar a situação da limpeza urbana, os municípios foram classificados em quatro faixas segundo o percentual de domicílios atendidos com coleta diária por serviços de limpeza: de 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100%. Conforme se pode observar no mapa a seguir, todos os municípios estão na faixa de 50 a 75% de domicílios atendidos.

**Figura 65: Limpeza Urbana do Polo**



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no sítio [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

A frequência da coleta de lixo nos municípios do Polo varia de três a seis vezes na semana. O material coletado é transportado para áreas a céu aberto, denominadas lixões. Estes não possuem tratamento adequado como impermeabilização do solo, drenagem do chorume ou cercamento. A disposição final dos resíduos sólidos é um fator preocupante, pois é realizada sem qualquer controle ou preocupação quanto à poluição do ar, solo e recursos hídricos.

As figuras a seguir mostram os lixos jogados a céu aberto e degradação da paisagem.

**Figura 66: Lixo a Céu Aberto**



Município de Novo Acordo

Município de Mateiros

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Verifica-se, conforme dados obtidos nos municípios do Polo, a existência de planos municipais de saneamento como estratégia adotada pelo Estado. O município de Ponte Alta do Tocantins, por exemplo, afirmou em 2015 que o seu Plano de Resíduos Sólidos encontra-se finalizado.

De acordo com informações obtidas junto a SEDEN estão sendo elaborados planos municipais de saneamento nos municípios do Polo como estratégia de políticas públicas adotadas pelo Estado voltadas para o setor.

### 2.2.5 Rede de Drenagem Pluvial

A situação da drenagem pluvial que se configura nas áreas urbanas dos municípios do Polo do Jalapão é de carência e de falta de manutenção. Constata-se que apenas uma pequena porção das áreas centrais da sede dos municípios, via de regra, contam com meios fios, sarjetas, valas, calhas, bueiros com tampões e bocas de lobo que, ainda de forma precária, configuram um sistema de drenagem. As estradas de acesso aos municípios, por não apresentarem pavimentação adequada, têm também comprometidas as condições de drenagem, o que resultam na geração de fortes erosões em seus trechos.

Convém ressaltar que inexistem cadastros ou informações sistematizadas sobre redes subterrâneas em funcionamento nos municípios. Na grande maioria dos povoados não possuem nem mesmo uma rede rudimentar de captação de águas pluviais.

A falta de boas condições de drenagem nas vias de acesso a alguns atrativos provoca erosão do solo e degradação da paisagem, ilustradas nas imagens apresentadas.

Torna-se necessário prover, para áreas urbanizadas dos municípios do Polo, principalmente as vias de acesso, infraestrutura adequada para o saneamento ambiental dentro dos padrões requeridos para um território ambientalmente frágil, que tem como vocação o desenvolvimento turístico em bases sustentáveis.

**Figura 67: Falta de Drenagem Pluvial em Atrativos do Município de Novo Acordo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Não foram constatadas ocorrências de inundação nos atrativos ou nos municípios na época das chuvas. No entanto, muitos caminhos aos atrativos não possuem pavimentação adequada. No período da chuva o acesso fica comprometido devido aos riscos de atolamento causado pela erosão nas estradas, devido à inexistência de um sistema de drenagem de águas pluviais.

Mesmo com a utilização de veículo tração, o percurso é dificultoso nessa época. As imagens a seguir ilustram a erosão nas rodovias de acesso aos atrativos.

**Figura 68: Erosão Rodovias do Polo do Jalapão**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

### **2.2.6 Sistema de Comunicação**

O levantamento em campo, realizado em 2013, constatou que os municípios do Polo possuem uma oferta restrita no que diz respeito aos meios de comunicação. O serviço de telefonia móvel e o acesso à internet são precários. A operadora Vivo atende em todo o Polo, já a Oi e a Claro operam, somente, nos municípios de Novo Acordo, São Félix do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins.

Para os demais meios de comunicação, os municípios do Polo são contemplados com equipamentos de pequeno porte, como postos de correios, banco postal para o atendimento do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Aqui. Nos povoados esses equipamentos são escassos ou, na maioria das vezes, inexistentes.

Vale ressaltar que os estabelecimentos comerciais como postos, lojas, restaurantes e hotéis de Mateiros, São Félix e Novo Acordo não aceitam cartão de crédito e os caixas eletrônicos frequentemente estão fora do ar ou em manutenção. No Polo há apenas um jornal de alcance regional e algumas rádios comunitárias que atendem a população de seus respectivos municípios. Em Ponte Alta do Tocantins os sites da Prefeitura e de particulares são utilizados para comunicar os acontecimentos da cidade.

Os pontos críticos que dizem respeito à comunicação são, principalmente, o atendimento da rede de telefonia e da rede de internet, essa problemática se agrava ao se considerar o desenvolvimento do turismo no Polo.

### **2.2.7 Energia Elétrica**

A empresa responsável pelo fornecimento de energia elétrica aos municípios do Polo é a Companhia de Energia Elétrica do estado do Tocantins – Energisa. Além de operar no segmento de distribuição de energia, a Energisa também gera energia a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) localizadas no interior do Estado. Todavia, grande parte da energia consumida pelo sistema da Energisa, é fornecida pelas subestações localizadas em Miracema do Tocantins, em Porto Franco (MA) e em Imperatriz (MA), além da Usina Hidrelétrica de Peixe Angical e da subestação da CELG localizada em Porangatu (GO).

O número de atendimento dos domicílios no Polo é apresentado na tabela a seguir.

**Tabela 28: Distribuição de Energia Elétrica em Domicílios Particulares Permanentes em 2010**

MUNICÍPIOS	FORNECIMENTO POR COMPANHIA DISTRIBUIDORA		FORNECIMENTO POR OUTRA FONTE		SEM FORNECIMENTO		TOTAL GERAL
	N <sup>o</sup> .	%	N <sup>o</sup> .	%	N <sup>o</sup> .	%	
Novo Acordo	938	88,49	6	0,57	116	10,94	1.060
Mateiros	476	85,61	3	0,54	77	13,85	556
Ponte Alta do Tocantins	1.563	77,07	29	1,43	436	21,50	2.028
São Félix do Tocantins	234	67,83	3	0,87	108	31,30	345
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>3.211</b>	<b>80,50</b>	<b>41</b>	<b>1,03</b>	<b>737</b>	<b>18,48</b>	<b>3.989</b>

Fonte: IBGE, Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Elaboração: Technum Consultoria – 2013.

O fornecimento de energia elétrica atende 80% dos domicílios. Verifica-se ainda uma porção considerável sem fornecimento de energia quando se analisa os municípios em separado. São Félix do Tocantins possui um déficit de energia de 30%. Em seguida, está Ponte Alta do Tocantins com 21%. Já Mateiros e Novo Acordo possuem, respectivamente, 10% e 15% de domicílios sem fornecimento.

Com o intuito de ilustrar a fornecimento de energia elétrica no Polo o mapa a seguir apresenta as informações, referentes aos domicílios servidos pelo fornecimento de energia por companhia distribuidora, em quatro faixas de atendimento: 0 a 25%; 25 a 50%; 50 a 75% e 75 a 100% .

**Figura 69: Fornecimento de Energia Elétrica do Polo**



Fonte: Bases vetoriais disponíveis no site [www.seplan.to.gov.br](http://www.seplan.to.gov.br); conforme Censo 2010 do IBGE, adaptado pela Technum Consultoria, 2014.

Os municípios de Mateiros e Novo Acordo estão na faixa de 75 a 100% de domicílios atendidos, enquanto São Feliz do Tocantins e Ponte Alta do Tocantins estão na faixa de 50 a 75%, dessa forma, são os municípios com maior déficit energético do Polo.

As interrupções do fornecimento na época das chuvas e a inconstância da tensão na rede elétrica das sedes municipais e dos povoados representam gargalos no que diz respeito à qualidade do fornecimento de energia. Logo, são necessários investimentos para a melhoria do desenvolvimento do turismo do Polo no cenário atual e futuro.

### 2.2.8 Serviços de Saúde

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de hospitais e postos de saúde no Polo, segundo os levantamentos realizados em 2013 e em 2015.

**Tabela 29: Equipamentos de Saúde dos Municípios Polo – levantamento 2013 e 2015**

MUNICÍPIOS	HOSPITAL		POSTO DE SAÚDE	
	2013	2015	2013	2015
Novo Acordo	1	-	1	2
Mateiros	-	-	1	2
Ponte Alta do Tocantins	2	2	1	-
São Felix do Tocantins	-	-	1	1
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

Fonte: Adtur, 2013 e Sedetur, 2015. Adaptado por Technum Consultoria SS.

O total de estabelecimentos em ambos levantamentos se mantêm (7), porém com distribuição diferente em relação à classificação dos equipamentos. Conforme dados apresentados para 2013, observa-se que cada um dos municípios possui um posto de saúde para o atendimento da população e dos turistas. O serviço disponibilizado à época era, de clínico geral, com um técnico em enfermagem e muito poucos auxiliares.

Além disso, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins contavam com hospitais que realizavam exames clínicos e possuíam sala de cirurgia. Em caso de emergência, o governo realiza o transporte de pacientes por via aérea. Foram relatados casos de partos ocorridos nas estradas devido à dificuldade de realizar, com rapidez, o transporte do paciente para um hospital estruturado.

A situação verificada em 2015 a partir de dados complementares fornecidos pela Sedetur juntamente com as Secretarias Municipais de Turismo e agentes que atuam diretamente com o turismo, são de redução de um hospital, no município de Novo Acordo.

No que diz respeito aos postos de saúde os municípios de Novo Acordo e Mateiros tiveram uma aumento na quantidade de postos de saúde, enquanto que Ponte Alta do Tocantins apresentou uma queda nesse quantitativo e São Félix do Tocantins permaneceu com o mesmo resultado nos anos de 2013 e 2015.

Levando em conta o número de pessoas que moram e visitam a região, bem como a distância dos municípios e a péssima condição das estradas é indispensável uma rede de saúde maior e mais estruturada para o setor.

No caso do turista, convém pensar em uma estrutura de socorro e pronto-atendimento específico para assistir adequadamente aos acidentes decorrentes do Turismo de Aventura muito praticado na região. Contudo, mesmo com a necessidade de

investimentos neste setor, o serviço de saúde no Polo não é um fator limitante à atividade turística.

Os atendimentos de emergência ao turista são efetuados nos municípios e, em função da gravidade e complexidade da demanda, o turista pode ser encaminhado à capital do Estado, onde se encontram os principais serviços especializados.

É importante ressaltar a necessidade de equilíbrio entre a oferta dos serviços de saúde e o crescimento população. Um atendimento de saúde para a população local considerado satisfatório contribui, de forma positiva, para a prestação destes serviços à população turística.

### 2.2.9 Segurança

Em relação à segurança é importante ressaltar que, segundo informações levantadas em campo, não há disponibilização de registro com ocorrências específicas para os turistas ou que se estenda ao Polo como um todo, o que dificulta uma análise mais profunda do tema.

A polícia, seja ela civil ou militar, está presente nos municípios do Polo. Não foram observados problemas graves de segurança nos municípios, embora o relatado indique que o contingente é muito pequeno.

A estrutura do corpo de bombeiros é insuficiente, principalmente em função do número elevado de queimadas que ocorrem na região. Geralmente, nos atrativos que compõem o Polo, o resgate às vítimas de afogamento é realizado pelos próprios guias de turismo que recebem treinamento de instrutores da corporação do Corpo de Bombeiros.

**Tabela 30: Equipamentos de Segurança dos Municípios Polo**

MUNICÍPIOS	DELEGACIA	BOMBEIROS	TOTAL GERAL
Novo Acordo	1	-	1
Mateiros	1	-	1
Ponte Alta do Tocantins	1	-	1
São Felix do Tocantins	1	-	1
<b>Total Polo do Jalapão</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>4</b>

Fonte: Levantamento dos equipamentos para PDITS: ADTUR, 2013.

Informações obtidas nas reuniões realizadas em 2015 entre a Sedetur, Secretarias Municipais de Turismo e atores que atuam com o turismo informam que n, somente Novo Acordo e Ponte Alta contam com Delegacia. Em Mateiros e São Félix há apenas destacamento que corresponde à parte de uma força que está separada de organização principal. A função do destacamento é cumprir determinada missão, no caso segurança, com um efetivo reduzido e sua organização depende da necessidade específica do lugar. Em caso de alta temporada o efetivo em Mateiros e em São Félix é aumentada.

O resultado das pesquisas realizadas em 2013 e em 2015 permite verificar que no período houve uma queda do número de delegacias no Polo.

Não sendo do escopo direto do PDITS, não há como alocar recursos para segurança pública, no entanto é possível indicar ações para a melhoria deste sistema. Uma delas, no âmbito do fortalecimento institucional, seria a criação da Companhia de Polícia Turística e a estruturação de um grupo de prevenção de queimadas. Devem,

ainda, ser previstas ações para o tratamento da causa dos problemas de segurança, principalmente no âmbito social que tragam um reflexo imediato na geração de emprego e renda ou na qualidade dos espaços urbanos.

O que se espera é que esse conjunto de ações tenham reflexos positivos na vida da população, criando um ambiente de qualidade à população e ao turista.

### **2.3 Análise do quadro institucional da área turística**

A análise do quadro institucional vigente para a gestão do turismo no Polo do Jalapão no âmbito do PDITS é condição necessária para o estabelecimento de estratégias e ações de desenvolvimento integrado do turismo sustentável.

Os investimentos em infraestrutura não darão a resposta esperada se, paralelamente, a gestão do turismo não for recriada e fortalecida, envolvendo os atores da administração pública e da iniciativa privada, bem como a sociedade local.

O escopo da análise não se limita, assim, à organização e às condições de atuação do setor público, seja na instância federal, estadual ou municipal. Governo e sociedade têm funções e papéis a assumir para a consolidação da política pública setorial integrada para a área, sendo necessário, para tanto, a adoção de um modelo participativo e inovador de gestão que conte com os recursos organizacionais, administrativos, legais e tecnológicos requeridos e com equipes qualificadas e competentes, sejam elas formadas por gestores e técnicos da administração pública, ou por líderes, formadores de opinião, empresários, entidades não governamentais e especialistas, enquanto atores sociais.

Partindo desses princípios, e considerando o turismo como matéria intersetorial, interdisciplinar e intergovernamental, os temas a seguir são tratados conforme a sua pertinência.

#### **2.3.1.1 Órgãos e Instituições que Atuam na Gestão do Turismo**

O estado do Tocantins desenvolve e adota o modelo de gestão participativa das políticas públicas setoriais. A organização do Estado para fins de planejamento das políticas públicas estaduais estabeleceu a criação dos Polos para efeito de planejamento setorial do turismo o que contribuiu para definir e agregar os diferentes atores do turismo. O polo Jalapão está dentre os Polos definidos para o estado do Tocantins.

Conforme o Plano Nacional do Turismo 2013-2016, o modelo de gestão descentralizada integra as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada por meio da criação de diretrizes gerais para o desenvolvimento das atividades nas diversas escalas territoriais e de gestão do País.

Na ponta, onde a atividade turística se realiza, estão as instâncias de representação municipal. Conforme disposto pelo Ministério do Turismo, os municípios são incentivados a criar os conselhos municipais de turismo e a se organizarem em instâncias de representação local, pública e privada, a fim de possibilitar a criação de ambientes de discussão e reflexão adequados às respectivas escalas territoriais, complementando, assim, o sistema nacional de gestão do turismo.<sup>1</sup>

Na esfera municipal, a gestão do turismo deve pautar-se pela integração entre os diversos setores locais, pela formulação de estratégias para o desenvolvimento do

---

<sup>1</sup> Idem, p. 44

município, bem como planejar e executar as ações locais municipais em parceria com a esfera estadual e federal.

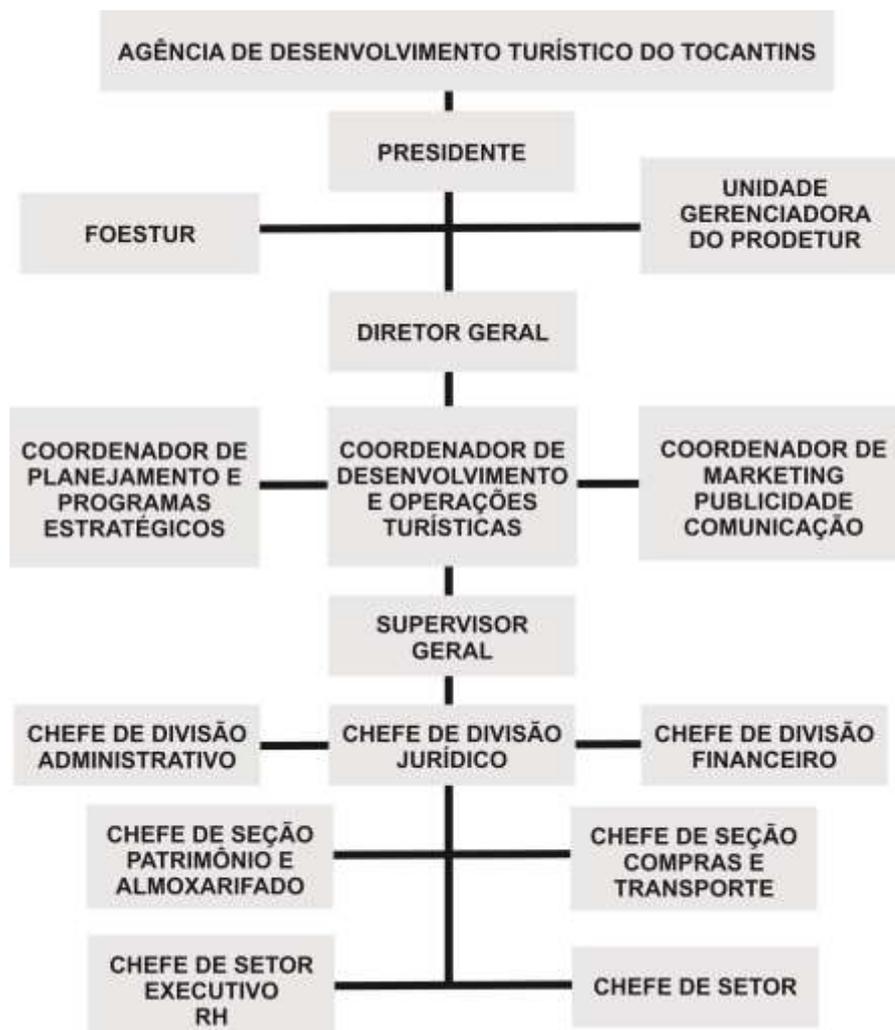
**Figura 70:** : Gestão Descentralizada do Turismo – Estrutura de Coordenação, conforme definido pela Política Nacional do Turismo 2013 – 2016, aplicada para o Estado do Tocantins.



Fonte: MTur, Política Nacional do Turismo, adaptado para Tocantins pela Technum Consultoria, sítio do MTur [http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/gestao\\_descentralizada](http://www.turismo.gov.br/turismo/conselhos/gestao_descentralizada).

A gestão do turismo no Tocantins, na esfera da administração pública estadual, à época de elaboração do Diagnóstico deste PDITS, estava a cargo da Agência de Desenvolvimento Turístico do Tocantins – Adtur que apresentava a ordem de estrutura conforme organograma a seguir.

Figura 71: Organograma do Órgão de Turismo do Estado do Tocantins



Fonte: Adtur, 2014.

Os cargos com seus respectivos servidores eram os apresentados a seguir.

Quadro 8: Número de Cargos e respectivos ocupantes da Adtur

ESTRUTURA		
ORD.	CARGO	SÍMBOLO/NÍVEL
1	Presidente	-
2	Diretor	CDE VI
3	Coordenador (3 ocupantes)	CDE-V
4.	Supervisor	CDE-IV
5.	Chefe de Divisão (3 ocupantes)	CDE-III
6.	Chefe de Seção (2 ocupantes)	CDE-II
7.	Chefe do Setor Executivo (2 ocupantes)	CDE-I
8.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-11
9.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-12
10.	Cargo de Assessoramento Direto (4 ocupantes)	FAS-10

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>ORD.</b>	<b>CARGO</b>	<b>SÍMBOLO/NÍVEL</b>
11.	Cargo de Assessoramento Direto (2 ocupantes)	FAS-8
12.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-7
13.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-4
14.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-1
<b>FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ACESSORAMENTO (Efetivos)</b>		
15.	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-12
16.	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-10
17.	Função de Confiança de Assessoramento (2 ocupantes)	FCA-09
18.	Função de Confiança de Assessoramento (4 ocupantes)	FCA-8
<b>CONTRATOS</b>		
19.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
20.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
21.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
22.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
23.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
<b>REDISTRIBUIDO DA SECAD PARA ADTUR</b>		
24.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-12
25.	Cargo de Assessoramento Direto	FAS-7
<b>EFETIVOS</b>		
26.	Pedagoga	-
27.	Contadora	-
28.	Analista em Turismo	-
29.	Socióloga	-
30.	Analista em Turismo	-
31.	Assistente Administrativo	-
32.	Analista em Turismo	-
33.	Assistente Administrativo	-
34.	Auxiliar de Serviços Gerais	-
35.	Motorista	-
<b>CARGO DA LEI DE COMUNICAÇÃO</b>		
36.	Assessor de comunicação	DAS - 10

Fonte: Adtur, 2014.

Conforme o sítio eletrônico da própria Adtur (<http://turismo.to.gov.br/>), a Agência tinha como missão “tornar a atividade turística um importante instrumento de desenvolvimento econômico para o Estado por meio da elaboração e gestão de políticas públicas que promovam o turismo como atividade sustentável”.

Suas competências, conforme mesma referência, envolviam as seguintes ações:

I - desenvolver, de forma sustentável, o turismo no Estado, através de suas regiões turísticas, proporcionando condições às prefeituras e comunidades locais, de realizarem ações estratégicas do plano estadual de turismo;

II - executar a política estadual de incentivo ao turismo, visando ordenar, regulamentar, normatizar e incentivar investimentos no setor;

III - proporcionar o crescimento e fortalecimento do turismo, visando aumentar a geração de renda, o mercado de trabalho e a melhoria das condições de vida da população;

IV - incentivar a participação da comunidade no processo de desenvolvimento, valorização e conservação do patrimônio natural, cultural e científico da região;

V - fomentar o desenvolvimento do turismo no Estado, promovendo eventos nas regiões turísticas, com divulgação em nível local, regional, nacional e internacional, de acordo com a vocação turística de cada município;

VI - planejar e desenvolver programas e projetos em conjunto com organismos públicos e privados, com objetivo de desenvolver empreendimentos turísticos no Estado;

VII- capacitar e apoiar os municípios para gestão dos serviços de turismo, de acordo com as suas potencialidades e estruturas;

VIII- participar de projetos e programas turísticos coordenados pelo governo federal e promover o intercâmbio com os demais órgãos de turismo municipais, estaduais, nacionais e internacionais;

IX - pesquisar e captar fontes de recursos junto ao governo federal, e demais organismos internacionais, públicos ou privados, para fomentar as atividades turísticas no Estado;

X - gerir os recursos financeiros públicos destinados ao turismo;

XI - promover:

a) a integração das políticas de turismo com as demais políticas estaduais, em especial as relativas ao meio ambiente;

b) os produtos e roteiros da participação em eventos regionais, nacionais e internacionais;

XII - manter banco de dados de atividades turísticas, para divulgar e promover novos empreendimentos;

XIII- garantir padrões internacionais de qualidade na prestação de serviços turísticos, e contribuir para o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no Estado, tornando-os compatíveis com as características do mercado e os investimentos em turismo;

XIV- planejar, coordenar e acompanhar a política e ações de ecoturismo.

A partir de janeiro de 2015 a Adtur foi substituída pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo - SEDETUR. A Medida Provisória nº 22, de 30 de abril de 2015, publicada na mesma data no Diário Oficial nº 4.365, dispõe sobre a nova organização da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo.

O Anexo I da medida provisória trás o quadro da reestruturação do Estado do Tocantins. Conforme estabelecido nas linhas de 27 a 29, a SEDETUR incorporou a Adtur, a Secretaria de Minas e Energia e a Secretaria de Promoção e Atração de Investimentos do Estado.

A referida Medida Provisória, além das funções, incorporou acervos, pessoal e recursos dos órgãos extintos, conforme o § 2º do seu art. 5º:

Art. 5º [...]

[...]

§2º Os acervos, sistemas, pessoal, patrimônio, créditos orçamentários e demais recursos necessários à execução do serviço, observada a legislação orçamentária vigente, são automaticamente incorporados pelos órgãos ou entidades que sucederem ou substituírem os referidos no caput deste artigo, considerando-se extintos os correspondentes cargos de Secretário de Estado, de dirigente de entidade autárquica e fundacional ou de direção, chefia e assessoramento integrantes da estrutura organizacional dos órgãos, entidades ou unidades administrativas extintos, incorporados ou transformados.

Os cargos com seus respectivos servidores ficaram da seguinte forma.

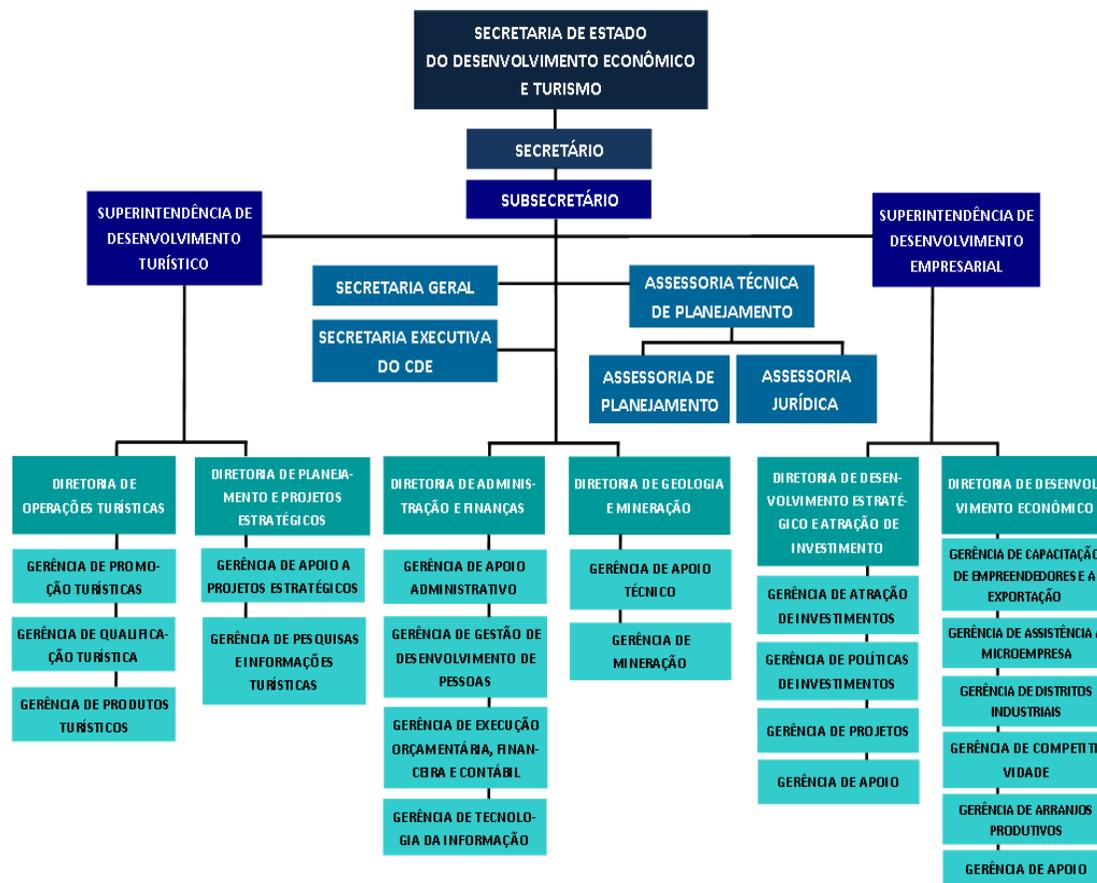
**Quadro 9: Número de Cargos e respectivos ocupantes - SEDETUR**

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>ORD.</b>	<b>CARGO</b>	<b>SÍMBOLO/NÍVEL</b>
1	Gabinete do Secretário	DAS-1 1
2	Gabinete do Subsecretário	DAS-2 1
3	Secretaria - Geral	DAI-1 1
<b>SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
Assessoria Técnica e de Planejamento		DAS-4 1
a)	Assessoria Jurídica	DAI-1 1
b)	Assessoria de Planejamento	DAI-1 1
Diretoria de Administração e Finanças		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Administrativo	DAI-1 1
b)	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	DAI-1 1
c)	Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	DAI-1 1
d)	Gerência de Tecnologia da Informação	DAI-1 1
Diretoria de Geologia e Mineração		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Técnico	DAI-1 1
b)	Gerência de Mineração	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO</b>		
Diretoria de Operações Turísticas		DAS-4 1
a)	Gerência Promoção Turística	DAI-1 1
b)	Gerência de Qualificação Turística	DAI-1 1
c)	Gerência de Produtos Turísticos	DAI-1 1
Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos		DAS-4 1
a)	Gerência Apoio a Projetos Estratégicos	DAI-1 1
b)	Gerência de Pesquisas e Informações Turísticas	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
Diretoria de Desenvolvimento Econômico		DAS-4 1
a)	Gerência de Capacitação de Empreendedores e à Exportação	DAI-1 1
b)	Gerência de Assistência à Microempresa	DAI-1 1
c)	Gerência de Distritos Industriais	DAI-1 1
d)	Gerência de Competitividade	DAI-1 1
e)	Gerência de Arranjos Produtivos	DAI-1 1
f)	Gerência de Apoio.	DAI-1 1
Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Atração de Investimentos		DAS-4 1
a)	Gerência de Atração de Investimentos	DAI-1 1
b)	Gerência de Políticas de Desenvolvimento	DAI-1 1
c)	Gerência de Projetos	DAI-1 1
d)	Gerência de Apoio	DAI-1 1

Fonte: Medida Provisória no 22, de 30 de abril de 2015.

Atualmente o órgão, para todas as áreas de atuação, conta com 108 (cento e oito) servidores. A estrutura da nova gestão é apresentada no organograma a seguir.

**Quadro 10: Organograma da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo**



Fonte: SEDETUR, 2015.

A Medida Provisória Nº 6, de 26 de fevereiro de 2016 altera a Lei 2.986 de 13 de julho de 2015 e incorpora à Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Turismo a Secretaria da Cultura e a Agência Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação, denominando Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura

Os cargos com seus respectivos servidores ficaram da seguinte forma.

**Quadro 11: Número de Cargos e respectivos ocupantes – SEDEN**

<b>ESTRUTURA</b>		
<b>ORD.</b>	<b>CARGO</b>	<b>SÍMBOLO/NÍVEL</b>
1	Gabinete do Secretário	DAS-1 1
2	Gabinete do Subsecretário	DAS-2 1
3	Secretaria - Geral	DAI-1 1
<b>SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
Assessoria Técnica e de Planejamento		DAS-4 1
a)	Assessoria Jurídica	DAI-1 1
b)	Assessoria de Planejamento	DAI-1 1
Diretoria de Administração e Finanças		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Administrativo	DAI-1 1
b)	Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas	DAI-1 1
c)	Gerência de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	DAI-1 1
d)	Gerência de Tecnologia da Informação	DAI-1 1
Diretoria de Geologia e Mineração		DAS-4 1
a)	Gerência de Apoio Técnico	DAI-1 1
b)	Gerência de Mineração	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO</b>		
Diretoria de Operações Turísticas		DAS-4 1
a)	Gerência Promoção Turística	DAI-1 1
b)	Gerência de Qualificação Turística	DAI-1 1
c)	Gerência de Produtos Turísticos	DAI-1 1
Diretoria de Planejamento e Projetos Estratégicos		DAS-4 1
a)	Gerência Apoio a Projetos Estratégicos	DAI-1 1
b)	Gerência de Pesquisas e Informações Turísticas	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
Diretoria de Desenvolvimento Econômico		DAS-4 1
a)	Gerência de Capacitação de Empreendedores e à Exportação	DAI-1 1
b)	Gerência de Assistência à Microempresa	DAI-1 1
c)	Gerência de Distritos Industriais	DAI-1 1
d)	Gerência de Competitividade	DAI-1 1
e)	Gerência de Arranjos Produtivos	DAI-1 1
f)	Gerência de Apoio.	DAI-1 1
Diretoria de Desenvolvimento Estratégico e Atração de Investimentos		DAS-4 1
a)	Gerência de Atração de Investimentos	DAI-1 1

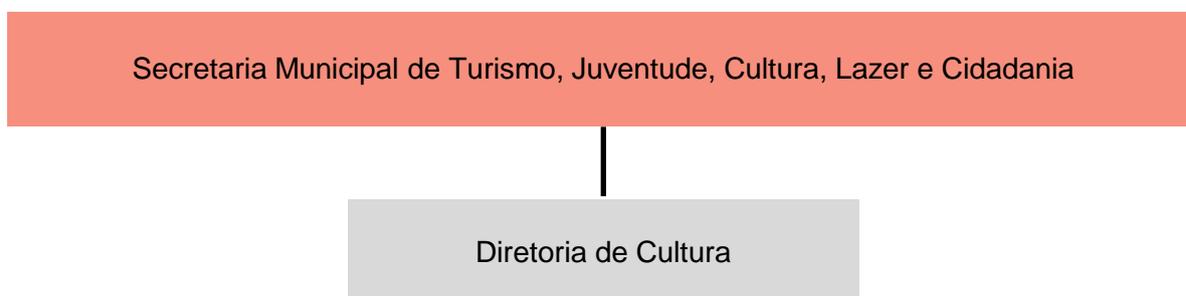
ESTRUTURA		
ORD.	CARGO	SÍMBOLO/NÍVEL
b)	Gerência de Políticas de Desenvolvimento	DAI-1 1
c)	Gerência de Projetos	DAI-1 1
d)	Gerência de Apoio	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>		
Diretoria de Amparo à Pesquisa		DAS-4 1
a)	Gerência de Fomento Científico	DAI-1 1
b)	Gerência Captação e Acompanhamento de Projetos	DAI-1 1
c)	Gerência de Difusão Tecnológica	DAI-1 1
d)	Gerência de Pesquisa e Inovação	DAI-1 1
<b>SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA BÁSICA</b>		
Diretoria de Ação Cultural		DAS-4 1
a)	Gerência de Formação Artística	DAI-1 1
b)	Gerência de Incentivo e Difusão Cultural	DAI-1 1
c)	Gerência de Eventos Culturais	DAI-1 1
Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico		DAS-4 1
a)	Gerência de Unidades Culturais	DAI-1 1
b)	Gerência do Patrimônio Material e Imaterial	DAI-1 1

Fonte: Medida Provisória Nº 6, de 26 de fevereiro de 2016.

Nos municípios do Polo do Jalapão a gestão do turismo, na esfera da administração pública municipal está a cargo das Secretarias de Turismo, que atuam, muitas vezes, junto com outras áreas de interesse conforme pode ser conferido a seguir. Importa acrescentar que os dados apresentados a seguir estão atualizados e tiveram como fonte as reuniões realizadas em 2015 pelas Secretarias Municipais de Turismo, atores envolvidos com o turismo no Polo e Sedetur.

A visita realizada em campo revela a necessidade de dotar os municípios do Polo de mecanismos e instrumentos necessários ao desenvolvimento da atividade turística. Nesse contexto, deve-se propor ações voltadas ao fortalecimento dos órgãos de turismo e de meio-ambiente por meio da realização de capacitações e aquisição de mobiliário, veículos e equipamentos necessários para a realização das atividades afins.

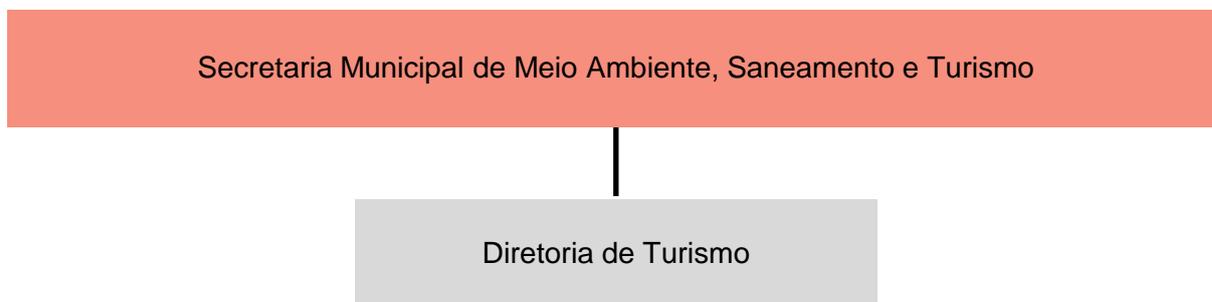
**Figura 72: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Novo Acordo**



ORD.	CARGO
1	Secretária de Turismo, Juventude, Cultura, Lazer e Cidadania
2	Diretoria de Comunicação

Fonte: Informação fornecida pela Secretaria Municipal de Turismo, Juventude, Cultura, Lazer e Cidadania, 2015

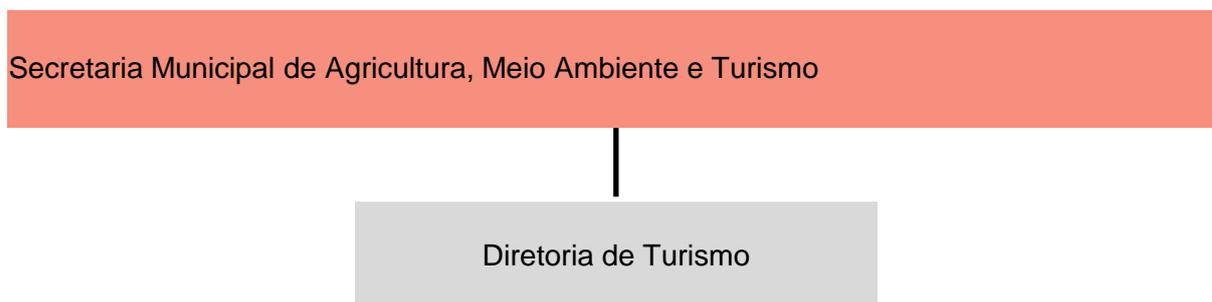
**Figura 73: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Mateiros**



ORD.	CARGO
1	Secretária de Meio Ambiente, Turismo e Saneamento
2	Diretora de Turismo
3	Diretoria de Saneamento
4	Diretoria de Meio Ambiente
5	Assistente de Turismo
6	Assistente de Meio Ambiente
7	Assistente de Saneamento
8	Assessor Especial
9	Assessor Especial
10	Assessor Especial

Fonte: Informação dada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Saneamento, 2015 e Lei Municipal Nº 125/2015, de 23 de março de 2015.

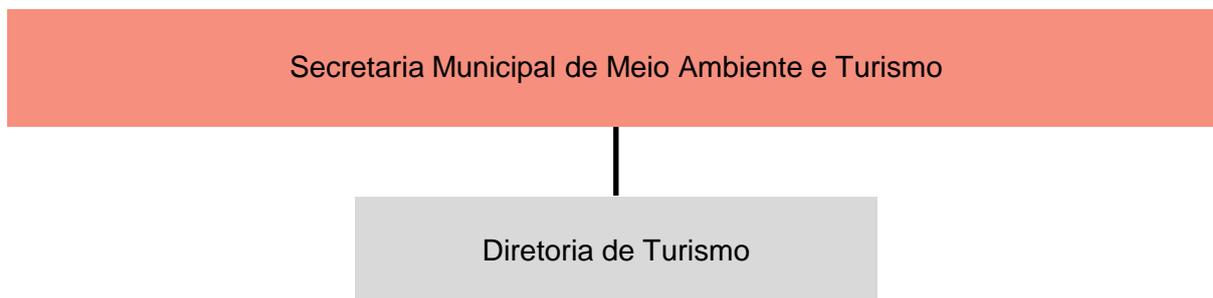
**Figura 74: Organograma do Órgão de Turismo do Município de Ponte Alta do Tocantins**



ORD.	CARGO
1	Secretário de Turismo
2	Diretora

Fonte: Informação dada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo, 2015.

Figura 75: Organograma do Órgão de Turismo do Município de São Felix do Tocantins



ORD.	CARGO
1	Secretária de Turismo e Meio Ambiente
2	Diretora de Turismo

Fonte: Informação dada pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, 2015.

Os municípios do Polo não possuem estrutura organizacional com atribuições específicas para o turismo. Assim, a pasta do turismo está junto a outras secretarias. A maioria dos cargos das Secretarias é regida pela forma estatutária, o que passa a ser um fato positivo uma vez que traz uma estabilidade funcional. No que diz respeito ao treinamento e desenvolvimento desses funcionários, nota-se que as administrações municipais não valorizam essa questão. Portanto, faz-se necessário a capacitação de gestores para os trabalhos a serem desenvolvidos.

Ainda sobre a capacitação, vale acrescentar a discussão a respeito da preparação da população para o turismo. Os municípios informaram que órgãos como o SEBRAE e SENAC disponibilizam para a população, cursos de capacitação como hotelaria, alimentação, formação de condutores e guias de turismo. Esses cursos acontecem, principalmente, próximos ao período de alta temporada, porém observa-se um desinteresse e uma falta de mobilização da população.

Os Conselhos Municipais de Turismo das cidades de Ponte Alta do Tocantins, de São Felix do Tocantins e de Mateiros são atuantes, mas fazem reuniões com pouca frequência. Em Novo Acordo o Conselho está desativado. Com a ausência das reuniões, a comunidade não tem trabalhado nas questões turísticas e os municípios acabam por ficar prejudicados com esta falta de foco no desenvolvimento das atividades voltadas ao turismo. A atuação dos conselhos municipais é importante, pois trazem impactos positivos para o turismo e, em uma escala maior, promovem a sua conexão com as outras áreas turísticas do Polo. As organizações e as reuniões buscam também estruturar destinos e roteiros turísticos integrados.

Verifica-se também a falta de articulação do trade turístico com os órgãos municipais na busca do desenvolvimento integrado do turismo, da formatação de produtos, roteiros e calendário de eventos de forma a otimizar os recursos financeiros e humanos que viabilizem o desenvolvimento pretendido. A participação do trade turístico no desenvolvimento do turismo é de extrema importância para a ampliação dos benefícios da atividade turística. O fortalecimento dessas entidades colabora para a manutenção de um nível adequado na prestação de serviços, na inovação da oferta e na diversificação de opções de serviços aos turistas e tem como resultados o aumento da permanência turística no destino, além de auxiliar na atração de um perfil de turista diferenciado, ampliando assim as receitas da atividade no Polo.

Como destaque da análise do ambiente institucional realizada, ressalta-se que, na esfera municipal, encontram-se municípios enfraquecidos e com capacidade para a gestão do turismo ainda muito limitada e dependente de ações estaduais e federais para a promoção do turismo. Esta realidade pode ser comprovada pela ausência de dados sistematizados, inexistência ou falta da qualificação profissional para a gestão do turismo, fragilidade do ambiente de gestão e em relação ao empreendedorismo e envolvimento da sociedade local ainda incipiente.

### 2.3.1.2 Impactos e limitações das Políticas Públicas

No intuito de identificar os impactos e limitações das políticas públicas e a capacidade de gestão pública sobre o desenvolvimento do turismo dos municípios e do Polo do Jalapão, são investigados:

- capacidade dos municípios para a captação de recursos;
- adequabilidade da estrutura administrativa de turismo; e
- capacitação para a gestão do turismo.

No que diz respeito à **capacidade de captação de recursos**, as possibilidades de **captação de recursos**, além do orçamento público, podem ser feitas com o apoio de entidades não governamentais, como: ABAV – Associação Brasileira de Agências de Viagens; ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; CBC&VB - Confederação Brasileira de *Convention & Visitors Bureaux*, dentre outras. A captação exige a elaboração de projetos e pleito aos atores envolvidos em financiamentos, ou mesmo a fundo perdido, específicos para o setor turísticos. No entanto, a visita realizada em campo constatou que essas organizações não estão estruturadas ou não são representativas no âmbito municipal.

Outras estruturas que poderiam facilitar o acesso aos recursos seriam as organizações governamentais, como fundações e institutos públicos voltadas à promoção do desenvolvimento turístico. No entanto, a operação dessas estruturas é ainda dificultada pela falta de outros mecanismo e instrumentos necessários, tais como o Fundo Municipal de Turismo.

Os recursos mais utilizados continuam sendo os de procedência federal, tendo como fonte principal o MTur. A tabela a seguir retrata o desempenho do Polo na conquista de recursos para alavancar suas atividades de desenvolvimento e fortalecimento do turismo.

**Tabela 31: Demonstrativo dos recursos arrecadados no Ministério de Turismo nos anos de 2011, 2012 e 2013**

MUNICÍPIO	ANO 2011 VALOR (R\$)	ANO 2012 VALOR (R\$)	ANO 2013 VALOR (R\$)	TOTAL ANOS 2011,2012 E 2013
Mateiros	119.710,50	-	-	119.710,50
Novo Acordo	-	195.000,00	-	195.000,00
Ponte Alta do TO	276.061,50	-	-	276.061,50
São Félix do TO	-	-	-	-

Fonte: Portal da Transparência (BRASIL, 2013).

Pelas informações da tabela anterior, pode-se inferir que o município de São Félix do Tocantins não obteve recursos nos anos de 2011, 2012 e 2013 para a promoção de melhorias turísticas. Os outros municípios tiveram recursos do MTur para projetos de infraestrutura turística, nos quais Mateiros e Ponte Alta do Tocantins receberam recursos no ano de 2011, enquanto que Novo Acordo recebeu recursos em 2012.

Dentre outros fatores, destaca-se os seguintes motivos que contribuem para a dificuldade de captação de recursos:

- falta de planejamento e desconhecimento da realidade do turismo local;
- ausência de informações organizadas;
- pessoal sem a qualificação necessária à elaboração de projetos e capacidade de administração para acompanhamento, fiscalização e prestação de contas;
- quantidade de pessoal insuficiente para atuar em ações relativas à política do turismo;
- falta de agilidade da administração pública; e
- desconhecimento de outras fontes de recursos para subsidiar as atividades do turismo.

Esses fatores são reversíveis desde que haja uma estratégia para captar recursos oriundos de outras fontes, que vai desde a capacitação dos agentes públicos até a organização de informações para esse fim, passando pelo conhecimento da política instalada e das necessidades locais.

Sobre a **capacidade da estrutura administrativa do turismo**, pode-se observar, conforme já exposto neste documento, que todos os municípios do Polo possuem secretarias de turismo. Considera-se que a existência de uma secretaria voltada para o turismo é o primeiro passo para a gestão da atividade. Cabe a ela ser o órgão técnico, o articulador político e o mobilizador da cadeia produtiva, coordenando ações e projetos para o município em uma instância maior para o Polo.

Observa-se, no entanto, pelo exposto no item 2.3.1 que as Secretarias contam com pessoal extremamente reduzido, o que dificulta a ação efetiva dos gestores. São poucos profissionais para as diversas funções exigidas, além disso, muitos desses funcionários não possuem formação superior em turismo. A deficiência decorre, muitas vezes, da limitação dos recursos financeiros ou da pouca prioridade dada ao setor do turismo.

É evidente, como já exposto neste documento, que o Polo tem baixa **capacidade para a gestão do turismo** – quer seja no âmbito público, como no privado. Dentre outras carências, destaca-se a ausência de instituições de ensino direcionadas ao turismo. Além disso, os cursos promovidos por algumas instituições, como por exemplo o SEBRAE, são realizados de forma esporádica.

Um dos principais entraves relacionados à gestão do setor refere-se a falta de informações sistematizadas que permitam subsidiar o planejamento e realizar o monitoramento da atividade.

Além das pesquisas relacionadas ao turismo seria importante incentivar a pesquisa científica no Polo, notadamente aquelas que envolvam as instituições de ensino superior. Nesse sentido, programas relacionados à investigação de diversos aspectos no Polo por meio de pesquisas científicas poderiam tornar-se ferramentas de suporte ao conhecimento e desenvolvimento dos aspectos relacionados às questões socioeconômicas, turísticas e ambientais. Ações voltadas para natureza poderiam despertar para a inovação do setor produtivo.

Os levantamentos realizados em campo permitiram constatar a forte necessidade de ações em gestão para o turismo, dentre elas:

- promoção de cursos de capacitação que envolva os municípios integrantes do Polo;
- habilitação de profissionais para a prestação de contas e elaboração de projetos e para o atendimento ao turista;
- sensibilização para o cadastramento dos empreendimentos turísticos do Polo, e para o correto preenchimento das Fichas Nacionais de Registro de Hospedes - FNRH e

para a emissão periódica de Boletins de ocupação Hoteleira nos meios de hospedagem ;

- incentivo à adoção de boas práticas operacionais por meio de mecanismo de certificação e de selos de qualidade, dentre outros.

O resultado dessas ações pode inferir diretamente na melhoria do sistema de gestão do turismo, tornando-o objetivo e eficaz na sua prática.

Nas esferas federal e estadual há uma visão mais integrada e consolidada do turismo uma vez que as políticas de turismo vêm ocupando espaço no âmbito do planejamento e gestão. A organização pauta pela criação de um sistema formado por planos, programas, leis e instituições que concebem políticas para o turismo nas diversas escalas territoriais e de gestão do País que serão elencados a seguir.

- O **Plano Nacional de Turismo** passou a ser um macroprograma que reúne um conjunto de programas com ações específicas para o desenvolvimento do turismo brasileiro.
- O documento **65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional**, marco da política nacional do turismo, que traz subsídios para o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável para os próximos anos.
- Em 2010 o Conselho Nacional do Turismo lançou o documento intitulado **Turismo no Brasil 2011-2014**, trazendo o diagnóstico do turismo no País e metas para os próximos anos, com foco nos dois grandes eventos que serão sediados no Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Importa acrescentar que o modelo de gestão do turismo em nível federal, principalmente, deveria servir de exemplo para o desenvolvimento do turismo no âmbito municipal trazendo um desenvolvimento de turismo integrado e tendo em vista a sustentabilidade da atividade.

### **2.3.1.3 Organização e Coordenação do Processo de Planejamento Turístico**

O planejamento turístico representa um importante instrumento de análise sistemática da atividade turística, avaliando como ocorre e como deveria ocorrer a atividade turística e definindo a forma de atuação mais eficaz para se chegar ao futuro desejado.

O Ministério do Turismo oferece, aos estados e municípios, diretrizes e instrumentos norteadores da atividade turística. Merece destaque a Lei Geral do Turismo e o Plano Nacional do Turismo. Esses instrumentos vêm mobilizando estruturas regionais públicas da área para um processo de debates participativos que buscam o desenvolvimento do turismo pela organização de roteiros e de produtos domésticos estabelecidos no Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

A Lei Geral do Turismo – LGT dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, definindo as atribuições do Governo Federal no planejamento, no desenvolvimento e no estímulo ao setor turístico e disciplinando a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Em 2003 foi lançado o Plano Nacional de Turismo – PNT pelo MTur. O Plano se baseia nos seguintes pressupostos: (i) parceria e gestão descentralizada; (ii) distribuição de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística; (iii) diversificação dos mercados, produtos e destinos turísticos; (iv) inovação dos arranjos produtivos; (v) visão estratégica por meio de planejamento integrado; (vi) incremento do turismo interno; e (vii) desenvolvimento do turismo sustentável.

As ações pertencentes ao PNT consistem em importantes instrumentos indutores do desenvolvimento turístico e de inclusão social. Para os alcances dos resultados até 2016 foram fixados os seguintes objetivos:

- preparar o turismo brasileiro para os megaeventos: consiste na preparação da cadeia produtiva do turismo para receber os turistas internacionais e nacionais durante o período dos eventos como: a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, na cidade do Rio de Janeiro em 2016, dentre outros;
- incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros: refere-se ao esforço em aumentar a chegada de turistas estrangeiros no Brasil, bem como aumentar seus gastos. Ao mesmo tempo incentivar o turista brasileiro que vai ao exterior a viajar mais pelo Brasil. Além disso, esse objetivo busca também incorporar a perspectiva da internacionalização de empresas turísticas nacionais, tornando possível a absorção de parte dos gastos dos brasileiros no exterior;
- incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil: busca-se por meio de ações o fomento do mercado interno oferecendo um número maior de produtos de qualidade; o aumento das viagens domésticas; a promoção das regiões brasileiras, por meio da diversidade cultural e natural, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais; e o fortalecimento do segmento de negócios e eventos ligados direta e indiretamente à cadeia produtiva do turismo.
- melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro: para isso foram definidos 65 destinos turísticos no Brasil, sobre os quais vem sendo aplicada, desde 2007, a metodologia que permite avaliar o índice de competitividade de cada um deles.

As metas a serem cumpridas até 2016 consistem em aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país; aumentar para US\$10,8 bilhões a receita com o turismo internacional; aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas; elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional e aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo.

O Mtur possui outros programas e macroprogramas, estruturados pelo PNT, que expressam suas linhas de atuação e que podem ser verificados no quadro a seguir.

**Quadro 12: Macro programas e programas do Ministério do Turismo**

MACROPROGRAMAS	PROGRAMAS
Planejamento e Gestão	Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo
	Avaliação e Monitoramento do Plano Nacional de Turismo
	Relações Internacionais
Informação e Estudos Turísticos	Informações e Estudos Turísticos
	Sistemas de Informação do Turismo
	Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro
Logística de Transportes	Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional
	Programa de Integração da América do Sul
	Programa de Integração Modal nas Regiões Turísticas
Regionalização do Turismo	Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
	Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização

MACROPROGRAMAS	PROGRAMAS
Regionalização do Turismo	Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos
	Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo
	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo - PRODETUR
Fomento à Iniciativa Privada	Fomento à Iniciativa Privada
	Programa de Atração de Investimentos
	Programa de Financiamento para o Turismo
	Linhas de Crédito para o Turismo
Infraestrutura Pública	Articulação Interministerial para Infraestrutura de Apoio ao Turismo
	Programa de Apoio à Infraestrutura Turística
Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos	Programa de Normatização do Turismo
	Programa de Certificação do Turismo
	Programa de Qualificação Profissional
Promoção e Apoio à Comercialização	Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro
	Programa de Apoio à Comercialização Nacional
	Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro
	Programa de Apoio à Comercialização Internacional
	Programa Turismo Sustentável & Infância

Fonte: Ministério do Turismo - 2014

Desses macroprogramas e programas merece destaque, no âmbito da elaboração do PDITS para o Polo, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, bem como o Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur.

- **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**

O Programa de Regionalização do Turismo, estruturado pelo PNT 2013-2016, tem como objetivo geral apoiar a gestão, estruturação e promoção do turismo no País de forma regionalizada e descentralizada. Para alcançar os resultados desejados no processo de regionalização do turismo o programa tem como premissas: a abordagem territorial, integração e participação social, a inclusão, a descentralização, sustentabilidade, inovação e a competitividade.

A qualificação do programa é realizada a partir das proposições advindas de discussões realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Turismo, das equipes técnicas do Ministério do Turismo, das avaliações oriundas das instâncias de governança, da Rede Nacional de Regionalização e, por último, da consulta pública. Sua implementação orienta-se pela cooperação e parcerias dos agentes públicos e privados nas esferas federal, estadual e municipal.

São os eixos de atuação do Programa de Regionalização do Turismo que proporcionam o desenvolvimento e produção das atividades, bens e serviços turísticos nas regiões e municípios. Possibilitam também a integração e convergência das ações e esforços do Ministério do Turismo – Secretarias, Diretorias, Coordenações – às demandas dos Estados, regiões e municípios turísticos. Nesse sentido, os oito eixos do plano orientam as ações a serem alcançadas. São eles: gestão descentralizada do turismo; planejamento e posicionamento de mercado; qualificação profissional, dos serviços e da produção

associada; empreendedorismo, captação e promoção de investimento; infraestrutura turística; informação ao turista; promoção e apoio à comercialização e monitoramento.

O modelo de financiamento das ações dos Programas conta com três fontes distintas de recursos: o financiamento internacional obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, recursos de contrapartida federal, Ministério do Turismo e a contrapartida estadual.

Para o estado do Tocantins o PRT objetivou o ordenamento da atividade turística, focalizando no desenvolvimento das regiões turísticas. Foram eleitas quatro regiões prioritárias, são elas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e Lago e Serras Gerais.

- **PRODETUR Nacional - Programa de Desenvolvimento do Turismo**

O Programa Regional de Desenvolvimento do Turismo busca organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística por meio de ações voltadas para o planejamento de regiões turísticas e tendo em vista a obtenção de crédito de financiamento externo. Nesse contexto surge o Prodetur Nacional com o objetivo de fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando investimentos regionais, estaduais e municipais ao modelo de desenvolvimento turístico nacional a fim de promover a geração de emprego e renda, em especial para a população local.

**No contexto do Estado**, o planejamento do turismo está apoiado na estratégia de desenvolvimento sustentável elencada pelo Governo do Tocantins. A visão do fortalecimento da economia aliada à inclusão social e a valorização do meio ambiente tem no setor turístico um de seus mais fortes pilares de sustentação.

Assim, além de outras ações voltadas ao incremento dessa atividade, tem-se a busca do planejamento integrado e da captação de recursos. Um dos maiores programas utilizados refere-se ao Prodetur Nacional Tocantins, que vem ao encontro da política estadual uma vez que busca promover a inclusão social com o aumento da geração de renda das comunidades locais e a conservação ambiental por meio da atividade turística planejada.

Para a captação de recursos junto ao financiador externo, foram selecionadas três áreas turísticas do Estado – Polo do Jalapão, Polo do Cantão e Polo Palmas – a serem incluídas no Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado do Tocantins, para o qual estão sendo elaborados este PDITS.

Outros planos e programas de turismo atualmente em desenvolvimento ou que já foram realizados e constituem bases para o desenvolvimento do turismo no Estado são:

- Projeto de Fortalecimento Institucional: executado com apoio financeiro e técnico do MTur e contrapartida do Estado para a aquisição de equipamentos de informática, transporte terrestre e aquático e ações de qualificação profissional.
- Projeto Executivo de Sinalizações Turísticas: executado com recursos do Governo do estado e que será implantado com recursos do PDITS.
- Estudo de Competitividade de Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional: realizado pelo MTur e Fundação Getúlio Vargas – FGV. Em Tocantins essa pesquisa é realizada para Palmas e Mateiros, considerados destinos indutores do turismo.
- Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR: financiado pelo Governo Brasileiro e pelo BID o programa objetivou fomentar o desenvolvimento do turismo sustentável na Amazônia Brasileira, com ênfase no Ecoturismo, maximizando os benefícios econômicos, sociais e ambientais advindos

da atividade turística por meio de ações que busquem a conservação de recursos, bem como a geração de emprego e renda. No Estado do Tocantins os Polos do Cantão e do Jalapão foram beneficiados com ações do PROECOTUR. A Gestão do Programa foi atribuída a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), órgão responsável na época pelas questões preponderantes ao Ecoturismo no Estado.

Concretizando a intenção de busca de recursos para o turismo, tem-se a Carta Consulta apresentada à Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX, conforme também apresentada nos itens 1.2 deste documento.

Ainda no que diz respeito à organização e coordenação do planejamento do turismo o, existem estudos para o Polo, produzidos por entidades de ensino superior, na área de turismo, de meio ambiente, de geografia, dentre outros. Têm-se, a título de exemplo, produções da Universidade Federal de Goiás, do Instituto Chico Mendes e Universidade Federal do Tocantins.

Em nível municipal, o planejamento e a coordenação de ações tem sido feitos, ainda de que de maneira incipiente, com apoio federal e de entidades de âmbito nacional. Os municípios do Polo tem usufruído de programas oferecidos pelo Ministério do Turismo, como o Cadastur e o Programa de Normatização do Turismo contam também com o apoio do SENAC que oferece cursos de hotelaria e de formação de condutores ambientais. Importa acrescentar que os cursos do SENAC ocorrem de forma esporádica no Polo. Em Mateiros e em São Félix, também foi informado a presença do SEBRAE na qualificação do artesanato confeccionado com capim dourado.

Dentro desta perspectiva, entende-se assim que há uma certa organização e coordenação pelo setor público, ainda que tímida. A maior carência, no entanto, encontra-se na falta de participação do setor privado nessa gestão. Como exposto ao longo deste documento, há necessidade de maior articulação e integração da esfera pública com a iniciativa privada. Somente decisões políticas negociadas com os cidadãos e com a iniciativa privada são capazes de trazer para o Polo perspectivas para um planejamento estratégico. É necessário sobretudo a definição do modelo integrado de gestão, além da priorização de ações e investimentos, planos operacionais e processos de avaliação para melhoria constante do desempenho do Polo e de seus municípios.

#### 2.3.1.4 Legislação

Os instrumentos legais de âmbito federal e estadual que sustentam a Gestão do Turismo encontram-se relacionados no quadro a seguir. Importa ressaltar que tais instrumentos são relevantes na medida em que subsidiam o ordenamento, a promoção e o uso equilibrado dos espaços turísticos de forma a garantir o turismo sustentável.

**Quadro 13: Instrumentos Legais e de Gestão dos Municípios do Polo**

#### LEGISLAÇÃO TURÍSTICA

- Lei n.º 2.820, de 30 de dezembro de 2013: Dispõe sobre a Política de Turismo Sustentável do Estado do Tocantins;
- Lei n.º 11.771, de 17 de setembro de 2008: dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, institui o Sistema Nacional de Turismo – SNT;
- Lei 8.623/93: valida o exercício da profissão de Guia de Turismo;
- Deliberação Normativa 416/00 – Embratur: regulamenta o Cadastro das empresas turísticas;
- Deliberação Normativa 161/85 – Embratur: Dispõe sobre o regulamento comercial entre as Agências de Turismo e seus usuários para operação de viagens e excursões turísticas;
- Deliberação Normativa 246/88: disciplina o registro e classificação de empresas de transporte turístico;

## LEGISLAÇÃO TURÍSTICA

- Decreto 84.934: Agências de Turismo;
- Decreto 84.910/80: Regulamentação dos Meios de Hospedagem;
- Decreto 87.348/82: Regulamentação do Transporte Turístico;
- Decreto 136/84: Serviços de Agências de Turismo;
- Decreto 89.707/84: Organização de congressos, convenções, seminários ou eventos congêneres;
- Decreto 5.406/05: Regulamentação do cadastro obrigatório para fins de fiscalização das sociedades empresariais, das sociedades simples e dos empresários individuais que prestam serviços turísticos remunerados;
- Lei nº 133 de 18 de novembro de 2013: refere-se à Lei Municipal de Cultura de Novo Acordo;
- Lei de nº 51/99 de 22 de novembro de 1999: dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo de Novo Acordo;

## LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

- Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal Brasileiro;
- Constituição da República Federativa do Brasil 1988 - Capítulo VI – Do Meio Ambiente;
- Lei nº 11.284/2006 – Gestão de Florestas;
- Lei nº 5.197/67 – Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências;
- Lei nº 6.938/81 – Dispões sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências;
- Lei nº 9.433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e dá outras providências;
- Lei nº 9.605/98 – Lei da Natureza e de Crimes contra o Meio Ambiente – dispões sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;
- Lei nº 9.985/00 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação;
- Lei nº 9.795/99 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Decreto Federal s/n, de 27 de setembro de 2001 – Cria a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins;
- Decreto Federal s/n, de 16 de julho de 2002 – Cria o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba;
- Decreto Federal nº 4.297/2002 - Define que o Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Estadual nº 29, de 21 de abril de 1989 – Cria o Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- Lei Estadual nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001 – Cria o Parque Estadual do Jalapão;
- Lei Estadual nº 2.656, de 6 de dezembro de 2012 - Tocantins instrumentalizou o processo de gestão territorial, legalizando a incorporação das diretrizes contidas no Plano de ZEE nas etapas de elaboração de projetos e licenciamento ambiental, executado pelo Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins;
- Lei nº 1172, de junho de 2000 - Cria a APA Jalapão.
- Lei Nº 200/2011, de 18 de outubro de 2011: dispõe sobre a criação da Lei da Política Municipal de Meio Ambiente do Município de São Félix do Tocantins

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Em âmbito local são poucos os instrumentos efetivos que dão suporte à concretização de objetivos e ações referentes ao turismo. Dentre eles, merecem destaque o Termo de Cooperação Técnica, acordo que abrange todo o Estado, firmado entre o órgão ambiental e o órgão turístico do Estado que objetiva a operacionalização do Uso Público nas Unidades de Conservação de Proteção Integral do Tocantins, de 6 de dezembro de 2013, publicado

em 17 janeiro de 2014 no Diário Oficial do Estado. E o Plano Diretor Municipal, que objetiva ordenar o território e estabelecer as bases para garantir o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida de seus habitantes.

O Plano Diretor Municipal regula o uso do espaço urbano e rural de forma a melhorar a qualidade de vida da população em geral. Para o desenvolvimento do turismo, esse Plano destaca:

- o planejamento das ações da administração pública;
- como desenvolver o turismo como solução para enfrentar os problemas advindos da falta de crescimento econômico;
- a análise das interfaces do turismo com as dimensões do desenvolvimento político, social, econômico, espacial, administrativo e financeiro;
- a busca do desenvolvimento da atividade como indutor das condições do bem-estar da população local; e
- a distribuição da atividade no município por meio dos parâmetros de uso, propiciando a ocupação equilibrada do território municipal.

Os municípios do Polo Mateiros, Ponte Alta do Tocantins e Novo Acordo possuem Plano Diretor. Em São Félix do Tocantins o Plano Diretor está em desenvolvimento. O ano de elaboração do Plano Diretor de Mateiros e de Ponte Alta do Tocantins foi 2003, implicando, portanto, na necessidade de revisão para garantir o exercício da autonomia dos municípios no que se refere ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento urbano.

**Quadro 14: Listagem dos Municípios do Polo que possuem o Plano Diretor Municipal**

	NOVO ACORDO	MATEIROS	PONTE ALTA DO TOCANTINS	SÃO FELIX DO TOCANTINS
<b>Plano Diretor Municipal</b>	sim	sim	sim	em desenvolvimento

Fonte: Informação coletada nos municípios – Technum Consultoria, 2013.

Nas visitas realizadas em campo (2013), observou-se o relato dos atores locais em relação à ineficiência das legislações e instrumentos que tratam da gestão do turismo. Foi observada ainda a necessidade de um trabalho de melhoria e de reestruturação dos órgãos para uma adequada capacidade de gestão e de fiscalização.

Não foram identificadas outras bases legais voltadas ao estabelecimento de diretrizes para a intervenção no espaço urbano que inserisse o turismo como atividade de apoio para a promoção da qualidade de vida nas cidades do Polo. O tema é de pouca abrangência nas demais leis, tais como: Lei Orgânica, Lei do Parcelamento do Solo, Lei Zoneamento, Legislação voltada para Área Interesse Especial/ Social, Código de Obras ou Código de Posturas.

Diante o exposto, afere-se que a legislação ambiental, turística e urbanística ainda é incipiente nos municípios do Polo. Assim, há a necessidade de se criar instrumentos legais para incentivar, regular e fiscalizar o turismo e o meio ambiente de forma sustentável, tanto para os municípios, quanto para o Polo. Além disso, os municípios devem adotar mecanismos específicos para a realidade de cada um.

O desenvolvimento do PDITS aparece nesse contexto como uma oportunidade de abertura às ações que fomentem o gerenciamento sustentável da atividade turística no Polo por meio da criação dos instrumentos legais necessários ao seu planejamento, controle e monitoramento.

### **2.3.1.5 Quadro dos Incentivos para o Investimento no Turismo**

Os recursos para as linhas de crédito são, de acordo com o sítio do governo do Tocantins, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), Fundo de Investimento da Amazônia (Finam), do Governo do Tocantins e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O FNO foi criado pelo Governo Federal em 1989 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região Norte. Os beneficiários são ligados aos setores Rural, Industrial, Infraestrutura, Agroindustrial, Turismo, Comércio e Serviços. Os recursos visam à implantação, à ampliação, à modernização e à relocação de empreendimentos produtivos.

Já o Finam corresponde ao fundo disponibilizado pela antiga Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, mas hoje é administrado pelo Departamento Financeiro de Recuperação de Projetos – DFRP, ligado à Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional. Atualmente, o Finam não inclui projetos que não sejam relacionados com os processos anteriores (<http://www.sudam.gov.br/acessoainformacao/543>, acesso em: 22 de janeiro de 2014).

As linhas de crédito do FNO e do FINAM são operadas pelo Banco da Amazônia e contam com condições especiais de prazo, abrangência, carência e juros, conforme informado no sítio do governo.

O BNDES oferece financiamento para a área de turismo a partir do apoio ao Complexo Turístico Nacional, que abrange empreendimentos de infraestrutura e serviço turístico ([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Areas\\_de\\_Atualizacao/Comercio\\_Servicos\\_e\\_Turismo/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atualizacao/Comercio_Servicos_e_Turismo/), acesso em: 22 de janeiro de 2014).

Segundo o sítio do governo do estado, as linhas de crédito disponíveis no Tocantins têm estimulado, em geral, os empreendedores nas atividades industriais, comerciais e agropecuárias. Nesse sentido, são oferecidos pelo governo estadual, programas de incentivo fiscais, como a redução ou isenção do ICMS e a criação de mecanismos próprios que subsidiem a arrecadação desse imposto como: a Agência de Fomento do Tocantins – Fomen-TO; o Prosperar (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico do Estado do Tocantins); e o Proindústria (Programa de Industrialização Direcionada).

O Prosperar foi criado no ano de 2002 e tem como objetivo a implantação ou expansão de indústrias, de comércio atacadista e de empresas da área do turismo. Os benefícios são os financiamentos com redução do ICMS em 25%; a isenção do ICMS para empresas credenciadas pelo órgão estadual de turismo; e a redução em 50% do valor do ICMS incidente sobre o consumo de energia elétrica e sobre os serviços de comunicação. Os benefícios são em favor de empresa credenciada pelo órgão estadual de turismo. O Proindústria, por sua vez, tem como objetivo promover a implantação e a expansão de indústrias, por meio da isenção e redução de ICMS.

Por iniciativa do governo estadual, foi criada uma linha de crédito especial para empreendimentos turísticos que visa fortalecer o setor do turismo. Os financiamentos oferecidos variam de cinco a quinhentos mil reais, podendo ser pagos em até 48 vezes. As taxas de juros variam conforme o tipo de capital pedido, abrangendo desde grandes empresários, até micro e pequenos empreendedores. Essa linha de crédito é administrada pelo órgão estadual da gestão do turismo, em conjunto com a Fomen-TO (Disponível em <http://conexaoto.com.br/2014/01/20/governo-lanca-linha-de-credito-que-beneficiara-toda-a-cadeia-turistica-do-tocantins>, acesso em: 22 de janeiro de 2014).

**Quadro 15: Incentivos Disponíveis para o Turismo no estado do Tocantins**

LINHA DE CRÉDITO	
•	FNO;
•	Finam;
•	BNDES;
•	Prosperar;
•	Proindústria;
•	Adtur / Fomen-TO.

Fonte: Adtur, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

## **2.4 Análise dos aspectos socioambientais na área turística**

### **2.4.1 Qualidade dos Recursos e os Seus Usos Potenciais**

A análise ambiental do PDITS tem como objetivo avaliar os recursos naturais diretamente relacionados com o desenvolvimento da atividade turística do Polo, abordando principalmente os aspectos relacionados à qualidade dos recursos e seus usos potenciais no que diz respeito à atividade turística.

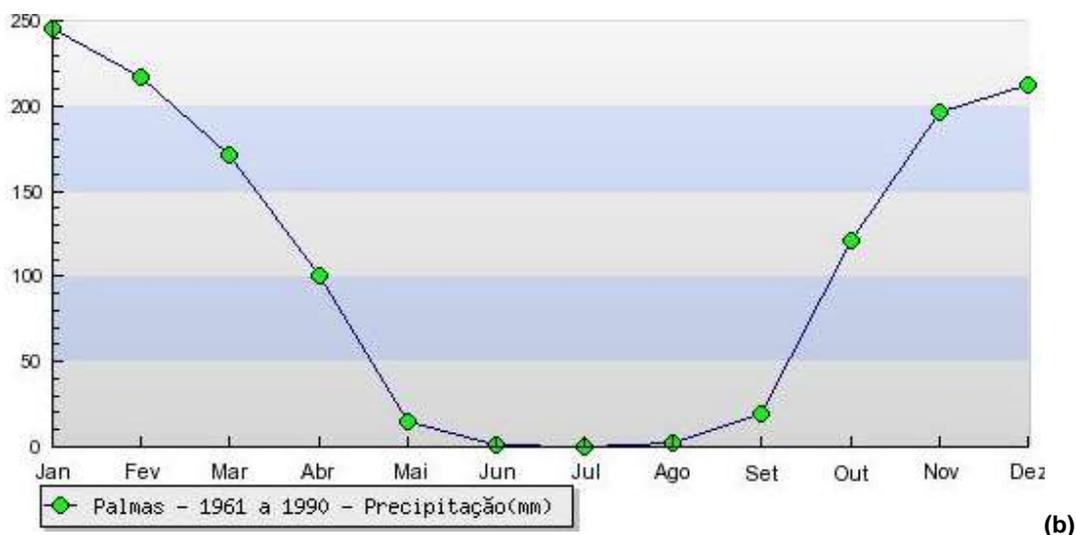
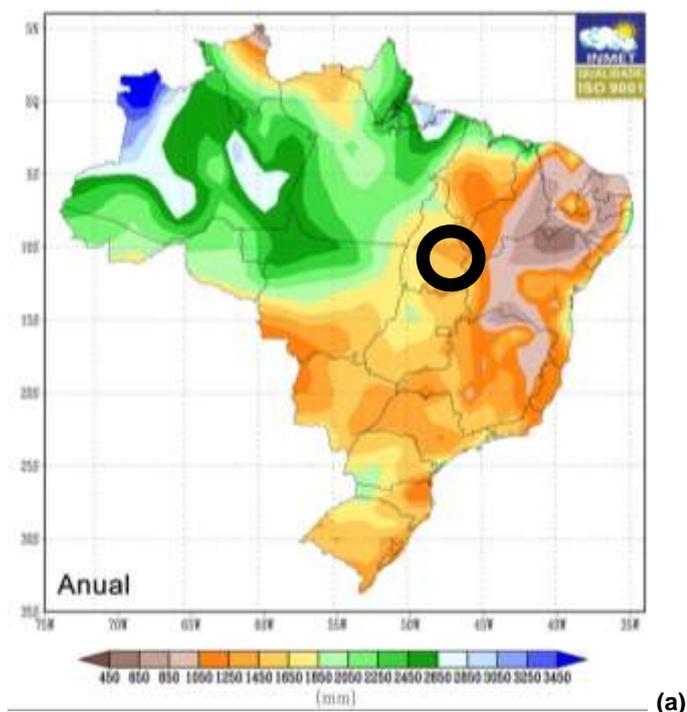
#### **2.4.1.1 Clima**

O clima predominante no estado é o tropical seco caracterizado por uma estação chuvosa (de outubro a abril) e outra seca (de maio a setembro).

Na região do Polo o clima é sub-úmido. Os meses chuvosos e os secos se equilibram e as temperaturas médias anuais diminuem lentamente, à medida que se eleva a altitude.

De acordo com as normais climatológicas do INMET (2014) medidas a partir da estação meteorológica localizada na capital, a precipitação média anual varia entre 1250 e 1450 mm (figura 76). A variação acontece principalmente entre o verão, quando ocorrem os maiores índices, e o inverno, quando a precipitação chega a 0 mm.

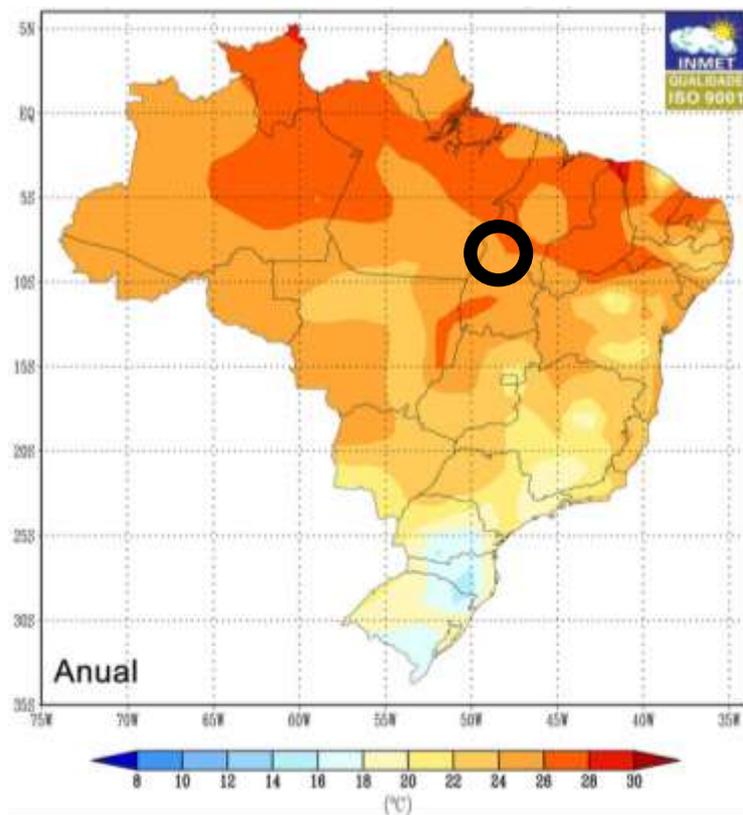
Figura 76: Precipitação média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da precipitação média e (b) Gráfico da precipitação média na estação meteorológica localizada em Palmas.



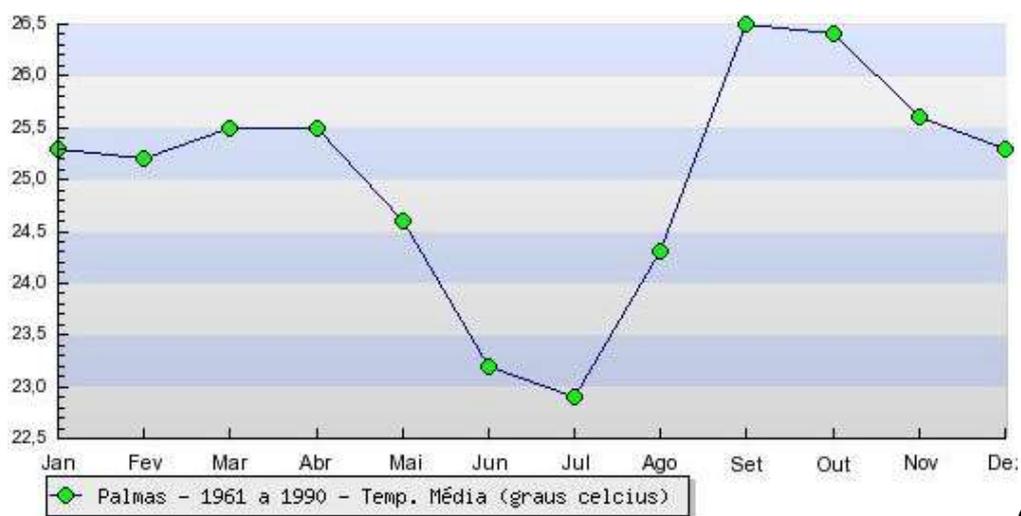
Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

De acordo com os dados da estação meteorológica localizada em Palmas, a temperatura média encontra-se em torno de 22 e 24°C (figura 77). Os meses mais quentes acontecem principalmente na primavera/verão, entre setembro e abril. Os meses com temperaturas mais amenas concentram-se no outono/inverno, entre maio e agosto (especialmente em julho).

Figura 77: Temperatura média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990). (a) Mapa de distribuição espacial da temperatura média e (b) Gráfico da temperatura média na estação meteorológica localizada em Palmas.



(a)

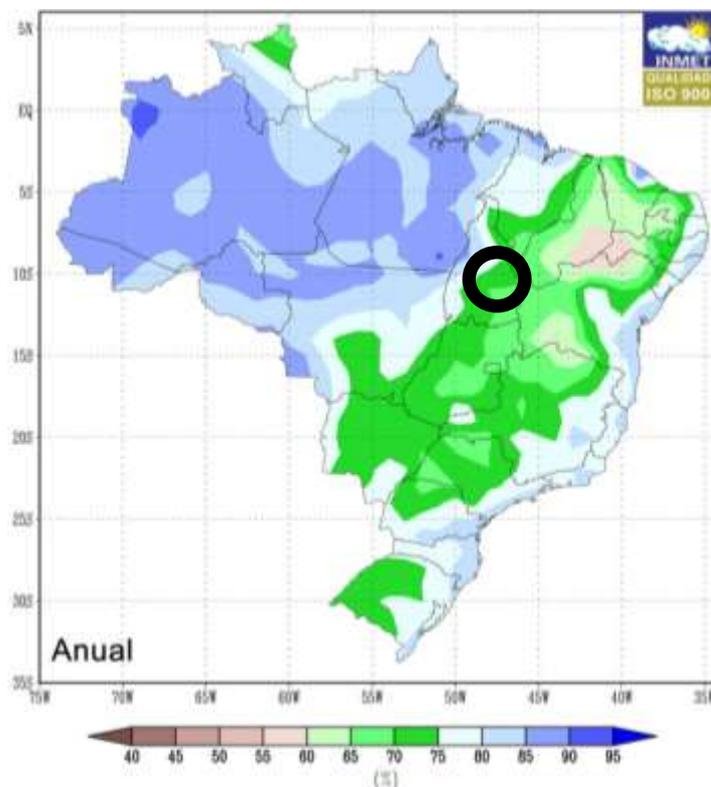


(b)

Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

No que diz respeito à umidade relativa do ar (INMET, 2014), a média varia entre 65 e 75% (figura 78).

**Figura 78: Umidade relativa do ar média da região de estudo. Média de um período de 30 anos (1961-1990).**



Fonte: INMET, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir mostra uma avaliação dos pontos fortes dos controles climáticos no que diz respeito às atividades turísticas. Convém ressaltar que as condições climáticas favorecem as atividades turísticas na região.

**Quadro 16: Pontos fortes/Usos potenciais dos controles climáticos relacionados às atividades turísticas**

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Precipitação	Baixa taxa de precipitação durante a alta temporada de turismo do meio do ano (inverno)
Temperatura	Altas temperaturas ao longo de todo o ano
Umidade	Umidade relativa do ar média ao longo do ano apresenta-se na média.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### 2.4.1.2 Recursos Hídricos

A região do Polo encontra-se inteiramente inserida na Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins conforme apresentado na figura 79, a seguir.

**Figura 79: Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Tocantins.**



Fonte: Agência Nacional de Águas, SRTM/NASA, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

A Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia possui uma área de 918.822 km<sup>2</sup> (11% do território nacional) e abrange os estados de Goiás (21%), Tocantins (30%), Pará (30%), Maranhão (4%), Mato Grosso (15%) e o Distrito Federal (0,1%). Sua configuração é alongada com sentido Sul-Norte e seus cursos d'água seguem a direção predominante dos cursos d'água principais (rios Tocantins e Araguaia) até se unirem na parte setentrional da região a partir de onde é denominado rio Tocantins seguindo até desaguar na Baía da Ilha de Marajó.

De acordo com a Agência Nacional de Águas - ANA (2014), a Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia apresenta grande potencialidade para a agricultura irrigada, especialmente para o cultivo de frutíferas, de arroz e outros grãos (milho e soja). Atualmente, a necessidade de uso de água para irrigação corresponde a 62% da demanda total da região devido ao cultivo de arroz por inundação que se concentra na sub-bacia do Araguaia. A área irrigável (por inundação e outros métodos) é estimada em 230.197 hectares.

Em 2010, cerca de 8,6 milhões de pessoas viviam na região hidrográfica (4,5% da população nacional), 76% da região encontra-se em áreas urbanas. A densidade demográfica é de 9,3 hab./km<sup>2</sup>, bem menor que a densidade demográfica do país (22,4 hab./km<sup>2</sup>).

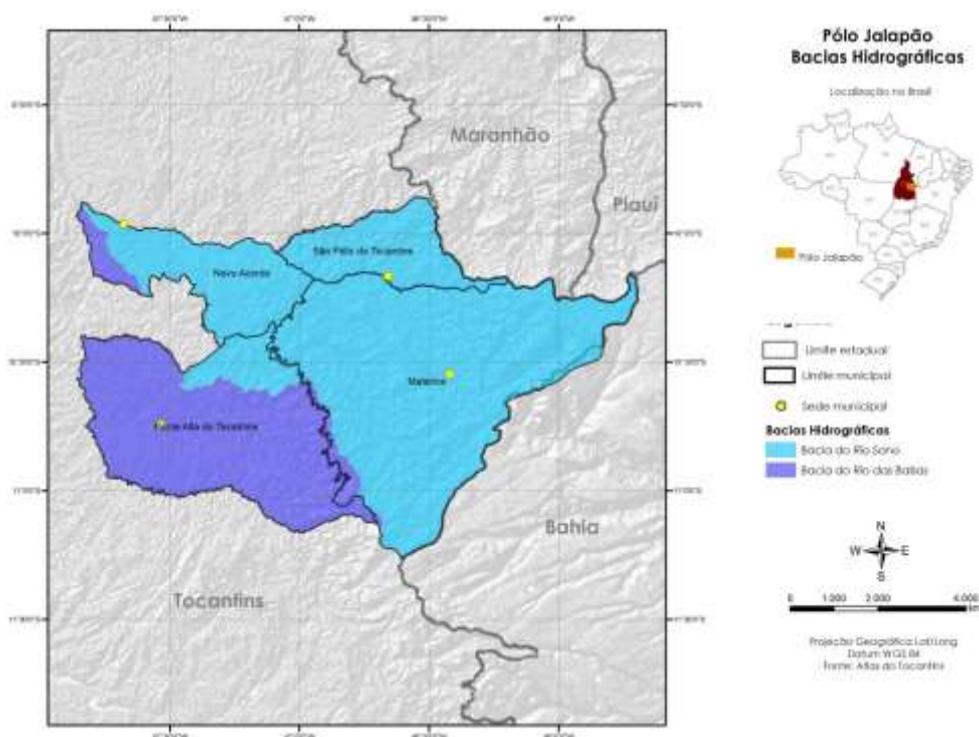
Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia estão presentes os biomas: Floresta Amazônica, no norte e noroeste; e Cerrado nas demais áreas. O desmatamento da região intensificou-se a partir da década de 70 com a construção da rodovia Belém-Brasília, da hidrelétrica de Tucuruí e da expansão das atividades agropecuárias e de mineração.

Atualmente, o desmatamento deve-se, principalmente, à atividade de indústrias madeireiras nos estados do Pará e Maranhão.

No que diz respeito aos indicadores de saneamento básico, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), o nível de abastecimento de água apresenta realidades bastante variadas e a média regional da população atendida por rede de esgoto é de apenas 18% e, desse percentual de esgoto coletado, apenas 6% é tratado.

Em relação às sub-bacias hidrográficas nas quais a região do Polo está inserida, as principais são a bacia do rio do Sono e a bacia do rio das Balsas, conforme ilustração a seguir.

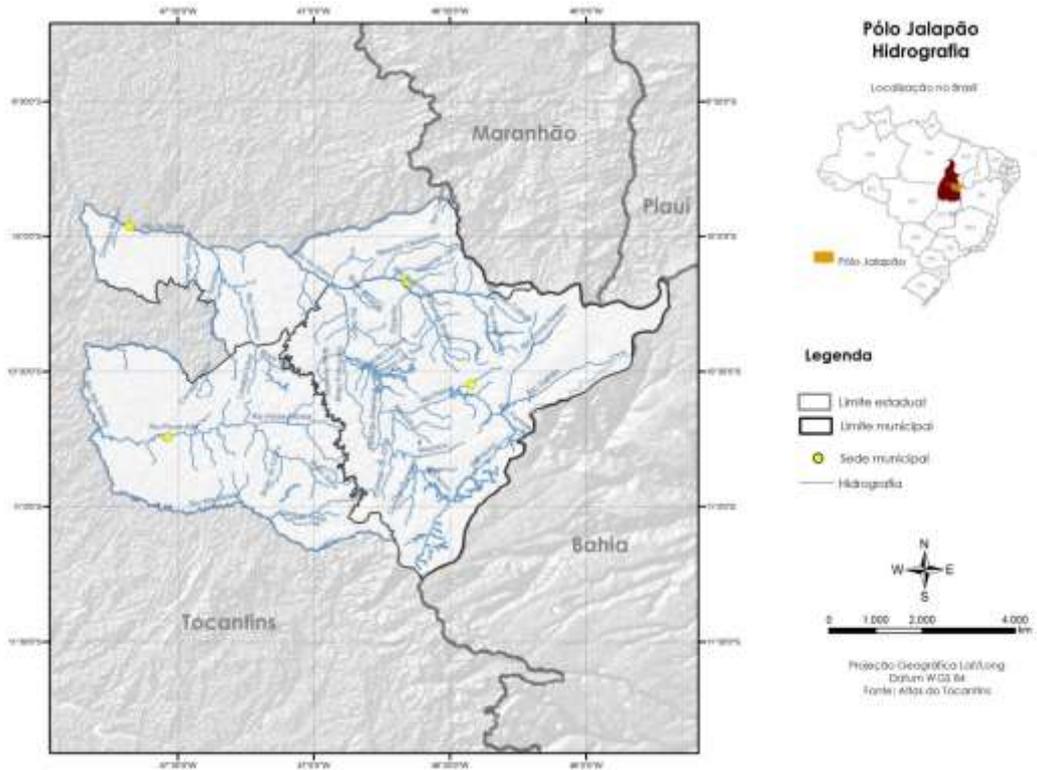
**Figura 80: Bacias Hidrográficas do Polo.**



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

Com base no Atlas do Estado do Tocantins (2012), a área de estudo é drenada por rios perenes e intermitentes. Entre os principais rios encontrados estão o Rio Formoso, o Rio do Sono e o Rio Novo, além de rios de menor porte (figura 81), ilustrados a seguir.

**Figura 81: Rede de drenagem do Polo.**



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

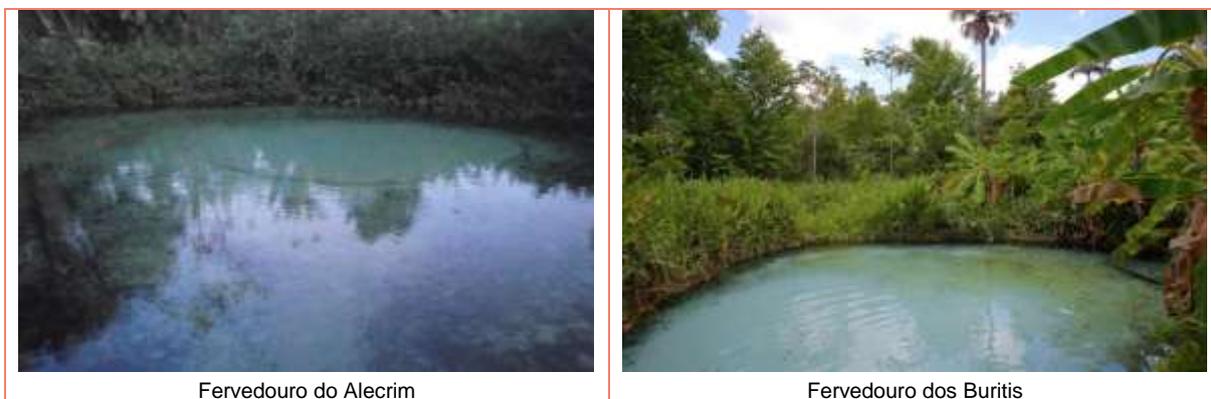
**Figura 82: Exemplo de Drenagens no Polo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

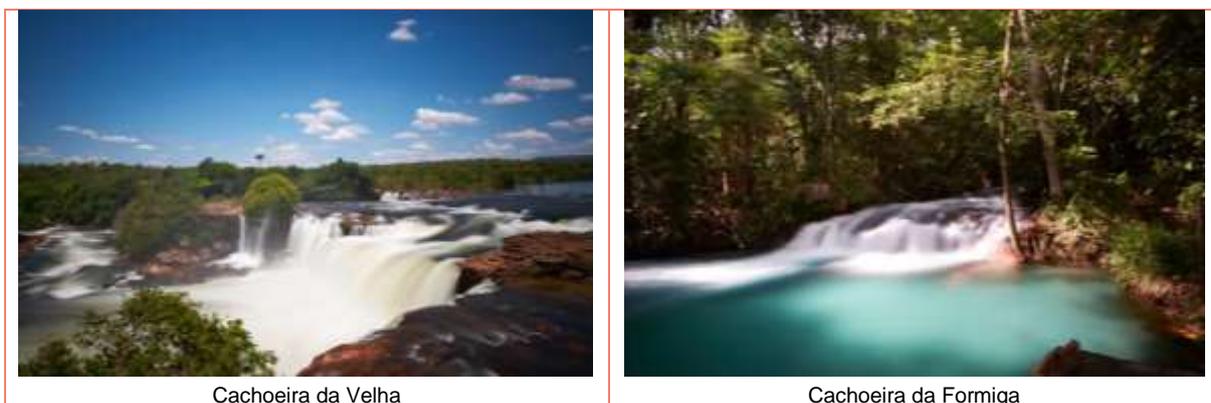
Além da rede de drenagem, podem ser encontradas no Polo diversas nascentes (figura 83) e quedas d'água/cachoeiras (figura 84) com grande potencial turístico que são utilizadas para essa finalidade, ainda que não possuam infraestrutura apropriada.

**Figura 83: Nascentes**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 84: Cachoeiras**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes da rede hidrográfica no que diz respeito às atividades turísticas.

**Quadro 17: Pontos fortes/Usos potenciais da rede hidrográfica relacionados às atividades turísticas.**

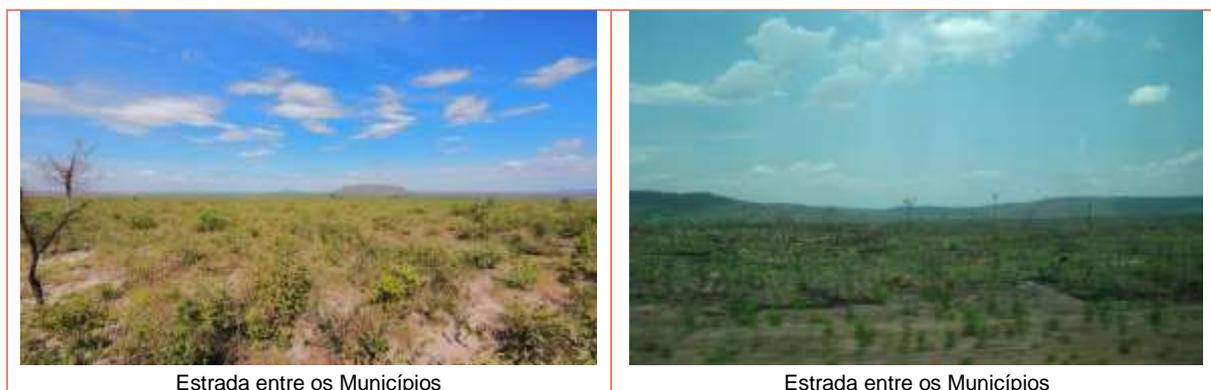
CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Rede de drenagem	<p>A densa rede de drenagem e outras feições hidrográficas existente na região do Polo aumenta a possibilidade de atrativos relacionados à atividades ao ar livre.</p> <p>A grande quantidade de nascentes e cachoeiras na região é atrativo importante para o turismo na região.</p> <p>Possibilita o uso múltiplo das águas, fazendo com que a região seja mais desenvolvida e bem estruturada, além da eficácia no abastecimento de água nos atrativos turísticos, hotéis e pousadas.</p>
Bacias hidrográficas	<p>A localização do Polo, inserido em duas bacias hidrográficas, possibilita maior quantidade de água disponível, além de minimizar os problemas na qualidade e quantidade de água distribuída para a população e o turismo devido à variabilidade de fontes (bacias).</p>

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### 2.4.1.3 Relevo

O relevo da região é formado por chapadas (figuras 85 e 86) e depressões, além de Planaltos e Planícies, como mostra o mapa geomorfológico (figura 87).

**Figura 85: Depressão ocorrida no Polo**



Estrada entre os Municípios

Estrada entre os Municípios

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

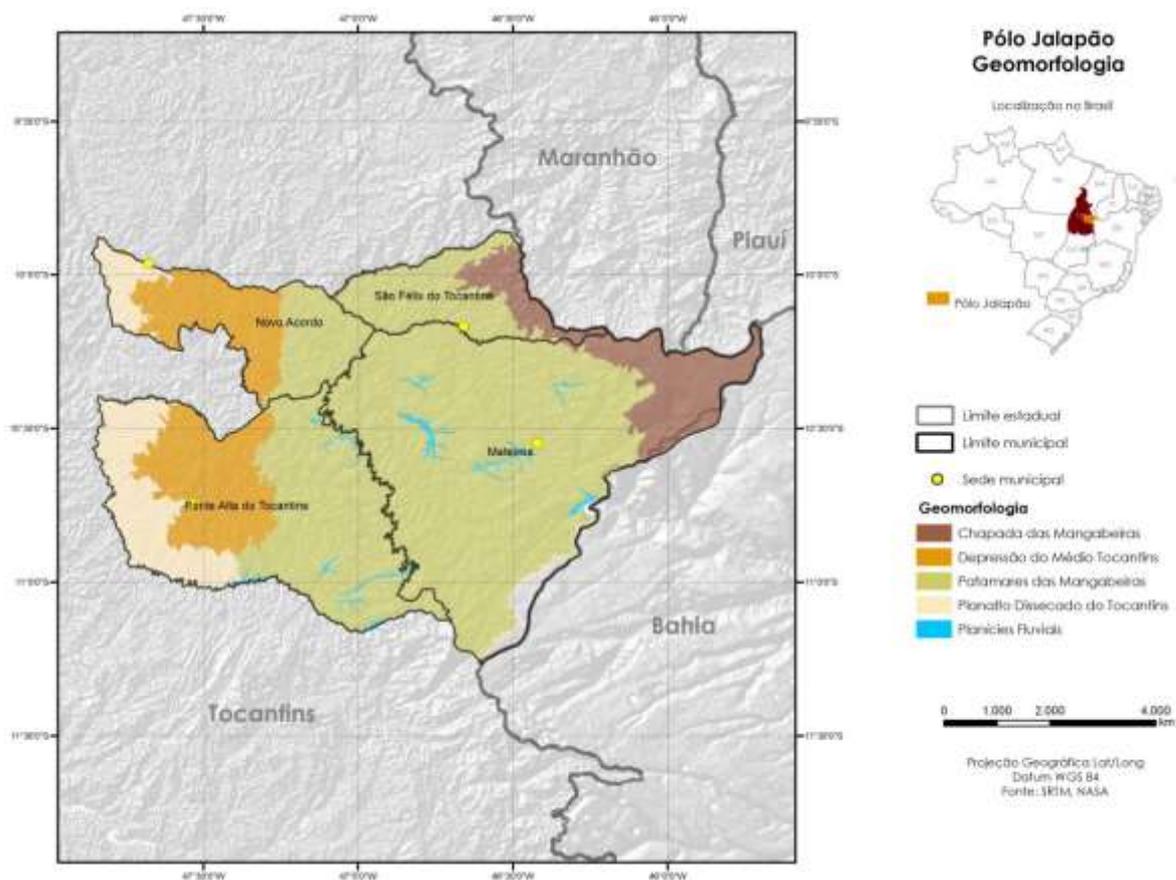
**Figura 86: Chapada no Polo**



Estrada entre os Municípios

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 87: : Mapa geomorfológico do Polo.**



Fonte: Missão Topográfica Radar Shuttle – NASA, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

No interior dessas unidades geomorfológicas de origem sedimentar existem diversas feições que são grandes atrativos turísticos relacionados à contemplação da paisagem, como dunas de areia (figura 88), inselbergues (figura 89), mesas e tabuleiros (figura 90).

**Figura 88: Dunas de Areia**



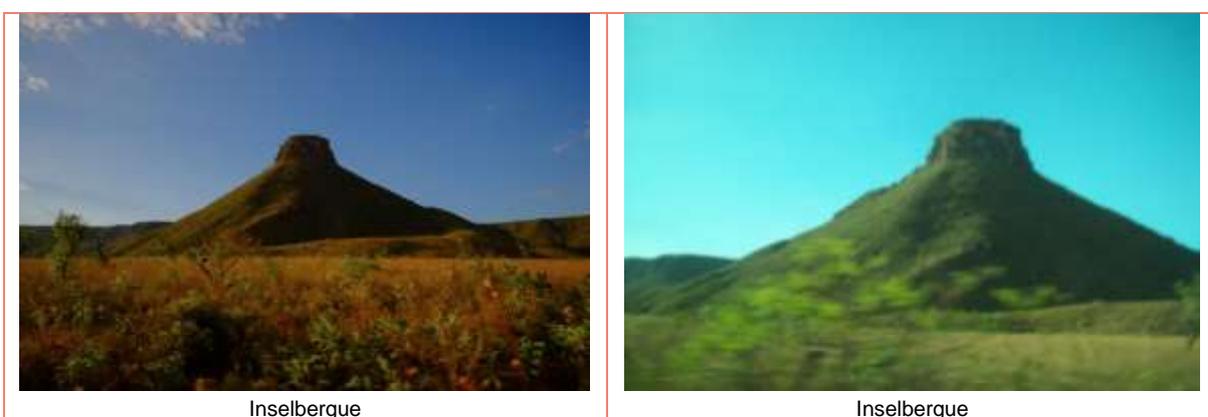


Dunas do Jalapão

Dunas do Jalapão

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 89: Inselbergues no Polo**



Inselbergue

Inselbergue

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 90: Mesa e Tabuleiro no Polo**



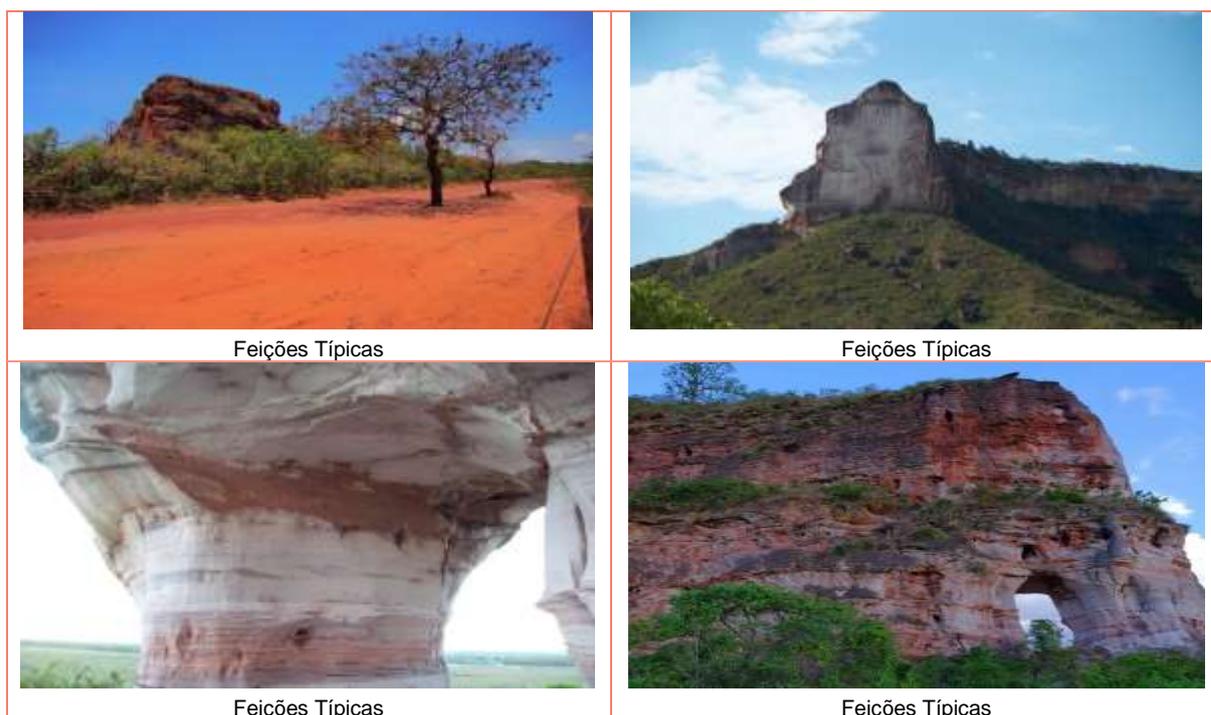
Mesa e Tabuleiro

Mesa e Tabuleiro

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Além dessas, existem outras diversas feições geológicas típicas de regiões de clima subúmido seco que derivam da ação do vento, como é o caso do Polo, observado em campo e ilustrado na figura 91.

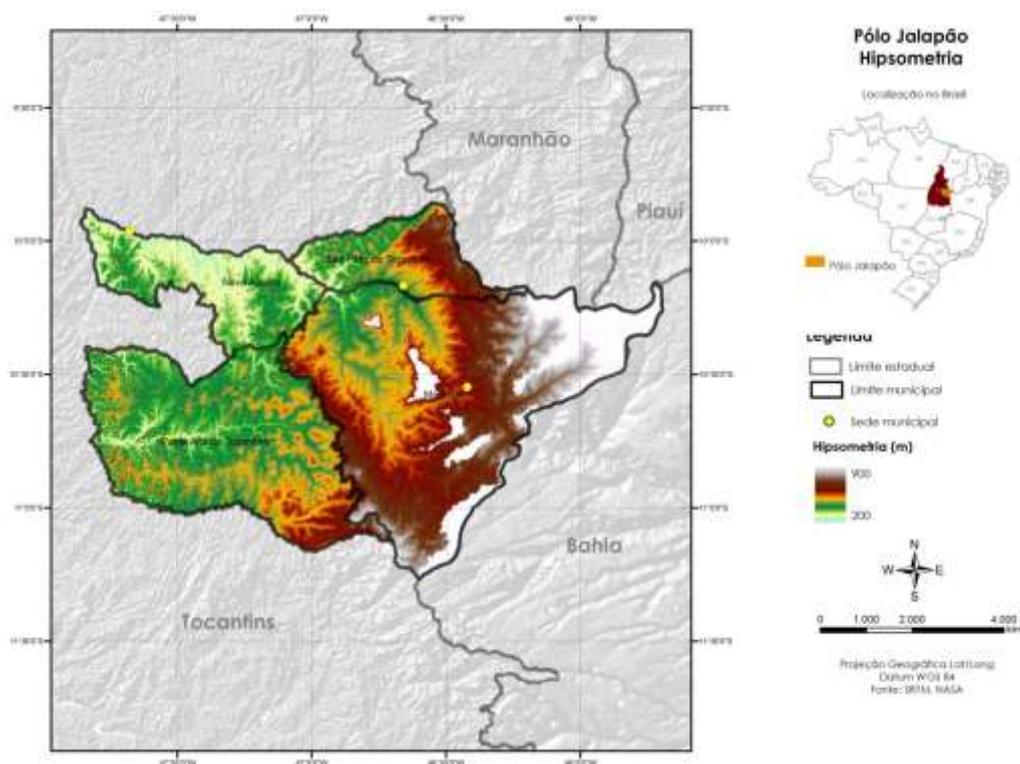
**Figura 91: Feições Típicas de Regiões com Clima Subúmido Seco**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O Polo é caracterizado por altitudes que variam de 200 a 900 metros em relação ao nível do mar. Essa variação ocorre na direção oeste-leste, aumentando na medida em que se aproxima da Serra das Mangabeiras, no extremo leste do Polo (figura 92).

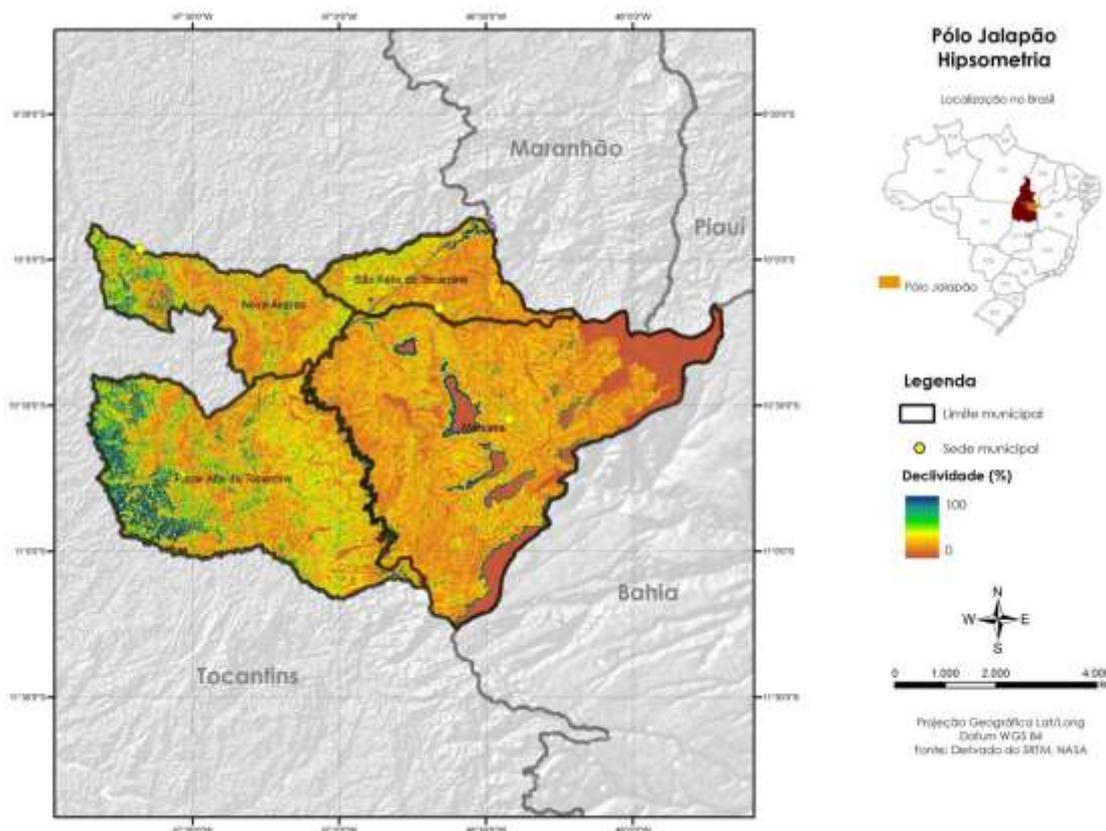
**Figura 92: Mapa Hipsométrico do Polo**



Fonte: Missão Topográfica Radar Shuttle – NASA, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O mapa de declividade corroborar as informações anteriores e indica que as áreas mais planas encontram-se no topo das chapadas, especialmente na região da Serra das Mangabeiras (figura 93). Já as áreas mais movimentadas encontram-se no extremo oeste do Polo, com declividades que alcançam 100%.

**Figura 93: Mapa declividade do Polo**



Fonte: Missão Topográfica Radar Shuttle – NASA, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes do relevo no que diz respeito às atividades turísticas.

**Quadro 18: Pontos fortes dos controles geomorfológicos relacionados às atividades turísticas**

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
<b>Hipsometria</b>	A diferença de altitude torna-se um atrativo para os turistas que tem o objetivo de contemplação da paisagem.
<b>Geomorfologia</b>	A existência de diferentes unidades geomorfológicas proporciona um grande atrativo turístico.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

#### 2.4.1.4 Unidades de Conservação e Áreas Protegidas

No Polo do Jalapão podem ser encontradas as seguintes unidades de conservação e áreas especialmente protegidas:

- Parque Estadual do Jalapão;
- Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba;

- Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins;
- Área Preservação Ambiental – APA Serra da Tabatinga;
- Área de Proteção Ambiental - APA Jalapão;
- Monumento Natural Canyons e Corredeiras do Rio Sono – MONACC, Unidade de Conservação Municipal, São Félix do Tocantins;
- RPPN - Catedral do Jalapão.

### **Parque Estadual do Jalapão**

O Parque Estadual do Jalapão, criado pela Lei Estadual nº 1.203, de 12 de janeiro de 2001, pertence à categoria de Unidades de Conservação – UC de Proteção Integral do Estado do Tocantins. Esta UC objetiva a preservação dos recursos naturais da região na qual está inserida, fato que restringe suas formas de exploração e admite apenas o aproveitamento indireto de seus benefícios.

O Parque Estadual do Jalapão representa um importante patrimônio ecológico nacional uma vez que é atravessado por diversas sub-bacias, que disponibilizam uma expressiva oferta de recursos hídricos para o Rio Tocantins. A bacia do Rio do Sono, incluindo as sub-bacias do Rio Perdida, das Balsas e do Rio Manuel Alves da Natividade, distribuem-se territorialmente pela porção leste do Estado do Tocantins, onde ocorre um extenso vazio econômico e demográfico, com estrutura produtiva frágil, população rarefeita e rede urbana incipiente. A área comporta boa parte das nascentes dos principais tributários do Rio Tocantins, que aumentam o caudal do mesmo, pois, alimentam o sistema hídrico do médio e baixo Tocantins.

Os estudos biológicos realizados mostram que a microrregião do Jalapão apresenta grande importância biológica, principalmente, devido à sua biodiversidade e à presença de espécies raras, endêmicas e mesmo em processo de extinção como o pato mergulhão e a águia cinzenta. Além disso, a região apresenta parcelas de cerrado preservado e um grande número de mananciais de grande importância para as principais bacias hidrográficas das Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

A região do Parque do Jalapão localiza-se na porção leste do Estado do Tocantins e faz divisa com os Estados do Maranhão, Piauí e Bahia. Esta área representa mais de 158 mil hectares, mas, mesmo com tamanha dimensão, a área total do parque se concentra em apenas um município tocantinense, Mateiros. Seus limites atingem os marcos divisórios deste com os municípios de Ponte Alta do Tocantins, São Felix do Tocantins e Novo Acordo.

A localização geográfica do parque revela uma importância estratégica na região do Jalapão, sendo envolvido pela APA do Jalapão (com 467 mil hectares) e tendo estreita relação de distância com a ESEC Serra Geral do Tocantins, ao sul (com 716 mil hectares), e o PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba, a nordeste (com quase 730 mil hectares). Tais Unidades encontram, no Parque, um importante elo de conexão aos moldes propostos pelo Sistema Nacional de Unidades de Preservação – SNUC, no qual se refere a corredores ecológicos e mosaicos de Unidades de Conservação. Além de todos esses atributos descritos sobre o Parque, existem outras características que o incluem na categoria de Parque Estadual, por exemplo, suas peculiares belezas cênicas e paisagísticas e os consagrados atrativos turísticos de cunho ecológico.

A riqueza de opções associadas à drenagem natural da região como rios, lagoas, cachoeiras, corredeiras e ressurgências hídricas (os populares “fervedouros”) contrastam de maneira fascinante com outras formas inusitadas de paisagem como os tabuleiros testemunhos de arenito e as dunas formadas a partir deles. Esta diversidade de fisionomias paisagísticas se confronta com a comprovada fragilidade desses ambientes e ecossistemas e se transforma no maior desafio que se desfigura para a gestão do parque. Essa

dificuldade consiste em conciliar o acesso das populações humanas a tais atrativos naturais com a manutenção de seus atributos para a conservação da diversidade biológica, mineral e ecossistêmica desta imensa e rica planície arenosa chamada Jalapão.

O Plano de Manejo, datado de 2003, foi aprovado e implantado parcialmente conforme consta no site institucional <http://gesto.to.gov.br> (acessado em junho de 2015). Na análise das atividades e considerações sobre os impactos previstos, as mesmas foram classificadas como apropriadas e conflitantes. Das apropriadas, a iniciativa de pequenos projetos de comunidades internas ao parque ou localizada em suas proximidades é a que mais está relacionada ao setor turístico. Já em relação às inadequadas, desde a época de sua elaboração, o Plano relaciona a ocorrência do turismo desordenado.

Conforme exposto no próprio texto do Plano:

O PEJ e outras áreas da região do Jalapão vêm sendo objetos de visitação turística que vem sendo gradativamente incrementada, na medida em que a região alcança maior visibilidade nacional. No entanto, este afluxo de turistas tem-se constituído em aspecto notadamente indesejável no contexto do PEJ, unidade que ainda não conta com estruturação básica para atender adequadamente este objetivo e resguardar seus atributos naturais.

Nota-se que essa constatação não é contrária ao desenvolvimento das atividades turísticas, no entanto, reflete a necessidade premente de estruturação do Parque.

Na avaliação estratégica, elaborada pelo referido Plano, consta dentre os pontos fracos, a inexistência de estudos sobre a capacidade de carga para a exploração do turismo.

### **Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba**

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba é um parque nacional brasileiro criado através de Decreto de 16 de julho de 2002. Fica localizado na divisa dos estados do Piauí, do Maranhão, da Bahia e do Tocantins. O parque tem o objetivo de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico. Essa área de preservação é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Com uma área de aproximadamente 730 mil hectares, o Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba alcança os municípios de Gilbués (PI), São Gonçalo do Gurgueia (PI), Barreiras do Piauí (PI), Corrente (PI), Alto Parnaíba (MA), Formosa do Rio Preto (BA), Mateiros (TO), São Félix do Tocantins (TO) e Lizarda (TO).

Sua fauna é bastante diversificada com mais de 60 espécies de mamíferos e 211 espécies de aves. Muitos desses animais estão ameaçados de extinção, como porco-do-mato, veado-campeiro, jaguatirica, onça-pintada, tatu-canastra, tamanduá-bandeira, gavião-real, arara-azul-grande e beija-flor-de-rabo-branco. A vegetação predominante é o cerrado.

### **Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins**

A Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins foi criada por decreto presidencial em 27 de setembro de 2001. Abrange os municípios de Almas, Ponte Alta do Tocantins, Rio da Conceição e Mateiros, no estado do Tocantins, e Formosa do Rio Preto, no estado da Bahia. Essa região tem baixíssima densidade demográfica.

Administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e criada com os objetivos de proteger e preservar amostras dos ecossistemas de Cerrado, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas, a estação é uma das maiores do Brasil, sua área totaliza 716.306 hectares.

### **APA Serra da Tabatinga**

A APA (Área de Preservação Ambiental) Serra da Tabatinga possui uma superfície de aproximadamente 15.800 hectares coberta inteiramente pelo bioma Cerrado.

Esta unidade foi criada para proteger as nascentes do Rio Parnaíba com o intuito de assegurar a qualidade das águas e as vazões de mananciais da região e manter as condições de sobrevivência das populações humanas ao longo do referido rio e seus afluentes.

### **APA Jalapão**

A Área de Proteção Ambiental (APA) do Jalapão foi criada em volta do Parque Estadual do Jalapão e engloba até a margem esquerda do Rio Novo o que inclui a cachoeira da Velha e o alto da chapadinha onde se situa a Pousada do Jalapão, arrendada pela Naturatins, empresa particular.

### **Monumento Natural *Canyons* e Corredeiras do Rio Sono – Unidade de Conservação Municipal, São Félix do Tocantins**

Refere-se à primeira Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral criada em 07 de julho de 2012. A UC possui aproximadamente 1.600 hectares e está localizada em São Félix do Tocantins.

A criação do Monumento está associada à singularidade e beleza do Rio Sono e à conservação da vegetação natural. Além disso, o monumento regulariza o uso público de atrativos turísticos já explorados.

A UC está ao Norte do Parque Estadual do Jalapão, ao longo do rio Soninho no município de São Félix do Tocantins, localizada entre esse rio e a TO-030.

Os objetivos principais dessa UC, conforme art. 1º do Decreto nº 034/2012, de 2 de julho de 2012 são:

- promoção e regulamentação do potencial ecoturístico e paisagístico do rio Soninho nas áreas da UC; e
- preservação e recuperação da paisagem e dos remanescentes naturais insertes em suas áreas.

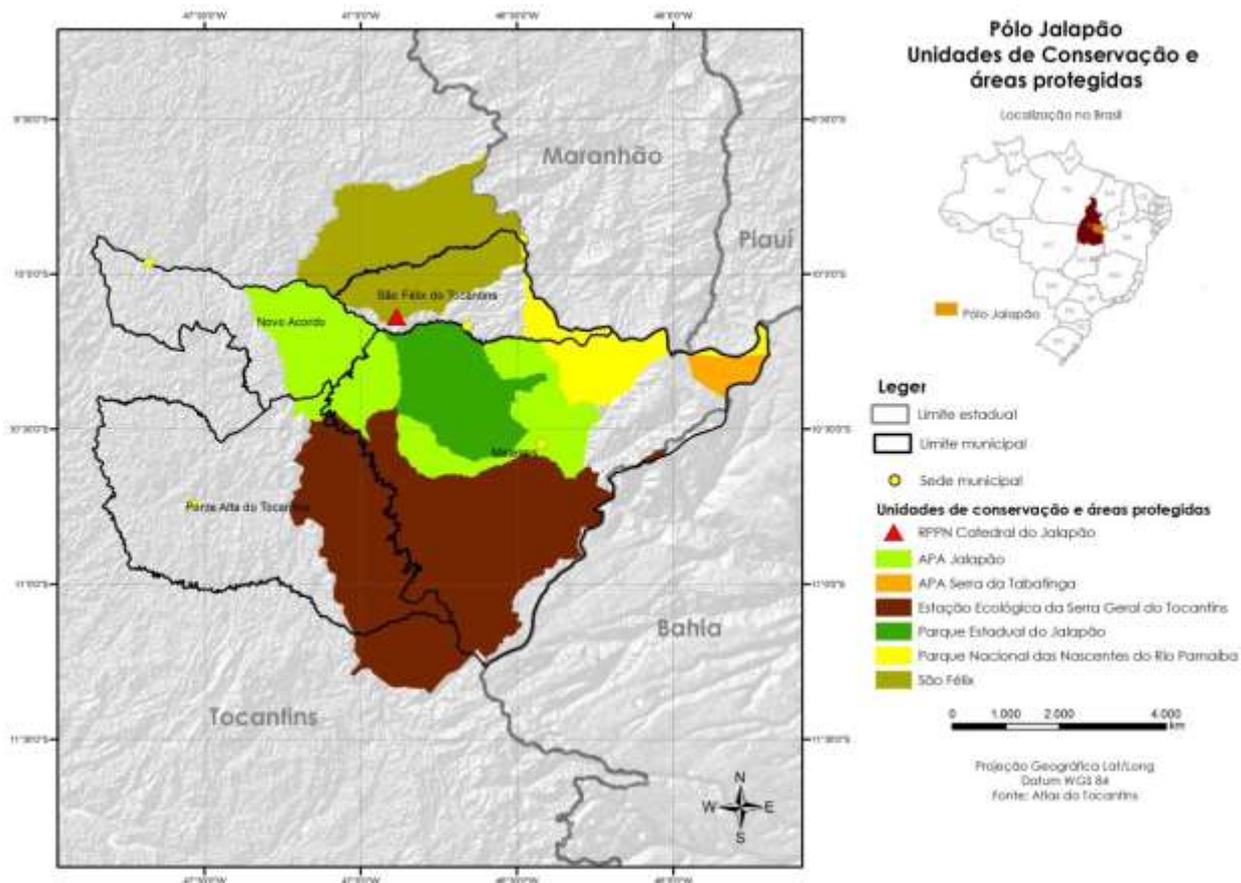
Em relação à ocupação e aos usos permitidos, observa-se que a maior parte da margem esquerda do rio é destinada às zonas de preservação, ficando as zonas de infraestrutura e de visitação na margem direita, limítrofe ao Parque Estadual do Jalapão. Essa condição favorece o controle do uso do solo uma vez que os acessos, obrigatoriamente, serão feitos a partir do Parque Estadual do Jalapão.

### **RPPN - Catedral do Jalapão**

Instituída pela Portaria 58, de 27 de julho de 2010, Ministério do Meio Ambiente / Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

A RPPN CATEDRAL DO JALAPÃO possui área de 325,65 ha e está localizada em São Félix do Tocantins. De propriedade privada, a RPPN é parte integrante do imóvel denominado Fazenda Ecológica Catedral do Jalapão.

Figura 94: Unidades de conservação e áreas protegidas localizadas no Polo



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

### 2.4.1.5 Fauna

A fauna da região é caracterizada por animais típicos do Cerrado. Durante a visita de campo efetuada pela equipe técnica (2013), foram avistados diversos animais, bem como várias espécies de pássaros (figura 95).

Figura 95: Pássaros Encontrados na Região



Guira guira

Phalacrocorax brasilianus

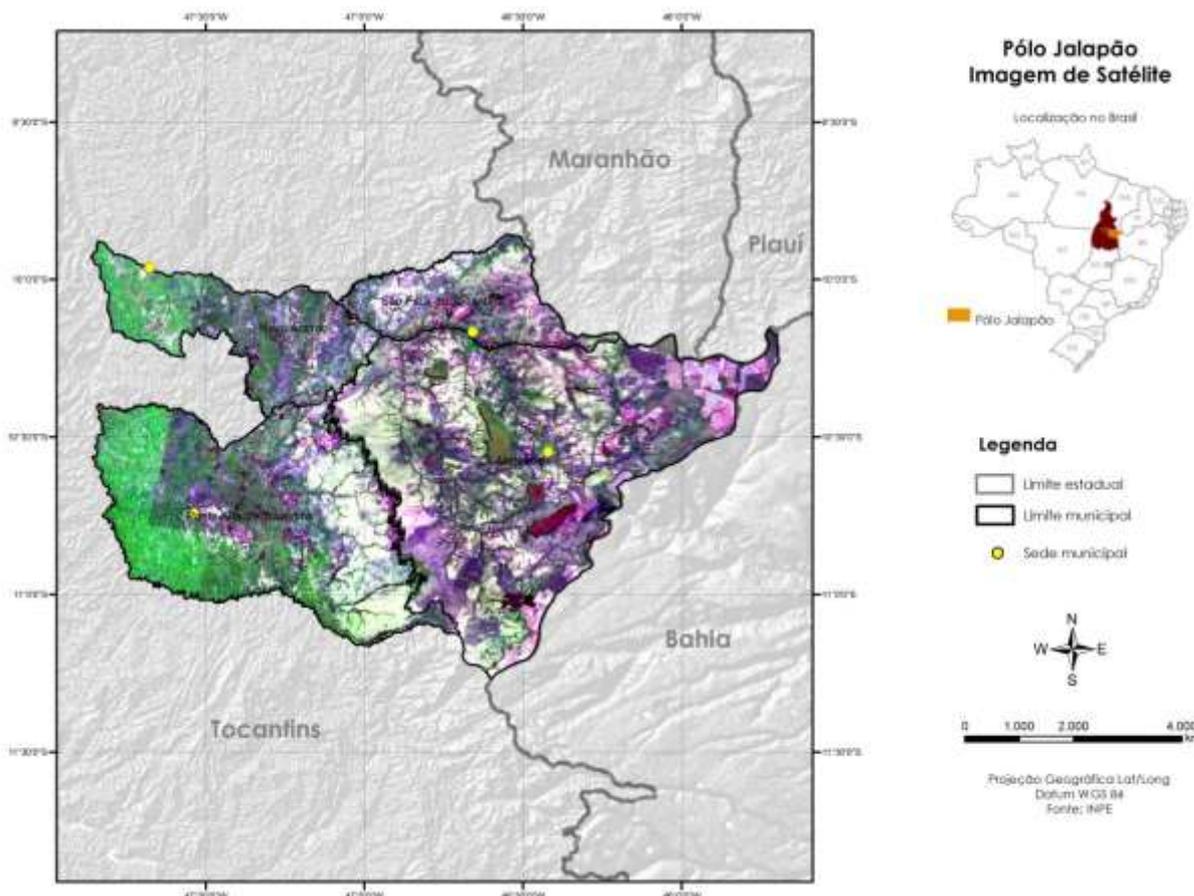


Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

### 2.4.1.6 Cobertura e Uso do Solo

A imagem de satélite da região do Polo indica diferentes usos e cobertura do solo (figura 96). No extremo leste, sob as áreas mais planas, o solo é utilizado para atividades agrícolas (figura 97). A região central do Polo é coberta por sedimentos provenientes das rochas de arenito que compõe a área e fazem com que a cobertura vegetal se caracterize pela vegetação nativa (figura 98). O extremo oeste apresenta o relevo mais movimentado da região e é composto pela vegetação nativa mais preservada (figura 99).

Figura 96: Imagem de satélite do Polo.



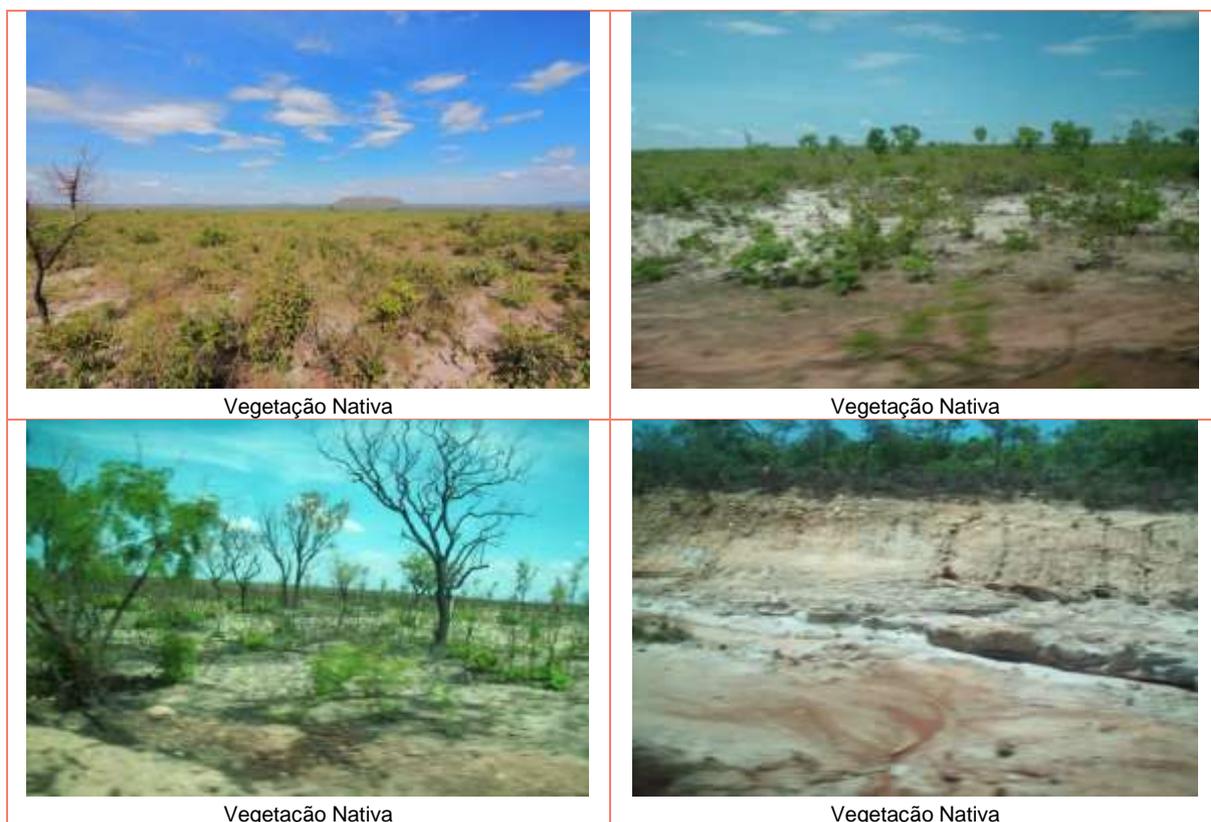
Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

**Figura 97: Solos Preparados para Uso Agrícola**



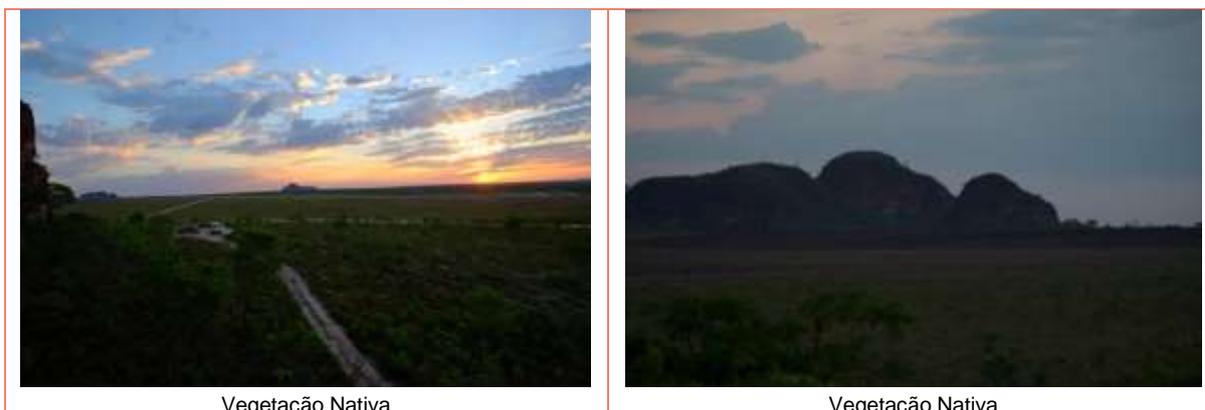
Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 98: Região Central do Polo com Solo**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 99: Região Oeste do Polo com Vegetação Nativa Preservada**



Vegetação Nativa

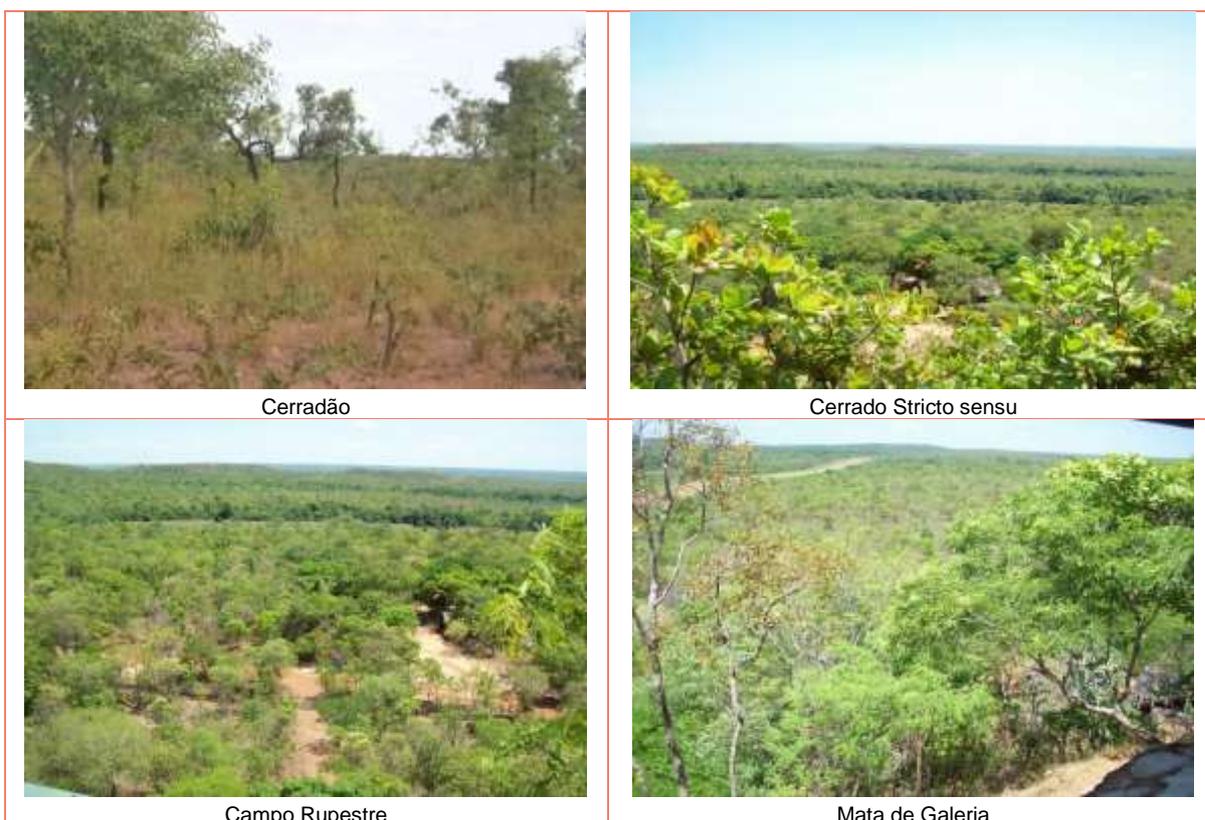
Vegetação Nativa

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Segundo o Mapa de Biomas do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil (IBGE, 2007), a vegetação predominante no estado é o Cerrado e cobre 91% do seu território.

O Cerrado (figura 100) é um bioma de grande biodiversidade, configurando-se como um grande mosaico de paisagens naturais dominado por diferentes fisionomias. Apresentam-se como fitofisionomias o Cerradão, Cerrado Stricto sensu, mata de galeria, campo sujo, campo rupestre, campo limpo, parque de cerrado e vereda.

**Figura 100: Cerrado Preservado**



Cerradão

Cerrado Stricto sensu

Campo Rupestre

Mata de Galeria

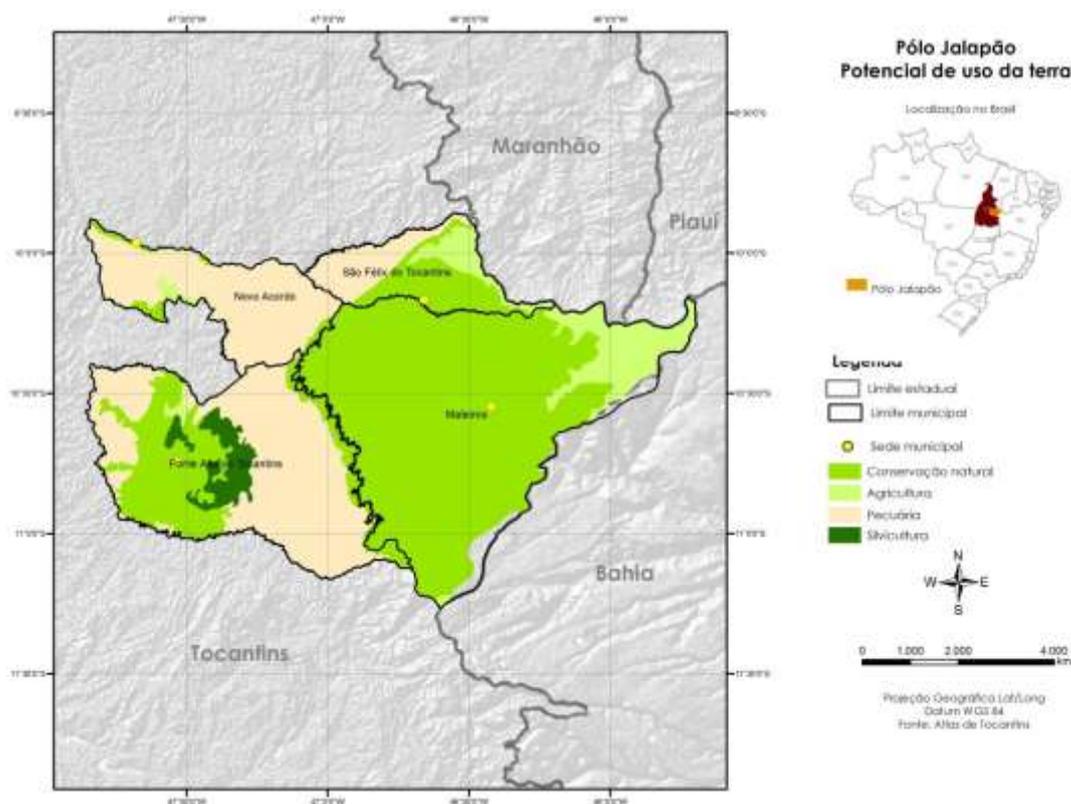
Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

É importante ressaltar que as fitofisionomias encontradas na região são todas protegidas por leis federais e outros instrumentos, como:

- Constituição Federal de 1988, artigo 225;
- Lei Federal nº 9.605/98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;
- Código Florestal – LEI Nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
- Outros.

De acordo com o Atlas do Estado do Tocantins (2012) e com as características de configuração do relevo, solos, clima e hidrografia, os principais usos do solo/atividades econômicas potenciais para a região são: a pecuária, agricultura e conservação ambiental, conforme figura a seguir.

**Figura 101: Usos do solo potenciais na região do Polo**



Fonte: Atlas do Tocantins, adaptado por Technum Consultoria SS, 2014.

O quadro a seguir faz uma avaliação dos pontos fortes das características fitofisionômicas no que diz respeito às atividades turísticas.

**Quadro 19: Pontos fortes/Usos potenciais da vegetação relacionados às atividades turísticas**

CONTROLE AMBIENTAL	PONTOS FORTES/USOS POTENCIAIS PARA A ATIVIDADE TURÍSTICA
Vegetação	A vegetação é um importante recurso, uma vez que têm grande potencial para atividades de ecoturismo (como trilhas), além de serem essenciais para a manutenção da beleza cênica.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### 2.4.1.7 Identificação e Avaliação dos Impactos no Meio Ambiente que já tenham sido causados por Atividades Turísticas

O Polo ainda necessita de infraestrutura adequada para o recebimento de turistas. Isso se reflete nos impactos ao meio ambiente causado pelas atividades relacionadas ao turismo. Dentre os problemas encontrados, podem-se citar as queimadas, a pesca e a caça predatórias inclusive dentro das unidades de conservação. Além disso, observa-se ausência de campanhas voltadas à educação ambiental, que sensibilize os atores envolvidos no processo turístico como a comunidade, o trade turístico, o poder público e os turista na promoção de um turismo sustentável.

Todos os municípios do Polo apresentam problemas relacionados aos fatores que degradam o meio ambiente e que podem afetar as atividades turísticas:

- destinação incorreta dos resíduos sólidos;
- queima de lixo a céu aberto;
- queimadas;
- despejo de esgoto in natura nos cursos d'água;
- supressão da vegetação nativa;
- ocupações irregulares;
- expansão da agricultura;
- entre outros.

As queimadas são constantes na região, principalmente, na época da seca. Ações de fiscalização e de monitoramento são medidas necessárias para o combate às queimadas no Polo. No que diz respeito à relação entre as fragilidades ambientais e o desenvolvimento das atividades turísticas, algumas observações foram feitas e estão apresentadas no quadro a seguir.

**Quadro 20: Riscos ambientais em relação às atividades turísticas**

CONTROLE AMBIENTAL	RISCOS EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES TURÍSTICAS
<b>Clima</b>	As atividades turísticas localizadas não afetam diretamente os aspectos climáticos (que são fenômenos regionais).
<b>Recursos Hídricos</b>	Possibilidade de aumento no volume de esgoto in natura lançado nos cursos d'água devido ao aumento do número de turistas (tanto em casas de veraneio e hotéis, como nos atrativos turísticos). Possibilidade de problemas com abastecimento de água caso o número de usuários aumente consideravelmente e ultrapasse a capacidade de carga do sistema. Risco de assoreamento dos rios.
<b>Relevo</b>	As atividades turísticas, quando mal planejadas, podem causar prejuízos ambientais em paisagens frágeis, como, por exemplo, o aumento dos processos erosivos pela exposição do solo.
<b>Cobertura vegetal</b>	A cobertura vegetal sofre alguns impactos causados por atividades turísticas principalmente pela retirada da vegetação nativa para a exploração descontrolada, notadamente pela abertura de trilhas, e para a construção civil (casas de veraneio, hotéis, pousadas, restaurantes etc.), erosão causada pelos animais, voçorocas devido a compactação das trilhas, entre outros.
<b>Uso do solo</b>	A falta de ações de fiscalização no uso e ocupação do solo pode oferecer riscos às atividades turísticas com a degradação dos recursos naturais e consequente perda dos valores cênicos

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### **2.4.2 Fatores de Degradação**

Nas últimas décadas, a ocupação humana transformou e limitou a paisagem do Cerrado em ilhas inseridas numa matriz de agroecossistemas provocando grandes perdas de biodiversidade.

Na região são observadas, principalmente, expansões de atividades agrícolas e com elas o manejo inadequado do solo, como o uso de fogo e exposição do solo às intempéries da natureza o que ocasiona processos erosivos e assoreamento, além de poluição dos corpos hídricos.

### **2.4.3 Necessidade de Reabilitação dos Sistemas Ambientais**

A deficiência de ações estratégicas de planejamento e ordenamento territorial contribui para o surgimento de conflitos e de impactos socioambientais.

No quadro a seguir, está apresentada a síntese dos principais conflitos, dos impactos negativos e das ações que podem ser efetivadas para minimização dos mesmos.

**Quadro 21: Síntese dos Principais Conflitos, Impactos Negativos e as Ações para Minimização.**

PROBLEMAS/CONFLITOS	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES
Disposição inadequada de lixo.	Empobrecimento da paisagem; Diminuição da visitação; Risco de contaminação.	Campanhas de sensibilização; Distribuição de lixeiras; Recolhimento regular dos resíduos gerados.
Ausência de aterros sanitários.	Contaminação do solo; Empobrecimento da paisagem; Proliferação de insetos e doenças.	Elaboração de Planos de gestão de resíduos sólidos.
Ausência de um sistema disposição adequada, coleta, destinação e tratamento do lixo.	Contaminação dos recursos hídricos; Perda do valor cênico da paisagem; Diminuição da visitação.	Implantação de coleta de lixo, do tipo seletiva, gerando renda para a comunidade; Disposição de lixeiras seletivas; Ações de Educação Ambiental; Local adequado para disposição final destes resíduos; Realização de obras de saneamento básico.
Ocupações irregulares.	Degradação ambiental; Uso e ocupação desordenados; Contaminação do lençol freático; Risco de deficiência no abastecimento Pressão imobiliária; Desordenamento urbano; Clandestinidade no fornecimento de água e energia elétrica.	Regularização das ocupações existentes; Fiscalização e autuação de novas invasões; Ações de recuperação das áreas mais atingidas com a ocupação irregular; Construção de rede de esgoto; Fiscalização quanto ao licenciamento ambiental para construção.
Construções em APPs.	Prejuízos à qualidade da paisagem (perda do atrativo turístico); Poluição da água Restrição de acesso à área pública.	Ações de fiscalização; Ações de revitalização; Remoção e recuperação ambiental.
Falta de saneamento básico.	Contaminação dos recursos hídricos; Prejuízos na reprodução natural de peixes; Perda de potencialidade turística.	Obras de saneamento; Tratamento de esgoto; Fiscalização por órgãos estaduais de Meio Ambiente.
Abastecimento irregular de água; água de má qualidade.	Entraves na realização de atividades de turísticas; Má qualidade de vida da população local;	Melhorias nas condições de abastecimento; Utilização de outras fontes de recursos hídricos;

PROBLEMAS/CONFLITOS	IMPACTOS/EFEITOS	AÇÕES
Falta de pavimentação nas vias de acesso a povoados	Dificuldades de locomoção por parte da população local; Interferência no desenvolvimento do fluxo turístico.	Melhoria dos acessos.
Falta de conscientização Ambiental por parte da população;	Depreciação dos recursos naturais.	Atividades mais efetivas de sensibilização ambiental;
Uso de agrotóxicos nos áreas de cultivo;	Mortandade de peixes e outros animais; Contaminação da água; Queda na produtividade pesqueira.	Efetivação em ações de fiscalização; Utilização de produtos biodegradáveis.
Erosão	Assoreamento do rio e canais.	Controle de erosão; Fiscalização.
Assoreamento dos rios;	Redução do potencial pesqueiro; Dificuldades no atracamento e deslocamento de embarcações.	Ações de revitalização.
Poluição dos rios;	Redução do potencial pesqueiro; Contaminação da água, peixes e população; Prejuízos no potencial paisagístico; Emperramento das atividades turísticas.	Campanhas de sensibilização; Realização de obras de saneamento; Fiscalização efetiva.
Destruição dos ecossistemas locais.	Perda das feições paisagísticas Redução da biodiversidade (supressão da vegetação); Degradação dos recursos naturais.	Elaboração de Projeto de reordenamento da ocupação; Cumprimento efetivo da legislação ambiental.
Apropriação dos recursos naturais de forma predatória.	Modificação da paisagem natural.	Cumprimento efetivo da legislação ambiental. Sistema de fiscalização eficiente.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

## **2.4.4 Gestão ambiental pública**

Dentre os órgãos públicos presentes no Estado os seguintes encontram-se relacionados à gestão do meio ambiente:

### **2.4.4.1 Órgãos e Instituições Públicas Presentes na Área**

- **Superintendência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA**

Possui sede na capital do Estado, Palmas.

Essa superintendência tem como principais atribuições “exercer o poder de polícia ambiental; efetuar as ações supletivas de competência da União de conformidade com a legislação ambiental vigente” (NR, Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007); e executar ações de políticas nacionais do meio ambiente referentes às atribuições federais e relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, à autorização de uso dos recursos naturais e à fiscalização, monitoramento e controle ambiental.

Cabe ao Ibama propor e editar: normas e padrões de qualidade ambientais; zoneamentos e avaliações de impactos ambientais; licenciamentos ambientais de atribuições federais; implementações do Cadastro Técnico Federal; fiscalizações ambientais e a aplicações de penalidades administrativas. Esse órgão deve: a gerar e disseminar as informações relativas ao meio ambiente; monitorar o meio ambiente, principalmente no que diz respeito à prevenção e controle de desmatamentos, queimadas e incêndios florestais; apoiar às emergências ambientais; executar programas de educação ambiental; elaborar sistemas de informação; e estabelecer critérios para a gestão do uso dos recursos faunísticos, pesqueiros e florestais.

Para o desempenho de suas funções, o Ibama pode atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios integrantes do Sisnama e com a sociedade civil organizada para a consecução de seus objetivos em consonância com as diretrizes da política nacional de meio ambiente.

- **Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades)**

Criada a partir da Secretaria de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente em Janeiro de 2011, com novos recursos e diretrizes, a Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semades) é responsável pela gestão das políticas ambientais do Estado e pela gestão e planejamento dos recursos hídricos. Além disso, a Semades é o principal suporte para funcionamento de dois importantes conselhos do Tocantins: o Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH). Outra ponta de atuação da Semades é na busca de recursos e parcerias para desenvolvimento dos projetos da área ambiental do Estado.

Em 1º de março de 2012, foram transferidas para a Semades, através da Medida Provisória nº 3, as competências da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário referentes à gestão de energia limpas. Dessa forma a estrutura operacional da Secretaria do Meio Ambiente foi redefinida.

A Semades passou a contar com três diretorias gerais e uma superintendência:

- a) Diretoria Geral de Meio Ambiente e Florestas,
- b) Diretoria Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos,
- c) Diretoria Geral de Fundos Ambientais e Captação de Recursos e
- d) Superintendência de Produção de Energias Limpas.

Com a nova gestão, em 2015, a Semades foi substituída pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH. Conforme a Medida Provisória nº 1, de 2 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.288, conta com a seguinte estrutura operacional:

- Assessoria Técnica e Planejamento;
- Diretoria de Administração e Finanças;
- Diretoria de Regulamentação e Impacto Ambiental;
- Diretoria de Fiscalização e Monitoramento Ambiental;
- Diretoria de Desenvolvimento Sustentável;
- Diretoria de Recursos Hídricos; e
- Unidades Descentralizadas.

#### • Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins

Em 21 de abril de 1989, por meio da Lei nº 29, foi criada o Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins com o objetivo de promover o estudo a pesquisa e a experimentação no campo da proteção, do controle ambiental e da utilização racional dos recursos ambientais. No terceiro governo do estado, por meio da edição da Lei Estadual nº. 858, de 26 de julho de 1996, foi criado o Instituto Natureza do Tocantins, autarquia que substituiu a Fundação e que tem por competência:

- execução da política ambiental do Estado;
- monitoramento e o controle ambiental;
- fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;
- prestação dos serviços correlatos que lhe sejam atribuídos resultante de convênios, acordos e contratos.

O Instituto conta com 15 unidades regionais distribuídas pelo Estado e ainda é autor da gestão das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável do Estado.

Responsável pela execução de políticas públicas voltadas para a preservação e conservação dos recursos naturais, o Naturatins busca o aproveitamento dos recursos de forma a assegurar sua disponibilidade para a atual e futura geração. Dentre a sua atuação, o órgão também tem a preocupação de promover ações de bem estar socioambiental, por meio de projetos voltados para o manejo sustentável dos recursos naturais geradores de renda familiar.

#### 2.4.4.2 Capacidade institucional dos municípios para a gestão ambiental

O quadro a seguir indica a capacidade institucional dos municípios para a gestão ambiental no Polo. A pesquisa realizada em campo revela ainda a necessidade de fortalecimento das secretarias e a formulação de ações voltadas a fiscalização e monitoramento ambiental, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística.

**Quadro 22: Capacidade institucional dos municípios para a gestão ambiental no Polo**

MUNICÍPIO	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PARA O TURISMO
Mateiros	Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Saneamento
Novo Acordo	Secretaria Municipal de Turismo, Juventude, Cultura, Lazer e Cidadania
Ponte Alta do TO	Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo
São Félix do TO	Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente

Fonte: Secretarias de Turismo dos Municípios de Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta e São Félix - 2015

No município de Mateiros, está localizado uma das 15 unidades regionais do Estado – Naturatins. Essas unidades atuam na conscientização, regularização, fiscalização e monitoramento ambiental. Dentre elas, merece destaque a responsabilidade pela Gestão do Parque do Jalapão, que inclui o atrativo “Dunas do Jalapão”.

No entanto, a visita realizada em campo permitiu constatar que o campo de atuação das Secretarias de Meio Ambiente ainda é limitado por vários fatores. Alguns deles são:

- o tratamento da questão ambiental de forma isolada e sem conexão com as demais áreas e não considerar o meio ambiente como um parâmetro básico do planejamento e das políticas de desenvolvimento, principalmente àquelas voltadas ao turismo;
- a falta de articulação das esferas municipais, estaduais e federais no que diz respeito à questão ambiental e o turismo sustentável;
- a descontinuidade dos programas de educação e de conscientização da comunidade para o turismo. Esse trabalho é de grande importância uma vez que a comunidade consciente exige fiscalização, reforçando a ação do órgão ambiental;
- a falta de capacitação técnica e operacional dos órgãos ambientais, que têm seu poder de ação enfraquecido por seu quadro de recursos humanos insuficientes ou com pouca especialização; e
- a necessidade de formulação de ações voltadas a fiscalização e monitoramento ambiental, tanto no que diz respeito ao desenvolvimento da atividade turística, quanto no que se refere ao controle e prevenção de queimadas.

Dado o exposto faz-se necessário aliar às políticas ambientais ao desenvolvimento do turismo no intuito de avaliar o seu impacto sobre o meio ambiente, considerando o potencial turístico existente e encontrando, desta forma, soluções que visem estimular a preservação ambiental e o turismo sustentável.

#### **2.4.4.3 Gestão ambiental nas empresas privadas**

Esse item trata dos programas de certificação ambiental, consolidados ou em implementação, das empresas turísticas da área.

Não foram encontrados dados a respeito da gestão ambiental nas empresas privadas no estado do Tocantins.

#### **2.4.4.4 Instrumentos de planejamento e controle territorial**

O Zoneamento Econômico-Ecológico - ZEE é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.297/2002, que visa, prioritariamente, viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental. Este instrumento de gestão territorial tem por finalidade: orientar o planejamento, adequar e implementar políticas públicas destinadas a fomentar o desenvolvimento socioeconômico de longo prazo.

O ZEE do estado do Tocantins foi formulado de forma a subsidiar a conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e promover a recuperação da capacidade ambiental sem prejuízo ao uso econômico dos recursos naturais.

Com a aprovação da Lei nº 2.656, de 06 de dezembro de 2012, Tocantins instrumentalizou o processo de gestão territorial, legalizando a incorporação das diretrizes contidas no Plano de ZEE nas etapas de elaboração de projetos e licenciamento ambiental executados pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins, bem como no planejamento e implementação

das políticas públicas dos órgãos estaduais. Além disso, com a aprovação do documento, Tocantins tornou-se elegível na obtenção de recursos federais atrelados à existência e aprovação do ZEE em nível estadual, como os recursos vinculados à regularização fundiária.

Foram definidas as zonas e respectivas subzonas do ordenamento territorial e direcionamento das políticas públicas no Tocantins, cujas definições foram feitas com base em dados biofísicos e socioeconômicos e posteriormente discutidas e acordadas com atores locais por meio de oficinas participativas, entrevistas com gestores municipais e consultas públicas.

Apesar de aprovado e instituído por lei, atualmente, esse documento foi elaborado apenas para a região norte do Estado, não abrangendo ainda a área dos Polos estudados no presente trabalho.

Além da definição das ZEE para o estado do Tocantins, diversos projetos foram desenvolvidos, aliando a preservação das riquezas naturais ao desenvolvimento do turismo. O Naturatins desempenha um importante papel neste processo. É responsável por alguns projetos que merecem destaque, o GEF Cerrado Sustentável do Tocantins e o Plano Plurianual - PPA 2012-2015, cujo objetivo é de consolidar a educação para uma sustentabilidade colaboradora de uma nova racionalidade ambiental sob a ótica da educação formal, da educação informal e da comunicação social, que leva em conta o tripé sociedade, economia e ambiente.

O Plano Diretor Municipal é outro instrumento de grande valia na gestão ambiental, pois define as zonas e os respectivos usos permitidos para cada uma delas. É necessário que os municípios tenham a gestão fortalecida, com um quadro de funcionários e secretarias que consigam fazer valer o que está definido na lei do plano diretor. No Polo somente os municípios de Mateiros e Ponte Alta do Tocantins possuem Plano Diretor.

#### **2.4.4.5 Grau de participação e inclusão dos diferentes grupos de interesse no desenvolvimento turístico da Área**

O turismo é uma atividade que possui importante papel social e econômico na comunidade onde se insere uma vez que o seu desenvolvimento contribui para o aumento da qualidade de vida da população, seja pela geração de emprego e renda ou pelo resgate de aspectos relevantes ao patrimônio e diversidade natural e cultural da área e da população. Portanto, ao adotar medidas que incluam as comunidades no processo de planejamento e gestão do turismo, tem-se como resultado o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da atividade na área turística.

A pesquisa realizada em campo em Outubro de 2013 buscou verificar como acontece a participação da sociedade civil organizada, o setor privado e outros segmentos de interesse no turismo junto aos tomadores de decisão, especialmente os órgãos públicos que promovem a gestão do turismo direta ou indiretamente (secretarias de meio ambiente e conselhos, dentre outros).

O que se observa, assim como em relação aos demais temas, é a falta de dados sistematizados sobre essa questão. Sendo assim, a avaliação teve como base as percepções obtidas nas reuniões participativas e nas reuniões específicas, realizadas nas secretarias. Verificou-se que os grupos formados para promover o desenvolvimento da atividade turística juntamente com os órgãos municipais encontram-se desgastados, desacreditados e, em sua grande maioria, inativos. As organizações instituídas ou conselhos formados não atuam de forma integrada e, por vezes, suas ações são determinadas a partir de objetivos governamentais, conforme observado em campo.

Além disso, o cenário municipal encontra-se fragilizado devido principalmente à carência de recursos humanos e orçamentários dirigidos ao desenvolvimento de atividades de planejamento e gestão. Sendo assim, a realização de processos participativos são tarefas

relegadas à segundo plano e não são incorporadas no momento da formulação de políticas e projetos de interesse social, turístico, ambiental ou econômico.

As reuniões realizadas em campo, também, foram oportunidades importantes para constatar o nível de interesse e participação da comunidade e sua interação com os gestores públicos. A baixa participação dos interessados revela a falta de comprometimento das próprias organizações, a ausência de pessoal qualificado e/ ou disponível para essas atividades e o distanciamento das organizações com os processos de tomadas de decisão, tanto pela falta de exercício regular de participação, quanto pela falta de articulação política dos gestores, ou mesmo de competência para liderar e estimular a participação.

Embora exista uma grande desarticulação entre os diferentes grupos de interesse, pode-se verificar o desejo que o desenvolvimento ocorra de forma sustentável e competitiva, reconhecendo e valorizando as potencialidades e limitações dos municípios do Polo. Contudo, não se pode afirmar que os investimentos propostos no plano de desenvolvimento turístico possa ter sucesso sem a realização de investimentos efetivos na mobilização da sociedade e na construção de órgãos colegiados que viabilizem e deem sustentação para uma gestão de qualidade do patrimônio ambiental e turístico do Polo.

Tornam-se necessárias ações de fortalecimento institucional que busquem assegurar, com relação a suas entidades, a coerência de princípios e de organização, o efetivo funcionamento e a atuação integrada das diversas entidades, tanto no âmbito de cada município quanto na totalidade do Polo.

Portanto, ações de fortalecimento institucional são necessárias para promover a participação efetiva dos atores envolvidos no processo de planejamento do turismo no Polo. Essa medida visa assegurar a coerência de princípios e de organização, o efetivo funcionamento e a atuação integrada das diversas entidades, tanto no âmbito de cada município quanto na totalidade do Polo.

## **2.5 Consolidação do Diagnóstico Estratégico**

O presente item consolida os principais pontos da situação atual e expectativas de desenvolvimento do turismo do Polo, estabelecendo um diagnóstico estratégico que busca subsidiar a tomada de decisão deste PDITS.

Nesse sentido, o diagnóstico estratégico inicia-se pela apresentação das considerações acerca dos produtos atuais ou potenciais, identificação das áreas críticas de intervenção, posição da área em relação ao mercado turístico e estruturação da matriz SWOT.

Esse conteúdo foi objeto de discussão em Oficina Pública, realizada em maio de 2015 no município de Palmas, com a participação de gestores/técnicos de órgãos públicos estaduais e municipais e de representantes do segmento empresarial e de organizações do terceiro setor no campo do turismo. A apresentação completa encontra-se no Volume III, deste documento.

### **A. Produtos e Segmentos Turísticos Atuais e Potenciais**

Conforme o Mtur (2012), a segmentação deve apoiar a forma de organização do turismo para o planejamento, a gestão e o mercado. No caso do Polo Jalapão, busca-se identificar o segmento consolidado principal, entendendo-o como aquele que já motiva fluxos, gera permanência e/ou gasto turístico na área. Além disso, tem-se por base os atrativos capazes de provocar o deslocamento de pessoas. Segundo Mário Carlos Beni (2001), são esses atrativos que caracterizam o local e a área turística e integram o “marco geográfico ecológico cultural de um lugar”.

Frente ao disposto apresentado nos itens anteriores deste documento, considera-se que os segmentos consolidados principais, no Polo do Jalapão, são o Ecoturismo e o Turismo de Aventura.

Os produtos e roteiros turísticos do Jalapão, de modo geral, são definidos com base na oferta, sempre em relação à demanda, de modo a caracterizar os segmentos ou tipos de turismo específicos pertencentes ao Polo. Neste caso, o produto principal é o próprio Jalapão, comercializado tanto como Ecoturismo quanto Turismo de Aventura e entendido de forma ampla no território, notadamente nos locais onde concentram-se os atrativos relacionados às segmentações capazes de motivar importantes fluxos.

Além disso, importa identificar os recursos disponíveis, culturais ou naturais, uma vez que esses podem se tornar atrativos desde que estruturados e dotados de equipamentos que atendam aos turistas.

Essa organização facilita a estruturação do planejamento turístico, pois no momento em que se associa ao atrativo ou ao conjunto de bens e serviços, como transporte, alimentação e/ou hospedagem, tem-se a formatação de produto turístico para a sua comercialização.

Tendo por base informações anteriormente apresentadas, referentes à demanda e à oferta no Polo, foram organizados os atrativos e atividades segundo os segmentos principais e complementares, conforme a seguir exposto.

### **Segmentos Principais – Ecoturismo e Turismo de Aventura.**

#### **▪ Turismo de Aventura.**

##### **• atividades**

- observação de fauna (aves, mamíferos, cetáceos, insetos, répteis, anfíbios e peixes);
- observação de flora;
- observação de formações geológicas;
- visitas a cavernas (Espeleoturismo);
- observação astronômica;
- mergulho livre;
- caminhadas;
- trilhas interpretativas;
- safáris fotográficos.

##### **• atrativos**

- cachoeira das Araras;
- cachoeira da Jalapinha;
- cachoeira da Velha;
- cachoeira do Soninho;
- cachoeira do Lajeado;
- cachoeira do Prata;
- cachoeira da Formiga;
- cânion Sussuapara;
- dunas do Jalapão;
- fervedouro do Alecrim;
- fervedouro dos Buritis;

- morro do Gorgulho;
  - morro da Cathedral;
  - morro da Pedra Furada;
  - praia dos Borges;
  - praia do Tamburi;
  - prainha do Alecrim;
  - prainha do Rio Novo;
  - rio Soninho;
  - rio Novo;
  - serra do Espírito do Santo.
- **recursos passíveis de exploração, na forma de atrativos ou produtos complementares e integrados:**
    - cachoeiras;
    - rios;
    - lagos;
    - praias;
    - fervedouros;
    - dunas;
    - serras;
    - morros.
- **Turismo de Aventura.**
    - **atividades**
      - arvorismo;
      - *bungee jump*;
      - cachoeirismo;
      - canionismo;
      - caminhada;
      - caminhada (sem pernoite);
      - caminhada de longo curso;
      - cavalgadas;
      - cicloturismo;
      - espeleoturismo;
      - espeleoturismo vertical;
      - escalada;
      - montanhismo;
      - turismo fora-de-estrada em veículos 4x4 ou bugues;

- tirolesa;
  - bóia-cross;
  - canoagem;
  - *duck*;
  - flutuação / *snorkeling*;
  - *kitesurf*;
  - mergulho autônomo turístico;
  - *rafting*;
  - *windsurfe*;
  - balonismo;
  - paraquedismo;
  - voo livre (asa delta ou parapente).
- **atrativos**
    - cachoeira das Araras;
    - cachoeira da Jalapinha;
    - cachoeira da Velha;
    - cachoeira do Soninho;
    - cânion Sussuapara;
    - morro do Gorgulho;
    - morro da Cathedral;
    - morro da Pedra Furada;
    - *off-road* nas vias não pavimentadas;
    - praia dos Borges;
    - prainha do Rio Novo;
    - rio Soninho;
    - rio Novo;
    - serra do Espírito do Santo.
- **recursos**
    - cachoeiras;
    - *off-road* nas vias não pavimentadas;
    - rios;
    - lagos;
    - praias;
    - fervedouros;
    - dunas;

- serras;
- morros.

Estes produtos, já consolidados e com grande potencial de expansão, tem forte impacto na economia local. Sob o enfoque da sustentabilidade, ele têm possibilidade de crescimento e, portanto, devem ser mantidos, promovidos, ampliados e até mesmo melhorados.

### **Segmentos Complementares**

Os segmentos complementares e potenciais identificados são os relativos ao turismo Cultural e de Base Comunitária.

#### **▪ Turismo Cultural**

##### **• atividades**

- visita a sítios históricos e arqueológicos;
- visitas a espaços e eventos religiosos;
- visita a monumentos e celebrações cívicas;
- visita a museus e casas de cultura;
- visitas gastronômicas;
- passeios para festas, festivais, celebrações locais e manifestações populares;
- passeios para cinemas;
- teatros.

##### **• atrativos**

- comunidade Mumbuca;
- comunidade Prata.

##### **• recursos**

- comunidades quilombolas.

#### **▪ Turismo de Base Comunitária**

##### **• atividades**

- atividades relacionados aos esportes, lazer, confecção de artesanato, natureza e paisagens, gastronomia do local, turismo de memória, dentre outros (MTur).

##### **• atrativos**

- comunidade Mumbuca;
- comunidade Prata.

##### **• recursos**

- comunidades quilombolas.

O turismo cultural e o de base comunitária, já são praticados no Polo. Os segmentos principais e os segmentos complementares devem constituir um conjunto de atividades que levem ao fortalecimento da oferta turística e ao desenvolvimento sustentável da área, beneficiando a população residente e dos turistas que procuram a região.

### **B. Identificação dos Principais Pontos Críticos de Intervenção**

Os principais gargalos para o desenvolvimento do turismo sustentável no Polo do Jalapão estão a seguir registrados e foram extraídos tendo como base a realização do diagnóstico. A

identificação dos problemas existentes constituem subsídios essenciais para a formulação das estratégias e do plano de ação.

Para fins de melhor entendimento, os pontos críticos são agrupados em questões relacionadas: (i) o fortalecimento institucional, (ii) a diversificação de produtos e a formatação de roteiros integrados, (iii) a formação da imagem/identidade do Polo, (iv) a infraestrutura básica e os serviços públicos, (v) os equipamentos e serviços turísticos e, por fim, para a gestão de áreas ambientais frágeis que a área apresenta.

### **Fortalecimento Institucional**

A ausência de um sistema de informações gerenciais que contemple dados e informações sobre o mercado turístico, o perfil da demanda, os gastos turísticos, as preferências dos turistas, o produto interno bruto do setor turístico, o impacto econômico do turismo, dentre outras informações constitui um gargalo crítico para a gestão eficaz do turismo. O sistema de informações turísticas é a ferramenta básica para o planejamento e monitoramento da área turística, bem como para o processo de tomada de decisões.

Outro ponto crítico que se apresenta no Polo consiste na organização político-institucional e da atividade turística. Verifica-se:

- a desarticulação das instâncias gestoras do turismo;
- a incipiência de mecanismos de mobilização e participação comunitária na gestão territorial;
- a insuficiência de quadros de profissionais especializados e capacitados para atuação no setor;
- a ausência de especialistas habilitados para a elaboração e gestão de projetos e para captação de recursos;
- a carência de recursos orçamentários para a promoção da atividade turística.
- a falta de sensibilização da população local em relação ao turismo, sem reconhecê-lo como atividade econômica importante para o desenvolvimento da região e para a geração de emprego e renda;
- a capacitação dos profissionais para ocupação de postos de trabalho no mercado do turismo é incipiente para promover a melhoria da qualidade dos serviços turísticos e para o atendimento adequado ao turista;
- o fortalecimento da fiscalização nas áreas ambientais e o combate às queimadas.

Para a organização e controle na visitação dos atrativos dos segmentos principais constata-se:

- a necessidade de aquisição de veículos e equipamentos para os órgãos de turismo e de meio ambiente, tanto para o controle e fiscalização, quanto para facilitar o acesso dos turistas aos atrativos de forma sustentável;
- o controle e monitoramento da visitação dos atrativos por meio da implantação de voucher; e
- a criação de normas específicas voltadas ao Turismo de Aventura e Ecoturismo.

Para o fortalecimento institucional do Polo e das instâncias de governança é necessário o fortalecimento das relações entre o poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

### **Diversificação do Produto Turístico e Formatação de Produtos Turísticos Integrados**

A análise dos atrativos turísticos dos municípios do Polo permitiu identificar a diversidade natural, cultural e histórica existente na região. Isso possibilitou a formatação de novos produtos, mas, ao mesmo tempo, permitiu constatar que a acomodação da oferta se encontra

reduzida a poucos roteiros turísticos comercializados pelas agências de turismo e/ou por outros meios e que existe uma incipiência nos serviços de alimentação e hospedagem.

Esta situação gera a baixa permanência do turista na região e a redução do gasto turístico. O turista que vai para o polo procura do Turismo de Aventura e do Ecoturismo acaba levando o que vai consumir justamente pela falta de infraestrutura nos locais.

Apesar dos produtos e roteiros dos diversos municípios do Polo, o potencial de comercialização fica restrito às agências especializadas ou aos guias da cidade que conhecem a área, dificultando para o turista que queira viajar por conta própria.

O Polo necessita, portanto, de ações voltadas à estruturação de sua imagem e de seus atrativos que anseiem o desenvolvimento e o crescimento do turismo. Além disso, em Novo Acordo existe a necessidade de instalação de um Centro de Atendimento ao Turista visando à recepção do turista na região, a construção de um portal de acesso do município com o intuito de marcar o espaço, bem como a implantação de mirantes no trecho entre Novo Acordo/ São Félix do Tocantins para a contemplação da paisagem.

### **Marketing**

O Polo apresenta uma imagem/identidade, criada, em especial, pelas agências de turismo locais. Esta imagem/identidade baseia-se, notadamente, no serviço de transporte prestado pelas empresas devido à dificuldade de acesso ao Polo do Jalapão. Os trechos arenosos dificultam o trânsito de veículos e exigem o uso de veículo com tração por causa da facilidade de atolamento.

Esta dificuldade de acesso prejudica o desenvolvimento e a livre e segura circulação da população que busca trabalho, tratamento de saúde, realização de cursos ou outras atividades na região.

Há, portanto, a necessidade de adoção de estratégias e ações de marketing turístico consolidadas em um Plano de Marketing elaborado de acordo com as características do Polo. Esse plano deve ter como objetivo o atendimento de cenários futuros e deve desenvolver os produtos prioritários e os mercados-meta identificados.

O Plano de Marketing possui a função de organizar e consolidar as diretrizes, estratégias e ações para divulgação, promoção e comercialização do Polo, além de identificar a sua vocação e o público alvo dos produtos disponíveis.

### **Infraestrutura Básica e Turística**

Dentre as carências de infraestrutura e serviços destacam-se, principalmente, aquelas relacionadas ao acesso às cidades do Polo e aos atrativos. Falta pavimentação adequada nas principais vias de acesso, TO-030 (Novo Acordo/São Félix), TO-110 (São Félix/Mateiros) e TO-255 (Mateiros/Ponte Alta).

A precariedade das estradas prejudica o abastecimento de dinheiro nos poucos caixas eletrônicos encontrados nos municípios. Isso se agrava quando associado à falha nos sinais de internet e telefonia celular que prejudicam, não só a comunicação, como o uso de cartão de crédito.

As sinalizações turística e indicativa são precárias. É necessária a adequação ao padrão internacional ditado pela OMT de forma que permita o deslocamento e facilite o acesso às principais rodovias da cidade e às vias urbanas que levam os turistas e residentes aos atrativos turísticos e a outros pontos estratégicos do Polo.

Constata-se também a precariedade no serviço de esgotamento sanitário. São frequentes os casos de escoamento do esgoto em valas a céu aberto que poluem os recursos hídricos e fazem proliferar doenças que atingem, principalmente, as comunidades com menor poder aquisitivo.

O diagnóstico revela também que os atrativos do Polo necessitam de melhor infraestrutura no que diz respeito à construção/reforma de banheiros e adequação de trilhas, possibilitando o aumento do fluxo turístico na região.

### **Fragilidade Ambiental**

O patrimônio natural do Polo é formado por morros, cachoeiras, fervedouros, rios, dunas, cânions, reservas e áreas de preservação ambiental. Estas áreas são atrativas para os turistas e contribuem para o fortalecimento dos segmentos de Ecoturismo que complementa, naturalmente, o Turismo de Aventura.

Neste sentido, a gestão ambiental deve ser tratada de forma cuidadosa. Um dos desafios consiste em conciliar a exploração dos atrativos e a capacidade dos órgãos em monitorar e fiscalizar o fluxo de turistas para o desenvolvimento sustentável no Polo.

O monitoramento das áreas frágeis e dos atrativos depende, entretanto, de estudos de capacidade de carga e também da elaboração de Planos de Manejo para estas áreas.

Por se tratar de uma área frágil do ponto de vista ambiental, a pavimentação das vias TO-030 (Novo Acordo/São Félix), TO-110 (São Félix/Mateiros) e TO-255 (Mateiros/Ponte Alta) necessitam da elaboração de estudos de impacto ambiental para garantir o desenvolvimento do turismo em consonância com o meio ambiente natural.

Além disso, a diversidade natural existente propicia a elaboração de programas voltados à pesquisa científica no parque Estadual do Jalapão.

### **C. Posição atual da área no mercado turístico versus seu posicionamento potencial**

Diante das análises realizadas e da delimitação dos segmentos e produtos turísticos consolidados e potenciais, é possível visualizar a condição instalada, a reflexão a respeito da posição atual do Polo do Jalapão no mercado turístico e sobre o que é necessário empreender para que seja alcançado o potencial pleno de desenvolvimento sustentável do turismo.

A consolidação do turismo no Polo do Jalapão necessita de investimentos de peso em infraestrutura básica, em equipamentos públicos e em serviços de setores privados como restaurantes e lanchonetes, hotéis e pousadas, agências de viagens, dentre outros.

Por outro lado, é evidente o potencial do Polo quanto aos produtos disponíveis, sejam eles naturais, culturais ou de outra natureza. Isso traz perspectivas positivas para competir com os destinos da região devido, principalmente, a sua riqueza, diversidade e singularidade. Entretanto, dois fatores influenciam no rumo ao desenvolvimento sustentável:

- a centralização do fluxo turístico em Mateiros e Ponte Alta do Tocantins, cuja rede hoteleira detém a maioria dos pernoites gerados pela permanência do turista nessas cidades em detrimento dos demais municípios do Polo do Jalapão, que contam com Unidades de hospedagem em quantidade e qualidade inferiores;
- a concentração da oferta turística comercializada em Mateiros e Ponte Alta do Tocantins. Os roteiros e os acessos aos atrativos turísticos são poucos e duram apenas três dias, não gerando movimentos na economia local.

Desta forma, o potencial pleno do Polo só será alcançado com investimentos continuados, planejados com rigor e monitorados quanto aos resultados alcançados. Todos os componentes de investimento típicos do Prodetur, por exemplo, a formatação do produto turístico, a adoção de estratégias eficazes de comercialização, o fortalecimento da gestão, a implantação e melhoria da infraestrutura básica e dos serviços públicos e as ações socioambientais devem se encaixar nas necessidades do Polo.

Outra mudança essencial e de grande impacto para que o Polo possa despontar em todo o seu potencial diz respeito à imagem, identidade da área turística. Ainda que o Polo do

Jalapão tenha sido instituído não se percebem os efeitos de um processo de planejamento turístico refletindo na formatação de produtos e roteiros integrados, que potencializem toda a diversidade dos municípios e que integre os outros Polos do Tocantins. O Polo do Jalapão possui uma imagem consolidada no turismo nacional como segmento de Turismo de Aventura, mas é necessário o fortalecimento dessa imagem e a criação de novos produtos turísticos.

Em síntese, o Polo do Jalapão, como investimentos e comum processo contínuo de desenvolvimento, poderá alcançar as condições necessárias para competir, com vantagem, com outros destinos turísticos da região Centro-Oeste ou de outras regiões brasileiras. Para tanto deve:

- ser reconhecido como produto turístico de qualidade, diversificado, capaz de satisfazer os segmentos-meta;
- dar ênfase à riqueza e diversidade natural e histórico-cultural que o caracteriza;
- melhorar as condições de acesso ao Polo e aos atrativos;
- melhorar a infraestrutura turística de hospedagem e, principalmente de alimentação.

#### D. Estruturação da matriz SWOT do Cenário Atual

A partir do conhecimento da realidade dos municípios do Polo, consolidada no diagnóstico, a análise da realidade atual da área abrangida foi realizada a partir dos princípios metodológicos da matriz SWOT - *Strengths /Weaknesses/ Opportunities / Threats* ou Forças / Fragilidades / Oportunidades / Ameaças. Foram consideradas as forças e fragilidades pertinentes ao cenário atual, reconhecidas como fatores internos inerentes ao Polo, bem como as oportunidades e ameaças, reconhecidas como fatores externos, que impactam o desenvolvimento do turismo no território.

A análise procedida foi feita pelo cruzamento dessas variáveis, considerando o modelo expresso na figura a seguir:

Figura 102: Análise SWOT

		AMBIENTE INTERNO	
		FORÇAS	FRAGILIDADES
AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES	<p>CAPITALIZAÇÃO/DESENVOLVIMENTO</p> <p><b>FORÇAS x OPORTUNIDADES</b></p> <p>Desenvolvimento. Resultado mais rápido - consolidação do desenvolvimento. Campos mais acessíveis. Ambiente preparado – sinal aberto.</p> <p><b>PRIORIDADE 1</b></p>	<p>CRESCIMENTO</p> <p><b>FRAGILIDADES x OPORTUNIDADES</b></p> <p>Eliminar ou minimizar os pontos fracos, para aproveitar as oportunidades. Intervenções para não perder as oportunidades presentes.</p> <p><b>PRIORIDADE 2</b></p>
	AMEAÇAS	<p>MANUTENÇÃO</p> <p><b>FORÇAS x AMEAÇAS</b></p> <p>Monitorar ameaças. Exercer o controle sobre a situação. Manter ou aperfeiçoar as forças. Gestão do ambiente interno.</p> <p><b>PRIORIDADE 3</b></p>	<p>SOBREVIVÊNCIA</p> <p><b>FRAGILIDADES x AMEAÇAS</b></p> <p>Eliminar ou minimizar, ao máximo, as fragilidades e monitorar as ameaças. <b>PERIGO! INTERVIR COM URGÊNCIA!</b></p> <p><b>PRIORIDADE 4</b></p>

Fonte: Technum Consultoria, 2013.

**Quadrante 1:** diante de um dado de realidade que representa Força identificada no ambiente interno reconhecida como fator impulsor, em cruzamento com uma Oportunidade detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir em função de capitalizar o que está acessível, obtendo assim respostas rápidas rumo ao DESENVOLVIMENTO;

**Quadrante 2:** igualmente, diante de um dado da realidade que representa Força identificada no ambiente interno, reconhecida como fator impulsor, agora em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação de agir no sentido de manter as forças e de monitorar as ameaças, tendo como resultante a MANUTENÇÃO. Esta ação requer uma postura proativa e assertiva, na medida em que os atores do ambiente interno não podem interferir diretamente para superação das ameaças, que estão fora de seu controle;

**Quadrante 3:** Neste caso, diante de um dado da realidade interna, que representa Fragilidade – barreira ao desenvolvimento, em cruzamento com uma Oportunidade, tem-se a indicação de ações que levem à reversão da fragilidade, de forma a não desperdiçar a Oportunidade apresentada pelo ambiente externo. Assim, ter-se-á como resultante o CRESCIMENTO, ainda que este possa vir de forma lenta, dependendo das dificuldades a serem enfrentadas para eliminação ou minimização da fragilidade em tela;

**Quadrante 4:** Neste caso, diante de um dado da realidade interna, que representa também uma Fragilidade - uma barreira ao desenvolvimento em cruzamento com uma Ameaça detectada no ambiente externo, tem-se a indicação clara de intervenções urgentes, prioritárias, para eliminar ou minimizar a fragilidade interna e, desta forma, com forças repostas, poder SOBREVIVER às ameaças externas.

Para a avaliação procedida a partir da Matriz SWOT foram estabelecidos cinco pontos focos de análise:

- **Produto Turístico** - relaciona-se diretamente com a motivação de viajar a um destino turístico. Tem como base os atrativos que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação de viagem e possibilitar o consumo turístico.
- **Comercialização** - contempla as ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.
- **Fortalecimento Institucional** - engloba ações orientadas a fortalecer as instituições do Polo turístico, por meio de mecanismos de gestão e coordenação no âmbito federal, estadual e local e do setor privado, e de apoio da gestão turística estadual e municipal.
- **Infraestrutura e Serviços Básicos** - integra investimentos de infraestrutura e serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e para satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada, quanto a serviços de saneamento, energia, telecomunicações, saúde, segurança e transporte.
- **Gestão Socioambiental** - engloba a proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar.

A análise a seguir apresentada refere-se a Leitura Técnica da Consultoria, bem como a Leitura Comunitária. A leitura técnica está baseada na visão dos técnicos envolvidos, a partir dos insumos coletados na realidade, das Prefeituras e/ou Secretarias dos municípios do Polo. A leitura comunitária refere-se à análise, discussão e coleta de contribuições realizadas tanto nas reuniões específicas quanto na Oficina de fechamento do Diagnóstico onde participaram os atores locais de maior relevância no setor.

No quadro a seguir é apresentada a síntese da Matriz SWOT elaborada.

**Quadro 23: Forças, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças do Polo do Jalapão.**

<b>Produto Turístico</b>	
<p>Relaciona-se diretamente com a motivação de viajar a um destino turístico. Tem como base os atrativos que originam o deslocamento do turista a um espaço geográfico determinado e inclui os equipamentos e serviços necessários para satisfazer a motivação de viagem e possibilitar o consumo turístico.</p>	
<p><b>Forças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Diversidade de atrativos naturais e culturais – artesanato, fauna e flora (itens 2.1, 2.1.6, 2.3);</li> <li>• Artesanato local com identidade e qualidade (item 2.3.1.2);</li> <li>• Atividades de Ecoturismo e de Turismo de Aventura (itens 2.1, 2.1.6, 2.3, 2.2);</li> <li>• Competitividade de Mateiros potencializada como um dos destinos indutores do turismo indicados pelo MTUR (item 2.2.6);</li> <li>• Incentivo à produção e à comercialização do artesanato local (item 2.3.1.2).</li> <li>• Singularidade dos atrativos (item 2.1.3)</li> <li>• Existência de atrativos em propriedades privadas, ainda não explorados, mas que poderão ser disponibilizados para o uso turístico (item 2.1.3)</li> </ul>	<p><b>Fragilidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área territorial muito extensa e diversificada, dificultando o acesso rápido a diferentes atrativos (item 2.3, 2.1.1);</li> <li>• Falta de visão dos proprietários e dos comerciantes dos produtos, integrada e intercomplementar aos produtos turísticos (itens 2.3.1, 2.3.1.1);</li> <li>• Falta de planejamento integrado de eventos turísticos nos municípios (item 2.3.1.2);</li> <li>• Deficiência de infraestrutura turística e de serviços nas cidades e nos atrativos (itens 2.3.1.1, 2.2);</li> <li>• Deficiência no transporte interurbano de passageiros (item 2.2);</li> <li>• Falta de oferta de roteiros turísticos (item 2.3.1.1);</li> <li>• Fragilidade dos Centros de Atendimento ao Turista quanto aos equipamentos, informação e gestão (item 2.3.2);</li> <li>• Carência de profissionais qualificados para a cadeia do turismo (item 2.3);</li> <li>• Pouca utilização de guias locais pelas operadoras turísticas (item 2.3);</li> <li>• Deficiência ou precariedade da sinalizações turísticas (itens 2.1.1, 2.1.4, 2.2.2, 2.3.1.1, 2.1, 2.1.1);</li> <li>• Falta de hotéis e de locais para a alimentação do turista (item 2.3.2);</li> <li>• Pouca oferta de serviços de apoio aos turistas em alguns municípios como caixas eletrônicos de bancos, oficinas mecânicas (item 2.2).</li> </ul>
<p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Duas estações climáticas, bem definidas, favorecendo os roteiros dos segmentos principais (itens 2.3.1.1, 2.4.2);</li> <li>• Programas federais de incentivo ao desenvolvimento do turismo e da cultura (item 2.3.2);</li> <li>• Investimentos realizados com recursos do Prodetur no estado do Tocantins (item 2.3.3);</li> <li>• Valorização do Ecoturismo e do turismo histórico-cultural (item 2.1.3).</li> </ul>	<p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concorrência de outras regiões com produtos mais qualificados e consolidados (item 2.1.2.6);</li> <li>• Fragilidade dos recursos ambientais de uso turístico (itens 2.1.3, 2.4.2);</li> <li>• Duas estações climáticas, bem definidas, dificultando, ainda mais, o acesso nos períodos de chuva e enfrentando as queimada nas épocas de seca (item 2.1.3.1).</li> </ul>

## Comercialização

Contempla as ações destinadas a fortalecer a imagem dos destinos turísticos e a garantir a eficiência e eficácia dos meios de comercialização escolhidos.

<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Identidade/imagem associada ao Polo (item 2.1.6);</li><li>• Portfólio estratégico do Polo consolidado nos segmentos de Ecoturismo e turismo de Aventura (item 2.1.6);</li><li>• Existência de estudos voltados para iconografia no polo Jalapão, para a cadeia produtiva do Capim Dourado (item 2.3);</li><li>• Participação de Produtos do Polo em Feiras Promocionais Nacionais e Internacionais (item 2.3).</li><li>• Conquista do Selo de Indicação Geográfica do Capim Dourado (Patente) (item 2.3);</li></ul>	<b>Fragilidades</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de integração para comercialização do destino com a capital do Estado (item 2.1.6);</li><li>• Inexistência de diretrizes de marketing específico para o Polo (item 2.2.3);</li><li>• Falta de integração entre o empresariado para comercialização dos produtos turísticos (item 2.1.6);</li><li>• Distância entre os municípios do Polo dificultando a implantação de roteiros integrados (item 2.1.1).</li><li>• Deficiência no encadeamento de serviços turísticos no polo (item 2.1.3);</li><li>• Falta de estudo de formação de preços frente ao mercado concorrente (item 2.1.1);</li><li>• Falta um Plano de Desenvolvimento e Monitoramento da Qualidade (item 2.1.1);</li><li>• Falta de Selos de Certificação da Qualidade dos Equipamentos e do artesanato local (item 2.1.1);</li><li>• Falta do Voucher para controle de visitação dos atrativos (item 2.1.3, 2.3);</li></ul>
<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Comercialização do turismo facilitada pela definição, pelo MTur, de Mateiros como destino indutor do turismo no país (item 2.1.6);</li></ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Destinos competidores consolidados (item 2.2.6).</li></ul>

## Gestão Ambiental

Engloba a proteção dos recursos naturais e culturais, que constituem a base da atividade turística, além de prevenir e minimizar os impactos ambientais e sociais que os diversos investimentos turísticos possam gerar.

<b>Forças</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Diversidade dos recursos naturais (itens 2.1, 2.1.6, 2.3.1.1);</li><li>• Presença de Unidades de Conservação e do mosaico de UC, com destaque para o Parque Estadual do Jalapão. (item 2.4.1.4).</li></ul>	<b>Fragilidades</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Falta de sensibilização da população e dos turistas referente às questões voltadas à preservação ambiental e turismo sustentável (itens 2.1.3, 2.4.2);</li><li>• Falta de priorização por parte dos administradores para a preservação ambiental (item 2.4.3);</li><li>• Meio ambiente frágil (itens 2.3.1, 2.4.2).</li></ul>
<b>Oportunidades</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Existência de Projetos voltados ao meio ambiente (itens 1.3.1.1, 4.3.1, 4.5);</li><li>• Presença de Unidades de Conservação Federal, Estadual e Municipal (item 4.1.4).</li></ul>	<b>Ameaças</b> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ausência de fiscalização e monitoramento ambiental (itens 2.3.1, 2.4.2);</li><li>• Queimadas (itens 2.3.1, 2.4.2).</li></ul>

## Fortalecimento Institucional

Engloba ações orientadas a fortalecer as instituições do Polo turístico, mecanismos de gestão e coordenação no âmbito federal, estadual e local e do setor privado, e de apoio da gestão turística estadual e municipal.

### Forças

- Existência das Secretarias Municipais de turismo (item 2.3.1);
- Existência de órgão estadual de turismo (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins) – (item 2.3.1).

### Fragilidades

- Falta de integração e articulação intermunicipal e do trade (item 2.3.1);
- Pouca iniciativa na atuação dos Conselhos Municipais de Turismo (item 2.3.1);
- Ausência ou precariedade de Instrumentos de Gestão municipais e regionais (item 2.3.4);
- Inexistência de Planos específicos voltados ao turismo (item 2.3.4);
- Dependência de ações e políticas estaduais e federais (item 2.3.1);
- Pouca participação da sociedade no desenvolvimento turístico (item 2.3.1);
- Falta de profissionais qualificados para o mercado do turismo (item 2.3.1);

### Oportunidades

- Recursos de Programas de Governo Federal e Estadual para investimento em fortalecimento (item 2.3.5).

### Ameaças

- Descontinuidade de políticas públicas nos municípios e Estado (item 2.3.1);
- Dependência de ações e políticas estaduais e federais (item 2.3.1).

## Infraestrutura e Serviços Básicos

Integra investimentos de infraestrutura e serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e para satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada, quanto a serviços de saneamento, energia, telecomunicações, saúde, segurança e transporte.

### Forças

- Fornecimento de energia elétrica satisfatório (item 2.2.7).

### Fragilidades

- Sinalizações básica e turística precária (itens 2.1.1, 2.2.1);
- Precariedade dos meios de comunicação (item 2.2.6);
- Deficiência de sistema de tratamento e deposição adequada dos resíduos sólidos (item 2.2.4);
- Falta de policiamento turístico (item 2.2.9);
- Baixa acessibilidade e funcionamento dos equipamentos turísticos (item 2.1.3);
- Vias de acesso entre os municípios do Polo em leito natural (item 2.2.1);
- Fornecimento de energia elétrica falho na época das chuvas (item 2.2.7);
- Malha viária estadual em péssimas condições de circulação (item 2.2.1);
- Problemas quanto à cobertura da telefonia fixa, móvel e internet (item 2.2.6);
- Dificuldades de acesso a muitos atrativos naturais e falta de infraestrutura de apoio nesses atrativos (2.1.3, 2.2.1);
- Falhas no fornecimento de energia elétrica (item 2.2.7);
- Falta de regularização fundiária na região do

## Infraestrutura e Serviços Básicos

Integra investimentos de infraestrutura e serviços não vinculados diretamente a produtos turísticos, mas necessários para gerar acessibilidade ao destino e dentro dele e para satisfazer as necessidades básicas do turista durante a sua estada, quanto a serviços de saneamento, energia, telecomunicações, saúde, segurança e transporte.

	<p>Parque Estadual do Jalapão (item 2.1.3)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pouca oferta de serviços de apoio aos turistas em alguns municípios como caixas eletrônicas de bancos (item 2.2.6).</li></ul>
<p><b>Oportunidades</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Pavimentação e recuperação de rodovias (item 2.2.1).</li></ul>	<p><b>Ameaças</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Queimadas (itens 2.3.1, 2.4.2);</li><li>• Infraestrutura aeroportuária deficiente, somente campo de pouso particular (item 2.2.1);</li></ul>

Fonte: Technum Consultoria, 2013.

A partir de todos esses insumos foi validada a área turística conforme apresentado no capítulo a seguir, bem como sintetizados as informações referentes aos principais pontos do diagnóstico, separados em temas de maior relevância.

### **3. VALIDAÇÃO DA ÁREA TURÍSTICA E ESTRATÉGIAS**

## 3.1. Validação da Área - Hierarquização dos atrativos turísticos

### 3.1.1 Importância dos Atrativos Turísticos

Como um dos itens a considerar para a validação da seleção da área turística, a análise da importância dos atrativos turísticos existentes baseou-se na hierarquização dos atrativos descritos nesse documento no item 2.1.3.

A metodologia utilizada teve como base o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil Módulo Operacional 7: Roteirização Turística, criado pelo Ministério do Turismo no ano de 2007. Essa metodologia busca avaliar os atrativos de acordo com o potencial de atratividade, o grau de uso atual, a representatividade, o estado de conservação, a infraestrutura e a acessibilidade.

- **Avaliação do Potencial de Atratividade**

Para a avaliação do potencial de atratividade foi considerado a peculiaridade e o interesse que o atrativo pode despertar nos turistas. A ordem quantitativa desta análise pode ser verificada por meio do quadro a seguir. Importa acrescentar que: os atrativos serão hierarquizados na ordem de zero (ausência de méritos suficientes para atrair o turista) a 3 (alto potencial de atratividade).

Existe uma relação direta entre distância percorrida e atratividade, de acordo com Lemos<sup>2</sup>. O autor cita que quanto maior for a distância percorrida para o acesso ao atrativo, mais potencial de atratividade este deve possuir. Dessa forma, a avaliação do potencial de atratividade turística é necessária, uma vez que nem sempre um atrativo turístico atende aos padrões de qualidade exigidos pelos turistas nacionais ou internacionais. Devido a precariedade de acesso e de infraestrutura de apoio, os atrativos são frequentados apenas pelo turista local.

**Quadro 24: Critérios para Avaliação do Potencial de Atratividade**

HIERARQUIA	CARACTERÍSTICAS
0 (sem méritos suficientes)	Atrativos sem méritos suficientes, mas que são parte do patrimônio turístico como elementos que podem complementar outros de maior hierarquia. Podem motivar correntes turísticas locais, em particular a demanda de recreação popular.
1 (baixo)	Atrativos com algum aspecto expressivo, capazes de interessar visitantes do próprio país, que tenham chegado à área por outras motivações turísticas ou capazes de motivar fluxos turísticos regionais e locais, atuais e potenciais.
2 (médio)	Atrativos com aspectos excepcionais em um país, capazes de motivar uma corrente atual ou potencial de visitantes deste país ou estrangeiros, em conjunto com outros atrativos próximos a este.
3 (alto)	Atrativos turísticos excepcionais e de grande interesse, com significação para o mercado turístico internacional, capazes de, por si só, motivar importantes correntes de visitantes, atuais e potenciais.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

<sup>2</sup> (LEMOS, L.A. Turismo e as informações de mercado: o enfoque na demanda. In: CASTROGIOVANNI, A.C; GASTA.S (Orgs.). Turismo urbano: cidades, sites de excitação turística. Porto Alegre: Dos Autores Editora, 1999).

- **Avaliação de Aspectos Complementares**

Nesta análise foram considerados aspectos referentes ao grau de uso atual do atrativo, à representatividade, ao estado de conservação da paisagem circundante, à infraestrutura existente e às condições de acesso, conforme aponta o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil Módulo Operacional 7: Roteirização Turística e são descritos a seguir:

- **grau de uso atual:** refere-se ao fluxo turístico do atrativo. Essa dimensão analisa a situação efetiva do fluxo turístico em cada atrativo considerando que quanto maior o grau de uso, maior a utilização turística efetiva. Deve-se considerar, no entanto, maior atenção do poder público nesses atrativos porque é comum que as áreas naturais que apresentem fluxo turístico intenso são as mais degradadas pelo alto nível de utilização.
- **representatividade:** relaciona-se à singularidade ou raridade do atrativo. O atrativo é classificado como singular ou raro no momento em que suas características se diferem dos outros atrativos. Essa dimensão cita que a singularidade do atrativo corresponde ao valor atribuído ao mesmo pelo fato dele ser considerado único e, quanto mais singular, mais passível do atrativo gerar atração.
- **estado de conservação da paisagem circundante:** relaciona-se à área circunvizinha ao atrativo, verificado por meio de visita *in loco*. O estado de conservação do atrativo refere-se à sua qualidade enquanto recurso natural. Assim, quanto mais conservado, mais importante para determinadas atividade de turismo como, por exemplo, o Ecoturismo e turismo Sol e Praia. Essa dimensão pode auxiliar na identificação dos atrativos que se encontram em processo de degradação, servindo de alerta para intervenções mitigadoras dos impactos negativos.
- **infraestrutura:** refere-se às observações *in loco* das instalações, equipamentos ou serviços que se vinculam ou interferem na atividade turística do atrativo. Essa dimensão pretende analisar a infraestrutura instalada no atrativo levando-se em consideração elementos como banheiros públicos, estacionamento, serviço de alimentação e de comunicação, dentre outros. Os atrativos que possuem alto grau de interesse, mas em condições precárias para a recepção dos turistas são prioritários para a elaboração e execução de ações que busquem melhoria na infraestrutura.
- **acesso:** diz respeito às condições das vias existentes para o acesso ao atrativo. A facilidade de acesso, a localização geográfica e as sinalizações indicativa e turística correspondem a elementos determinantes para a acessibilidade de um atrativo. Esses itens podem facilitar ou prejudicar a utilização do atrativo, bem como na percepção do turista em relação ao mesmo. Ou seja, uma localidade mesmo possuindo infraestrutura turística ou sendo considerado atrativo potencial, pode ter sua comercialização inviabilizada devido a dificuldade de acesso. Portanto, quanto mais acessível o atrativo, maior a sua possibilidade de integração a roteiros turísticos.

Dado o exposto, o quadro a seguir apresenta a matriz utilizada para a hierarquização dos atrativos tendo em vista a validação da seleção da área turística.

**Quadro 25: Matriz de hierarquização dos atrativos turísticos**

CRITÉRIOS	CLASSIFICAÇÃO			
	0	1	2	3
(a) Potencial de atratividade	Sem méritos suficientes	Baixo	Médio	Alto
(b) Grau de uso atual	Fluxo turístico insignificante	Pequeno fluxo	Média intensidade e fluxo	Grande fluxo
(c) Representatividade	Nenhuma	Elemento bastante comum	Pequeno grupo de elementos similares	Elemento singular, raro
(d) Estado de conservação da paisagem circundante	Estado de conservação péssimo.	Estado de conservação regular	Bom estado de conservação	Ótimo estado de conservação
(e) Infraestrutura	Inexistente	Existente, mas em estado precário.	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias.	Existente e em ótimas condições
(f) Acesso	Inexistente	Em estado precário	Existente, mas necessitando de intervenções/melhorias.	Em ótimas condições

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Nos itens **potencial de atratividade** e **representatividade** será atribuído peso 2 (dois), uma vez que estes são considerados mais significativos em comparação com os demais itens avaliados, conforme aponta o Módulo Operacional 7 do Programa de Regionalização do Turismo. A soma dos pontos obtidos define o *ranking* dos atrativos analisados, portanto, quanto maior o número de pontos do atrativo, maior a sua importância relativa.

A partir do Diagnóstico Estratégico realizado, foi definida a lista de atrativos a considerados relevantes e potenciais para o desenvolvimento do turismo, conforme apresentado no quadro a seguir. Importa acrescentar que a escolha dos atrativos a serem avaliados se deu por meio da leitura técnica juntamente com o órgão de turismo do Estado.

**Quadro 26: Atrativos Turísticos do Polo do Jalapão Considerados para Hierarquização**

ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS CULTURAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cachoeira das Araras</li> <li>• Cachoeira da Jalapinha</li> <li>• Cachoeira do Formiga</li> <li>• Cachoeira da Velha</li> <li>• Cachoeira do Soninho</li> <li>• Cachoeira do Lajeado</li> <li>• Cânion Sussuapara</li> <li>• Dunas do Jalapão</li> <li>• Fervedouro do Alecrim</li> <li>• Fervedouro dos Buritis</li> <li>• Morro da Pedra Furada</li> <li>• Morro do Gorgulho</li> <li>• Morro da Catedral</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidade Mumbuca</li> <li>• Comunidade do Prata</li> <li>• Artesanato de Capim Dourado</li> </ul>

ATRATIVOS NATURAIS	ATRATIVOS CULTURAIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Praia do Borges</li> <li>• Praia do Tamburi</li> <li>• Prainha do Rio Novo</li> <li>• Prainha do Alecrim</li> <li>• Rio Novo</li> <li>• Rio Soninho</li> <li>• Serra do Espirito Santo</li> </ul>	

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Tomando como referência os atrativos do quadro anterior, tem-se o mapa de localização dos atrativos já indicados no item 2.1.3 e a tabela de hierarquização (tabela 32) que mostra a pontuação de cada atrativo.

Cada atrativo teve a pontuação somada, obtendo um resultado entre 0 e 24 pontos. Desta forma, define-se a relação dos atrativos por meio de sua pontuação, sendo considerado que, quanto maior o número de pontos do atrativo, maior a sua relevância e também sua necessidade de investimentos para garantir ao turista melhor experiência na área.

**Tabela 32: Hierarquização de Atrativos do Polo do Jalapão**

TIPOS DE ATRATIVO	ATRATIVO	POTENCIAL DE ATRATIVIDADE (N X 2)	GRAU DE USO ATUAL	REPRESENTATIVIDADE (N X 2)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	INFRAESTRUTURA	ACESSO	TOTAL
Atrativos Naturais	Cachoeira das Araras	2 x 2= 4	1	1 x 2 = 2	2	2	1	12
	Cachoeira da Jalapinha	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	1	1	1	8
	Cachoeira do Formiga	2 x 2= 4	2	2 x 2= 4	1	1	1	13
	Cachoeira da Velha	3 x 2 = 6	1	2 x 2= 4	2	1	1	15
	Cachoeira do Soninho	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	1	0	1	7
	Cachoeira do Lajeado	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	1	0	1	7
	Cânion Sussuapara	2 x 2= 4	1	2 x 2= 4	1	0	1	11
	Dunas do Jalapão	3 x 2 = 6	1	3 x 2 = 6	3	0	1	17
	Fervedouro do Alecrim	2 x 2= 4	2	2 x 2= 4	1	1	2	14
	Fervedouro dos Buritis	2 x 2= 4	2	2 x 2= 4	2	1	1	14
	Morro da Pedra Furada	2 x 2= 4	1	2 x 2= 4	1	0	2	12
	Morro do Gorgulho	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	1	1	1	8
	Morro da Catedral	2 x 2= 4	1	2 x 2= 4	2	0	0	11
	Praia dos Borges	0 x 2 = 0	3	1 x 2 = 2	0	1	2	8
	Praia do Tamburi	0 x 2 = 0	3	1 x 2 = 2	0	1	3	9

TIPOS DE ATRATIVO	ATRATIVO	POTENCIAL DE ATRATIVIDADE (N X 2)	GRAU DE USO ATUAL	REPRESENTATIVIDADE (N X 2)	ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA PAISAGEM CIRCUNDANTE	INFRAESTRUTURA	ACESSO	TOTAL
Atrativos Naturais	Prainha do Rio Novo	2 x 2= 4	1	1 x 2 = 2	2	1	1	12
	Prainha do Alecrim	2 x 2= 4	3	1 x 2 = 2	1	1	2	13
	Rio Novo	2 x 2= 4	1	1 x 2 = 2	2	0	2	11
	Rio Soninho	1 x 2 = 2	1	1 x 2 = 2	1	0	1	7
	Serra do Espirito Santo	2 x 2= 4	1	2 x 2= 4	3	0	1	13
Atrativos Culturais	Comunidade Mumbuca;	2 x 2= 4	2	2 x 2= 4	2	2	1	15
	Comunidade do Prata;	2 x 2= 4	2	2 x 2= 4	2	2	1	15
	Artesanato de Capim Dourado	2 x 2= 4	2	3 x 2 = 6	2	2	1	17

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

A avaliação das informações contidas na tabela anterior corrobora com a afirmação da potencialidade turística do Polo, uma vez que se confirma a presença de atrativos existentes ou potenciais para o desenvolvimento do turismo, envolvendo diversidade de oferta para os segmentos de: Aventura, Ecoturismo e Cultural. A maioria dos atrativos foi avaliada com (i) baixo fluxo turístico; (ii) elemento comum ou inserido em um pequeno grupo de elementos similares; (iii) paisagem circundante em bom estado de conservação; (iv) infraestrutura existente, porém em estado precário; e (v) acesso em estado precário. Dessa forma, o potencial de atratividade deverá ser incentivado por investimentos em infraestrutura, especialmente em acessibilidade, que alavancarão o desenvolvimento das atividades turísticas para a região, aumentando o fluxo, gasto e permanência do turista.

Considerando os critérios que definem a mensuração qualitativa dos atrativos, pode-se estabelecer o ranking dos atrativos do Polo. Tal mensuração possui a finalidade de determinar prioridades para a implementação de políticas e ações voltadas para a melhoria dos atrativos turísticos e também para auxiliar a estruturação de roteiros permitindo, portanto, uma melhor experiência turística. Assim, após tomar por base os dados especificados nos quadros e tabelas anteriores instituiu-se a classificação dos atrativos, apresentadas a seguir.

**Tabela 33: Ranking dos Atrativos do Polo do Jalapão**

ATRATIVOS	TOTAL	RANKING
Dunas do Jalapão	17	<b>1º</b>
Artesanato de Capim Dourado	17	
Cachoeira da Velha	15	<b>2º</b>
Comunidade Mumbuca	15	
Comunidade do Prata	15	
Fervedouro do Alecrim	14	<b>3º</b>
Fervedouro dos Buritis	14	
Cachoeira do Formiga	13	<b>4º</b>
Prainha do Alecrim	13	
Serra do Espírito do Santo	13	
Cachoeira das Araras	12	<b>5º</b>
Morro da Pedra Furada	12	
Prainha do Rio Novo	12	
Cânion Sussuapara	11	<b>6º</b>
Morro da Catedral	11	
Rio Novo	11	
Praia do Tamburi	9	<b>7º</b>

ATRATIVOS	TOTAL	RANKING
Cachoeira da Jalapinha	8	8º
Morro do Gorgulho	8	
Praia dos Borges	8	
Cachoeira do Soninho	7	9º
Cachoeira do Lajeado	7	
Rio Soninho	7	

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Da análise das tabelas 32 e 33 conclui-se que as **Dunas do Jalapão** e o **artesanato com Capim Dourado** possuem grande importância na região, somando 17 pontos cada um e ficando na primeira posição no *ranking*. Diferentemente dos demais atrativos avaliados, esses dois, por sua exclusividade, colocam-se como atrativos de escala, capaz de motivar por si só importantes fluxos internacionais e nacionais. É importante ter em mente que, apesar da significativa classificação desses atrativos do ponto de vista do potencial de atratividade, o fluxo turístico internacional ainda é muito incipiente em relação ao turismo nacional. No entanto, esse indicador serve como importante instrumento para a tomada de decisões e priorização de desenvolvimento de projetos turísticos. As figuras a seguir ilustram esses atrativos.

**Figura 103: Dunas do Jalapão – Município de Mateiros**



Dunas do Jalapão

Dunas do Jalapão

Capim Dourado

Capim Dourado

Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As **comunidades quilombolas (Mumbuca e Prata)** e a **Cachoeira da Velha**, ilustradas nas figuras 104 e 105, somaram 15 pontos cada uma, assumindo a segunda posição. Merece destaque o uso atual, o estado de conservação da paisagem circundante e a infraestrutura nas Comunidades. A Cachoeira da Velha também atratividade foi bem pontuada. No tocante ao uso atual dos atrativos, deve-se ter maior atenção no que se refere à intensidade do fluxo versus a degradação dos atrativos devido ao alto nível de utilização.

**Figura 104: Comunidade quilombola Mumbuca**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

**Figura 105: Cachoeira da Velha – Município de Mateiros**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

Em terceiro lugar, com 14 pontos, ficaram os **Fervedouros do Alecrim e dos Buritis**, apresentados nas figuras a seguir. Na avaliação os fervedouros são considerados atrativos que motivam fluxos nacionais e internacionais desde que em conjunto com outros atrativos que estejam localizados próximos a eles. O fluxo de turistas nesses atrativos possui média intensidade e, no que se refere à representatividade, os atrativos foram considerados potencias por possuírem elementos singulares.

**Figura 106: Fervedouro do Alecrim e Prainha do Alecrim – Município de São Félix do Tocantins**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

A **Cachoeira do Formiga**, a **Prainha do Rio Novo** e a **Serra do Espírito do Santo** ficaram em quarto lugar no *ranking*, somando 13 pontos cada uma, enquanto que a **Cachoeira das Araras**, o **Morro da Pedra Furada** e a **Prainha do Rio Novo** receberam, cada um, 12 pontos nas dimensões avaliadas, ficando em quinto lugar no *ranking*. Esses atrativos possuem potencial de atratividade, apesar de obterem pontuação baixa em relação à infraestrutura e acessos. Esses atrativos possuem alto grau de interesse, porém tem condições precárias para a recepção dos turistas e, por isso, necessitam de ações de melhorias em infraestrutura. As fotos a seguir ilustram os atrativos citados.

**Figura 107: Atrativos do Polo do Jalapão**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

As **Cachoeiras da Jalapinha, do Soninho e do Lajeado**, bem como o **Morro do Gorgulho**, a **Praia dos Borges e do Tamburi** e o **Rio Soninho** recebem, na avaliação geral, nota inferior aos demais atrativos, principalmente em relação à atratividade e representatividade. Necessita-se, portanto, de um planejamento adequado para o desenvolvimento desses atrativos, tendo em vista o aumento da demanda turística no Polo.

Nessa temática é válido ressaltar que o Polo possui grande potencial para desenvolvimento de atividades turísticas integradas e voltadas para os segmentos de Ecoturismo, Turismo de Aventura e Turismo Cultural. É propícia, portanto, a prática de esportes de aventura como *rafting*, *treking* ou ainda atividades com menos impacto como o banho, lazer, contemplação e visitas às comunidades. Um elemento que deve ser ressaltado é que em todos os atrativos a beleza cênica e a singularidade da paisagem natural estão presentes. Ressalta-se nesses quesitos principalmente as Dunas do Jalapão.

O desenvolvimento de ações conjuntas para as diferentes hierarquias de atrativos pela criação de roteiros integrados proporcionará um maior e diversificado número de visitantes na área e, conseqüentemente, maior gasto e permanência. A elaboração de roteiros integrados considera a similaridade entre os atrativos, ainda que, respeitando a singularidade de cada um deles. Esses fatores contribuem para que os impactos positivos da atividade sejam maximizados, ampliando os benefícios econômicos do turismo para todos os atores envolvidos e inserindo a comunidade na cadeia produtiva do turismo. Vale acrescentar que os esforços devem ser direcionados para a consolidação de uma identidade comum ao Polo, baseada em seus aspectos naturais e culturais.

### **3.1.2 Acessibilidade e Conectividade**

Do ponto de vista conceitual, a acessibilidade turística refere-se à capacidade que o turista tem de chegar facilmente ao destino pretendido e, por isso envolve as infraestruturas rodoviárias, hidroviárias, aéreas e ferroviárias, bem como a variedade de rotas, preços, condições de velocidade, dentre outros fatores que afetam essa condição.<sup>3</sup>

O acesso aos destinos da área turística é realizado, prioritariamente, por rodovias estaduais. Da análise da malha viária de acesso ao Polo, destaca-se a existência de dois principais portões de entrada rodoviários: o primeiro deles refere-se à TO-020, trecho Palmas/Novo Acordo que possui 99 quilômetros de extensão em via pavimentada e em bom estado de conservação. O segundo portão de entrada está situado na rodovia TO-255, cujo trecho de referência é Palmas/Ponte Alta do Tocantins que possui 135 quilômetros de extensão em rodovia pavimentada com boas condições de trafegabilidade e sinalizada.

Nos outros trechos de acesso aos municípios, destinos e atrativos o percurso é realizado por estradas de terra arenosas e irregulares que na época de estiagem formam bancos de areias e, na época de chuva o solo arenoso dá lugar a corredeiras com pontos de erosão. Todos os acessos estão comprometidos e necessitam de atenção dos condutores. No período de estiagem e chuva é necessário realizar os

---

<sup>3</sup> Giménez em Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis. (Bibliografia: Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis por Giménez, Josep-Francesc Valls)

deslocamentos com veículos tracionados. Aliado a esse fato, o tempo de deslocamento é comprometido pelas condições dessas rodovias. Com efeito, a infraestrutura de acessibilidade rodoviária na área turística não é suficiente para suportar o aumento da demanda, necessitando ações de que busquem a melhoria das vias para garantir a qualidade do serviço e conforto do turista. Além disso, a dificuldade de acesso aos atrativos e destinos da área turística acaba por encarecer o passeio, uma vez que há a necessidade de veículos apropriados que possuem gastos maiores em manutenção.

Já a conectividade refere-se à facilidade de locomoção do turista uma vez no destino. Os aspectos referentes a este conceito estão relacionados à agilidade de acesso entre os atrativos, sinalizações, dentre outros, de acordo com a avaliação de Giménez em Gestão Integral de Destinos Turísticos Sustentáveis. Observa-se, na área turística, que as distâncias entre os atrativos são grandes e as estradas em leito natural acabam por estender o tempo de chegada aos destinos. Conforme discutido no Produto 2 do presente Plano, as sinalizações indicativas e turísticas são precárias e não se encontram nos padrões internacionais.

No entanto, pode-se ressaltar que a área turística possui potencialidade para se tornar destino indutor e distribuidor de fluxo turístico uma vez que o município de Mateiros é considerado um dos 65 destinos indutores pelo Ministério do Turismo. A conectividade entre os municípios pode ser realizada pela integração dos municípios e pela formatação de roteiros que se estendam e se interliguem com outros polos turísticos.

No que diz respeito à conectividade do Polo com suas áreas adjacentes, localizadas próximas ao Parque Estadual do Jalapão, incluindo os municípios dos estados limítrofes, Bahia, Piauí e Maranhão, pode-se afirmar que essas áreas não possuem relevância para serem agregadas ao Polo do Jalapão, dada a pouca presença de atrativos que remetem ao segmento de Turismo de Aventura. Todavia, a proximidade com a Chapada Diamantina, considerada uma região de serras, protegida pelo Parque Nacional da Chapada Diamantina, situada no centro do estado brasileiro da Bahia e apontada pela Adtur como um dos destinos competidores do Polo Jalapão, faz-se necessário a realização de estudo, de estruturação e de planejamento integrado para a região que avalie a capacidade competitiva real do Polo com os demais mercados competidores.

Em termos gerais, o Polo situa-se em uma região de fácil acesso, porém, com longo tempo de viagem rodoviária devido às condições das rodovias. Em alguns casos, os atrativos estão em pontos remotos e o acesso é por via não pavimentada em leito natural. O potencial turístico pode ser maximizado ao se estabelecerem acessos adequados aos destinos e atrativos da região, atendendo ao aumento do fluxo de turistas. Porém, deve-se ficar atento para que não haja desvalorização e falta de cuidados com o produto, já que os atrativos são, em sua maioria, naturais e voltados para o segmento do Turismo de Aventura e do Ecoturismo, o que, por várias vezes, justifica a sua acessibilidade difícil e remota.

### **3.1.3 Nível de Uso Atual e Potencial da Área Turística**

De acordo com o Diagnóstico os dois principais segmentos da área turística são o Ecoturismo e turismo de Aventura. Esses segmentos tem uma relação direta com a utilização dos atrativos de forma sustentável. Embora inexistam séries históricas referentes à capacidade de carga ou à saturação dos atrativos turísticos, a análise realizada em campo permitiu observar que o turismo na área gera um impacto negativo, principalmente, no período de alta temporada, devido à falta de controle e

fiscalização do fluxo de turistas e da precária oferta de infraestrutura na época de maior fluxo.

Pode-se citar, a título de exemplo, os fervedouros que possuem capacidade de carga de seis a oito pessoas e, no entanto, esse limite não é respeitado. As dunas do Jalapão, considerada área ambientalmente frágil e embora apresente plano de manejo esse não é plenamente respeitado. Os outros atrativos naturais também se encontram na mesma situação dos anteriores: ou possuem plano de manejo sem utilização ou não possuem.

Com efeito, o uso atual dos atrativos naturais acaba por trazer a má utilização dos equipamentos existentes, degradação do meio ambiente e/ou perda da qualidade da vivência turística nas áreas turísticas. Nesse sentido, torna-se necessário adotar mecanismos e instrumentos que proporcionem o uso sustentável dos atrativos como a realização e utilização dos estudos de capacidade de carga, a qualificação de profissionais, dentre outras ações.

No segmento do Turismo Cultural constata-se grande visibilidade e atração dos turistas, devido à diversidade cultural presente nas comunidades quilombolas e ao artesanato confeccionado com capim dourado. Apesar dos segmentos principais serem o turismo de Aventura e de Ecoturismo, o turismo Cultural também apresenta grande possibilidade de expansão em nível potencial, desde que seja, necessariamente, preservada a cultura local de forma a não descaracterizá-la. Essa atividade deve ser controlada e a carga permitida na visitação das comunidades deve ser respeitada.

Quanto aos serviços de hospedagem e de alimentação, observa-se uma oferta precária. Nos hotéis e pousadas, as acomodações são simples e oferecem apenas café da manhã. Os restaurantes possuem um cardápio pouco diversificado e é necessário agendamento prévio para as refeições indicando a quantidade de pessoas. A sazonalidade é um fator que contribui para esta questão, uma vez que o maior fluxo de turistas ocorre entre os meses de julho a setembro. Enquanto há um déficit de equipamentos hoteleiros e de alimentação nesse período, nos outros meses do ano esses equipamentos ficam subutilizados.

A mão de obra local é também incipiente tanto para os serviços de hospedagem e de alimentação, quanto para a oferta de guias ou de condutores ambientais para os turistas. Nesse sentido, torna-se necessário, além de promover qualificação de profissionais para proporcionar um atendimento adequado aos turistas e oferecer serviços com qualidade, é válido também buscar meios de otimizar a economia municipal, principalmente no ramo de serviços.

A comercialização e divulgação dos atrativos e da imagem do Polo são realizadas, predominantemente, pelas agências de turismo receptivo do Estado. Vale ressaltar que é por meio da identificação e divulgação dos atrativos que se inicia a criação de roteiros, aumentando a oferta turística da área e, conseqüentemente, a comercialização do destino. A roteirização cria uma organização e integração dos atrativos e torna a atividade turística mais viável e rentável. Observa-se, no entanto, que os pacotes ofertados pelas agências de turismo não cria roteiros integrados entre os municípios que compõem o Polo, e, conseqüentemente desfavorece a permanência e os gastos turísticos na área.

O posicionamento potencial aponta para um crescimento dos segmentos de Ecoturismo e de Turismo de Aventura dada às características e riquezas naturais presentes na região. Há um grande potencial para desenvolver atividades turísticas complementares desde que sejam criados e fortalecidos roteiros integrados que considerem também os atrativos culturais e de base comunitária. No entanto, para a

realização destas premissas há a necessidade de adequar a infraestrutura, de forma a permitir a expansão das atividades turísticas e a melhoria da qualidade do produto para o turista.

### 3.1.4 Aspectos físicos da área turística

As condições físicas do Polo do Jalapão são favoráveis ao turismo e impulsionadoras do seu desenvolvimento devido à diversidade natural existente como rios, cachoeiras, corredeiras, fervedouros, dunas, montanhas, formações rochosas singulares, matas e trilhas. A heterogeneidade do território proporciona aos turistas e visitantes, maior variedade de atrações, ampliando a oferta turística. Os atrativos naturais possuem uma imagem de destino turístico de nível internacional, embora em diferentes estágios de estruturação.

O Polo apresenta alta potencialidade e diversidade natural, porém, ainda com infraestrutura incipiente, baixa qualidade dos serviços ofertados e ausência de fiscalização e controle da capacidade de carga, o que reflete no fluxo de turistas e no desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

**Figura 108: Aspectos físicos da área turística**



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

O clima do Polo é subúmido caracterizado por apresentar altas temperaturas durante o ano todo e baixa taxa de precipitação nos meses de julho a setembro, período de alta temporada de turismo. Essas características possibilitam o incremento de atividades de Turismo de Aventura e de Ecoturismo que corresponde a um indicativo favorável ao desenvolvimento dos segmentos principais e complementares do Polo.

O relevo, formado por chapadas, depressões, planaltos e planícies favorecem atividades relacionadas a contemplação da paisagem pelos turistas. A rede de drenagem e outras feições hidrográficas existentes na região do Polo aumentam a possibilidade do desenvolvimento de atividades relacionadas ao lazer. A abundância de nascentes e cachoeiras na região é atrativo importante para o turismo e possibilita o uso das águas também para o abastecimento dos municípios, fazendo com que a região seja mais desenvolvida e bem estruturada.

As imagens seguintes ilustram a potencialidade turística do Polo manifestada pelos recursos turísticos existentes.

Figura 109: Recursos turísticos existentes



Fonte: Technum Consultoria SS, 2013.

### 3.1.5 Infraestrutura e Serviços básicos

Os mapas registrados no item 2.2 do presente documento traçam um panorama da situação do saneamento básico dos municípios do Polo. Para efeito de melhor entendimento, os mapas foram reproduzidos nesse item. Vale ressaltar que os mesmos foram confeccionados tendo como base as informações contidas no site do IBGE - Resultados preliminares do universo do Censo Demográfico 2010. Para a validação da área turística, tendo como base os serviços prestados nos municípios, os resultados foram divididos em quatro faixas de atendimento dos serviços, 75% a 100%, de 50% a 75%; de 25% a 50% e abaixo de 25% de domicílios.

As diretrizes para a formulação das estratégias apontam para a necessidade de implantação de infraestrutura e de serviços que reflitam na melhoria das condições do destino para o atendimento ao turista, tendo em vista o desenvolvimento do turismo no Polo. Os mapas apontam que o esgotamento sanitário é a mais precário em relação às demais infraestruturas. Dos quatro municípios que compõem o Polo, um possui rede de esgoto em mais de 50% dos domicílios, um tem rede de esgoto em menos que 50% dos domicílios e dois tem rede de esgoto em menos de 25% dos domicílios. Essa situação causa impactos negativos para a população e turistas uma vez que os cursos hídricos contaminados interferem no conjunto cênico dos atrativos, comprometem as condições de banho nas praias, além de causarem riscos à saúde.

O serviço de coleta de lixo está, nos quatro municípios, com atendimento entre 50 e 75% dos domicílios. Os serviços de fornecimento de energia elétrica e abastecimento

de água necessitam de investimentos uma vez que, dos quatro municípios que compõem o Polo, dois municípios possuem o atendimento entre 50% e 75%. Não há no Polo um serviço que seja considerado ótimo em todos os municípios.

Os serviços de comunicação possuem restrita oferta no Polo no que diz respeito às operadoras de telefone que operam de forma restrita tanto para os turistas, quanto para a população. Isso interfere nos serviços de banco e cartões. Esta situação traz desconforto e perda da qualidade turística para o turista e para o desenvolvimento do turismo no Polo.

A segurança pública é também um fator de instabilidade uma vez que o serviço de policiamento turístico tem um efetivo restrito. Diante da perspectiva de expansão e de crescimento do turismo verifica-se a necessidade de aumento do efetivo de segurança em todos os municípios do Polo, principalmente do corpo de bombeiros por se tratar de atrativos voltados aos segmentos de Aventura e de Ecoturismo.

A oferta de serviços de saúde aponta uma precariedade no que diz respeito à distribuição dos estabelecimentos de atendimento à saúde. São poucas unidades de atendimento para suprir às necessidades da comunidade e dos turistas, e, em caso de maior urgência o paciente tem que ser transferido para a Capital.

A situação atual da infraestrutura pública e dos serviços básicos aponta para a necessidade de melhoria nos municípios do Polo, tanto para o atendimento da demanda futura, quanto para qualidade de vida da população.

**Figura 110: Infraestrutura e Serviços Básicos – Polo do Jalapão, 2013.**







Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### 3.1.6 Quadro Institucional e Aspectos Legais

Para a validação da área turística devem ser levados em conta as condições legais e institucionais do Polo do Jalapão, com destaque para: (i) gestão do turismo e do meio ambiente nos municípios; (ii) integração da gestão municipal com a administração pública estadual e (iii) mobilização social para a sua participação no turismo.

No que diz respeito à organização institucional atual para a gestão do turismo e do meio ambiente é válido ressaltar que os municípios possuem Secretarias de Turismo e de Meio Ambiente. No entanto, estrutura e as condições de funcionamento destes órgãos deixam a desejar, principalmente no que diz respeito à equipe técnica disponível, aos recursos de tecnologia da informação, à prática do planejamento turístico e à gestão dos atrativos turísticos locais.

Ainda em nível municipal verifica-se ausência de integração entre os municípios do Polo no que diz respeito à criação de roteiros integrados, bem como à promoção e comercialização do turismo de forma geral, resultando em esforços isolados que não promovem o fortalecimento da identidade da área turística. Com relação à legislação urbanística, Mateiros e Ponte Alta do Tocantins possuem Plano Diretor em vigor. São Félix do Tocantins possui um plano em fase de desenvolvimento, enquanto que Novo Acordo não o possui. No que diz respeito às outras leis urbanísticas, resta ao Polo do Jalapão instrumentos voltados ao controle e fiscalização ambientais para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

No que diz respeito à integração da esfera municipal e estadual, observa-se que a gestão do turismo ocorre, via de regra, de forma isolada nos municípios do Polo, tanto no que se refere à realização de eventos, quanto na divulgação dos atrativos. A comercialização e divulgação do Polo e dos atrativos ocorrem de maneira incipiente e precária. Os municípios não possuem material promocional, folderes ou mesmo

condutores ambientais para o acesso adequado e seguro dos turistas nos atrativos do Polo.

A gestão participativa e integrada do turismo no Polo pode ser obtida por meio do fortalecimento e estruturação dos conselhos municipais de turismo e Câmara de Turismo do Jalapão. Esta ação busca fortalecer os canais de comunicação, bem como de tomada de decisões conjuntas entre o poder público estadual, municipal, iniciativa privada e terceiro setor.

Verifica-se que o Polo possui potencial para se consolidar como destino turístico. Todavia, para concretizar esta realidade é necessário incrementar e fortalecer as instâncias municipais e promover um modelo de gestão participativa eficaz.

No âmbito institucional verifica-se a importância da formulação e implantação de um modelo de gestão integrada do Polo, envolvendo os setores relacionados ao turismo, tanto da esfera estadual, quanto da municipal, bem como a inserção da sociedade local nesta cadeia produtiva. Encontra-se, portanto, a necessidade de adotar efetivamente os instrumentos específicos da gestão territorial e urbana, como é o caso dos Planos Diretores Municipais.

A prática do planejamento e do controle territorial e urbano é a estratégia adequada para evitar problemas fundiários, a ocupação indiscriminada do território e a especulação imobiliária, fenômeno comum em áreas com grande potencial turístico e atividade turística em expansão, como se pretende para o Polo.

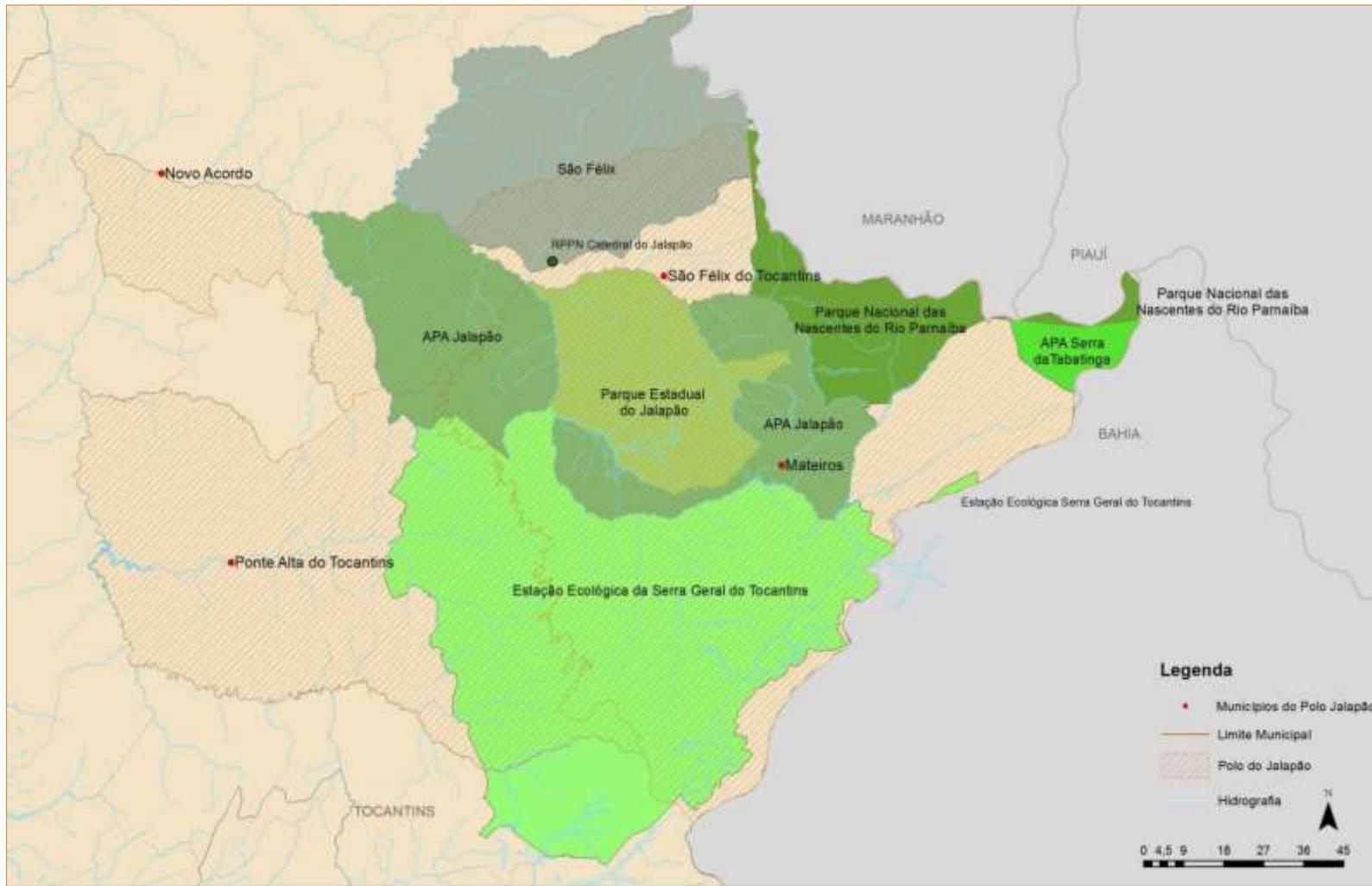
### **3.1.7 Aspectos Ambientais**

Para a promoção do turismo sustentável é necessário condicionar o desenvolvimento dessa atividade com a preservação das áreas ambientais do Polo. São elas:

- Parque Estadual do Jalapão;
- Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba;
- Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins (na Estação Ecológica não é permitida a visitação. Portanto, é inviável a atividade com fins turísticos);
- Área de Preservação Ambiental – APA Serra da Tabatinga;
- Área de Proteção Ambiental – APA Jalapão; e
- Reserva Particular de Patrimônio Natural – RPPN Catedral do Jalapão.

O mapa a seguir aponta as áreas ambientais do Polo (Figura 111). Considerando que os atrativos naturais estão localizados em áreas ambientalmente frágeis, é importante que seja pensado no desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis. Para que isso aconteça, torna-se necessário estabelecer normas de uso e ocupação dessas áreas por meio da elaboração dos Planos de Manejo que facilitam o desenvolvimento da região dentro dos paradigmas de proteção do meio ambiente.

Figura 111: Áreas Ambientais – Polo do Jalapão, 2013.



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### **3.1.8 Síntese – Validação da Seleção da Área Turística e Priorização de Segmentos**

A partir da análise anterior, pode-se concluir a importância e significado do Polo do Jalapão para o turismo e, portanto, pode-se validá-lo como área turística. O Polo do Jalapão tem no segmento de Ecoturismo e de turismo de Aventura uma característica comum a todos os municípios integrantes dele. No entanto, merece destaque também o turismo Cultural e o de Base Comunitária. Note-se que é reconhecida a potencialidade do Turismo de Base Comunitária, principalmente devido à necessidade de inserir a população no ciclo econômico do turismo, bem como estender a oferta de equipamentos de hospedagem e alimentação aos turistas. Considera-se que a viabilização deste segmento complementar deverá ter andamento a partir das ações do Estado, dos municípios e da iniciativa privada.

Importa acrescentar que a elaboração de ações conjuntas que busquem as diferentes categorias de atrativos como uma forma de diversificar a oferta, dá complementariedade do produto turístico existente, gerando maior permanência e gasto turístico no Polo.

Além disso, esse Produto pretendeu estabelecer uma visão geral dos fatores chave que justificam a seleção da área turística. No que diz respeito a hierarquização dos atrativos, vale ressaltar que o Polo possui atrativos que motivam fluxos turísticos nacionais e internacionais devido à riqueza natural e aspectos físicos presentes na área. Contudo, a acessibilidade e conectividade necessitam ainda de maiores intervenções para garantir agilidade nos percursos e facilidade nos acessos.

No patamar de desenvolvimento, podem-se estabelecer para o Polo do Jalapão parâmetros de competição com outros mercados relacionados com o segmento de Turismo de Aventura. A Adtur selecionou os principais destinos competidores do Polo com os seguintes roteiros: Bonito (MS) e Chapada dos Veadeiros (GO). Todavia, quando comparado com os destinos competidores, identifica-se que a estrutura turística de porte implantada na região do Polo ainda se encontra em condições insuficientes qualitativamente.

O quadro institucional revela uma necessidade de integração regional que pode ser gerida pela criação de um Fórum ou um Conselho, agregando as instituições municipais que desenvolvem alguma ação de intervenção turística e mobilizando a população local para o turismo. Além do desenvolvimento de circuitos turísticos e roteiros integrados, a comercialização conjunta de produtos e atrativos podem demonstrar a integração entre os municípios no intuito de direcionar esforços para a consolidação de uma identidade comum e característica do Polo turístico baseada, principalmente, em seus aspectos naturais e culturais.

Esses fatores contribuem para que os impactos positivos da atividade sejam maximizados trazendo benefícios econômicos do turismo para os atores envolvidos e desenvolvendo o turismo sustentável, de acordo com os objetivos desse Plano. Para tanto, essas condições devem ser manifestadas nas estratégias e ações como forma de trazer o desenvolvimento sustentável, a empregabilidade e a qualidade de vida para seus habitantes.

#### **4. ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

#### **4.1. Linhas Norteadoras Estratégicas de Desenvolvimento Turístico**

As estratégias de desenvolvimento turístico resultam das conclusões do diagnóstico estratégico, contido no item 2 deste documento, bem como das contribuições advindas dos atores locais, notadamente daqueles responsáveis pela definição das políticas estaduais e municipais. Conforme formuladas, as estratégias estão alinhadas à política estadual e referem-se aos rumos pretendidos para o Polo. Subsidiarão a tomada de decisão e a implementação de ações dos diversos atores locais, quer seja no âmbito estadual ou municipal, nos setores públicos ou privados. Não ficam, portanto, restritas ao programa de financiamento previsto, qual seja o Prodetur Nacional.

Na definição das estratégias foram observados a política federal, a política estadual e os objetivos propostos nesse PDITS.

O objetivo geral para o desenvolvimento sustentável do turismo no estado do Tocantins tem como premissa básica a inclusão social por meio do aumento da geração de renda das comunidades locais e a busca do equilíbrio das atividades turísticas e do meio ambiente, favorecendo o desenvolvimento em bases sustentáveis. Para o desenvolvimento do turismo, considerando que o turismo é uma atividade econômica capaz de ser desenvolvida em harmonia com a preservação ambiental, o Estado buscou o apoio do Prodetur Nacional - Mtur.

Conforme a Política Estadual estabelecida, cabe ao Estado, como orientador e de coordenador do processo de desenvolvimento regional:

- direcionar as políticas públicas para as áreas de infraestrutura e socioambientais no intuito de atingir um padrão de desenvolvimento sustentável;
- estimular e apoiar os atores locais para o turismo, de forma que esses se mobilizem e se engajem no ciclo econômico de atividades relacionadas à cadeia do turismo;
- promover um planejamento participativo e integrado buscando o desenvolvimento do turismo, em consonância com a tendência mundial no setor.

Em contrapartida, os municípios deverão dar continuidade às ações empreendidas para o desenvolvimento local por meio da participação dos gestores públicos municipais e da sociedade promovendo o desenvolvimento turístico pretendido.

O documento referente ao Prodetur Tocantins cita ainda os objetivos específicos pretendidos para o desenvolvimento do turismo. São eles:

- elaborar um planejamento participativo e integrado do turismo;
- dotar de infraestrutura e de equipamentos os Polos/Regiões prioritários;
- promover a qualificação na prestação dos serviços turísticos;
- apoiar a produção associada ao turismo;
- estruturar a oferta e dar qualidade aos produtos;
- dotar de capacidade gestora e operacional o órgão estadual de turismo e as Instâncias de governança locais e regionais;
- fomentar projetos de base comunitária;
- aumentar a competitividade do “Destino Tocantins” no mercado regional, nacional e internacional;
- contribuir para a competitividade do “Destino Amazônia” no mercado internacional;
- ampliar a capacidade gestora e operacional do empresariado local.

Alinhados ao alcance desses objetivos específicos, o objetivo geral do PDITS pretende estruturar e consolidar o turismo do Polo e promover o aumento da oferta e da qualidade dos atrativos oferecidos, buscando integrar as atividades dos diversos segmentos e as ações dos municípios do Polo.

Frente às considerações expostas em diversas partes deste documento, verifica-se que o Jalapão tem um grande apelo turístico, despontando no cenário nacional e internacional pela força de sua vocação nata. Nesse sentido, a atividade deverá se desenvolver naturalmente, porém de forma lenta frente às dificuldades atuais – notadamente as precárias condições de acesso e baixa capacidade empresarial dos empreendedores locais.

Assim, tendo como premissas o objetivo geral e os objetivos específicos, apresentados no item 1.3 deste documento, foi formulada a estratégica geral para o desenvolvimento do turismo:

**Promoção da melhoria do acesso e da infraestrutura, bem como a qualificação dos serviços e equipamentos turísticos, buscando otimizar as condições para a exploração sustentável do destino e a melhoria da qualidade de vida da população local por meio de sua inserção na cadeia produtiva do turismo.**

## 4.2. Componentes e Estratégias de Desenvolvimento Turístico

A partir da visão ampla desejada para o turismo do Polo, as estratégias específicas determinam as prioridades de desenvolvimento turístico na área, conforme aponta o Termo de Referência para a elaboração deste PDITS, considerando:

- o posicionamento turístico desejável para a área e as ações de comercialização necessárias para sua consolidação;
- os produtos e os segmentos turísticos principais, a seleção do portfólio estratégico e correspondentes públicos-alvo principais;
- a valorização e a utilização dos atrativos turísticos principais;
- a busca de investimentos estratégicos do setor privado que possam induzir ao desenvolvimento de novos circuitos, alinhados com os investimentos públicos;
- as infraestruturas e os serviços básicos requeridos;
- o quadro institucional, com especial ênfase ao fortalecimento da gestão pública do turismo e meio ambiente no âmbito municipal; e
- a busca da inclusão social na cadeia do turismo e a sensibilização para preservação dos ativos naturais e da cultura local como subsídio ao desenvolvimento da atividade turística.

Seguindo as considerações apresentadas, são definidas estratégias para cada um dos componentes previstos no Prodetur Nacional, a saber:

- Produto Turístico;
- Infraestrutura e Serviços Básicos;
- Comercialização;
- Fortalecimento Institucional; e
- Gestão Ambiental.

O quadro a seguir apresenta estratégias por componente e sua correlação com os objetivos específicos propostos nesse plano para o Polo do Jalapão.

### OBJETIVO GERAL DO PDITS DO POLO DO JALAPÃO

Empreender ações que acelerem o desenvolvimento dos segmentos de ecoturismo e de turismo de aventura e induzam à melhoria do produto, com qualificação dos empreendimentos atuais e captação de novos, entendendo que a conservação ambiental e a inserção da população local na cadeia produtiva do turismo são fatores primordiais para a sua sustentabilidade.

### ESTRATÉGIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO POLO DO JALAPÃO

Promoção da melhoria do acesso e da infraestrutura, bem como a qualificação dos serviços e equipamentos turísticos, buscando otimizar as condições para a exploração sustentável do destino e a melhoria da qualidade de vida da população local por meio de sua inserção na cadeia produtiva do turismo.

### ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO JALAPÃO, E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE

#### Componente – PRODUTO TURÍSTICO

##### Estratégias:

- Incentivo à qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos, por meio do estabelecimento de padrões desejáveis e da implantação de melhorias nos equipamentos turísticos do Polo como forma de aumentar a competitividade do destino.
- Valorização do patrimônio natural e cultural, com a preservação de suas características e identidade, integrando-os ao desenvolvimento dos produtos turísticos.
- Ampliação da oferta turística pela diversificação e qualificação de atrativos e produtos de forma a aumentar o número de visitantes no Polo.

##### Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente:

- disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;
- aumentar a quantidade e a qualidade de equipamentos, serviços e infraestrutura turística ofertados no Polo;
- diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;
- promover o desenvolvimento de novos atrativos turísticos;
- aumentar a atratividade do turismo;
- aumentar o número de visitantes do Polo;
- aumentar o gasto médio do turista na região;
- preservar a cultura local; e
- promover a captação de investimentos articulados e convergentes para o desenvolvimento turístico do Polo.

#### Componente – COMERCIALIZAÇÃO

##### Estratégias:

- Divulgação e comercialização integrada do Polo, tendo em vista o aumento da visibilidade sobre a diversidade de atrativos existentes.
- Fortalecimento da imagem/identidade associada ao Polo;
- Criação e manutenção de banco de imagens para divulgação eficiente dos produtos.

##### Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente:

- disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;

## ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO JALAPÃO, E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE

- aumentar a quantidade e a qualidade de equipamentos, serviços e infraestrutura turística ofertados no Polo;
- diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;
- aumentar a atratividade do turismo;
- aumentar o número de visitantes do Polo;
- aumentar o gasto médio do turista na região;
- fortalecer e ampliar a comercialização integrada dos atrativos.

### Componente – FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

#### Estratégias:

- Fortalecimento da gestão local buscando a integração das administrações municipais do Polo, incluindo os setores ambiental e de turismo, no que se refere ao planejamento e ordenamento sustentável da Região.
- Gestão sustentável do turismo a partir da normatização da segmentação e do ordenamento e controle da visitação aos atrativos.
- Promoção da qualificação profissional e da capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do *trade* local para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.

#### Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente:

- promover a Integração dos Municípios do Polo no que se refere ao planejamento e ordenamento do turismo sustentável;
- diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;
- preservar a cultura local;
- promover a captação de investimentos articulados e convergentes para o desenvolvimento turístico do Polo;
- fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente;
- utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga;
- melhoria da qualidade dos serviços turísticos;
- fortalecimento das segmentações turísticas.

### Componente – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

#### Estratégias:

- Priorização de melhorias para favorecer a acessibilidade e a mobilidade, otimizando o tempo de deslocamento e permitindo maior experiência turística na área.
- Melhoria das condições de saneamento ambiental com ênfase para o sistema de esgotamento sanitário e o tratamento de resíduos sólidos.

#### Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente:

- facilitar a acessibilidade e o deslocamento de pessoas e bens no Polo Turístico;
- melhorar e ampliar a oferta de serviços e da infraestrutura turística do Polo;
- aumentar a atratividade do turismo;
- ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura e de serviços básicos;
- promover condições para a sustentabilidade turística e ambiental do Polo.

### Componente – GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

#### Estratégias:

- Promoção de medidas para a atuação integrada dos órgãos de turismo e de meio ambiente.
- Elaboração de inventário e desenvolvimento de pesquisas sistematizadas e de ações de monitoramento voltadas à ampliação do conhecimento sobre o turismo e o meio ambiente,

## ESTRATÉGIAS DO PDITS DO POLO JALAPÃO, E RESPECTIVOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS, POR COMPONENTE

permitindo prever e mitigar possíveis impactos negativos.

### **Objetivos específicos do PDITS referentes a esse Componente:**

- diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;
- disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;
- promover o desenvolvimento de novos atrativos turísticos;
- aumentar a atratividade do turismo;
- promover a Integração dos Municípios do Polo no que se refere ao planejamento e ordenamento do turismo sustentável;
- fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente;
- utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga;
- promover condições para a sustentabilidade turística e ambiental do Polo.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

### **4.3. Proposições e Considerações sobre as Estratégias de Desenvolvimento Turístico**

Para o desenvolvimento das Estratégias Turísticas relacionadas ao Polo do Jalapão, o PDITS parte da singularidade, riqueza e diversidade dos atrativos. Trata-se de um destino relativamente novo, reconhecido internacionalmente e com um enorme potencial de desenvolvimento.

De acordo com o portfólio estratégico apresentado nesse documento, o turismo de aventura e o ecoturismo são os segmentos mais importantes e que alavancam o desenvolvimento turístico do Polo.

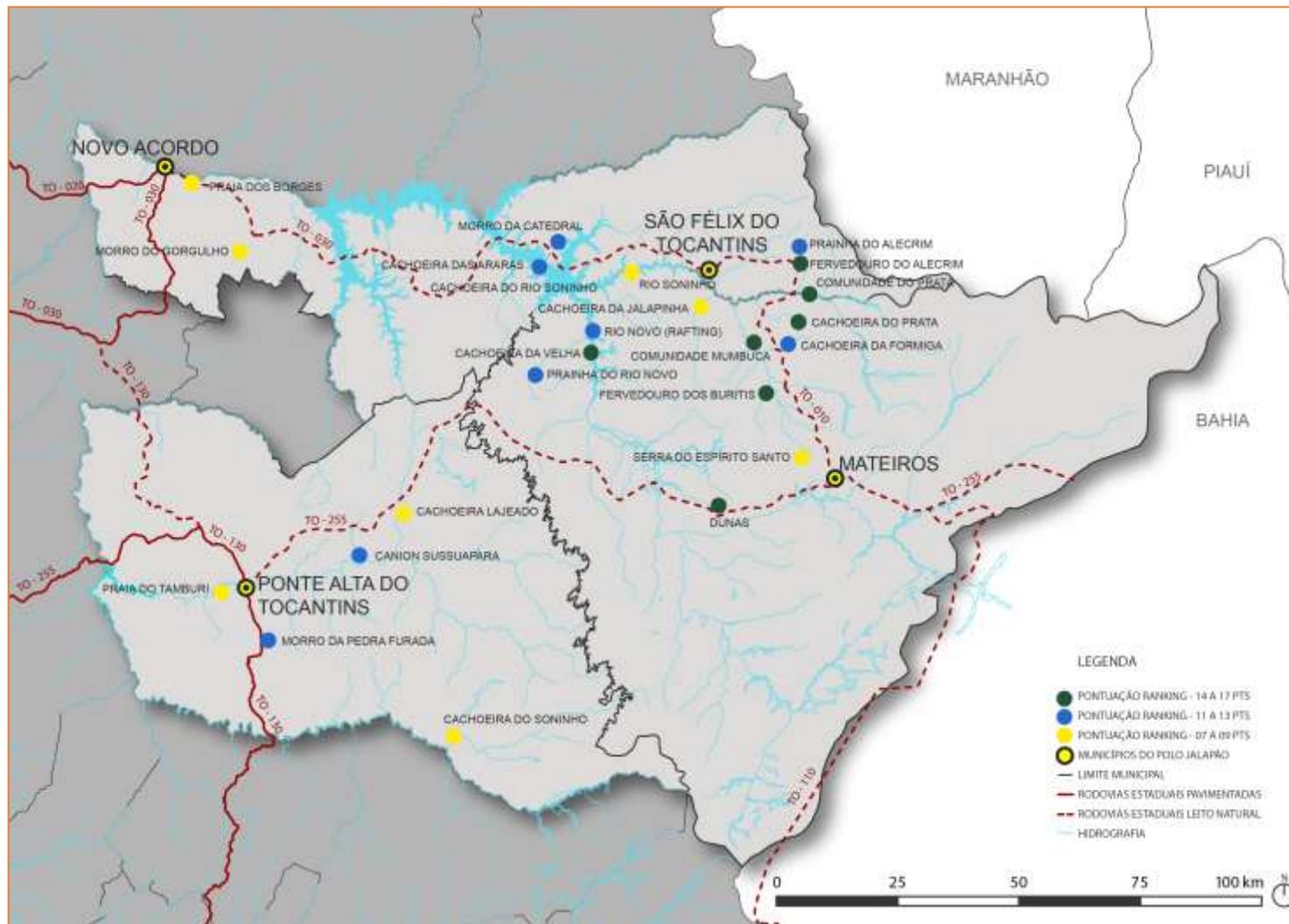
Nesses segmentos indutores de desenvolvimento para o incremento da atividade turística no Jalapão, estão sendo realizadas diversas atividades turísticas.

A visibilidade do Polo, enquanto destino turístico é decorrente de vários fatores, dentre eles:

- a diversidade e singularidade dos atrativos;
- a condição de Mateiros como um dos 65 destinos indutores do turismo no Brasil, conforme estudo realizado pelo MTUR;
- a cultura local, que tem atratividade nacional e internacional; e
- a riqueza do artesanato em capim dourado.

A disponibilidade de recursos naturais e culturais estão presentes em grande parte do território do Polo. Nota-se, porém, maior concentração dos atrativos, já comercializados ou visitados, em São Félix e Mateiros. A atração de cada localidade é diretamente relacionada aos recursos de maior visibilidade ou forma de comercialização.

Figura 112: Mapa de Atrativos do Polo do Jalapão, aplicada a Matriz de Valoração dos Atrativos



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

Observa-se, contudo, que a baixa disponibilidade de infraestrutura como: acessos, equipamentos específicos, hotelaria e alimentação, bem como a pouca capacitação para o turismo, dificultam a estruturação de produtos ou roteiros.

Um dos principais gargalos para o incremento das atividades consiste no acesso às sedes municipais de São Félix e Mateiros, bem como aos atrativos principais. Ressalta-se, contudo que pelo fato do turismo estar baseado nos segmentos de Ecoturismo e de Aventura, essa dificuldade de acesso acaba, por vezes, fazendo parte do cenário turístico, sendo aceito pelos turistas.

Ocorre, no entanto, que essa dificuldade de acesso limita o crescimento do turismo e prejudica a população local. Dentre as limitações atuais verificam-se a dificuldade de circulação de bens e mercadorias, bem como o aumento do custo operacional (deslocamento, serviços, valor dos alimentos, etc.). Há ainda uma inversão entre o tempo de deslocamento e o de permanência nos atrativos. Por ser extremamente demorado chegar ao atrativo, resta pouco tempo para usufruí-lo. Assim, as condições viárias limitam o número de atrativos a serem visitados em um mesmo dia.

Dentro deste contexto, a composição dos gastos turísticos concentra-se nos deslocamentos, ficando muitas vezes em poder de atores externos que realizam esse serviço, notadamente as agências de turismo. Ou seja, na atualidade, a viabilidade de visitação do Polo depende intrinsecamente da aquisição de pacotes turísticos com utilização de guia/condutor de veículos contratados fora do Polo. Assim, se por um lado, essa oferta é altamente positiva pois, sem ela o turismo não existiria, por outro, acaba dificultando a oferta de serviços dos guias locais que atuam nos municípios. Complementa, os aspectos críticos desse quadro, a ausência de capacitação dos guias locais e a dificuldade de manutenção de veículos de prestação de serviços aos turistas.

Pelo exposto, são elementos estratégicos para o desenvolvimento de Polo, a promoção de acessibilidade ao Polo e a conectividade entre os atrativos. Além disso, é necessário agregar outras ações visando: ofertar melhores condições de infraestrutura e serviços para o turista; fortalecer a cooperação regional e o entendimento do Polo como um todo, em detrimento da visão isolada de cada município; estabelecer mecanismos de monitoramento da atividade turística no Polo, com destaque para o nível de satisfação e expectativas; e incentivar a melhoria da capacidade empresarial de investidores locais.

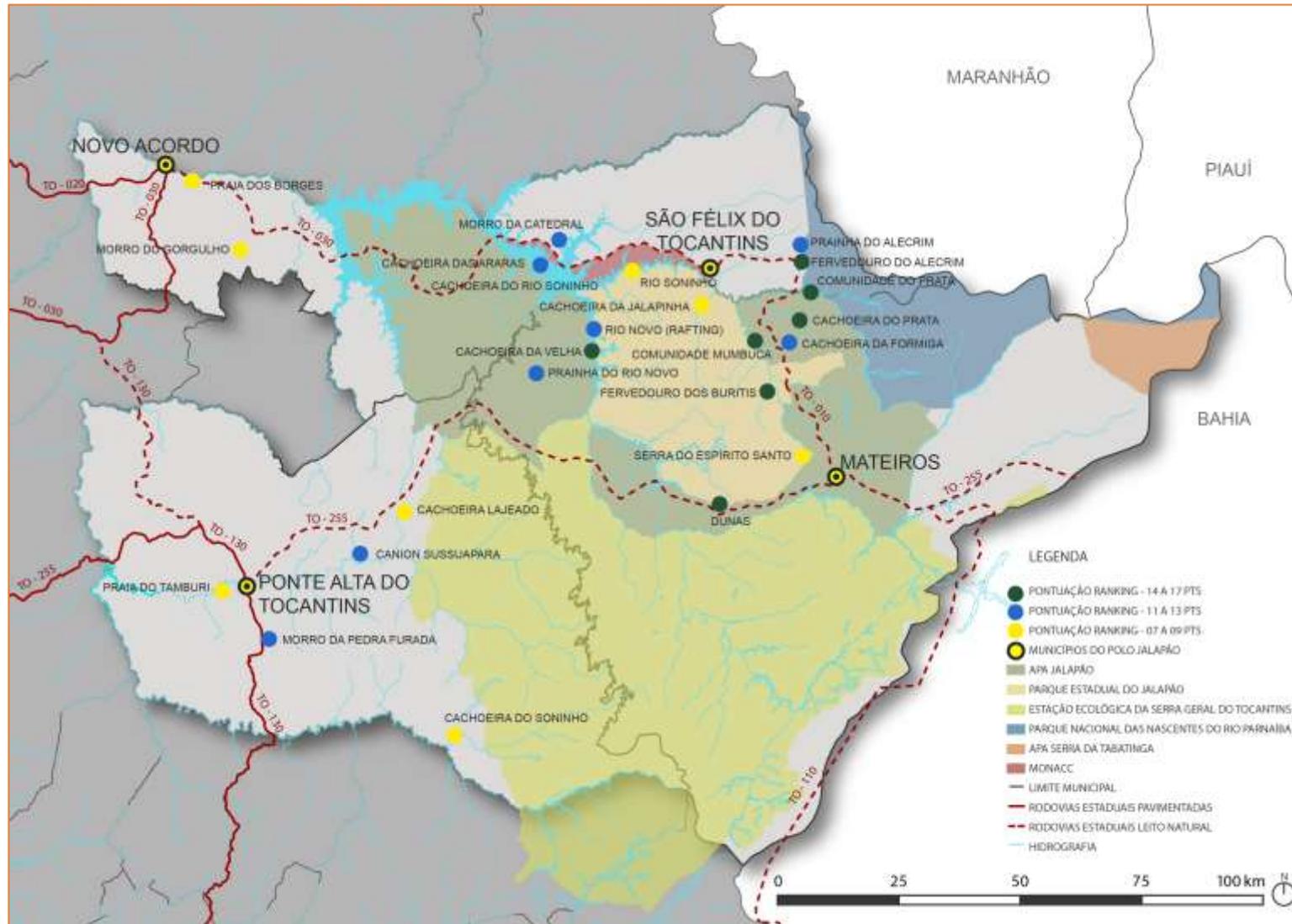
Esse cenário desejado deverá ter como pano de fundo, o suporte de uma política pública forte, eficiente, elaborada de forma equilibrada e com a participação dos atores locais, possibilitando a continuidade das ações para o desenvolvimento do turismo.

Importa salientar que para o contínuo desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura, torna-se necessário:

- melhorar o produto existente;
- qualificar empreendimentos e empreendedores;
- captar novos empreendedores, formatando outros produtos;
- reforçar a condição da preservação ambiental;
- promover a inclusão social.

A proposta de organização territorial para indução do desenvolvimento do turismo no Polo, ilustrada na Figura 113, parte da limitação imposta pelas Unidades de Conservação notadamente aquelas de maior restrição ao uso, bem como da localização dos principais atrativos.

Figura 113: Mapa Unidades de Conservação e Atrativos – Polo do Jalapão.



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014

#### 4.3.1 Proposição de organização territorial para a indução do desenvolvimento do turismo no Polo

O Polo do Jalapão constitui-se em um destino singular no cenário nacional e internacional, tendo grande visibilidade e despertando interesse de visitação dos mais variados públicos que se identificam com as segmentações principais e complementares tratadas nesse PDITS.

As atuais características de desenvolvimento e de infraestrutura, no entanto, se por um lado despertam o imaginário de um ambiente totalmente natural e ainda pouco desbravado, por outro, dificultam as condições de acesso e a oferta de serviços básicos que atendam aos padrões desejáveis de conforto e segurança dos turistas.

O Polo apresenta-se como um destino integrado, com comercialização conjunta do produto e oferta variada de atrativos, porém ainda em estágio de consolidação. O tempo de permanência no destino estabelece uma relação direta com o número de atrativos visitados. Observa-se que grande parte do tempo total é dispendido no percurso que leva o turista ao denominado “Jalapão”.

Ressalta-se que a comercialização do turismo deve ser incentivada e reforçada, incluindo a participação direta dos quatro municípios, tanto na oferta dos produtos e atrativos, como no apoio ao desenvolvimento integrado do Polo.

Visando maior unidade, a proposição de organização territorial é estruturada a partir de um **Eixo Principal, em formato de “U”** que perpassa e une os municípios. Desse acesso principal distribuem-se os fluxos para os atrativos.

A formatação do Eixo Principal possibilita acesso realizado pelos dois extremos - Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins-, criando ainda condições diferenciadas frente aos atrativos possíveis de visitação e à disponibilidade de tempo do turista. Dentro desse contexto, definem-se trechos distintos:

- **Eixo Principal – priorização da acessibilidade:** trechos Novo Acordo/ São Félix e São Félix / Mateiros.
- **Eixo Principal – trecho rústico:** Mateiros/ Ponte Alta;

Conforme vem sendo discutido pelos gestores e demais atores locais, a pavimentação de trechos para o acesso aos municípios consiste em uma ação prioritária deste PDITS. É esperada que o percurso rodoviário central do Polo concentre-se nos trechos do **Eixo Principal – Priorização da Acessibilidade**. Espera-se que a circulação nesses trechos seja melhorada de forma a facilitar o deslocamento dos turistas e da população. Ressalta-se que, por se tratar de rodovias em áreas de extrema fragilidade ambiental, é recomendada a realização de estudo prévio de viabilidade, inclusive no que se refere à pavimentação a ser utilizada.

Apesar do entendimento claro da necessidade de deslocamento, não se deve renegar a importância de preservação de aspectos inerentes ao imaginário já consolidado do Jalapão. A sugestão, assim, é de que o projeto viário para os acessos principais contemple também estudos paralelos de implantação de trechos viários com características rústicas, notadamente nas proximidades de Mateiros/Ponte Alta. Essa proposição busca garantir a manutenção de características principais relacionadas às segmentações de ecoturismo e de aventura.

Além disso, ao longo de todo o percurso principal, deverá ser induzida a implantação de espaços de contemplação, com alargamento dos acostamentos e dos espaços lindeiros à via, ou mesmo por meio da instalação de mirantes de maior estruturação e dotados de equipamentos para atendimento ao turista.

Ao longo do Eixo Principal, a proposta abrange a compartimentação do território, conforme as vocações de cada local. As áreas onde existem maior concentração de atrativos, próximas à São Félix e Mateiros, já se constituem nos locais de maior procura. É desejável que as sedes urbanas desses municípios continuem representando os **principais centros receptivos do Polo**. Para que assumam efetivamente essa condição, deve-se prever o fortalecimento em sua infraestrutura urbana, equipamentos e serviços turísticos, além de melhoria das condições de gestão pública e empresarial.

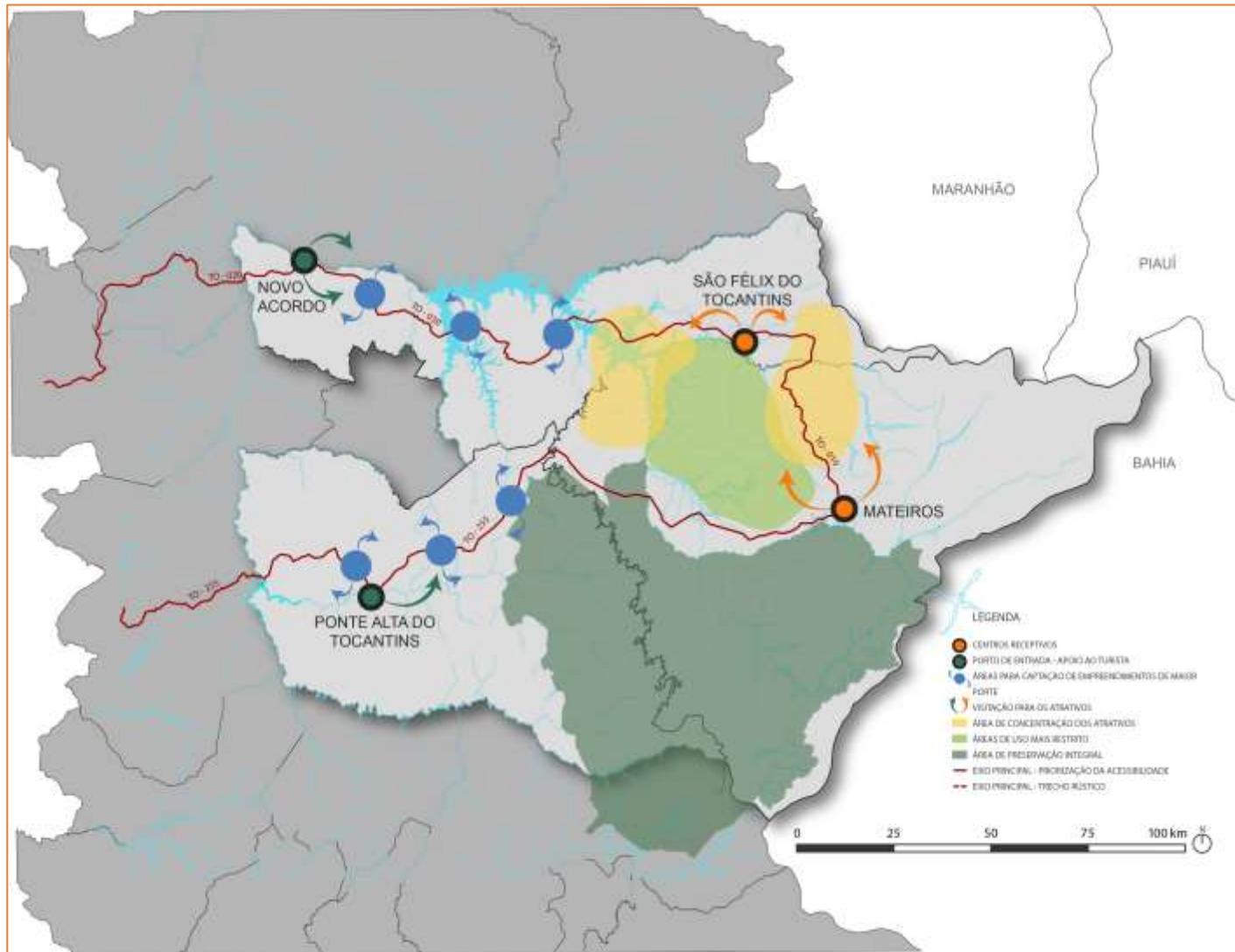
Os dois outros núcleos urbanos, Novo Acordo e Ponte Alta do Tocantins, poderão ser estruturados como **Portões de Entrada do Jalapão**, assumindo também a condição de locais de apoio ao turista, notadamente por disponibilizar informações a respeito dos atrativos, equipamentos e serviços turísticos oferecidos pelo Polo. O entorno dessas sedes poder abrigar equipamentos de hospedagem e de alimentação, inclusive com empreendimentos de maior porte, dotados de infraestrutura e atrativos próprios. Importa enfatizar que Ponte Alta e Novo Acordo possuem atrativos naturais, no entanto, em menor quantidade se comparados a Mateiros e São Felix.

Além da captação desses empreendedores de maior porte, seria também desejável a identificação e inventariação de novos atrativos, notadamente na área próxima as sedes municipais de São Félix e Mateiros, onde atualmente já se concentram o maior número de atrativos. Essa proposição busca mitigar a possível pressão sobre os atrativos de maior visibilidade e procura. Vale enfatizar que, tanto para os atrativos turísticos existentes, quanto para os futuros, deve-se, necessariamente, realizar estudos de capacidade de suporte para exploração sustentável. Uma das proposições em estudo pelos atores locais e estaduais consiste na implantação de *vouchers*, com comercialização unificada e gerida pela parceria público-privada, a exemplo do que ocorre no município de Bonito/ MS.

O modelo de parceria público-privada deverá ser adotado não apenas em relação aos *vouchers*, mas também na própria exploração dos atrativos, equipamentos e outros componentes do setor turístico.

Registra-se ainda a presença no Polo de extensa área de proteção integral, conforme pode ser observado no Mapa a seguir que ilustra a proposição de organização territorial do Polo do Jalapão.

Figura 114: Proposição de Ocupação Territorial – Polo do Jalapão.



Fonte: Technum Consultoria SS, 2014

## **5. AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO**

## 5.1. Visão geral e ações previstas

O Plano de Ação apresenta as ações, projetos e investimentos a serem realizados para o alcance dos objetivos e das estratégias definidas por esse PDITS. As ações foram agrupadas nos mesmos componentes indicados no item 4 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico, quais sejam:

- Componente 1 – **Produto Turístico**: relacionam-se às ações referentes ao desenvolvimento de produto por meio de novas criações de novos produtos ou consolidação daqueles já existentes;
- Componente 2 – **Comercialização**: são as ações que possibilitam a promoção e comercialização dos produtos, trazendo uma imagem-identidade para o Polo;
- Componente 3 – **Fortalecimento Institucional**: referem-se às ações de planejamento e gestão que privilegiam as atividades que promovam a estruturação e integração das esferas municipal e estadual. Cabe ainda incluir o terceiro setor, sobretudo as organizações do trade turístico que devem servir como base para sustentar a atividade turística.
- Componente 4 – **Infraestrutura e Serviços Básicos**: ações relacionadas ao desenvolvimento da atividade turística tendo em vista o uso sustentável dos atrativos;
- Componente 5 – **Gestão Socioambiental**: relacionadas ao desenvolvimento dos atrativos com vistas à preservação e conservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

Os quadros seguintes (28 a 32), definidos por componentes, apresentam as ações identificadas, alinhadas aos objetivos específicos e as estratégias definidas para o Polo. Indicam também: a justificativa geral para a proposição das ações do Componente; a descrição de cada uma das ações; o custo estimado dos investimentos previstos para o componente; e os produtos e os resultados esperados da execução e aplicação do conjunto de ações.

**Quadro 28: Descrição das Ações do Componente 1 – Produto Turístico**

COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO	
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivo à qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos, por meio do estabelecimento de padrões desejáveis e da implantação de melhorias nos equipamentos turísticos do Polo como forma de aumentar da competitividade do destino.</li> <li>• Valorização do patrimônio natural e cultural, com a preservação de suas características e identidade, integrando-os ao desenvolvimento dos produtos turísticos.</li> <li>• Ampliação da oferta turística pela diversificação e qualificação de atrativos e produtos de forma aumentar o número de visitantes no Polo.</li> </ul>
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;</li> <li>• aumentar a quantidade e a qualidade de equipamentos, serviços e infraestrutura turística ofertados no Polo;</li> <li>• diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;</li> <li>• promover o desenvolvimento de novos atrativos turísticos;</li> <li>• aumentar a atratividade do turismo;</li> <li>• aumentar o número de visitantes do Polo;</li> <li>• aumentar o gasto médio do turista na região;</li> </ul>

## COMPONENTE 1: PRODUTO TURÍSTICO

- preservar a cultura local; e
- promover a captação de investimentos articulados e convergentes para o desenvolvimento turístico do Polo.

AÇÕES		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca.	Mateiros e São Félix do Tocantins (Comunidades Prata e Mumbuca)
1.2	Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca.	Mateiros e São Félix do Tocantins (Comunidades Prata e Mumbuca)
1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins.	Polo Jalapão
1.4	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”.	Polo Jalapão
1.5	Construção de dois Mirantes no Polo	Novo Acordo - São Félix do Tocantins
1.6	Implantação da Infraestrutura Turística nos Atrativos Públicos no Polo do Jalapão.	Polo Jalapão
1.7	Construção do Parque Ecológico do Alecrim em São Félix do Tocantins.	São Félix do Tocantins
1.8	Revitalização de Estruturas Turísticas no Polo do Jalapão.	Polo Jalapão
1.9	Construção do Centro de Atendimento ao Turista de Novo Acordo.	Novo Acordo
1.10	Estruturação dos Roteiros de Turismo de Aventura - Rafting, Caminhada de longa distância, Turismo fora-de-estrada e trekking.	Polo Jalapão
1.11	Promoção de Incentivos para Estruturação de Equipamentos Turísticos.	Polo Jalapão
1.12	Execução do Programa de Aventura Segura.	Polo Jalapão
1.13	Assistência técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Turismo de Aventura e Ecoturismo.	Polo Jalapão
1.14	Projeto de Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia.	Polo Jalapão
1.15	Estruturação de Produtos para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Cultural.	Polo Jalapão
<b>Justificativa</b>	<p>A estruturação do produto turístico no Polo do Jalapão refere-se à necessidade de fomentar o turismo por meio da diversificação e qualificação dos produtos turísticos, bem como a sua integração por meio da criação de roteiros complementares.</p> <p>O Polo do Jalapão possui sua vocação turística principal centrada nos segmentos do Ecoturismo e Turismo de Aventura. Esses segmentos apresentam potencial para consolidar a atividade turística na região e transformar o Polo em destino para os turistas nacionais e internacionais. Além destes segmentos, é marcante também a presença do turismo Cultural, ancorado no patrimônio das comunidades quilombolas de Mumbuca e Prata. Apesar de se priorizar os segmentos principais, é possível utilizar a visita às comunidades como atrativo complementar, formatando o turismo de base comunitária tendo em vista trazer para o Polo uma dinâmica interna que permita aumentar a permanência do turista nesta região.</p> <p>A atividade turística no Polo ainda é bastante incipiente e pouco profissionalizada. Os números coletados em campo e nas bases secundárias oficiais apontam para a forte presença de pequenos empreendimentos familiares e sem qualificação. A qualificação</p>	

	<p>profissional e empresarial e a formatação do turismo de base comunitária são relevantes para a melhora da experiência turística e para a dinamização da atividade na região, tanto no que tange à regularização dos empreendimentos de turismo, quanto para a oferta de serviços de forma eficiente.</p>
<p><b>Descrição das Ações</b></p>	<p><b>1.1 Elaboração do Projeto De Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca</b> – as comunidades quilombolas do Povoado do Prata e Mumbuca são oficialmente reconhecidas pela Fundação Palmares e estão organizadas em associações comunitárias. As principais atividades produtivas do povoado são: artesanato do capim dourado, apicultura, agricultura de subsistência e pecuária de pequeno porte.</p> <p>A estruturação do turismo nessas localidades busca o desenvolvimento de atividades que contribuam para a conservação do meio ambiente, por meio da inclusão, valorização e capacitação das comunidades envolvidas para o gerenciamento dos recursos naturais afetados, buscando reduzir os possíveis impactos negativos de outras atividades econômicas e também trazer satisfação do turista uma vez no destino.</p> <p><b>1.2 Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca</b> – refere-se a execução das proposições contidas no projeto de ecoturismo de base comunitária como um instrumento de desenvolvimento turístico que busca a inclusão social e desenvolvimento sustentável.</p> <p><b>1.3 Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins</b> – Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; inclui também a (i) criação de oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades necessárias ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; (ii) incentivo e promoção da capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados na atividade.</p> <p><b>1.4 Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”</b> – refere-se às capacitações destinadas aos funcionários de empreendimentos por meio de consultorias e treinamentos abordando temas relacionados ao atendimento ao cliente, gestão de pessoas, gestão financeira, entre outros. Busca, o desenvolvimento dos negócios que atendam pré-requisitos para receber o “selo de conformidade” promovendo, portanto, o aumento do número de empreendimentos com funcionamento dentro das normas técnicas exigidas. Além de buscar a melhoria da qualidade, deverá ser premissa do programa o cadastramento da empresa no sistema do Ministério do Turismo - CADASTUR. A ação resulta na melhoria, para o turista, da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura ofertados pelos empreendimentos.</p> <p><b>1.5 Construção de dois Mirantes no Polo</b> – compreende a elaboração e execução de projeto arquitetônico para a construção de dois mirantes no trecho a ser pavimentado considerando a beleza cênica proporcionada pela diversidade natural existente e a necessidade de aumentar a oferta turística do Polo, bem como proporcionar aos turistas um local com estrutura para parada, durante o percurso da viagem.</p> <p><b>1.6 Implantação da Infraestrutura Turística nos Atrativos Públicos no Polo do Jalapão</b> – dotar de infraestrutura mínima os atrativos públicos do Polo do Jalapão, como as Dunas, os fervedouros e as cachoeiras. Serão construídos, por meio da elaboração de projeto arquitetônico, decks, banheiros, escadas e passarelas nesses atrativos, tendo em vista melhorar a qualidade desses produtos.</p> <p><b>1.7 Construção do Parque Ecológico do Alecrim em São Félix do Tocantins</b> – o Parque Ecológico do Alecrim compreende o conjunto Fervedouro do Alecrim e a Praia do Alecrim. Esses atrativos pertencem ao Monumento Natural Cânions e Corredeiras do Rio Sono – MONACC, conforme aponta o Decreto Nº 034/2012, de 02 de Julho de 2012. A criação do MONACC tem como foco a “promoção e regulamentação do potencial ecoturístico e paisagístico do Rio Soninho e a garantia de preservação e recuperação da paisagem e dos remanescentes naturais insertos em suas áreas.” A</p>

<p><b>Descrição das Ações</b></p>	<p>ação busca dotar a área onde se encontra esses atrativos de infraestrutura de apoio ao turista por meio de construção de recepção, banheiros, píer e abertura de trilhas, bem como a construção de passarelas para o acesso ao fervedouro.</p> <p><b>1.8 Revitalização de Estruturas Turísticas no Polo do Jalapão</b> – elaboração de projeto de revitalização e implementação de obras dos equipamentos existentes na Praia do Tamburi em Ponte Alta, da Estrutura da Fazenda Triago e de quatro bases de fiscalização ambiental e turística no Parque Estadual do Jalapão, proporcionando a melhoria da infraestrutura de apoio e do atendimento ao turista.</p> <p><b>1.9 Construção do Centro de Atendimento ao Turista de Novo Acordo</b> – construção de um Centro de Atendimento e Recepção ao Turista dotado de sistema de recepção, incluindo: portal, salas de atendimento de informações turísticas da Secretaria Municipal de Turismo, loja, sanitário, telefones públicos e estacionamento.</p> <p><b>1.10 Estruturação dos Roteiros de Turismo de Aventura - Rafting, Caminhada de longa distância, Turismo fora-de-estrada e trekking</b> – pressupõe o trabalho conjunto do trade turístico, com o apoio e incentivo dado pelo Estado, considerando as atividades, atrativos e produtos turísticos do segmento de aventura que são comercializados. As possibilidades existentes devem ser discutidas entre os atores interessados, analisada a viabilidade de sua operação e o seu potencial de comercialização. Os roteiros escolhidos serão descritos em documento técnico, bem como os meios e os instrumentos para a sua comercialização.</p> <p><b>1.11 Promoção de Incentivos para Estruturação de Equipamentos Turísticos</b> – busca de alternativas para o incentivo à promoção de melhorias nos equipamentos turísticos a partir de experiências bem sucedidas em outros locais; estudo de viabilidade econômica para implantação das medidas de incentivo indicadas; priorização das medidas a serem adotadas pelo Estado e elaboração da base legal necessária para sua implantação, monitoramento e avaliação de resultados.</p> <p><b>1.12 Execução do Programa de Aventura Segura</b> – envolve a qualificação de profissionais que atuam em atividades de turismo em áreas naturais por meio de Curso de Resgate em Ambientes Naturais e Suporte Básico de Vida no Trauma; formação inicial e manutenção de Grupos Voluntários de Busca e Salvamento nos municípios do Polo Turístico, gestão e articulação com atendimento hospitalar de retaguarda e aquisição de equipamentos para resgate.</p> <p><b>1.13 Assistência Técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Turismo de Aventura e Ecoturismo</b> – elaboração de documento que busca definir os objetivos e planejar os passos necessários para a viabilização, implementação e ampliação das atividades dos segmentos de Ecoturismo e do Turismo de Aventura. Abrange: elaboração de estratégias do ponto de vista mercadológico, técnico, operacional e financeiro, permitindo um melhor entendimento dos produtos e/ou serviços a serem prestados para o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.</p> <p><b>1.14 Projeto de Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia</b> – envolve a qualificação para a produção associada ao turismo tendo em vista aumentar a comercialização do artesanato e da gastronomia, e aumentar o nível de notoriedade do Polo nessas áreas. Deverá ter início pela identificação da necessidade de qualificação no turismo, elaboração de projeto de formação de multiplicador e de qualificação dos trabalhadores, incluindo a realização de cursos de formação profissional. Visa também sensibilizar empreendedores, gestores e produtores locais.</p> <p><b>1.15 Estruturação de Produtos para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Cultural</b> – trata-se de oferecer aos turistas experiências de aprendizagem e de desenvolvimento de seu potencial criativo por meio da oferta de cursos, oficinas e outras atividades que lhes permitam interagir emocional e socialmente com o ambiente e suas singularidades. Os espaços de integração deverão oferecer experiência autêntica com os moradores e com o dia a dia da cidade, para que ele próprio sinta o lugar como um cidadão. A ação de qualificação para a produção associada ao turismo</p>
-----------------------------------	--

	desenvolverá produtos a serem comercializados como o artesanato, gastronomia e do próprio patrimônio cultural das comunidades locais. A promoção e a comercialização dos produtos serão realizadas através do portal de <i>e-commerce</i> .
<b>Custo Estimado</b>	U\$ 256.418.333,00 (R\$ 512.836.666,00)
<b>Produtos e Resultados</b>	Oferta de novos produtos e qualificação de produtos existentes, diversificando a oferta e permitindo a prestação de serviços com qualidade aos turistas. Além disso, traz oportunidades para a abertura de novos negócios e para a geração de emprego e renda.

**Quadro 29: Descrição das Ações do Componente 2 – Comercialização**

<b>COMPONENTE 2: COMERCIALIZAÇÃO</b>		
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e comercialização integrada do Polo, tendo em vista o aumento da visibilidade sobre a diversidade de atrativos existentes.</li> <li>• Fortalecimento da imagem/identidade associada ao Polo.</li> </ul>	
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;</li> <li>• aumentar a quantidade e a qualidade de equipamentos, serviços e infraestrutura turística ofertados no Polo;</li> <li>• diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;</li> <li>• aumentar a atratividade do turismo;</li> <li>• aumentar o número de visitantes do Polo;</li> <li>• aumentar o gasto médio do turista na região;</li> <li>• fortalecer e ampliar a comercialização integrada dos atrativos.</li> </ul>	
<b>AÇÕES</b>		<b>ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>
<b>2.1</b>	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão.	Polo Jalapão
<b>2.2</b>	Execução do Plano de Marketing do Polo do Jalapão.	Polo Jalapão
<b>2.3</b>	Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Jalapão.	Polo Jalapão
<b>Justificativa</b>	<p>O diagnóstico do Polo mostra que embora exista uma diversidade natural e cultural, a comercialização dos produtos e dos roteiros turísticos realizados pelas agências de turismo ou por outros meios é ainda tímida. Como consequência registra-se a baixa permanência do turista e o baixo gasto turístico, fazendo com que os investimentos voltados para a melhoria de produtos e serviços sejam mínimos.</p> <p>Observa-se que o Polo não possui uma identidade associada identificando uma necessidade de incluir ações de marketing turístico. A elaboração e execução de um Plano de Marketing possui a função de trazer diretrizes que busquem divulgar, promover e comercializar os produtos e atrativos do Polo, além de identificar vocações e públicos-alvo.</p> <p>Ainda nesse componente pode-se destacar as ações que busquem a elaboração de roteiros turísticos integrados como forma de aumentar a oferta e impulsionar o turismo no Polo.</p>	
<b>Descrição das Ações</b>	<p><b>2.1 Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão</b> – desenvolvimento do Plano de Marketing e comercialização abordando a questão do posicionamento de mercado, imagem a ser projetada do destino, divulgação dos produtos ofertados, mercados atuais e potenciais, mercados prioritário e secundários e ações de marketing e comercialização a serem adotadas pelos governos em suas várias instâncias</p>	

<b>Descrição das Ações</b>	<p>(municipal, regional, estadual e nacional).</p> <p>Devem ser previstos o desenvolvimento de imagem de marca e posicionamento mercadológico detalhado, conforme eixos definidos no PDITS e o desenvolvimento de estratégias de comercialização e de promoção nos mercados-meta, identificando os entraves. A elaboração do Plano deverá: envolver a esfera pública e a privada; definir as estratégias; consolidar os objetivos da comunicação; aprofundar e delimitar o conteúdo informativo de cada eixo; constituir banco de dados de imagens; definir elementos e meios de comunicação; delimitar os elementos e meios de comunicação adequados para atingir os objetivos de fortalecimento da identidade turística da região; definir orçamento de comunicação; definir o plano de mídia integrado; prever a forma do material de comunicação a ser confeccionado; e definir os instrumentos para mensuração de efeitos da estratégia de comunicação implementada.</p> <p><b>2.2 Execução do Plano de Marketing do Polo Jalapão</b> – executar as estratégias de marketing, contidas no Plano, bem como as ações previstas para o fortalecimento da identidade do Polo e divulgação dos produtos ofertados. Os prazos e as formas de execução de cada atividade devem ser seguidos, na sequência apropriada e por ordem de prioridade e conforme atribuição de responsabilidades determinadas.</p> <p><b>2.3 Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Jalapão</b> – pressupõe o trabalho conjunto do <i>trade</i> turístico, com o apoio e incentivo dado pelo Estado, considerando as atividades, atrativos e produtos turísticos comercializados. As possibilidades existentes devem ser discutidas entre os atores interessados, sendo posteriormente analisada a viabilidade de sua operação e o seu potencial de comercialização. Os roteiros escolhidos serão descritos em documento técnico, bem como os meios e os instrumentos para a sua comercialização, na forma de um portfólio de negócios voltado à captação de investidores.</p>
<b>Custo Estimado</b>	U\$ 2.000.000,00 (R\$ 4.500.000,00)
<b>Produtos e Resultados</b>	As ações desse componente têm como resultado a busca pelo aumento da comercialização dos produtos turísticos do Polo, seja por meio da elaboração e execução do Plano de Marketing, como também pela criação de um portfólio de negócios indicando os roteiros a serem implantados. A visão integrada propiciará a maior divulgação da imagem do Polo.

**Quadro 30: Descrição das Ações do Componente 3 – Fortalecimento Institucional**

<b>COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL</b>	
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecimento da gestão local buscando a integração das administrações municipais do Polo, incluindo os setores ambiental e de turismo, no que se refere ao planejamento e ordenamento sustentável da Região.</li> <li>Gestão sustentável do turismo a partir da normatização da segmentação e do ordenamento e controle da visitação aos atrativos.</li> <li>Promoção da qualificação profissional e da capacitação continuada dos gestores públicos, das entidades de governança e dos atores do trade local para fortalecer o planejamento e a gestão compartilhada da atividade turística.</li> </ul>
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>promover a Integração dos Municípios do Polo no que se refere ao planejamento e ordenamento do turismo sustentável;</li> <li>diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;</li> <li>preservar a cultura local;</li> <li>promover a captação de investimentos articulados e convergentes para o desenvolvimento turístico do Polo;</li> <li>fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente;</li> </ul>

### COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga;</li> <li>• melhoria da qualidade dos serviços turísticos;</li> <li>• fortalecimento das segmentações turísticas.</li> </ul>	
AÇÕES		ÁREA DE ABRANGÊNCIA
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura e Cultural).	Polo Jalapão
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente.	Polo Jalapão
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	Polo Jalapão
3.4	Capacitação de Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente (Estado, Municípios e Gestores das Unidades de Conservação).	Polo Jalapão
3.5	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente.	Polo Jalapão
3.6	Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas.	Polo Jalapão
<b>Justificativa</b>	<p>O diagnóstico da área registra que a gestão do turismo no Polo apresenta gargalos no que diz respeito à qualificação da administração pública municipal e estadual tornando-se necessário propor ações que busquem o fortalecimento dos órgãos de turismo e de meio ambiente. Além disso, verifica-se a importância de realizar a capacitação dos empreendedores, enfatizando o desenvolvimento desse setor com base na gestão integrada e participação dos atores atuantes e envolvidos com o turismo.</p> <p>Outros pontos diagnosticados referem-se à priorização de investimentos voltados para o meio ambiente em sua interface com o turismo. Assim, as ações voltadas para a elaboração e aprovação de normas específicas dos segmentos principais e complementares do Polo, para a gestão dos atrativos naturais, ordenação e controle da visitação nos atrativos por meio da implantação do voucher e para o combate às queimadas são medidas para trazer a sustentabilidade da atividade.</p>	
<b>Descrição das Ações</b>	<p><b>3.1 Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia. Pesca Esportiva, Cultural) –</b> essa ação tem como foco a criação de procedimentos legais para o funcionamento das segmentações turísticas principais e complementares do Polo – Aventura, Ecoturismo, Cultural e Base Comunitária -, conforme a publicação de Lei da Política Estadual de Turismo em 2013. A segmentação é entendida pelo Mtur como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado. Este entendimento dos segmentos preferenciais possibilita a ordenação dos esforços para atração e fidelização dos turistas. Essa ação pressupõe (i) identificar a forma apropriada desejável para as atividades realizadas em cada uma das segmentações; (ii) definir os procedimentos necessários ao desenvolvimento do turismo sustentável; (iii) elaborar os instrumentos necessários à normatização das atividades e demais aspectos relacionados aos diversos segmentos.</p> <p><b>3.2 Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente –</b> dotar os municípios que compõem o Polo de mecanismos e instrumentos necessários ao desenvolvimento da atividade turística. O fortalecimento dos órgãos de turismo e de meio-ambiente inclui a realização de diagnóstico da situação atual da gestão pública do turismo, a definição das estratégias em busca do fortalecimento institucional, a construção de um plano de ação visando a superação dos problemas encontrados, abrangendo, dentre outros: (i) estruturação das secretarias municipais que tratam da atividade turística; (ii) reformulação da estrutura organizacional; (iii)</p>	

### COMPONENTE 3: FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

<p><b>Descrição das Ações</b></p>	<p>planejamento de capacitação gerencial para o corpo técnico das secretarias (iv) estruturação da atuação e interlocução das secretarias com demais órgãos do governo.</p> <p><b>3.3 Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos</b> – implantação de documento único padronizado, na forma de ingresso, com identificação do atrativo específico (notadamente os naturais), para uso obrigatório dos turistas nos locais de visitação. Todas as agências de turismo que operam os atrativos do Polo devem utilizar blocos de Voucher emitidos de forma centralizada e numerados, a serem fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo de cada Município. As agências de turismo terão a responsabilidade, perante a Prefeitura municipal, de recolhimento de tributos, tanto aqueles devidos pelos proprietários dos atrativos como pelos guias. No caso dos guias, o imposto pago poderá ser descontado dos pagamentos devidos.</p> <p><b>3.4 Capacitação de Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente (Estado, Municípios e Gestores das Unidades de Conservação)</b> – os investimentos em capacitação dos órgãos da administração pública estadual e municipal previstos neste PDITS devem ir além da gestão do turismo e abranger também a gestão do meio ambiente, dado o seu significado e íntima relação com o desenvolvimento turístico. Trata-se de diagnosticar os pontos críticos de natureza institucional e organizacional relativos ao planejamento, controle e fiscalização ambiental enquanto funções governamentais do estado e dos municípios e promover ações para instalação ou melhoria das condições necessárias para tal exercício, envolvendo desde instalações físicas, equipamentos, tecnologia, melhoria de processos e procedimentos de trabalho, composição e capacitação de equipes, normas e outros instrumentos reguladores da gestão ambiental.</p> <p><b>3.5 Aquisição de veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente</b> – refere-se à aquisição de veículos e de equipamentos, inclusive de informática, para os órgãos de turismo e meio ambiente tendo em vista garantir o licenciamento, a gestão e fiscalização de forma eficaz nos municípios.</p> <p><b>3.6 Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas</b> – fiscalizar e monitorar o Plano de Uso Público possibilitando, de maneira sustentável, a visitação aos parques e áreas naturais do Polo proporcionando ao visitante a oportunidade de interagir com o meio ambiente natural, através da implementação de atividades voltadas para recreação, ecoturismo, pesquisa, de divulgação, relações públicas, conscientização ambiental e para o combate às queimadas. Deverá também buscar o alinhamento com as metas propostas pelo órgão gestor estadual, favorecendo, dentre outros aspectos, a integração e a articulação conjugada de ações entre os diversos entes governamentais em todos os níveis de governo; e a integração regional, dando agilidade e proficiência nas prestações de serviços e colaborando, de modo geral, na redução da vulnerabilidade social, dos danos humanos, materiais, ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais relacionados aos incêndios florestais.</p>
<p><b>Custo Estimado</b></p>	<p>US\$ 1.700.000,00 (R\$ 3.400.000,00)</p>
<p><b>Produtos e Resultados</b></p>	<p>Fortalecimento da gestão pública do turismo e do meio ambiente em bases participativas e integradas entre os governos estaduais e locais e os agentes sociais envolvidos, bem como o ordenamento e controle da capacidade de carga dos atrativos de forma a promover o desenvolvimento sustentável e a beneficiar turistas e população local. Órgãos de Turismo e de Meio Ambiente equipados e plano de uso público fiscalizado e monitorado garantindo a visitação nos parques e áreas naturais para o desenvolvimento de atividades voltadas aos segmentos principais do polo, a conscientização ambiental e o combate às queimadas.</p>

**Quadro 31: Descrição das Ações do Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos**

<b>COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS</b>		
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Priorização de melhorias para favorecer a acessibilidade e a mobilidade, otimizando o tempo de deslocamento e permitindo maior experiência turística na área.</li> <li>• Melhoria das condições de saneamento ambiental com ênfase para o sistema de esgotamento sanitário e o tratamento de resíduos sólidos.</li> </ul>	
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• facilitar a acessibilidade e o deslocamento de pessoas e bens no Polo Turístico;</li> <li>• melhorar e ampliar a oferta de serviços e da infraestrutura turística do Polo;</li> <li>• aumentar a atratividade do turismo;</li> <li>• ampliar e melhorar a oferta de infraestrutura e de serviços básicos;</li> <li>• promover condições para a sustentabilidade turística e ambiental do Polo.</li> </ul>	
<b>AÇÕES</b>		<b>ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>
<b>4.1</b>	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata com continuação na TO 110 no trecho Povoado do Prata/Mateiros).	Mateiros, Lagoa do Tocantins e São Félix
<b>4.2</b>	Reforma e Ampliação do Sistema de Saneamento Ambiental em Mateiros.	Mateiros
<b>4.3</b>	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão.	Polo Jalapão
<b>4.4</b>	Pavimentação asfáltica da rodovia TO-110 - Trecho São Felix/Mateiros (77 km).	São Felix do Tocantins - Mateiros
<b>4.5</b>	Pavimentação asfáltica da rodovia TO-255 - Trecho Mateiros/Ponte Alta (137 km).	Mateiros - Ponte Alta
<b>4.6</b>	Construção de Travessia de Corpos Hídricos no Município de São Félix do Tocantins.	São Félix do Tocantins
<b>4.7</b>	Revitalização das Praças de São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins
<b>4.8</b>	Melhoria das Vias Públicas em São Félix do Tocantins e Mateiros.	São Felix do Tocantins e Mateiros
<b>4.9</b>	Construção do Centro de Eventos Multiuso em Mateiros.	Mateiros
<b>4.10</b>	Construção do Portal de Entrada da Cidade de Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo.	Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo
<b>4.11</b>	Sinalizações Turística – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Jalapão.	Polo do Jalapão
<b>4.12</b>	Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Jalapão.	Polo do Jalapão
<b>Justificativa</b>	<p>A acessibilidade representa um fator preponderante para o desenvolvimento turístico uma vez que possibilita ao turista chegar a um destino sem obstáculos. O diagnóstico realizado para o Polo revelou gargalos no sistema de transporte referentes tanto às condições relacionadas à macro acessibilidade, que trata das possibilidades do turista atingir o destino, quanto àquelas voltadas a micro acessibilidade, que está ligada à mobilidade urbana e ao acesso interno dos atrativos turísticos. Este depende, em grande medida, das condições físicas das vias e da sinalização turística e indicativa.</p>	

## COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

<b>Justificativa</b>	<p>Ressalta-se que o Polo necessita de intervenções no sentido de ampliar as condições de acessibilidade terrestre. Atualmente, as vias de acesso encontram-se em estados precários, sendo necessário o uso de veículos traçionados para evitar atolamentos. Com relação à precária acessibilidade por transporte terrestre, os municípios necessitam de ações pontuais no sistema viário, uma vez que o acesso aos atrativos deve se dar de maneira eficiente. Além disso, a implantação da sinalização turística deve atuar de forma decisiva na melhoria da oferta de produtos direcionados a diversos perfis de demanda turística.</p> <p>Foram também definidos investimentos voltados para a construção de travessia de corpos hídricos em São Félix tendo em vista a melhoria no deslocamento da população e a realização de obras urbanas para o incremento, revitalização e implantação de infraestrutura nos atrativos do Polo. Quanto ao serviço de saneamento, prevê-se a implantação de sistema de saneamento ambiental em Mateiros tendo em vista o incremento do turismo, considerando o cenário atual e os cenários futuros de desenvolvimento do turismo.</p> <p>As ações propostas neste componente representam meios de intervenção no ambiente físico do município. Trazem, portanto, um conjunto de obras de melhoria viária, de sinalizações e adequação de infraestruturas. Algumas intervenções estão diretamente relacionadas à requalificação de equipamentos urbanos existentes e implantação de novas estruturas físicas de apoio aos atrativos turísticos.</p>
<b>Descrição das Ações</b>	<p><b>4.1 Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata) -</b> execução de obras para a pavimentação da rodovia estadual TO-247, Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata trecho, tendo como base estudo ambiental exigido pelo NATURATINS para emissão da Licença de Instalação por se tratar de área ambientalmente frágil. Os serviços para a execução da obra referem-se a terraplenagem, drenagem pluvial, revestimento vegetal para a proteção das áreas e pavimentação. Essa ação dependerá das diretrizes contidas na ação 5.1.</p> <p><b>4.2 Reforma e Ampliação do Sistema de Saneamento Ambiental em Mateiros –</b> abrange a contratação de empresa especializada para a reforma e ampliação de rede de tratamento de esgoto no que diz respeito à coleta, destinação e tratamento adequado das águas servidas e demais resíduos provenientes do esgotamento sanitário em Mateiros. Inclui também reforma e ampliação no sistema de tratamento e distribuição de água e adoção de serviços como a coleta seletiva de lixo.</p> <p><b>4.3 Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão –</b> implantação das sinalizações indicativa e turística nos acessos e atrativos turísticos de acordo com o padrão internacional ditado pela OMT. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já existentes nas Prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos acessos e pontos turísticos a serem beneficiados; implantação das sinalizações tendo como base o projeto executivo apresentado.</p> <p><b>4.4 Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-110 - Trecho São Felix/Mateiros (77 km) –</b> execução de obras para a pavimentação da rodovia estadual TO-110, trecho São Félix do Tocantins a Mateiros, garantindo maior fluidez no percurso e segurança no fluxo de veículos. Os serviços para a execução da obra referem-se a contratação de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação e estudos de impacto ambiental para emissão da licença de instalação por se tratar de área ambientalmente frágil.</p> <p><b>4.5 Pavimentação asfáltica da rodovia TO-255 - trecho Mateiros/Ponte Alta (137 km) –</b> execução de obras para a pavimentação da rodovia estadual TO-225, trecho Mateiros a Ponte Alta do Tocantins, garantindo maior fluidez no percurso e segurança no fluxo de veículos. Os serviços para a execução da obra referem-se a</p>

#### COMPONENTE 4: INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

<b>Descrição das Ações</b>	<p>contratação de terraplenagem, drenagem pluvial, pavimentação e estudos de impacto ambiental para emissão da licença de instalação por se tratar de área ambientalmente frágil.</p> <p><b>4.6 Construção de Travessia de Corpos Hídricos no Município de São Félix do Tocantins</b> – construção de travessia aérea de corpos d’água em São Félix mediante a obtenção de outorga de obras hidráulicas. Os corpos hídricos aéreos correspondem às passarelas, pontes, galerias, bueiros ou dutos. Essa ação requer (i) elaboração de documentação técnica associada aos corpos hídricos; (ii) cumprimento aos critérios para elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos; (iii) elaboração de conteúdo mínimo de estudos técnicos para implantação de obras hidráulicas (projetos); (iv) cumprimento de conteúdo mínimo de estudos técnicos para regularização de obras hidráulicas existentes.</p> <p><b>4.7 Revitalização das Praças de São Félix do Tocantins</b> – elaborar projeto e realizar obras de recuperação das instalações e do mobiliário urbano, recuperar paisagismo e revitalizar as áreas verdes das Praças localizadas em São Félix do Tocantins.</p> <p><b>4.8 Melhoria das vias públicas em São Félix do Tocantins e Mateiros</b> – elaborar projeto e realizar obras de recuperação das principais vias públicas dos municípios de São Félix e de Mateiros. Os serviços para a execução da obra referem-se a contratação de terraplenagem, drenagem pluvial e pavimentação das vias.</p> <p><b>4.9 Construção do Centro de Eventos Multiuso em Mateiros</b> – elaborar projeto para a construção do centro de eventos de Mateiros com capacidade para mil pessoas para a realização de eventos de pequeno e médio porte, favorecendo a captação de eventos para o destino.</p> <p><b>4.10 Construção do Portal de Entrada da Cidade de Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo</b> – trata-se da elaboração de projeto para a construção do portal de entrada dos municípios que compõem o Polo com a intenção de marcar o espaço e fazer referência à vocação turística do Polo. Envolve estudo preliminar, elaboração de projeto básico e executivo e execução de obra.</p> <p><b>4.11 Sinalizações Turísticas – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Jalapão</b> – elaboração de projeto e implantação de sinalizações indicativa, interpretativa e orientativa no PEJ. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já realizados pelas Prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos locais destinados no estudo; implantação das sinalizações tendo como base o projeto executivo apresentado.</p> <p><b>4.12 Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Jalapão</b> – elaboração de projeto e realizar obras para implantação de infraestrutura de atendimento ao turista no PEJ, como: centro de visitantes, centro de conservação da biosfera do cerrado, banheiros e área de lazer, trilhas ecológicas e espaços para pequenos eventos (auditório para projeções de filmes e apresentações sobre o patrimônio natural da humanidade).</p>
<b>Custo Estimado</b>	US\$ 177.113.000,00 (R\$ 354.226.000,00)
<b>Produtos e Resultados</b>	Como resultado tem-se o Polo do Jalapão oferecendo condições melhores de acessibilidade aos turistas, infraestrutura qualificada nos atrativos e na oferta dos serviços de saneamento básico.

**Quadro 32: Descrição das Ações do Componente 5 – Gestão Ambiental**

<b>COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL</b>		
<b>Estratégias</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promoção de medidas para a atuação integrada dos órgãos de turismo e de meio ambiente.</li> <li>Elaboração de inventário e desenvolvimento de pesquisas sistematizadas e de ações de monitoramento voltadas à ampliação do conhecimento sobre o turismo e o meio ambiente, permitindo prever e mitigar possíveis impactos negativos.</li> </ul>	
<b>Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>diminuir a possível pressão ambiental por meio do controle das atividades turísticas;</li> <li>disponibilizar serviços e produtos turísticos com melhor qualidade;</li> <li>promover o desenvolvimento de novos atrativos turísticos;</li> <li>aumentar a atratividade do turismo;</li> <li>promover a Integração dos Municípios do Polo no que se refere ao planejamento e ordenamento do turismo sustentável;</li> <li>fortalecer os órgãos municipais de turismo e de meio ambiente;</li> <li>utilização sustentável dos atrativos, observando os limites de capacidade de carga; promover condições para a sustentabilidade turística e ambiental do Polo.</li> </ul>	
<b>AÇÕES</b>		<b>ÁREA DE ABRANGÊNCIA</b>
<b>5.1</b>	Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão	Polo do Jalapão
<b>5.2</b>	Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos.	Polo do Jalapão
<b>5.3</b>	Revisão do Estudo de Capacidade de Suporte dos Atrativos do Parque Estadual do Jalapão.	Polo do Jalapão
<b>5.4</b>	Elaboração de Programa de Incentivo à Pesquisa Científica.	Polo do Jalapão
<b>5.5</b>	Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Jalapão.	Polo do Jalapão
<b>5.6</b>	Execução dos Programas Ambientais de outras obras de pavimentação do Polo Jalapão	São Felix - Mateiros
<b>Justificativa</b>	<p>O diagnóstico realizado para o Polo do Jalapão revela uma riqueza natural existente formada pelas cachoeiras, dunas, rios, formações rochosas, dentre outros que contribuem para o desenvolvimento dos segmentos do turismo de Aventura e de Ecoturismo.</p> <p>Nesse contexto as ações de conservação e recuperação ambiental devem ser consideradas no crescimento do turismo do Polo. Além disso, devem-se desenvolver ações relacionadas ao ambiente social, uma vez que o incremento turístico será bem sucedido se associado à melhoria da qualidade de vida da população.</p> <p>As ações desse componente consideram as medidas, instrumentos e planos relacionados à recuperação e preservação ambiental para a mitigação dos impactos negativos do turismo frente aos recursos naturais existentes.</p>	
<b>Descrição das Ações</b>	<p><b>5.1 Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão</b> – execução de normas ambientais para rodovia a ser pavimentada tendo em vista os impactos que essa obra pode causar ao meio ambiente. Essa ação envolve: (i) atividades de controle ambiental das obras e as premissas estabelecidas nos estudos ambientais para o cumprimento das diretrizes de licenciamento ambiental; (ii) avaliação e revisão da documentação técnica do empreendimento objetivando a atualização da elaboração dos programas ambientais; (iii) apoio e gerenciamento de convênios a serem celebrados com as empresas executoras; (iv) execução e implantação dos programas ambientais</p>	

## COMPONENTE 5: GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

<b>Descrição das Ações</b>	<p>descritos nas licenças ambientais; (v) elaboração de documentos como EIA e RIMA, dentre outros.</p> <p>Os programas serão executados por empresa especializada objetivando reduzir os impactos ambientais negativos e maximizar os positivos. O acompanhamento e monitoramento serão de responsabilidade dos órgãos de Turismo, de Meio Ambiente e das Secretarias de Obras.</p> <p><b>5.2 Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos</b> – elaborar e executar o plano de monitoramento do impacto de visitação turística nos atrativos naturais do Polo por meio da afirmação de diretrizes, ações e normas para fiscalização das atividades estabelecidas em cada atrativo, tendo em vista o controle de seu aproveitamento e garantia de perenização de seus recursos e atributos naturais.</p> <p><b>5.3 Revisão do Estudo de Capacidade de Suporte dos atrativos do Parque Estadual do Jalapão</b> – revisar os estudos que definem a capacidade de uso nos atrativos naturais do Polo, estabelecer diretrizes para a visitação e capacidade do atrativo no intuito de estabelecer o controle de seu aproveitamento e garantia de seus recursos e atributos naturais.</p> <p><b>5.4 Elaboração de Programa de Incentivo a Pesquisa Científica</b> – o processo de incentivo à pesquisa científica exerce grande influência nos aspectos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico, turístico e ambiental. Neste contexto, essa ação busca incentivar a inovação no setor produtivo, explorando os conhecimentos e tecnologias advindas das universidades e centros de pesquisa.</p> <p>As atividades envolvem a (i) conscientização e mobilização da comunidade acadêmica, órgãos de fomento, empresas e parceiros locais com assuntos relacionados ao turismo, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico; (ii) investigação e apoio ao desenvolvimento de tecnologias acadêmicas capazes de gerar inovações para os setores de turismo, meio ambiente e desenvolvimento socioeconômico.</p> <p><b>5.5 Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Jalapão</b> – elaboração de documento contendo dados físicos, registro histórico, levantamento de equipamentos para uso público e de infraestrutura, acesso e sinalizações indicativa e orientativa, atrativos naturais, dentre outras informações.</p> <p><b>5.6 Execução dos Programas Ambientais de outras obras de pavimentação do Polo Jalapão</b> – compreende a execução de normas ambientais para a pavimentação de outras rodovias que terão projeto de pavimentação tendo em vista os impactos que essa obra pode causar ao meio ambiente. Essa ação envolve: (i) atividades de controle ambiental das obras e as premissas estabelecidas nos estudos ambientais para o cumprimento das diretrizes de licenciamento ambiental; (ii) avaliação e revisão da documentação técnica do empreendimento objetivando a atualização da elaboração dos programas ambientais; (iii) apoio e gerenciamento de convênios a serem celebrados com as empresas executoras; (iv) execução e implantação dos programas ambientais descritos nas licenças; (v) elaboração de documentos como EIA e RIMA, dentre outros.</p> <p>Os programas serão executados por empresa especializada objetivando reduzir os impactos ambientais negativos e maximizar os positivos. O acompanhamento e monitoramento serão de responsabilidade dos órgãos de Turismo, de Meio Ambiente e da Secretaria de Obras.</p>
<b>Custo Estimado</b>	US\$ 6.042.000,00 (R\$ 12.084.000,00)
<b>Produtos e Resultados</b>	Como resultado desse componente tem-se a gestão ambiental no Polo efetivada de forma a beneficiar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis e propiciar a inserção da população no ciclo econômico do turismo.

A partir da apresentação dos quadros de ações por componentes, observa-se que a maior parte das ações concentra-se nas áreas de produto turístico e de infraestrutura e serviços básicos. Ressalta-se que esses componentes fornecem suporte e estruturam os destinos e os atrativos para atender os turistas de forma sustentável. Destas ações, a maioria destina-se a oferecer acessibilidade e mobilidade dentro do Polo Turístico, além de dotar de infraestrutura aos atrativos, proporcionar maiores opções de roteiros e promover melhorias aos produtos já formatados.

Em seguida as ações do componente gestão ambiental ganham notoriedade por se tratar de uma área ambientalmente frágil e rica do ponto de vista da beleza natural existente. Neste sentido, as ações desse componente buscam permitir a acessibilidade aos destinos e atrativos por meio da elaboração de estudos ambientais, monitoramento da visitação aos atrativos, desenvolvendo o turismo tendo como premissa básica a sustentabilidade.

As ações de planejamento e gestão estão em quarto lugar, em relação aos outros componentes, no que diz respeito à quantidade de ações elencadas para esses componentes. Essas estão relacionadas às respostas encontradas dadas às dificuldades observadas em campo e por meio do diagnóstico para a atuação dos gestores públicos e privados no gerenciamento e desenvolvimento da atividade turística de forma integrada. As ações desse componente buscam também qualificar gestores públicos e dotar os órgãos de equipamentos necessários à gestão e fiscalização.

Na área de comercialização estão previstas cinco ações direcionadas à formatação de produtos e negociação empresarial, bem como iniciativas que contribuem para a distribuição e divulgação dos produtos turísticos no momento em que os atrativos se encontrem estruturados turística e ambientalmente e os municípios já fortalecidos.

## **5.2. Dimensionamento do investimento total**

A aplicação das ações descritas nesse PDITS implica a utilização de investimentos financeiros, provenientes de diversas fontes, de acordo com a tabela 34: “Dimensionamento do investimento total”.

Nas tabelas de dimensionamento as ações marcadas na cor laranja referem-se àquelas que possuem investimentos do Prodetur, enquanto que as outras, em branco, são passíveis de investimentos por outras fontes de recursos.

**Tabela 34: Dimensionamento do Investimento Total – Ações com Recursos do Prodetur e de Outras Fontes**

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO	
			(R\$)	(U\$)
<b>Componente 1 - Produto Turístico</b>				
1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	340.000,00	170.000,00
1.2	Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	2.000.000,00	1.000.000,00
1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Jalapão	816.666,00	408.333,00
1.4	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”	Polo Jalapão	240.000,00	120.000,00
1.5	Construção de dois Mirantes no Polo	Novo Acordo - São Félix do Tocantins	1.000.000,00	500.000,00
1.6	Implantação da Infraestrutura Turística nos Atrativos Públicos no Polo do Jalapão	Polo Jalapão	4.000.000,00	2.000.000,00
1.7	Construção do Parque Ecológico do Alecrim em São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins	1.000.000,00	500.000,00
1.8	Revitalização de Estruturas Turísticas no Polo do Jalapão	Polo Jalapão	2.140.000,00	1.070.000,00
1.9	Construção do Centro de Atendimento ao Turista de Novo Acordo	Novo Acordo	250.000,00	125.000,00
1.10	Estruturação dos Roteiros de Turismo de Aventura - Rafting, Caminhada de longa distância, Turismo fora-de-estrada e trekking.	Polo Jalapão	500.000.000,00	250.000.000,00
1.11	Promoção de Incentivos para Estruturação de Equipamentos Turísticos	Polo Jalapão	250.000,00	125.000,00
1.12	Execução do Programa de Aventura Segura	Polo Jalapão	250.000,00	125.000,00
1.13	Assistência técnica para Elaboração do Plano de Negócio no Segmento do Turismo de Aventura e Ecoturismo	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
1.14	Projeto de Identificação e Qualificação da Produção Associada ao Turismo - Artesanato e Gastronomia	Polo Jalapão	250.000,00	125.000,00
1.15	Estruturação de Produtos para o Turismo Criativo - Artesanato e Patrimônio Cultural	Polo Jalapão	200.000,00	100.000,00
<b>Subtotal Componente Produto Turístico</b>			<b>512.836.666,00</b>	<b>256.418.333,00</b>

<b>Componente 2 - Comercialização</b>				
<b>2.1</b>	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão	Polo Jalapão	234.000,00	117.000,00
<b>2.2</b>	Execução do Plano de Marketing do Polo do Jalapão	Polo Jalapão	3.666.000,00	1.833.000,00
<b>2.3</b>	Criação e Estruturação de Roteiros Integrados no Polo Jalapão	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
<b>Subtotal Componente Comercialização</b>			<b>4.000.000,00</b>	<b>2.000.000,00</b>
<b>Componente 3 - Fortalecimento Institucional</b>				
<b>3.1</b>	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura e Cultural).	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
<b>3.2</b>	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Jalapão	466.000,00	233.000,00
<b>3.3</b>	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
<b>3.4</b>	Capacitação de Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente (Estado, Municípios e Gestores das Unidades de Conservação)	Polo Jalapão	234.000,00	117.000,00
<b>3.5</b>	Aquisição de Veículos e Equipamentos para Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Jalapão	1.000.000,00	500.000,00
<b>3.6</b>	Fortalecimento da Fiscalização, Monitoramento do Plano de Uso Público e Combate às Queimadas.	Polo Jalapão	1.500.000,00	750.000,00
<b>Subtotal Componente Fortalecimento Institucional</b>			<b>3.400.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>
<b>Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos</b>				
<b>4.1</b>	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata)	Novo Acordo - São Félix	126.000.000,00	63.000.000,00
<b>4.2</b>	Reforma e Ampliação do Sistema de Saneamento Ambiental em Mateiros	Mateiros	3.000.000,00	1.500.000,00
<b>4.3</b>	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão	Polo do Jalapão	1.626.000,00	813.000,00
<b>4.4</b>	Pavimentação asfáltica da rodovia TO-110 - Trecho São Felix/Mateiros (77 km)	São Felix - Mateiros	77.000.000,00	38.500.000,00
<b>4.5</b>	Pavimentação asfáltica da rodovia TO-255 - Trecho Mateiros/Ponte Alta (137 km)	Mateiros - Ponte Alta	137.000.000,00	68.500.000,00
<b>4.6</b>	Construção de Travessia de Corpos Hídricos no Município de São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins	1.500.000,00	750.000,00
<b>4.7</b>	Revitalização das Praças de São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins	400.000,00	200.000,00
<b>4.8</b>	Melhoria das Vias Públicas em São Félix do Tocantins e Mateiros	São Félix do Tocantins-Mateiros	2.000.000,00	1.000.000,00
<b>4.9</b>	Construção do Centro de Eventos Multiuso em Mateiros	Mateiros	1.000.000,00	500.000,00
<b>4.10</b>	Construção do Portal de Entrada da Cidade de Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo	Ponte Alta, Mateiros, São Félix do Tocantins e Novo Acordo	4.000.000,00	2.000.000,00

<b>Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos</b>				
<b>4.11</b>	Sinalizações Turística – Indicativa, Interpretativa e Orientadora do Parque Estadual do Jalapão	Polo do Jalapão	500.000,00	250.000,00
<b>4.12</b>	Melhoria da Infraestrutura do Alojamento para Pesquisadores no Parque Estadual do Jalapão	Polo do Jalapão	200.000,00	100.000,00
<b>Subtotal Componente Infraestrutura e Serviços Básicos</b>			<b>354.226.000,00</b>	<b>177.113.000,00</b>
<b>Componente 5 - Gestão Ambiental</b>				
<b>5.1</b>	Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão	Polo do Jalapão	10.000.000,00	5.000.000,00
<b>5.2</b>	Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos	Polo do Jalapão	66.000,00	33.000,00
<b>5.3</b>	Revisão do Estudo de Capacidade de Suporte dos Atrativos do Parque Estadual do Jalapão	Polo do Jalapão	200.000,00	100.000,00
<b>5.4</b>	Elaboração de Programa de Incentivo a Pesquisa Científica	Polo do Jalapão	168.000,00	84.000,00
<b>5.5</b>	Elaboração de Manual de Visitação Pública do Parque Estadual do Jalapão	Polo do Jalapão	150.000,00	75.000,00
<b>5.6</b>	Execução dos Programas Ambientais de outras obras de pavimentação do Polo Jalapão	São Felix - Mateiros	1.500.000,00	750.000,00
<b>Subtotal Componente Gestão Ambiental</b>			<b>12.084.000,00</b>	<b>6.042.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>886.546.666,00</b>	<b>443.273.333,00</b>

Taxa de Câmbio: US\$ 1,00 = R\$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)

 Ações do Prodetur Nacional

### 5.3. Seleção e priorização das ações

As ações integrantes do PDITS Polo do Jalapão a serem executadas nos 18 (dezoito) primeiros meses e nos 5 (cinco) primeiros anos podem ser verificadas a seguir. Importa acrescentar que essas ações são objeto de atendimento pelo Prodetur.

A priorização dessas ações partiu da visão estratégica dos representantes do Governo Estadual, tendo como base as seguintes proposições:

- **sustentabilidade:** ações direcionadas para a sustentabilidade da atividade turística;
- **abrangência da ação:** as ações buscam envolver e integrar a população local, além de gerar emprego e renda.
- **tempo para implantação:** refere-se a rapidez de execução da ação beneficiando tanto a população, quanto os turistas.
- **visibilidade das ações:** está relacionada ao efeito produzido pela ação e seu impacto para o desenvolvimento do turismo no Polo.

A tabela a seguir aponta as ações elencadas com recursos do Prodetur.

**Tabela 35: Investimentos do Prodetur**

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO	
			(R\$)	(U\$)
<b>Componente 1 - Produto Turístico</b>				
1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca - PDRIS	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	340.000,00	170.000,00
1.2	Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca - PDRIS	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	2.000.000,00	1.000.000,00
1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins	Polo Jalapão	816.666,00	408.333,00
1.4	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”	Polo Jalapão	240.000,00	120.000,00
1.5	Construção de dois Mirantes no Polo	Novo Acordo - São Félix do Tocantins	1.000.000,00	500.000,00
1.6	Implantação da Infraestrutura Turística nos Atrativos Públicos no Polo do Jalapão	Polo Jalapão	4.000.000,00	2.000.000,00
1.7	Construção do Parque Ecológico do Alecrim em São Félix do Tocantins	São Félix do Tocantins	1.000.000,00	500.000,00
1.8	Revitalização de Estruturas Turísticas no Polo do Jalapão	Polo Jalapão	2.140.000,00	1.070.000,00
1.9	Construção do Centro de Atendimento ao Turista de Novo Acordo	Novo Acordo	250.000,00	125.000,00
<b>Subtotal Componente Produto Turístico</b>			<b>11.786.666,00</b>	<b>5.893.333,00</b>
<b>Componente 2 - Comercialização</b>				
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão - PDRIS	Polo Jalapão	234.000,00	117.000,00
2.2	Execução do Plano de Marketing do Polo do Jalapão - PDRIS	Polo Jalapão	3.666.000,00	1.833.000,00
<b>Subtotal Componente Comercialização</b>			<b>3.900.000,00</b>	<b>1.950.000,00</b>
<b>Componente 3 - Fortalecimento Institucional</b>				
3.1	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura e Cultural).	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
3.2	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo Jalapão	466.000,00	233.000,00
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos	Polo Jalapão	100.000,00	50.000,00
3.4	Capacitação de Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente (Estado, Municípios e Gestores das Unidades de Conservação)	Polo Jalapão	234.000,00	117.000,00
<b>Subtotal Componente Fortalecimento Institucional</b>			<b>900.000,00</b>	<b>450.000,00</b>

<b>Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos</b>				
4.1	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata)	Novo Acordo - São Félix	126.000.000,00	63.000.000,00
4.2	Reforma e Ampliação do Sistema de Saneamento Ambiental em Mateiros	Mateiros	3.000.000,00	1.500.000,00
4.3	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão	Polo do Jalapão	1.626.000,00	813.000,00
<b>Subtotal Componente Infraestrutura e Serviços Básicos</b>			<b>130.626.000,00</b>	<b>65.313.000,00</b>
<b>Componente 5 - Gestão Ambiental</b>				
5.1	Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão	Polo do Jalapão	10.000.000,00	5.000.000,00
5.2	Elaboração e Execução do Plano de Monitoramento do Impacto da Visitação Turística nos Atrativos	Polo do Jalapão	66.000,00	33.000,00
<b>Subtotal Componente Gestão Ambiental</b>			<b>10.066.000,00</b>	<b>5.033.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>157.278.666,00</b>	<b>78.639.333,00</b>

Taxa de Cambio: US\$ 1,00 = R\$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)

Da análise da tabela 34 (Dimensionamento do Investimento Total) e da tabela 35 (Investimentos do Prodetur) pode-se verificar pela tabela a seguir, as ações que serão financiadas com recursos do Prodetur e as que terão investimentos por meio de outras fontes.

**Tabela 36: Investimentos Totais previstos no PDITS de acordo com a origem dos Recursos Financeiros Necessários**

<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>R\$</b>	<b>US\$</b>
<b>Investimentos Totais Previstos no PDITS</b>	<b>891.546.666,00</b>	<b>445.773.333,00</b>
• Recursos do Prodetur	<b>157.278.666,00</b>	<b>78.639.333,00</b>
• Recursos de Outras Fontes	<b>734.268.000,00</b>	<b>367.134.000,00</b>

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

As ações prioritizadas pelo Prodetur do componente fortalecimento institucional, de acordo com o Termo de Referência, devem conter as metas de desempenho da capacidade institucional. As metas de desempenho devem ser realizadas pelos municípios antes que se iniciem as ações dos componentes de infraestrutura e serviços básicos, uma vez que se considera que os municípios devem estar primeiramente estruturados institucionalmente. O quadro a seguir apresenta as metas de desempenho para o componente citado.

**Quadro 33: Metas de Desempenho – Fortalecimento Institucional**

	<b>AÇÃO</b>	<b>MUNICÍPIO</b>	<b>META</b>
<b>3.1</b>	Elaboração e Aprovação de Normas Específicas para as Segmentações Turísticas (Ecoturismo, Aventura e Cultural).	Polo do Jalapão	Normas de segmentação turística elaboradas e aprovadas.
<b>3.2</b>	Estruturação e Fortalecimento dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente	Polo do Jalapão	Órgão de Turismo e de Meio Ambiente fortalecidos.
<b>3.3</b>	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos	Polo do Jalapão	Atrativos turísticos com entrada controlada pelo Voucher.
<b>3.4</b>	Capacitação de Gestores Públicos dos Órgãos de Turismo e Meio Ambiente (Estado, Municípios e gestores das Unidades de Conservação)	Polo do Jalapão	Gestores públicos dos Órgãos de Turismo e de Meio Ambiente capacitados.

Fonte: Technum Consultoria SS, 2014.

#### **5.4. Descrição das ações a serem realizadas nos 18 primeiros meses com recursos do Prodetur Nacional**

As ações elegíveis para realização durante os dezoito primeiros meses com recursos do Prodetur encontram-se na tabela a seguir, bem como nas fichas. O termo de referência aponta que as fichas dessas ações devem contemplar os seguintes itens.

- Objetivo;
- Justificativa;
- Efeito esperado no desenvolvimento turístico;
- Benefícios e beneficiários;
- Descrição da ação;
- Responsáveis pela execução;
- Entidade responsável pela implantação/ operação/ manutenção da obra ou serviço;
- Custo estimado e fonte de financiamento;
- Gastos estimados de operação;
- Mecanismos previstos de recuperação de custos;
- Normas de licenciamento ambiental exigidas por lei;
- Indicadores de seguimento e fonte de verificação;
- Relação com outras ações quanto ao cronograma;
- Nível de avanço: indicação da existência de projetos básicos ou executivos ou termos de referência; indicação da necessidade de reconhecimento retroativo.

Tabela 37: Investimentos do Prodetur - Primeiros 18 meses

COMPONENTE E AÇÃO		ÁREA DE ABRANGÊNCIA	CUSTO	
			(R\$)	(U\$)
<b>Componente 1 - Produto Turístico</b>				
1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca.	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	85.000,00	42.500,00
1.2	Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca.	Mateiros (Comunidades Prata e Mumbuca)	500.000,00	250.000,00
1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins.	Polo Jalapão	204.168,00	102.084,00
1.4	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”.	Polo Jalapão	60.000,00	30.000,00
<b>Subtotal Componente Produto Turístico</b>			<b>849.168,00</b>	<b>424.584,00</b>
<b>Componente 2 - Comercialização</b>				
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão.	Polo Jalapão	58.333,34	29.166,67
<b>Subtotal Componente Comercialização</b>			<b>58.333,34</b>	<b>29.166,67</b>
<b>Componente 3 - Fortalecimento Institucional</b>				
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos.	Polo Jalapão	25.000,00	12.500,00
<b>Subtotal Componente Fortalecimento Institucional</b>			<b>25.000,00</b>	<b>12.500,00</b>
<b>Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos</b>				
4.1	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata)	Novo Acordo - São Félix	31.500.000,00	15.750.000,00
4.3	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão.	Polo do Jalapão	406.666,66	203.333,33
<b>Subtotal Componente Infraestrutura e Serviços Básicos</b>			<b>31.906.666,66</b>	<b>15.953.333,33</b>
<b>Componente 5 - Gestão Ambiental</b>				
5.1	Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão	Polo do Jalapão	2.500.000,00	1.250.000,00
<b>Subtotal Componente Gestão Ambiental</b>			<b>2.500.000,00</b>	<b>1.250.000,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>35.339.168,00</b>	<b>17.669.584,00</b>

Taxa de Cambio: US\$ 1,00 = R\$ 2,00 (Cotação média acordada entre CAF e Adtur em 23 de Janeiro de 2014)

### Fichas das Ações Prioritárias – Componente 1 – Produto Turístico

AÇÃO 1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca						PRODUTO TURÍSTICO					
Objetivo	Inserir a população na cadeia produtiva do turismo.											
Justificativa	O turismo de base comunitária é considerado instrumento de incremento do turismo no Polo que tem como premissa básica a inclusão social e desenvolvimento sustentável.											
Efeito esperado	Aumento da satisfação do turista devido à qualificação dos serviços ofertados pela população.											
Benefícios	Satisfação do turista, gerando o aumento de sua permanência no Polo. Benefícios para a população local tanto pelo aumento da visitação, quanto pela qualificação profissional.	Beneficiários	Turista e população local.									
Descrição	<p>As comunidades quilombolas do Povoado do Prata e Mumbuca são oficialmente reconhecidas pela Fundação Palmares e estão organizadas em associações comunitárias. As principais atividades produtivas do povoado são: artesanato do capim dourado, apicultura, agricultura de subsistência e pecuária de pequeno porte.</p> <p>A estruturação do turismo de base comunitária nos povoados do Prata e Mumbuca busca o desenvolvimento de atividades que contribuam para a conservação do meio ambiente, por meio da inclusão, valorização e capacitação das comunidades envolvidas para o gerenciamento dos recursos naturais afetados, buscando reduzir os possíveis impactos negativos de outras atividades econômicas e também trazer satisfação do turista uma vez no destino.</p>											
Responsáveis pela Execução	SEDEN	Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação				SEDEN; Associação de Pequenos Produtores e Artesãos do Povoado do Prata em São Félix Tocantins, Associação de Artesãos e Extrativistas do Povoado Mumbuca.						
Fonte de financiamento	Governo do Estado	Custo estimado	U\$ 42.500,00			Custo estimado operação	Não se aplica					
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais e estaduais.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	A cargo das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e NATURATINS											
Indicadores de seguimento	Frequência de aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas; incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação	Centro de Atendimento ao Turista - Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo a ser implantado						
Relação com outras ações quanto ao cronograma	<b>Não se aplica</b>											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento Retroativo	Sim	X
		Não	X		Não	X		Não	Não			

<b>AÇÃO 1.2</b>	<b>Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca</b>						<b>PRODUTO TURÍSTICO</b>																									
Objetivo	Inserir a população na cadeia produtiva do turismo.																															
Justificativa	O turismo de base comunitária é considerado instrumento de incremento do turismo no Polo que tem como premissa básica a inclusão social e desenvolvimento sustentável.																															
Efeito esperado	Aumento da satisfação do turista devido à qualificação dos serviços ofertados pela população.																															
Benefícios	Satisfação do turista, gerando o aumento de sua permanência no Polo.				Beneficiários		Turista e população local.																									
Descrição	Execução das proposições contidas no projeto de ecoturismo de base comunitária como um instrumento de desenvolvimento turístico que busca a inclusão social e desenvolvimento sustentável																															
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN; Associação de Pequenos Produtores e Artesãos do Povoado do Prata em São Félix Tocantins e Associação dos Artesãos e Extrativistas do Povoado Mumbuca.																									
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado		U\$ 250.000,00		Custo estimado operação			Não se aplica																						
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais e estaduais.																															
Normas de licenciamento ambiental exigidas	A cargo das Secretarias Municipais de Meio Ambiente e NATURATINS																															
Indicadores de seguimento	Frequência de aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas; incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo																									
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica																															
Nível de avanço:	Projeto Básico		Sim		Não		X		Projeto Executivo		Sim		Não		X		Termo Referencia		Sim		Não		X		Reconhecimento retroativo		Sim		Não		X	

AÇÃO 1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado Tocantins						PRODUTO TURÍSTICO					
Objetivo	Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; Criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo.											
Justificativa	O quantitativo e a qualificação dos profissionais que atuam no mercado do turismo, bem como a habilidade e o envolvimento dos empreendedores do setor impactam diretamente o grau de satisfação dos turistas quanto à qualidade dos serviços prestados.											
Efeito esperado	Gestão do Turismo eficaz; mercado do turismo suprido em suas necessidades quanto a profissionais em todas as funções do setor.											
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e geração de emprego e renda			Beneficiários		Administração pública municipal, cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.						
Descrição	Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito da administração pública; criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados na atividade.											
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN					
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado	US\$ 102.084,00			Custo estimado operação		Não se aplica			
Mecanismos de recuperação de custos	Melhoria do desempenho dos profissionais na administração municipal, no segmento empresarial e no mercado de trabalho do turismo.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não se aplica											
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior fluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Posterior às ações de Fortalecimento Institucional											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	X
		Não			Não			Não	X		Não	

AÇÃO 1.4		Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”							PRODUTO TURÍSTICO			
Objetivo	Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para a gestão do turismo no âmbito das empresas privadas; Criar oportunidades para que os dirigentes e gerentes de empreendimentos turísticos desenvolvam as habilidades negociais e de gestão necessários ao desempenho eficaz de suas funções na cadeia do turismo; Incentivar e promover a capacitação e o aperfeiçoamento profissional para o mercado de trabalho do setor de turismo.											
Justificativa	O quantitativo e a qualificação dos profissionais que atuam no mercado do turismo, bem como a habilidade e o envolvimento dos empreendedores do setor impactam diretamente o grau de satisfação dos turistas quanto à qualidade dos serviços prestados.											
Efeito esperado	Mercado do turismo suprido em suas necessidades quanto a profissionais em todas as funções do setor.											
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e geração de emprego e renda				Beneficiários		Administração pública municipal, cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.					
Descrição	Capacitações destinadas aos funcionários de empreendimentos por meio de consultorias e treinamentos abordando temas relacionados ao atendimento ao cliente, gestão de pessoas, gestão financeira, entre outros. Busca, portanto, o desenvolvimento dos negócios atendendo pré-requisitos para estabelecer o “selo de conformidade” promovendo o aumento do número de empreendimentos que funcionam dentro das normas técnicas exigidas. Isso possibilita que estas empresas sejam cadastradas no sistema do Ministério do Turismo - CADASTUR. Além de trazer ao turista melhoria tanto da qualidade dos serviços quanto da infraestrutura dos empreendimentos.											
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação				SEDEN				
Fonte de financiamento	Governo do Estado			Custo estimado		US\$ 30.000,00		Custo estimado operação		Não se aplica		
Mecanismos de recuperação de custos	Melhoria do desempenho dos profissionais no segmento empresarial e no mercado de trabalho do turismo.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não se aplica											
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	
		Não	X		Não	X		Não	X		Não	X

## Fichas das Ações Prioritárias – Componente 2 – Comercialização

AÇÃO 2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão						COMERCIALIZAÇÃO					
Objetivo	Diversificar a oferta turística do Polo e ampliar a imagem do Polo aos mercados-meta.											
Justificativa	O diagnóstico realizado revelou que o Polo possui áreas naturais e atrativos culturais em potencial para o fomento do turismo, diminuindo a sazonalidade da visitação turística na região e construindo a identidade para os produtos do Polo.											
Efeito esperado	Diversificar a oferta de atrativos, gerando maior gasto e permanência do turista no destino; Definir a identidade regional; Fortalecer o posicionamento de mercado.											
Benefícios	Promoção dos atrativos e desenvolvimento do turismo			Beneficiários		Cadeia produtiva do turismo, população local e o turista.						
Descrição	Elaborar o Plano de Marketing e comercialização abordando a questão do posicionamento de mercado, imagem a ser projetada do destino, divulgação dos produtos ofertados, mercados atuais e potenciais, mercados prioritários e secundários, e ações de marketing e comercialização a serem adotadas pelo governo municipal. Devem ser previstos o desenvolvimento de marca de imagem e posicionamento mercadológico detalhado, conforme eixos definidos no PDITS e o desenvolvimento de estratégias de comercialização e de promoção nos mercados-meta, identificando os entraves para a delimitação do plano na esfera pública e privada; definição estratégica: consolidar os objetivos da comunicação; aprofundar e delimitar o conteúdo informativo de cada eixo; definir a identidade visual dos eixos – design e marca, montar banco de dados de imagens (digitalização de imagens antigas e compilação de novas); definição de elementos e meios de comunicação: delimitar os elementos e meios de comunicação adequados para atingir os objetivos de fortalecimento da identidade turística da região; definir orçamento de comunicação; definição do plano de mídia integrado; e acompanhamento da confecção do material de comunicação; e, definição de instrumento para mensuração de efeitos da estratégia de comunicação implementada.											
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN					
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado	US\$ 29.166,67			Custo estimado operação	Não se aplica				
Mecanismos de recuperação de custos	Aumento do fluxo turístico e geração de emprego e renda.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	Não se aplica											
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas.			Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.						
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento retroativo	Sim	X
		Não	X		Não	X		Não			Não	

### Fichas das Ações Prioritárias – Componente 3 – Fortalecimento Institucional

AÇÃO 3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos						FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL							
Objetivo	Modernizar as visitas aos atrativos, garantido utilização de forma sustentável, conforme normas e plano de manejo.													
Justificativa	O diagnóstico da área turística revelou que o Polo possui uma diversidade de atrativos naturais que impulsionam o desenvolvimento dos segmentos de Ecoturismo e de turismo de Aventura. No entanto, a diversidade natural existente, revela também uma fragilidade ambiental uma vez que os atrativos são explorados e visitados sem qualquer controle na capacidade de carga. Essa situação gera impactos negativos ao meio ambiente e aos atrativos. O Voucher representa um instrumento de ordenamento da atividade turística que contribui para induzir a um modelo de gestão, baseada na constituição de uma rede de cooperação voltada ao uso sustentável dos recursos naturais dos municípios. Refere-se, portanto, ao ordenamento e controle da visitação dos atrativos naturais por meio de documento, denominado voucher, que é emitido pela Prefeitura municipal em cinco vias. O documento poderá ser comercializado por agências de turismo ou agentes voltados para o turismo. O voucher é obrigatório na visitação dos atrativos e busca garantir a qualidade ambiental e manter a atividade turística de forma sustentável no Polo.													
Efeito esperado	Atrativos utilizados de forma sustentável e controle na visitação dos turistas; fauna, flora e recursos hídricos preservados.													
Benefícios	Preservação do meio ambiente; Melhoria da qualidade de vida; Instalação de condições favoráveis ao desenvolvimento turístico.			Beneficiários		População local, empreendedores do setor do turismo e dos demais setores e turistas, fundos estadual e municipais de turismo.								
Descrição	Implantação de documento único padronizado, com discriminação dos atrativos naturais, para uso obrigatório dos turistas nos locais de visitação. Todas as agências de turismo que operam os atrativos do polo que devem requisitar blocos de Voucher com a devida numeração, que serão fornecidos pela Secretaria Municipal de Turismo. As agências de turismo ficam responsáveis perante a Prefeitura municipal pelo recolhimento de tributos devidos pelos proprietários dos atrativos turísticos e pelos guias, devendo descontar do pagamento daqueles o imposto devido.													
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN							
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado	US\$ 12.500,00		Custo estimado operação		Não se aplica						
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.													
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS													
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas.			Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.								
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica													
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim		Projeto Executivo	Sim		Termo Referencia		Sim		Reconhecimento retroativo		Sim	
		Não	X		Não	X		Não	X		Não	X		

### Fichas das Ações Prioritárias – Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos

AÇÃO 4.1	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-247 (Trecho Lagoa do Tocantins - São Félix do Tocantins.) e TO 030 (Trecho São Félix - Povoado do Prata)						INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS						
Objetivo	Facilitar o acesso e o deslocamento da população e dos turistas aos atrativos que se encontram no trecho de Novo Acordo a São Félix do Tocantins e ao município de São Félix do Tocantins												
Justificativa	O diagnóstico realizado do Polo apontou a dificuldade de acesso e de deslocamento da população e dos turistas nos 126 km, trecho de Novo Acordo a São Félix. Atualmente a TO-030 encontra-se em leito natural e o percurso nessas terras arenosas e irregulares ocasiona o atolamento dos veículos, prejudicando a população e turistas.												
Efeito esperado	Facilidade na circulação da população e de turistas; Aumento do fluxo da população e turistas; Facilidade na circulação de insumos e produtos.												
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e da região e geração de emprego e renda; satisfação da população.						Beneficiários	População local, turista e cadeia produtiva.					
Descrição	Execução de obras para a pavimentação da rodovia estadual TO-030, trecho Novo Acordo a São Félix, tendo como base estudo ambiental exigido pelo NATURATINS para emissão da Licença de Instalação por se tratar de área ambientalmente frágil. Os serviços para a execução da obra referem-se a terraplenagem, drenagem pluvial, revestimento vegetal para a proteção das áreas e pavimentação. Essa ação dependerá das diretrizes contidas na ação 5.1.												
Responsáveis pela Execução	SEDEN				Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação				SEDEN				
Fonte de financiamento	CAF			Custo estimado	US\$ 15.750.000,00			Custo estimado operação	Valor da Infraestrutura				
Mecanismos de recuperação de custos	Aumento do fluxo turístico e geração de emprego e renda.												
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS												
Indicadores de seguimento	Frequência e tempo de permanência dos turistas; aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas.						Fonte de verificação	Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Posterior à ação 5.1:Execução dos Programas Ambientais da TO-030												
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento retroativo	Sim	X	
		Não			Não			Não			Não		

AÇÃO 4.3	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão						INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS					
Objetivo	Facilitar o deslocamento e a acessibilidade da população e dos turistas aos municípios aos atrativos turísticos e aos equipamentos de interesse dessa atividade											
Justificativa	No diagnóstico realizado para o Polo as sinalizações indicativa e turística foram apontadas como um gargalo para o desenvolvimento do turismo. As sinalizações são muitas vezes insuficientes e sem padronização, dificultando aos usuários o acesso aos atrativos.											
Efeito esperado	Aumento da satisfação do turista devido a melhoria da orientação de acesso aos municípios e atrativos turísticos.											
Benefícios	Satisfação do turista.				Beneficiários		Turistas, trade turístico e população local					
Descrição	Implantação das sinalizações indicativa e turística nos acessos e atrativos turísticos de acordo com o padrão internacional ditado pela OMT. Envolve: diagnóstico da situação existente por meio de levantamentos em campo e por estudos já existentes nas Prefeituras e órgãos relacionados; elaboração de projeto básico e executivo para a instalação das sinalizações propostas nos acessos e pontos turísticos a serem beneficiados; implantação das sinalizações tendo como base o projeto executivo apresentado.											
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN					
Fonte de financiamento	CAF		Custo estimado		US\$ 203.333,33		Custo estimado operação		Não se aplica			
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS											
Indicadores de seguimento	Frequência de turistas que usufruem dos atrativos turísticos locais. Aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.						Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.			
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Não se aplica											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim		Reconhecimento retroativo	Sim	
		Não			Não			Não	X		Não	X

## Fichas das Ações Prioritárias – Componente 5 – Gestão Socioambiental

AÇÃO 5.1	Execução dos Programas Ambientais das obras de pavimentação do Polo Jalapão						GESTÃO SOCIOAMBIENTAL					
Objetivo	Identificar a capacidade de suporte do meio ambiente frente aos impactos advindos da pavimentação da TO-030.											
Justificativa	As rodovias do Polo constituem eixo articulador no Polo uma vez que a circulação de turistas e da população é realizada por ela. Além disso, concentra atrativos em seu percurso e representa acesso aos municípios que compõem o Polo. Atualmente a rodovia encontra-se em leito natural o que prejudica o deslocamento da população e de turistas devido à facilidade de atolamento. Trata-se também de uma área ambientalmente frágil tendo em vista a riqueza natural ali presente e a proximidade da natureza com a rodovia. Sendo assim, torna-se necessário a execução de programas ambientais para a sua pavimentação com vistas a fomentar o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.											
Efeito esperado	Melhorias promovidas na rodovia TO-030 tendo como premissa básica a sustentabilidade.											
Benefícios	Desenvolvimento do turismo e geração de emprego e renda			Beneficiários		População local, o turista e a cadeia produtiva do turismo.						
Descrição	Execução de normas ambientais para a pavimentação tendo em vista os impactos que essa obra pode causar ao meio ambiente. Essa ação envolve: (i) atividades de controle ambiental das obras e as premissas estabelecidas nos estudos ambientais para o cumprimento das diretrizes de licenciamento ambiental; (ii) avaliação e revisão da documentação técnica do empreendimento objetivando a atualização da elaboração dos programas ambientais; (iii) apoio e gerenciamento de convênios a serem celebrados com as empresas executoras; (iv) execução e implantação dos programas ambientais descritos nas licenças ambientais; (v) elaboração de documentos como EIA e RIMA, dentre outros. Os programas serão executados por empresa especializada objetivando reduzir os impactos ambientais negativos e maximizar os positivos. O acompanhamento e monitoramento serão de responsabilidade dos órgãos de turismo, de meio ambiente e da secretária de obras.											
Responsáveis pela Execução	SEDEN			Responsáveis pela Implantação / Manutenção / Operação			SEDEN					
Fonte de financiamento	Governo do Estado		Custo estimado		US\$ 1.250.000,00		Custo estimado operação		Não se aplica			
Mecanismos de recuperação de custos	Arrecadação de impostos municipais.											
Normas de licenciamento ambiental exigidas	NATURATINS											
Indicadores de seguimento	Aumento da arrecadação municipal com maior afluxo de turistas, incremento dos recursos provenientes da taxa municipal de turismo.				Fonte de verificação		Sistema Municipal de Informações para a Gestão do Turismo e Atendimento ao Turista.					
Relação com outras ações quanto ao cronograma	Precede a ação 4.1 - Pavimentação asfáltica da rodovia TO-030 - trecho Novo Acordo/São Félix											
Nível de avanço:	Projeto Básico	Sim	X	Projeto Executivo	Sim	X	Termo Referencia	Sim	X	Reconhecimento retroativo	Sim	X
		Não			Não			Não			Não	

## 5.5. Avaliação dos impactos potenciais da implementação do programa

Os impactos socioambientais descritos levam em consideração o **Manual de Gestão Socioambiental do Prodetur Nacional**, conforme aponta o termo de referência. Essa avaliação possui a função primordial de verificar os impactos (ambientais, sociais, econômicos ou culturais) que as ações prioritizadas para os 18 primeiros meses do PDITS poderão trazer para a população local ou para o município.

Entretanto, as melhorias propostas pelo PDITS têm como pressupostos a promoção da qualidade de vida da população, trazendo com a atividade turística emprego e renda. Além disso, busca-se desenvolver o turismo respeitando as riquezas e diversidades naturais e culturais existentes.

Os balanços dos impactos positivos e negativos para as ações prioritizadas e as medidas de mitigação apontadas estão consolidados no quadro a seguir.

**Quadro 34: Impactos Potenciais da Implementação do Programa**

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS	
1.1	Elaboração do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• contribuição de valores culturais e de tradições;</li> <li>• conservação dos aspectos culturais e ambientais;</li> <li>• favorecimento de intercâmbio cultural e de respeito às diferenças;</li> <li>• ordenamento dos atrativos;</li> <li>• qualificação do produto turístico;</li> <li>• criação de novos produtos;</li> <li>• criação de oportunidades de promoção de educação ambiental e patrimonial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descaracterização da cultura;</li> <li>• desvirtuamento e perda de tradições;</li> <li>• introdução de novos costumes e geração de conflitos;</li> <li>• impacto visual sobre a paisagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da comunidade quilombola na discussão, construção e execução do projeto e na metodologia de aplicação;</li> <li>• Identificação de prioridades;</li> <li>• inclusão social e exercício da cidadania para a comunidade quilombola através de ações de valorização da cultura e tradições;</li> <li>• sensibilização quanto ao valor das diferenças culturais;</li> <li>• promoção de educação ambiental e de respeito às diferenças étnicas para os turistas;</li> <li>• valorização do uso sustentável dos recursos;</li> <li>• estudos de impacto ambiental adequados.</li> </ul>
1.2	Execução do Projeto de Ecoturismo de Base Comunitária nas Comunidades Quilombolas do Prata e Mumbuca	<ul style="list-style-type: none"> <li>• conhecimento e a valorização do seu território, o resgate da autoestima e a mobilização em torno de ações que possam viabilizar, com dignidade, a vida dessas populações;</li> <li>• adequação da infraestrutura;</li> <li>• ordenamento dos atrativos;</li> <li>• diversificação dos atrativos;</li> <li>• ampliação de oportunidades de recreação e lazer para os moradores e turistas;</li> <li>• satisfação do turista;</li> <li>• geração de emprego e renda;</li> <li>• melhoria da qualidade de vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• descaracterização da cultura, por modificação nos padrões de sociabilidade tradicionais;</li> <li>• descaracterização da cultura local decorrentes da intensificação das relações mercantis e, sobretudo, pela ampliação dos horizontes socioculturais dos mais jovens;</li> <li>• desvirtuamento e perda de tradições;</li> <li>• introdução de novos costumes e geração de conflitos;</li> <li>• impacto visual sobre a paisagem;</li> <li>• impactos ambientais decorrentes da falta de infraestrutura básica como a disposição inadequada de resíduos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação da comunidade quilombola na discussão, construção e execução do projeto e na metodologia de aplicação;</li> <li>• Identificação de prioridades;</li> <li>• inclusão social e exercício da cidadania para a comunidade quilombola através de ações de valorização da cultura e tradições;</li> <li>• sensibilização quanto ao valor das diferenças culturais;</li> <li>• promoção de educação ambiental e de respeito às diferenças étnicas para os turistas;</li> <li>• valorização do uso sustentável dos recursos;</li> <li>• estudos de impacto ambiental adequados.</li> </ul>

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS	
1.3	Execução do Programa de Qualificação Gerencial e Técnico Operacional da Atividade Turística no Estado do Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento da capacidade de integração com outros níveis de governo;</li> <li>• melhoria no planejamento e gestão do turismo;</li> <li>• aperfeiçoamento profissional para o turismo;</li> <li>• requalificação em novas práticas e instrumentos de gestão e de turismo;</li> <li>• qualificação dos produtos e serviços turísticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• adequação da oferta à demanda;</li> <li>• oferta de ocupação conforme qualificação.</li> </ul>	-
1.4	Implantação do Programa de Qualificação dos Empreendimentos e Serviços Turísticos – “Selo de Conformidade”	<ul style="list-style-type: none"> <li>• desenvolvimento de empreendimentos e de serviços pela utilização de selo de conformidade;</li> <li>• garantia e excelência nos produtos e serviços turísticos em consonância com o desenvolvimento sustentável;</li> <li>• melhoria da imagem perante a venda de serviços turísticos;</li> <li>• maior quantidade de cadastros de empresas em sistemas de turismo, como o Cadastur;</li> <li>• melhoria na infraestrutura dos empreendimentos;</li> <li>• satisfação do turista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• dificuldade de certificação por possível burocracia e custos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• promoção da divulgação do turismo certificado no âmbito regional e nacional;</li> <li>• incentivo à participação pública no processo.</li> </ul>
2.1	Elaboração do Plano de Marketing para o Polo Jalapão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• fortalecimento da imagem dos destinos;</li> <li>• melhor posicionamento do mercado;</li> <li>• eficiência na comercialização;</li> <li>• organização da oferta e demanda;</li> <li>• ampliação e consolidação de centros emissivos;</li> <li>• aumento da arrecadação;</li> <li>• aumento do PIB;</li> <li>• ampliação da oportunidade de negócios;</li> <li>• geração de emprego e renda;</li> <li>• redução de impactos causados pela sazonalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• impactos de crescimento descontrolado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• monitoramento e avaliação para a correção de rumos.</li> </ul>

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS	
3.3	Ordenamento e Controle da Visitação dos Atrativos Turísticos - Implantação do Voucher respeitando a Capacidade de Carga dos Atrativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• controle o ordenamento da visitação e uso dos atrativos;</li> <li>• desenvolvimento de um sistema de qualidade na prestação de serviços turísticos;</li> <li>• compatibilização do desenvolvimento econômico com a conservação/preservação dos recursos naturais;</li> <li>• maior segurança ambiental, social e econômica para a implantação, ampliação das atividades;</li> <li>• legalidade ambiental para os empreendimentos governamentais e/ou privados;</li> <li>• melhora efetiva da qualidade ambiental;</li> <li>• reflexos positivos no desenvolvimento sustentável da região.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• aumento excessivo na demanda de trabalho nos órgãos ambientais que são deficientes em estrutura física e recursos humanos;</li> <li>• pressão no procedimento de licenciamento ambiental.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• modernização dos órgãos ambientais;</li> <li>• estruturação de equipes técnicas;</li> <li>• elaboração e divulgação de cartilhas explicativas e educativas.</li> </ul>
4.1	Pavimentação Asfáltica da Rodovia TO-030 - Trecho Novo Acordo/São Félix (126 km)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ampliação do número de moradores atendidos pela infraestrutura;</li> <li>• aumento da conectividade de atrativos e municípios;</li> <li>• aumento da permanência dos turistas no Polo;</li> <li>• melhoria no acesso aos atrativos turísticos;</li> <li>• aumento no fluxo de turistas;</li> <li>• melhoria da qualidade de vida da população local;</li> <li>• melhoria na qualidade dos serviços prestados aos turistas;</li> <li>• aumento na arrecadação de impostos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• expansão desordenada da atividade e do fluxo de turistas impulsionada pela maior oferta de infraestrutura em locais de fragilidade ambiental;</li> <li>• impactos ambientais decorrentes da implantação das obras, como: erosão, sedimentação, destruição de habitats, desmatamento, poluição sonora e atmosférica;</li> <li>• impermeabilização do solo, reduzindo a infiltração diminuindo a recarga dos aquíferos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• inclusão dos projetos ambientais nas licitações e contratos;</li> <li>• implantação das boas práticas para construção;</li> <li>• acompanhamento e supervisão das obras;</li> <li>• priorização de mão-de-obra local quando possível;</li> <li>• exigência de EIA/RIMA e licenciamento ambiental.</li> </ul>

AÇÃO		IMPACTOS POTENCIAIS		MEDIDAS MITIGADORAS
		POSITIVOS	NEGATIVOS	
4.3	Implantação de Sinalizações Indicativa e Turística nos Municípios do Polo Jalapão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• qualificação do produto e dos destinos turísticos;</li> <li>• integração dos atrativos;</li> <li>• melhoria no ordenamento dos atrativos turísticos;</li> <li>• melhoria nas condições de acessos aos atrativos e equipamentos;</li> <li>• melhoria da mobilidade;</li> <li>• melhoria da segurança para os turistas e para a população em geral;</li> <li>• aumento da satisfação do turista em relação ao ambiente urbano e à localização e acesso aos atrativos por causa da facilidade de orientação;</li> <li>• incremento da receita proveniente da atividade turística.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• impacto visual sobre a paisagem ou patrimônio natural;</li> <li>• aumento da população em função da imigração por pessoas em busca de trabalho e consequente aumento das demandas para serviços urbanos;</li> <li>• riscos de acidentes em caso de falta de manutenção das sinalizações.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• elaboração de projeto técnico que contemple a integração com o ambiente urbano e rural, assim como o sistema de circulação e sinalizações viárias;</li> <li>• obediência às normas estabelecidas pelos órgãos competentes;</li> <li>• orientação e fiscalização das paradas implantadas ao longo das rodovias.</li> </ul>
5.1	Execução dos Programas Ambientais da TO-030	<ul style="list-style-type: none"> <li>• identificação e avaliação dos impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da pavimentação;</li> <li>• controle ambiental da obra devido à premissas estabelecidas nos estudos ambientais;</li> <li>• definição das áreas direta e indiretamente afetadas pelos impactos;</li> <li>• captação e gerenciamento de convênios;</li> <li>• elaboração de EIA e RIMA;</li> <li>• consideração de planos e programas de governo com jurisdição sobre a área onde será implementada a atividade impactante.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• problemas ambientais causados pela falta de informação nas áreas rurais e urbanas;</li> <li>• impactos ambientais decorrentes da fragilidade da área;</li> <li>• falta de fiscalização e monitoramento das considerações contidas nos planos;</li> <li>• falta de articulação entre os municípios.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• monitoramento e avaliação para a correção de rumos;</li> <li>• elaboração de programas de educação ambiental;</li> <li>• aumento na capacidade de fiscalização (pessoal e instrumentos legais) por parte dos municípios;</li> <li>• efetiva participação de todos os atores (governamentais e não governamentais) envolvidos no processo;</li> <li>• adoção das normas técnicas vigentes e respeito à legislação ambiental pertinente.</li> </ul>

Algumas ações indicadas nesse Plano não causam impacto socioambiental quando executadas individualmente. Todavia, ao ser executada em conjunto com outras ações podem trazer alterações profundas e uma mudança na qualidade de vida da população. As ações dos componentes de infraestrutura e serviços básicos como também àquelas elencadas no componente de fortalecimento institucional estão predispostas a trazer essa situação.

Ao se analisar o quadro anterior (quadro 34), de uma forma generalizada, pode-se aferir que os impactos podem trazer degradação de recursos naturais ou interferir na sustentabilidade ambiental do atrativo com o incremento da atividade turística. Pode-se citar como impactos negativos decorrentes das ações:

- impactos ambientais como erosão, sedimentação, destruição de habitats, desmatamento, poluição sonora e atmosférica, provenientes da implantação de obras civis e projetos,
- impactos na infraestrutura básica ocasionados pelo aumento do número de turistas e, conseqüentemente, aumento dos transtornos causados à população.

Os pontos positivos que podem ser verificados por meio da implementação dessas ações são:

- aumento de emprego e renda;
- abrangência na rede de atendimento de infraestrutura para um maior número de moradores;
- conectividade e integração entre os municípios do Polo;
- qualidade ambiental: melhoria do saneamento ambiental, da educação ambiental, entre outros;
- concepção de ambientes urbanos agradáveis e direcionados ao convívio e atividades de lazer para a população e para os turistas;
- melhor utilização turística das áreas urbanas;
- utilização das unidades de conservação para atividades de ecoturismo e turismo de aventura.

Como se trata de uma área frágil do ponto de vista ambiental, pode-se enumerar os impactos advindos da implantação desse Plano, principalmente, no que trata dos recursos naturais. A minimização desses impactos pode ser adquirida pela promoção de incentivos e de financiamentos em projetos e planos que busquem a melhoria da gestão governamental. Outras medidas que podem ser citadas têm como base a (i) conscientização ambiental e social dos atores que atuam diretamente com o turismo, bem como a população local e (ii) participação da comunidade em busca do desenvolvimento sustentável tanto em seu aspecto ambiental, quanto social. Essas ações englobam:

- programas voltados para a educação ambiental e para a conscientização da população e dos empreendedores sobre a importância do planejamento em bases integradas e participativas;
- planejamento e elaboração de estudos voltados aos aspectos ambientais, sociais e econômicos que se integrem às ações propostas nesse Plano;
- utilização de práticas de construção sustentável e monitoramento e fiscalização de obras;
- fortalecimento institucional dos órgãos envolvidos;

- incentivo a integração dos municípios por meio planos;
- incentivos a aquisição e construção de novos empreendimentos turísticos e de serviços;
- capacitação profissional da população e dos empreendedores;
- fiscalização ambiental em todo o Polo, incluindo atividades voltadas ao monitoramento do uso e ocupação do solo, obras de infraestrutura, entre outros.

## **6. FEEDBACK: MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação representam os instrumentos utilizados para verificar como está acontecendo a condução e a execução do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo. Essa fase é de extrema importância para o planejamento do turismo uma vez que permite que os objetivos definidos nesse PDITS sejam convertidos em ações para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. A função dos mecanismos de feedback no processo de planejamento refere-se ao monitoramento do desempenho do plano por meio de comparações entre o que foi alcançado ou realizado e o que foi planejado ou previsto.

O acompanhamento e avaliação permite que os atores envolvidos com o turismo das diversas instâncias (os órgãos públicos, empresas privadas, organizações da sociedade civil e comunidade) tomem decisões em relação ao planejamento realizado na formulação do PDITS. Possibilita também a correção dos caminhos estabelecidos no plano de ação, a maximização dos resultados bem sucedidos e a participação direta na execução das ações assegurando o sucesso dos objetivos e metas estabelecidos.

Importa acrescentar que as estratégias e ações referentes ao produto turístico, tanto para estruturação como para integração de produtos, bem como as estratégias de comercialização, em específico a divulgação, são direcionadas no sentido de aumentar a competitividade e incrementar o fluxo de turistas no Polo. O aumento desses números indica o efeito positivo das ações voltadas para a qualificação e diversificação da oferta turística e da comercialização, divulgação e marketing mais eficientes.

A diversificação e aumento das opções de lazer e de outras atividades complementares e integradas no Polo, bem como a melhoria das infraestruturas turísticas e urbanas, devem ter como resultado o aumento no número de pernoites, maior gasto turístico e a melhoria na distribuição de renda pela região.

As visitas aos demais atrativos turísticos da região, apoiadas pela oferta de equipamentos turístico de qualidade, implicarão, também, no aumento do gasto diário e no aumento do tempo de permanência.

Na medida em que haja a consolidação do banco de dados a ser constituído para o monitoramento das ações de desenvolvimento turístico do Polo, outros indicadores que identificam os benefícios e o retorno socioambiental esperado para as ações planejadas deverão ser investigados e adotados, dentre eles destacam-se: (i) tempo de permanência dos visitantes; (ii) número de pessoas capacitadas para o mercado de turismo; (iii) taxa de ocupação hoteleira; (iv) nível de satisfação do turista.

Quanto aos indicadores destinados a avaliar a capacidade de suporte dos recursos turísticos, além dos já citados, devem se juntar aqueles normalmente utilizados para avaliar a qualidade de vida da população, os seguintes elementos relacionados às políticas urbanas: qualidade e capacidade das infraestruturas e dos serviços públicos; acessibilidade e mobilidade relacionada ao transporte público e a qualidade dos espaços públicos, entre outros.

As análises efetuadas a partir dos indicadores de resultados, pertinentes ao processo de acompanhamento e avaliação da implementação da política de turismo no Polo, possibilitarão a obtenção de parâmetros de comparação para embasar suas futuras revisões e adequações, bem como, como avaliar os limites da capacidade de suporte dos recursos turísticos da região.

O acompanhamento e a avaliação dos resultados do PDITS são realizados por meio das linhas de base. A linha de base consiste no conjunto de metas, indicadores e fontes de verificação para as ações do PDITS, tornando-se o ponto de referência a partir do qual será realizado o monitoramento das ações bem como eventuais alterações necessárias.

Cabe ressaltar que as informações da linha de base que apresentarem diferenças acentuadas dos dados iniciais, sendo inferiores ao estabelecido como metas, indicarão que o PDITS necessitará de ajustes ao longo de sua implementação dada as inúmeras variáveis que interferem nesse processo. Geralmente, essa diferença ocorrerá se o escopo ou a natureza das ações forem alterados.

Caberá então ao grupo gestor do PDITS analisar os indicadores, verificando eventuais correções e indicando se será necessário modificar ou refazer a linha de base a qualquer momento durante o projeto.

**Tabela 38: Linhas de Base - Polo Jalapão**

INDICADORES	META	UNIDADE DE MEDIDA	FÓRMULA DE CÁLCULO	LINHA DE BASE	ATORES
Taxa de Ocupação Hoteleira	90,00	Porcentagem	Número de Leitos Ocupados x Capacidade Ocupacional (dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins coletados mensalmente através do CADASTUR)	45,00	SEDEN
Número de Pacotes Turísticos Comercializados	3.000,00	Unidade	Somatória dos dados primários da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Tocantins - Adtur	1.500,00	SEDEN
Número de empregos gerados pelas empresas turísticas	893,00	Unidade	Coleta de dados secundários da RAIS (Ministério do Trabalho e Emprego)	595,00	SEDEN
Número de empresas turísticas do sistema do Ministério do Turismo	400,00	Unidade	Soma das empresas cadastradas anualmente no CADASTUR	218,00	SEDEN
Redução do tempo gasto no percurso da TO-030 (atualmente são 4 horas x 160 km)	80,00	Km/horas	Quantidade de quilômetros percorridos x quantidade de horas	40,00	SEDEN
Aumento do fluxo turístico no Polo	204.000,00	Pessoas	Somatório do número de turistas que vistam os polos anualmente	102.000,00	SEDEN
Sistema de informações – Observatório do Turismo <sup>(2)</sup>	em funcionamento e disponibilizando informações sistematizadas e atualizadas com frequência			inexistente	SEDEN

Fonte: Adtur, 2014.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA TOCANTINENSE DE NOTÍCIAS. **Acesso a Informação**. Disponível em: <<http://www.atn.to.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA. **Download**. Disponível em: <<http://www.abeta.tur.br>>. Acesso em: novembro de 2013.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 6ª edição. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico No Brasil – 2010/2011**. São Paulo, SP. 2012

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília, DF. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas**. Brasília, DF. 2010.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo. **Regulamento Operacional**. Brasília, DF. 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Decisão nº 033, de 12 de setembro de 2013, Aprova o Mapa Estratégico do Estado de Tocantins. Diário Oficial nº 3.973, Página 22 e 23**. Palmas, TO. 2013.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Anexo I: Termo de Referência, tomada de preços Nº 001/2013**. Tocantins, TO. 2013.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES. **Transporte**. Disponível em <[www.dnit.gov.br](http://www.dnit.gov.br)>. Acesso em: novembro de 2013.

INFRAERO. **Série Histórica**. Disponível em: <<http://www.infraero.gov.gov.br>>. Acesso em: novembro de 2013.

NOVAVENTURA COMPANHIA DE RAFTING. **Fotos**. Disponível em: <<http://www.novaventura.com.br>>. Acesso em: dezembro de 2013.

REVISTA VEJA. **Publicação**. Disponível em: <<http://www.veja.abril.com.br/complementos-materias/turismo-aventura/info.shtml>>. Acesso em: novembro de 2013.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO DO TOCANTINS. **Carta Consulta para apresentação à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX**. Tocantins, TO. 2008.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA. **Decisão nº 033, de 12 de setembro de 2013, Aprova o Mapa Estratégico do Estado do Tocantins. Diário Oficial nº 3.973, Página 22 e 23**. Palmas, TO. 2013.

\_\_\_\_\_. **Anexo I: Termo de Referência, tomada de preços Nº 001/2013**. Tocantins, TO. 2013.

\_\_\_\_\_. **Arquivos e Download**. Disponível em: <<http://www.seplan.to.gov.br>>. Acesso em: dezembro de 2013.

**TECHNUM Consultoria SS**

SHIS CC QI 09 – Bloco D – Salas 203/206

Lago Sul – Brasília – DF

CEP 71625-009

(61) 3364.0087

CREA 5307/RF

CAU 16821-1/RF

[www.technum.com.br](http://www.technum.com.br)